



RELATÓRIO E CONTAS 2008
CADERNO INSTITUCIONAL, DO GOVERNO
DA SOCIEDADE E DE SUSTENTABILIDADE



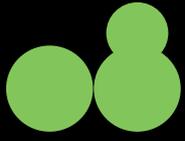


RELATÓRIO E CONTAS 2008
CADERNO INSTITUCIONAL, DO GOVERNO
DA SOCIEDADE E DE SUSTENTABILIDADE



UM DIA, TODA A ENERGIA DO MUNDO SERÁ RENOVÁVEL

Uma visão da EDP para gerar toda a energia que o mundo necessita. Um mundo mais verde, mais limpo e mais eficiente. Um mundo EDP.



ÍNDICE

MENSAGEM AOS ACCIONISTAS	7
VISÃO, COMPROMISSOS E CULTURA EDP	10
SÍNTESE DE INDICADORES	12
PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS	16
ÓRGÃOS SOCIAIS DA EDP	18
A EDP NO MUNDO	24
NEGÓCIOS DO GRUPO EDP	26
Estrutura Organizacional	28
Enquadramento da Actividade	30
Agenda Estratégica	42
Síntese da Actividade	44
CONTRIBUTO PARA A SUSTENTABILIDADE	68
Abordagem Corporativa	70
I&D e Inovação	72
Comunicação EDP	74
Reconhecimento	78
Colaboradores	80
Clientes	90
Fornecedores	98
Comunidade	100
Desempenho Ambiental	106
GOVERNO DA SOCIEDADE	114
Declaração de Cumprimento	116
Estrutura de Governo Societário	126
Estrutura Funcional da EDP	138
Estrutura Accionista e Exercício das Posições Accionistas	156
Remunerações	162
Acção e Política de Dividendos	166
Relação da Empresa com o Mercado	174
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	178
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	182
PERSPECTIVAS PARA 2009	183
REFERÊNCIAS FINAIS	185
ANEXOS – AVALIAÇÃO GRI	186
CARTA DE CERTIFICAÇÃO	190
EXTRACTO DA ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL	192



RELATÓRIO E CONTAS 2008
CADERNO INSTITUCIONAL, DO GOVERNO
DA SOCIEDADE E DE SUSTENTABILIDADE



MENSAGEM AOS ACCIONISTAS

Queridos Accionistas,

Momento de fazer um balanço

Em 2006 a EDP definiu um caminho claro, com um equilíbrio entre ambição e pragmatismo. A EDP escolheu um posicionamento assente em três pilares – manutenção do perfil de baixo risco, eficiência superior e um crescimento orientado – interiorizados por toda a organização. Ultrapassámos todos os objectivos traçados. Através da ambição, capacidade de antecipação e de execução demonstrada pelas várias equipas da empresa.

Foram três anos de acontecimentos marcantes, que transformaram a EDP na maior empresa portuguesa cotada em bolsa, com uma estratégia diferenciadora, reconhecida internacionalmente e bem preparada para os desafios que se colocam ao sector.

Neste período, a EDP tornou-se uma empresa mais forte.

Uma empresa com uma capacidade de crescimento orgânico muito acima do seu sector – com um incremento de 51% da capacidade de geração instalada para um total de 18.589 MW, e com o resultado operacional bruto (EBITDA) a crescer 54% para 3.155 mil milhões de euros. Uma empresa mais eficiente – com uma melhoria de 24% no rácio de custos operacionais sobre margem bruta, que atingiu os 29%, indicador que é o melhor entre os pares a nível ibérico. Uma empresa com um “mix” de produção mais adequado ao mundo em que vivemos – com uma redução de 35% nas emissões de CO₂ para 0,39 toneladas por MWh. Uma empresa mais sólida – com uma melhoria de 17% no rácio de endividamento ajustado dos recebíveis regulatórios. Uma empresa mais rentável – com o maior resultado líquido de sempre, atingindo 1.092 milhões de euros, com uma subida de 63% do resultado recorrente, para 925 milhões de euros. Uma empresa que remunera melhor os seus accionistas – com uma subida de 40% do dividendo, caso seja aprovada a proposta de distribuição de 14 cêntimos por acção. Uma empresa reconhecida interna e externamente, com a satisfação dos nossos colaboradores e dos nossos clientes, a obterem os valores mais elevados de sempre.

Neste período, soubemos criar a diferença.

Contribuímos para colocar a hídrica na ordem do dia. A EDP é a empresa na Europa Ocidental com o maior programa de construção e desenvolvimento de projectos nesta área, ultrapassando os 3.000 MW, tendo em Portugal, 864 MW em projectos em construção e cerca de 2.000 MW em projectos em desenvolvimento que se inserem no Plano Nacional de Barragens.

Criámos o quarto operador eólico mundial e a segunda empresa cotada no sector em termos de capitalização bolsista. O IPO da EDP Renováveis, o maior da Europa em 2008, precedido da entrada no mercado dos Estados Unidos, que no final do ano se tornou no mercado de maior dimensão no mundo nesta área, foram fundamentais para a posição de liderança que a EDP hoje tem, traduzida no quintuplicar da capacidade instalada nos últimos três anos para 5.052 MW.

Criámos condições para duplicar a capacidade instalada de centrais de ciclo combinado na Península Ibérica. Entraram em operação ou estão em fase de desenvolvimento 2.122 MW de capacidade. Sendo que as necessidades de gás estão já asseguradas até 2010, nomeadamente por meio da parceria estratégica inovadora a nível europeu com a Sonatrach.

Gerimos a agenda regulatória com sucesso, permitindo sustentar o baixo perfil de risco da EDP. A entrada em vigor dos CMECS (Custos para a Manutenção do Equilíbrio Contratual), a extensão do domínio hídrico por mais 27 anos (em média) e a revisão das tarifas e preços para a energia eléctrica para o período de 2009-2011, são exemplos claros da acção nesta área.

Melhorámos a qualidade de serviço na distribuição de electricidade e a cobertura das redes de gás, onde somos já o segundo operador ibérico. Entre 2005 e 2008, o Tempo de Interrupção Equivalente (TIE) baixou em Portugal e Espanha, 37% e 9%, respectivamente, enquanto que houve um incremento de 25% em termos de Km de redes e 18% no número de clientes.

Preparou-se o negócio de comercialização na Ibéria para a liberalização nos negócios de electricidade e do gás. A criação da EDP Gás consolidou o negócio na Ibéria permitindo uma gestão mais integrada e eficiente.

No Brasil multiplicámos por três a capacidade instalada e reequilibrámos o “portfólio”, com a geração a triplicar o seu peso relativo no resultado operacional bruto para cerca de 60%. A entrada em operação de novas centrais e o “swap” da participação na Enersul por uma posição maioritária na central hídrica do Lajeado em 2008 contribuíram decisivamente para esta nova realidade mais adequada ao nosso envolvimento neste mercado.

Em termos de eficiência, o objectivo de poupanças anuais de 150 milhões de euros previsto para 2010 foi atingido ainda em 2008.



MENSAGEM AOS ACCIONISTAS

Financeiramente, a EDP reforçou a sua posição. A EDP encaixou mais de mil milhões de euros na alienação de activos não estratégicos, 25% acima do compromisso inicial. Demonstrámos a nossa credibilidade no mercado, sobretudo no contexto de um mercado mais difícil, com a colocação de duas emissões obrigações num total de cerca de 1.400 milhões de euros, e uma linha de crédito “revolving” de 1.600 milhões de euros, no final de 2008 e início de 2009. De realçar ainda a concretização da venda do “deficit” tarifário em duas operações de 175 milhões de euros em 2008 e de mais de 1.200 milhões de euros no início de 2009.

Na conjuntura actual de crise dos mercados financeiros, as acções EDP desvalorizaram 39,7% em 2008, mas registaram uma valorização de 4% desde o início de 2006, em linha com o sector e uma “performance” significativamente melhor que o PSI 20.

Uma visão de futuro sustentável...

As escolhas feitas, as medidas tomadas nos últimos anos, a referida diferenciação que nos move, traduzem a ambição de criar um futuro sustentável a longo prazo para a EDP. Apostámos nas competências que ajudaram a construir a EDP, como é o exemplo da hídrica, mas que não estavam potenciadas. A recuperação de projectos adiados, o lançamento de reforços de potência numa nova escala, a extensão do domínio hídrico e a participação no Plano Nacional de Barragens demonstram claramente este compromisso e essas competências. Por outro lado, desenvolvemos novas competências num sector com crescimento elevado a nível mundial a longo prazo, como é o exemplo das renováveis. Decisões como a de entrada na altura certa em novas geografias, o IPO da EDP Renováveis, permitiram obter escala para nos colocarmos como líderes mundiais. Estes são alguns exemplos de como conciliar a criação de valor no curto, no médio e longo prazo.

Para esta visão, importa salientar que esta nossa actuação é guiada por um conjunto de valores e práticas que garantem equilíbrio nas diferentes vertentes da nossa actividade com todos os “stakeholders”.

Nos últimos anos, o esforço desenvolvido na promoção da sustentabilidade foi confirmado ao mais alto nível. A EDP foi novamente considerada “best in class” pela Storebrand, mantém a categoria prata atribuída pela SAM, e desde 2004 que aderimos à “Global Compact”, iniciativa internacional promovida pelas Nações Unidas. Já em 2008 entrámos nos Dow Jones Sustainability Indexes World e STOXX sendo a única empresa Portuguesa a integrar estes índices bolsistas, os mais exigentes do Mundo e que distinguem as companhias que, em cada sector de actividade, apresentam melhor desempenho nas questões ligadas à transparência e sustentabilidade, mostrando excelência na gestão económica, ambiental e social.

Neste caminho, a inovação – tecnologia, processos, comportamentos - tem um papel decisivo. A nova abordagem à gestão global dos novos projectos hídricos, os programas internos e externos na eficiência energética, o reforço do apoio à geração renovável descentralizada, o projecto de redes inteligentes InovGrid, liderado pela EDP, o apoio à introdução do veículo eléctrico, os projectos na energia das ondas, são alguns outros testemunhos do nosso compromisso em liderar a revolução na interacção entre consumidores e produtores.

O reforço da aposta na inovação, multiplicando por quatro o investimento nesta área nos últimos três anos traduz a importância de continuar a criar as opções certas nas alturas certas.

...com objectivos claros

O novo plano estratégico da EDP para o período 2009-2012 foi apresentado no final de 2008. O objectivo foi, não só colocar novos objectivos com destaque para os domínios onde os anteriores já tinham sido ultrapassados, mas sobretudo dar maior visibilidade ao conjunto de opções criadas pela empresa nos últimos anos, muitas das quais com prazo de execução para além deste horizonte, que garantem condições únicas para o crescimento sustentável da EDP. Neste novo ciclo, a prioridade vai para a execução dessas opções. A agenda estratégica baseada no risco controlado, eficiência superior e crescimento orientado, é por isso reforçada.

Mas tal como em 2006, voltámos a estabelecer metas ambiciosas para 2012, já partilhadas com os nossos colaboradores e, mais uma vez, assumidas perante o mercado.

Queremos crescer o EBITDA 12% ao ano e o resultado líquido por acção 10% ao ano, com base no ano de 2007. Propomos que o dividendo por acção continue a crescer 0,015 euros por ano. O programa de corte de custos será mais ambicioso que o anterior, sendo que o objectivo é de atingir uma poupança de 160 milhões de euros em 2012.

Vamos investir em média três mil milhões de euros por ano. Mais de dois terços em energias renováveis, incluindo os projectos hídricos. Queremos atingir, em 2012, uma capacidade instalada superior a 24 GW, mais do dobro do que no final de 2005.

Mas o enquadramento económico e financeiro actual faz de 2009, um ano que se antevê difícil. A EDP sabe que, como maior empresa portuguesa, tem um papel fundamental a desempenhar para dinamizar a economia e a sociedade. É por isso que em 2009 a EDP será criadora de emprego e a empresa que mais investimento vai realizar em Portugal, aproximadamente mil e duzentos milhões de euros.

Equipa e a cultura EDP

As pessoas são de facto o nosso elemento distintivo. Com a internacionalização da EDP, é cada vez mais crucial captar, desenvolver e gerir talento. Esta diversidade é um desafio, mas é sobretudo uma oportunidade de aumentar “o mundo” que temos cá dentro.

Em 2008, reforçou-se a gestão diferenciada de segmentos de colaboradores com o objectivo de identificar, captar, desenvolver e reter pessoas-chave na organização. Destaco neste âmbito o programa para Jovens de Elevado Potencial que contou com mais de 160 participantes. Esta iniciativa insere-se também no objectivo de rejuvenescimento dos quadros através da definição de um Programa de Captação de Jovens, bem como da consolidação de parcerias com universidades nacionais e internacionais de referência. Por último, destaco o lançamento dos pilares para a criação da futura Universidade Corporativa da EDP que será um centro de excelência para o desenvolvimento do capital humano do Grupo.

No final do ano realizaram-se, mais uma vez, os “Encontros EDP” que juntaram todos os colaboradores de Portugal, Espanha e resto da Europa, seguidos dos Estados Unidos da América e Brasil no início de 2009. É um momento importante, não só para partilhar a visão e a estratégia da Empresa, mas sobretudo para trocar e discutir ideias com todos os membros da equipa. Foi também lançado o programa EDPWay, um novo veículo de mobilização, promoção e reforço da cultura EDP. A “Corporate TV” passou de projecto a realidade com o lançamento da EDP ON, que é hoje um canal privilegiado de comunicação interna, que permite transmitir por toda as geografias da organização as notícias, eventos e cultura EDP.

A Fundação EDP ganhou uma nova dinâmica, lançando iniciativas de relevo a nível cultural, na área da energia e do ambiente e de responsabilidade social. Realço o facto de o Museu da Electricidade se ter tornado um dos museus de sucesso do País, com mais de 110 mil visitantes, um aumento de 71% face a 2007. A criação do Instituto EDP – Energias do Brasil foi mais um passo para esta política de envolvimento nas sociedades onde estamos presentes, onde a Fundação HC já era um exemplo em Espanha.

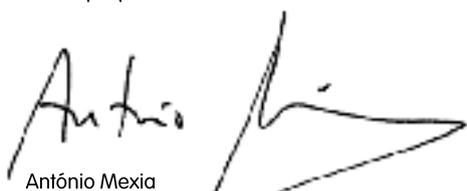
Aos clientes, fornecedores, entidades governativas e reguladoras, para quem e com quem trabalhamos todos os dias, não quero deixar de dar uma palavra de agradecimento.

Uma palavra para o modelo de Governo dualista escolhido pelos accionistas que, acredito, se torna uma referência capaz de potenciar as tarefas de gestão e de supervisão num contexto em que a clareza e a transparência dos dados e das práticas das empresas é fundamental para garantir a sua credibilidade. Gostaria de agradecer ao Conselho Geral e de Supervisão pelo apoio e nível de exigência que deu a toda a equipa.

Hoje a EDP tem 12.245 colaboradores espalhados pelo mundo. A estes agradeço sinceramente o seu contributo que permitiu à EDP ultrapassar os desafios e alcançar os objectivos a que se propôs.

Aos Srs. Accionistas, agradeço o apoio que têm depositado na Empresa e na sua estratégia. A forma confiante e sustentável como podemos encarar o futuro não teria sido possível sem a Vossa colaboração.

A solidez, a dinâmica, a reputação e o reconhecimento, são frutos da forma coerente e consistente com que se implementou a visão e estratégia da Empresa. Mesmo num cenário de economia mundial mais difícil, as nossas equipas mantiveram os objectivos de longo prazo. Mantiveram níveis elevados de energia e de motivação. Por isso vamos continuar. Acreditamos que é o rumo que permitirá à EDP tornar-se ainda melhor.



António Mexia
Presidente do Conselho de Administração Executivo

Lisboa, 5 de Março de 2009



VISÃO, COMPROMISSOS E CULTURA EDP

UMA EMPRESA
DE ENERGIA INTEGRADA,
LÍDER EM CRIAÇÃO
DE VALOR NOS
MERCADOS ONDE PODEMOS
FAZER A DIFERENÇA.

VISÃO

COMPROMISSOS

CULTURA EDP

E FICIENTE E EXCELENTE
N ATURAL E SUSTENTÁVEL
E NVOLVENTE E ENTUSIASMANTE
R ESPONSÁVEL E DE CONFIANÇA
G LOBAL E JUSTA
I NOVADORA E COM INICIATIVA
A BERTA E COM AMBIÇÃO

- Sempre que tomamos uma decisão colocamos o Cliente em primeiro lugar;
- Esforçamo-nos por antecipar as necessidades dos nossos Clientes e por satisfazê-las plenamente com o nosso serviço;
- Sabemos ouvir os nossos Clientes e nunca os deixamos sem respostas, comunicando com transparência e simplicidade;
- Disponibilizamos as melhores e mais inovadoras soluções do mercado.

CLIENTES

- As nossas pessoas e as nossas equipas são a nossa principal vantagem competitiva;
- Trabalhamos com entusiasmo e com energia para mover o mundo;
- Atraímos, desenvolvemos e recompensamos os nossos melhores colaboradores. O mérito é a base deste sistema;
- Delegamos responsabilidades e damos autonomia, mas exigimos ética, integridade e profissionalismo.

PESSOAS

VIDA E AMBIENTE

- Reconhecemos as responsabilidades sociais que resultam da nossa dimensão. Queremos ajudar a construir uma sociedade mais justa;
- Sentimos entusiasmo pela vida e profundo respeito pela Natureza;
- O nosso mundo enfrenta fortes desafios climáticos. Queremos contribuir para repor o equilíbrio ambiental e assegurar a sustentabilidade;
- Ajudamos os nossos Clientes a fazer uma utilização racional da energia, como forma de os satisfazer e de melhorar o ambiente.

RESULTADOS

- Respeitamos a confiança que os nossos accionistas e investidores depositam em nós e retribuimos com os nossos resultados;
- Procuramos sempre melhorar o nosso desempenho e atingir a excelência, trabalhando em parceria com os nossos fornecedores;
- Lideramos os mercados energéticos onde actuamos com elevados níveis de satisfação dos nossos Clientes, de desempenho operacional e de eficiência;
- Buscamos sempre o sucesso em tudo o que fazemos.

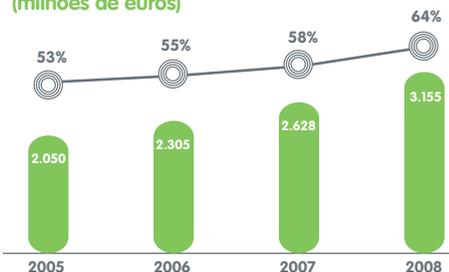


SÍNTESE DE INDICADORES

Indicadores Financeiros

Milhares de euros	2008	2007	2006	2005
Grupo EDP Consolidado				
Volume de Negócios	13.894.063	11.010.778	10.349.826	9.648.167
Resultados Operacionais Brutos	3.154.936	2.628.275	2.305.450	2.050.167
Resultados Operacionais	1.930.872	1.560.329	1.253.036	1.141.880
Resultado Líquido	1.091.866	907.252	940.823	1.071.102
Cash-Flow Operacional	1.744.506	2.270.151	2.017.523	1.652.816
Investimento Operacional Líquido	3.618.187	2.700.166	1.456.537	1.427.154
Investimento / (Desinvestimento) Financeiro	-1.362.987	1.866.940	96.940	-775.682
Activo Líquido	35.709.095	31.483.807	25.468.911	24.035.570
Capitais Próprios	6.365.180	6.264.146	5.589.235	4.823.400
Dívida Líquida	13.889.511	11.692.248	9.283.118	9.463.183
Dívida Líquida / Resultados Operacionais Brutos	4,4	4,4	4,0	4,6
Passivo Financeiro / Capitais Próprios	230,7%	201,2%	181,7%	219,4%
Resultado por Acção (euros)	0,30	0,25	0,26	0,29
"Dividend Yield"	5,2%	2,8%	2,9%	3,8%
Capitalização Bolsista	9.854.369	16.344.724	14.041.105	9.506.998
Produção de Electricidade – Península Ibérica (exclui EDP Renováveis)				
Volume de Negócios	4.095.750	2.859.052	2.654.122	2.784.898
Resultados Operacionais Brutos	1.172.168	1.167.982	1.211.468	1.305.626
Resultados Operacionais	739.188	783.467	868.657	1.022.142
Resultado Líquido	523.733	540.564	612.900	685.885
Investimento Operacional	685.688	739.940	389.540	258.113
Distribuição de Electricidade – Península Ibérica				
Volume de Negócios	6.213.227	4.797.443	4.416.468	3.920.528
Resultados Operacionais Brutos	769.810	455.482	571.846	458.562
Resultados Operacionais	496.768	183.796	236.093	170.308
Resultado Líquido	304.116	108.773	138.725	122.897
Investimento Operacional	283.893	253.741	306.591	387.526
Comercialização de Electricidade – Península Ibérica				
Volume de Negócios	1.172.809	1.181.280	865.043	879.544
Resultados Operacionais Brutos	35.720	58.397	-140.670	-259.799
Resultados Operacionais	28.279	37.294	-141.624	-275.287
Resultado Líquido	5.593	2.580	-110.727	-194.984
Investimento Operacional	6.246	3.536	571	5.751
EDP Renováveis				
Volume de Negócios	532.429	296.485	249.058	127.589
Resultados Operacionais Brutos	437.877	213.863	146.858	65.674
Resultados Operacionais	231.616	102.337	57.652	36.387
Resultado Líquido	104.364	43.250	20.070	10.315
Investimento Operacional	2.090.862	1.388.603	386.035	226.184
Gás – Península Ibérica				
Volume de Negócios	1.280.199	994.200	1.128.425	717.431
Resultados Operacionais Brutos	206.653	188.472	144.759	123.436
Resultados Operacionais	163.598	145.050	110.222	89.461
Resultado Líquido	126.114	103.353	169.302	32.775
Investimento Operacional	78.804	72.301	51.756	62.053
Energias do Brasil				
Volume de Negócios	1.844.908	1.854.977	1.726.298	1.503.654
Resultados Operacionais Brutos	562.277	586.540	433.907	412.330
Resultados Operacionais	380.168	456.865	332.111	340.594
Resultado Líquido	149.752	253.058	162.641	180.889
Investimento Operacional	428.926	209.303	295.138	419.349

Resultados Operacionais Brutos (milhões de euros)



● Resultados Operacionais Brutos
 ○— Resultados Operacionais Brutos/Margem Bruta

Resultado Líquido (milhões de euros)



● Resultado Líquido
 ○— Resultado por Acção (euros)

Investimento Operacional (milhões de euros)



● Investimento Operacional
 ○— Investimento Operacional/ROB (x)

Dívida Líquida (milhões de euros)

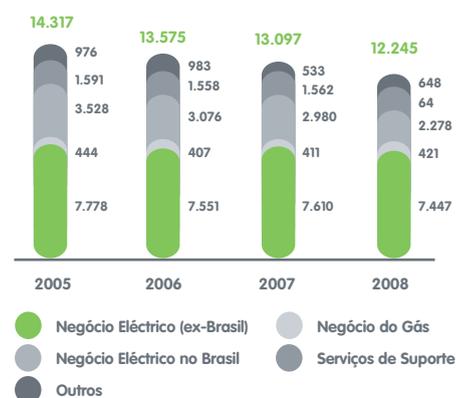


● Dívida Líquida
 ○— Dívida Líquida/Resultados Operacionais Brutos

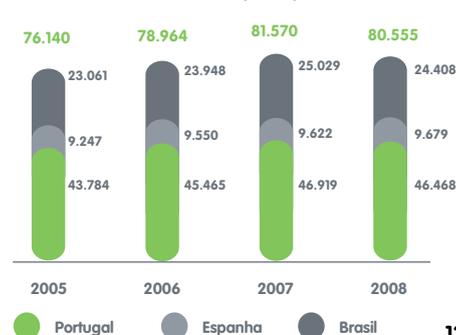
Indicadores Operacionais

	2008	2007	2006	2005
Número de Colaboradores	12.245	13.097	13.575	14.317
Negócio Eléctrico (exclui Brasil)	7.447	7.610	7.551	7.778
Produção de Electricidade (exclui EDP Renováveis)	2.275	2.267	2.206	2.332
Distribuição de Electricidade	4.378	4.647	4.913	5.040
Comercialização de Electricidade	167	164	180	194
EDP Renováveis	627	532	252	212
Negócio do Gás	422	411	407	444
Negócio Eléctrico no Brasil	2.278	2.980	3.076	3.528
Produção	231	231	242	282
Distribuição	2.033	2.734	2.818	3.231
Comercialização	14	15	16	15
Serviços de Suporte	1.450	1.562	1.558	1.591
Telecomunicações	0	0	395	492
Outros	648	534	588	484
Produção de Electricidade – Península Ibérica (exclui EDP-Renováveis)				
Potência Máxima (MW)	12.488	11.577	11.385	11.534
Portugal	9.091	9.015	8.765	8.770
Espanha	3.398	2.562	2.620	2.613
Produção Líquida de Electricidade (GWh)	35.625	40.111	41.643	40.879
Portugal	22.511	25.625	28.060	24.888
Espanha	13.115	14.487	14.125	15.991
Produção de Electricidade – EDP Renováveis				
Potência Máxima (MW)	4.403	3.033	1.183	420
Portugal	553	424	313	151
Espanha	1.695	1.268	842	269
Resto da Europa	232	87	29	0
EUA	1.923	1.124	0	0
Produção Líquida de Electricidade (GWh)	7.809	3.775	1.904	876
Portugal	1.028	735	483	349
Espanha	2.636	2.058	1.421	528
Resto da Europa	238	119	0	0
EUA	3.907	866	0	0
Distribuição de Electricidade – Península Ibérica				
Número de Clientes	6.716.520	6.670.452	6.591.077	6.492.287
Portugal	6.088.179	6.053.875	5.987.896	5.907.365
Espanha	628.341	616.577	603.181	584.922
Vendas de Electricidade (GWh)	56.147	56.541	55.015	53.031
Portugal	46.468	46.919	45.465	43.784
Espanha	9.679	9.622	9.550	9.247
Comercialização de Electricidade – Península Ibérica				
Número de Clientes	272.841	196.299	84.759	13.290
Portugal	197.151	148.319	22.586	9.212
Espanha	75.690	47.980	62.173	4.078
Vendas de Electricidade (GWh)	12.863	13.741	10.708	12.240
Portugal	947	3.010	4.037	6.314
Espanha	11.917	10.731	6.671	5.926
Negócio do Gás				
Distribuição de Gás – Portugal				
Número de Clientes	200.988	179.802	163.391	149.196
Vendas de Gás (GWh)	5.952	2.554	2.293	2.158
Distribuição de Gás – Espanha				
Pontos de Distribuição	690.032	665.092	641.336	599.904
Vendas de Gás (GWh)	20.688	20.237	19.713	21.547
Comercialização de Gás – Espanha				
Número de Clientes	628.294	415.291	248.160	94.493
Vendas de Gás (GWh)	24.750	18.203	13.755	11.791
Negócio Eléctrico no Brasil				
Potência Máxima (MW)	1.697	1.044	1.018	531
Vendas de Electricidade (GWh)				
Produção	5.473	4.704	3.980	2.756
Distribuição	24.408	25.029	23.948	23.061
Comercialização	7.282	7.188	6.702	6.379
Número de Clientes	2.582.900	3.207.024	3.113.604	2.972.458

Nota: Considera-se 100% dos valores apresentados para todas as empresas, independentemente da participação do Grupo EDP. O número de colaboradores inclui órgãos sociais.

Número de Colaboradores

Potência Instalada (MW)

Produção Líquida (GWh)

Electricidade Distribuída (GWh)


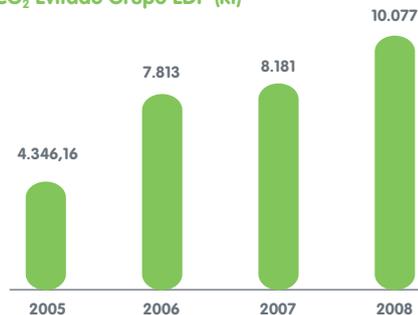


SÍNTESE DE INDICADORES

Indicadores Ambientais

	2008	2007	2006	2005
Consumo de Energia Primária (TJ)				
Total para Actividade de Produção	237.259	261.157	282.147	310.473
Carvão	121.423	166.152	183.799	191.223
Fuelóleo	11.292	15.117	17.857	50.409
Gás Natural ⁽¹⁾	90.180	63.503	57.615	67.104
Outros Combustíveis	13.411	14.672	21.278	178
Resíduos Florestais	676	1.443	1.411	1.273
Combustível da Frota Automóvel	277	270	187	n.d.
Consumos Electricidade (MWh)				
Consumos Próprios da Produção	2.244.466	1.457.748	1.687.714	1.777.479
Serviços Administrativos	31.138	33.411	24.597	28.297
Certificação Ambiental				
Certificação Ambiental ISO 14001	11.424	10.343	8.680	3.297
Potência líquida máxima instalada certificada (%)	61	67	65	28
Distribuição de Gás certificado (%)	100	100	n.d.	n.d.
Emissões Atmosféricas				
Emissões Totais (kt)				
CO ₂ ⁽²⁾	19.783	23.422	24.484	28.255
SO ₂	33,99	100,75	106,79	124,60
NOx	33,26	52,26	59,98	72,44
Partículas	1,68	3,69	4,03	4,88
Emissões Específicas Globais de CO ₂ (g/kWh) ⁽³⁾	387	457	485	600
Emissões Específicas CO ₂ do Parque Térmico (g/kWh) ⁽³⁾	647	726	738	750
SO ₂	1,13	3,12	3,22	3,31
NOx	1,11	1,62	1,81	1,92
Partículas	0,06	0,11	0,12	0,13
CO ₂ evitado pela utilização de energias renováveis (kt)	10.077	8.181	7.813	4.346
Água				
Água Captada				
Água de Refrigeração (m ³ ×103)	1.700.122	1.851.183	2.047.094	2.700.955
Resíduos⁽³⁾				
Total de Resíduos (t)	835.922	958.988	1.122.882	1.092.195
Total de Resíduos Perigosos (t)	3.328	2.641	3.483	4.327
Resíduos Valorizados (%)	85	84	84	80
Biodiversidade				
Rede de Distribuição dentro de Áreas Protegidas (m ²)	13.632	20.058	9.394	8.555
Subestações em Áreas Classificadas (n.º)	41	62	30	21
Despesas Ambientais (mil €)	163.783	157.896	163.471	75.645

CO₂ Evitado Grupo EDP (kt)



Emissões Específicas Parque Térmico

NOx, SO₂ e Partículas (g/kWh)



Despesas Ambientais (milhões de euros)



(1) Inclui âmbito 2: consumo de gás natural dos edifícios administrativos na actividade de distribuição de gás
 (2) Não inclui a frota automóvel; inclui gases siderúrgicos.
 (3) Encaminhados para destino final

Indicadores Sociais

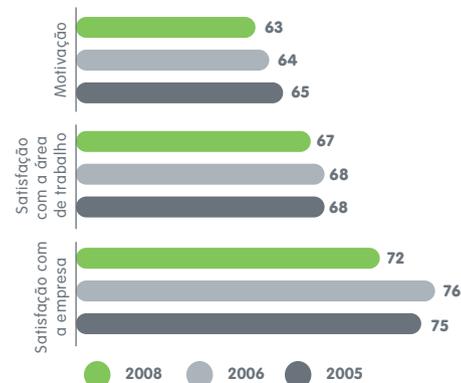
	2008	2007	2006	2005
Emprego				
N.º de Colaboradores ⁽¹⁾	12.166	13.013	13.363	14.141
Colaboradores Masculinos (%)	80	80	81	81
Índice de Satisfação Global	75	n.d.	73	n.d.
Índice de Rotatividade ou Turnover ⁽²⁾	0,06	0,05	0,06	0,04
Idade Média dos Trabalhadores (anos)	45	45	45	45
Taxa de Absentismo (%)	3,44%	3,74	4,05	4,51
Custos com Pessoal (mil euros)	573.674	574.406	585.086	545.987
Benefícios Sociais (mil euros)	161.200	291.926	162.287	200.291
Gratificações (mil euros)	34.000	29.557	28.200	28.160
Formação⁽³⁾				
Total de Horas de Formação	487.111	464.807	332.771	209.316
Taxa de Formação Total	40,0	35,7	32,1	19,8
Colaboradores Formados (%)	82%	91%	69%	71%
Custos Totais com Formação (mil euros)	7.232	7.988	6.925	6.002
Produtividade do Trabalho (euro/hora)	182	160	133	n.d.
Prevenção e segurança				
OSHAS 18 001 (% potência instalada)	46	56	64	n.d.
Acidentes em Serviço (n.º)	76	84	110	95
Acidentes Mortais em Serviço (n.º)	0	0	3	0
Acidentes Mortais de Subcontratados (n.º)	6	5	6	9
Índice de Frequência (Tf)	3,43	3,70	4,60	3,90
Índice de Gravidade (Tg)	176	225	252	216
Índice de frequência EDP e PSE (Tf_total) ⁽⁴⁾	6,18	4,29	4,61	4,7
Total de Dias Perdidos Resultante de Acidente (n.º)	3.894	5.092	5.999	5.261

⁽¹⁾ Para efeitos de análise desagregada, o n.º de colaboradores não inclui órgãos sociais (79)

⁽²⁾ Os reduzidos valores de "turnover" não justificam a sua desagregação por género e faixa etária

⁽³⁾ Entre 2005 e 2006 a informação não inclui Brasil nem gás

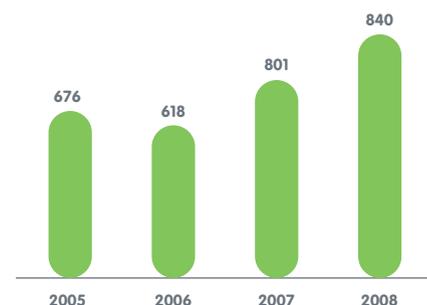
⁽⁴⁾ Entre 2005 e 2007, Tf_total só inclui Portugal

Satisfação de Colaboradores

Índice de Frequência e de Gravidade EDP

Indicadores Económicos

	2008	2007	2006	2005
Índice de Sustentabilidade	129,0	116,1	100,0	n.d.
Indicadores Económicos				
Valor Económico Acumulado (mil euros)				
Atribuições às Fundações	12.282	9.569	10.904	24.358
Devolução à comunidade	195.565	88.348	300.905	152.189
Dividendos	454.937	402.219	365.600	365.654
Valor económico directo gerado	13.467.781	10.751.229	10.392.596	9.724.915
Valor económico distribuído	11.963.191	9.450.451	9.096.790	8.506.287
Custos com fornecedores	735.768	684.187	741.398	816.781
Custos com colaboradores	734.874	866.333	747.374	746.278
Gastos em I&D (mil euros)	23.690	13.306	n.d.	n.d.
Multas e Penalidades (mil euros)	408	484	258	n.d.
Apoios Públicos (mil euros)	653	993	186	n.d.
Presença no mercado				
Contribuição para o PIB	8,3%	6,8%	6,7%	6,5%
Facturação de serviços de energia (euros) ^(a)	12.658	5.435	n.d.	n.d.

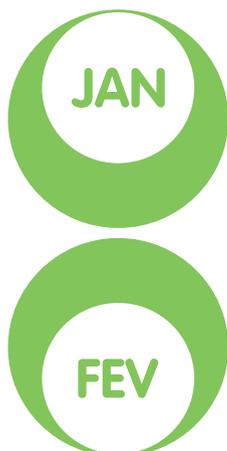
^(a) Valores para Portugal

Valor económico acumulado (milhões de euros)




PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

31 JAN – Dia do Investidor EDP Renováveis: Eólica e Hídrica, no Museu Serralves no Porto.



7 FEV – Aprovação do Regulamento do Código de Ética EDP.

O regulamento vem operacionalizar o funcionamento do Comité de Ética corporativo, que deverá funcionar em articulação com a Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade do Conselho Geral de Supervisão.

19 FEV – EDP adquire à Hydra Energy, LLC 1.050 MW de capacidade de produção a instalar nos Estados Unidos da América.

26 FEV – EDP exerce opção de venda sobre participação de 40% na Edinfor.

8 ABR – EDP adquire activos eólicos do grupo Eole 76 em França.

A EDP Renováveis adquiriu em França à EOLE 76 e à Eurocape: 3 parques eólicos em operação na região da Normandia (35 MW) e diversos projectos de desenvolvimento de parques eólicos, maioritariamente localizados nas regiões da Normandia e Rhônes-Alpes, representando uma capacidade total de 560 MW. Esta transacção foi feita por um "equity value" de 51,3 milhões de euros.

31 MAR – EDP transmite direito a receber défice tarifário português relativo a 2006 e 2007.

A EDP Serviço Universal, S.A. transmitiu ao Millennium BCP e à Caixa Geral de Depósitos, de forma plena e não condicionada, o montante do défice tarifário relativo a 2006 e 2007 de que a EDP SU era titular (176 milhões de euros), por um preço de 177 milhões de euros.



01 ABR – Construção e exploração da central hidroeléctrica de Foz Tua adjudicada à EDP.

O Governo português procedeu à adjudicação provisória à EDP – Gestão de Produção de Energia, S.A. da concessão de utilização do domínio hídrico por um prazo de 75 anos a partir da entrada em exploração do Aproveitamento Hidroeléctrico de Foz Tua.

09 ABR – EDP e IPIC acordam enquadramento para uma cooperação empresarial mútua nos sectores da electricidade e do gás.

09 ABR – IPIC detém 2,0% do capital social da EDP.

10 ABR – ANEEL aprova revisão tarifária da Enersul.

A entidade reguladora do sector eléctrico brasileiro, a ANEEL, aprovou um índice médio de reposicionamento tarifário da Enersul de -7,18%, para o período entre 8 de Abril de 2008 e 7 de Abril de 2009.

11 ABR – Assembleia Geral de Accionistas da EDP.

Aprovação dos documentos de prestação de contas individuais e consolidadas do exercício de 2007; nomeação da Cajastur Inversiones, S.A., do Senhor Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira, Senhor Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira e do Senhor Khalifa Al Romaiti para membros do Conselho Geral e de Supervisão e alteração de alguns artigos do contrato de sociedade.

11 ABR – Portugal celebra contrato de concessão de distribuição regional de gás, que estabelece um período de 40 anos para a concessão, a ter efeito a partir de 1 de Janeiro de 2008.

29 ABR – EDP contrai empréstimo na modalidade "revolving", no montante de 925 milhões de euros e com o prazo de cinco anos.

06 MAI – EDP aliena as suas participações na Turbogás e Portugen.

A EDP celebrou com a International Power Portugal Holdings SGPS, S.A. um contrato de compra e venda com vista à alienação das suas participações de 40% e 27% no capital social da Turbogás Produtora Energética, S.A. e Portugen-Energia, S.A. respectivamente. Esta transacção envolveu um preço de 140 milhões de euros.

08 MAI – Pagamento de dividendo bruto por acção no valor de 0,125 euros por acção (exercício 2007).

18 MAI – EDP adere ao London Benchmarking Group (LBG).

Esta associação com mais de 100 empresas trabalha em conjunto para determinar o retorno do investimento social, através da criação de um padrão de medida global e partilhando as melhores práticas actuais.

25 MAI – ERSE retira proveitos permitidos associados aos contadores na distribuição de electricidade.

A ERSE anunciou a revisão do Regulamento de Relações Comerciais do sector eléctrico, que vem refectir as alterações impostas pela Lei n.º 12/2008, de 26 de Fevereiro, aprovada pela Assembleia da República, que determina a proibição de cobrança de "(...) qualquer importância a título de preço, aluguer, amortização ou inspecção periódica de contadores (...)" e ainda que a "(...) factura deve ter uma periodicidade mensal (...)".



02 JUN – EDP Renováveis fixa preço de subscrição do IPO em 8 euros por acção.

02 JUN – EDP obtém Certificação Ambiental Corporativa com referência à Norma ISO 14001:2004.

A certificação obtida tem por âmbito a gestão corporativa das políticas ambientais e dos planos estratégicos de ambiente, da informação ambiental e do desempenho ambiental das organizações do Grupo EDP".

09 JUN – EDP e Sonatrach celebram acordo de princípios para possível parceria em países da América Latina.

19 JUN – Autoridade da concorrência autoriza a exploração de Alqueva e a aquisição de mini-hídricas pela EDP.

01 SET – Energias do Brasil aliena participação na empresa de telecomunicações ESC90.

A Energias do Brasil celebrou com a Net Serviços de Comunicação S.A. e outros um contrato de compra e venda, relativo à alienação de 100% da Esc 90 Telecomunicações Ltda.

04 SET – EDP integra o índice de Sustentabilidade Dow Jones 2008/2009.

A EDP tornou-se na única empresa portuguesa, em 2008, a integrar o "Dow Jones Sustainability Indexes: World e STOXX".

09 SET – EDP lança programa EDP Solidária 2008.

Este programa visa a distribuição de 350 mil euros por projectos que promovem a melhoria da qualidade de vida, em particular de pessoas socialmente desfavorecidas, e a integração de comunidades em risco de exclusão social.

12 SET – Energias do Brasil e Grupo Rede concretizam permuta de activos destinada a reforçar a posição do Grupo EDP na produção de energia eléctrica no Brasil.

A Energias do Brasil e o Grupo Rede concretizaram na sequência da verificação das autorizações necessárias, uma troca de activos. Como consequência desta operação, a Energias do Brasil deixou de ter qualquer participação no capital da Enersul. Por outro lado, a Energias do Brasil reforçou a sua posição na Investco, de 27,65% para 73% do capital com direito de voto.

23 SET – "Joint venture" EDP, Efaced e Babcock&Brown com 77% e a Pelamis Wave Power Limited (23%) lançam o primeiro projecto comercial de energia das ondas em Portugal.

06 NOV – Dia do Investidor EDP, em Lisboa, com apresentação das orientações estratégicas do Grupo para os próximos anos.

06 Fev – Fitch mantém "rating" de longo prazo da EDP em 'A-' atribuindo "outlook" estável.

A agência de "rating" Fitch Ratings confirmou a notação de "rating" de longo prazo da EDP e da sua subsidiária EDP Finance BV em 'A-'; o "senior unsecured" para 'A' e notação de "rating" de curto prazo em 'F2'. A Fitch confirmou ainda a notação de "rating" de longo prazo da HC Energia em 'A-' e de curto prazo em 'F2'.

10 Fev – EDP Finance BV emite obrigações no montante de 1.000 milhões de euros a 5 anos.

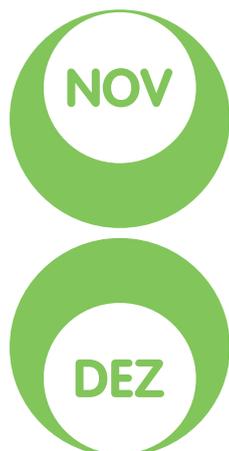
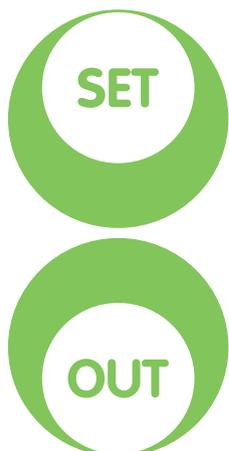
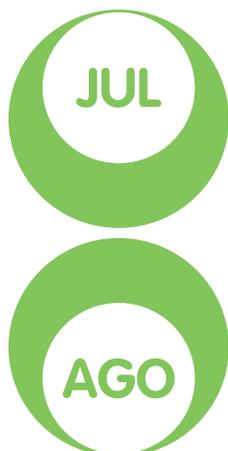
25 Fev – EDP distinguida como "Best in Class" pela StoreBrand.

Pela segunda vez consecutiva, a EDP integra o "portfólio" de investimentos socialmente responsável desta sociedade financeira, pelo reconhecimento da sua liderança nas áreas ambientais e sociais.

03 JUL – Standard & Poor's revê "outlook" da EDP de negativo para estável.

17 JUL – EDP vence concurso para construção de centrais hidroeléctricas de Fridão e Alvíto.

A EDP venceu o concurso para atribuição do domínio hídrico dos aproveitamentos hidroeléctricos de Fridão e Alvíto por um prazo de 65 anos. A proposta da EDP consistiu numa oferta de 161,7 milhões de euros acrescidos do valor mínimo de 70 milhões de euros definido no programa de concurso.



01 AGO – EDP adjudica construção de nova CCGT em Espanha.

A EDP adjudicou através da assinatura de um contrato em regime chave-na-mão com o consórcio formado pela francesa Alstom e pela empresa asturiana Duro Felguera, a construção da CCGT Soto 5 (424 MW), em Soto de Ribera, nas Astúrias.

08 AGO – ANEEL aprova reajustamento tarifário anual da Escelsa.

A entidade reguladora do sector eléctrico brasileiro, a ANEEL, aprovou o índice médio do reajustamento anual das tarifas da Escelsa em 12,17%, para o período entre Agosto de 2008 e Julho de 2009.

15 OUT – ERSE comunica proposta de tarifas para a energia eléctrica em 2009 e parâmetros para o período 2009-11.

A ERSE anunciou a proposta de tarifas para a energia eléctrica em 2009 e parâmetros para o período de regulação de 2009-2011. Relativamente às tarifas de energia eléctrica para o ano 2009, a ERSE propôs um aumento médio de 4,9% nas tarifas de venda a clientes finais para o Continente. No âmbito da proposta tarifária agora anunciada pela ERSE, será criado para a EDP Serviço Universal um défice tarifário estimado em 1.717 milhões de euros.

17 OUT – EDP Renováveis entra no mercado romeno através da aquisição de 736 MW de projectos eólicos.

A EDP Renováveis chegou a acordo para a aquisição de 85% das empresas Renovatio Power SRL e Cernavoda Power SRL, que detêm projectos para a produção de energia eólica na Roménia num total de 736 MW.

28 OUT – ANEEL aprova reajustamento tarifário anual da Bandeirante.

A entidade reguladora do sector eléctrico brasileiro, a ANEEL, aprovou o índice médio do reajustamento anual das tarifas da Bandeirante em 14,48%, para o período entre Outubro de 2008 e Setembro de 2009.

24 OUT – EDP Finance BV emite obrigações no montante de 325 milhões de libras, a 15 anos a taxa fixa.

03 DEZ – BNDES aprova linha de crédito de 900 milhões de reais para investimentos da Energias do Brasil.

16 DEZ – ERSE divulga parâmetros, tarifas e preços para a energia eléctrica e outros serviços em 2009-11.

26 DEZ – Transmissão de participação social Parpública.

A Parpública comunicou à EDP que transmitiu para a sociedade Capitalpor – Participações Portuguesas, SGPS, S.A., cujo capital social é por si detido na totalidade, 408.797.735 acções representativas do capital da EDP, que correspondem a 11,1799% do capital social e dos respectivos direitos de voto desta empresa.

29 DEZ – EDP Renováveis estabelece transacção com investidores institucionais (245 milhões de dólares) para investimento em projectos eólicos de 2008 nos EUA.

05 MAR – EDP contrata linha de crédito de 1.600 milhões de euros a 3 anos.

A EDP assinou um contrato de financiamento na modalidade "revolving", no montante de 1.600.000 milhões de euros, com o prazo de três anos. A linha de crédito substitui uma linha de 1.300 milhões de euros contratada pela EDP em 2004 e que vence em Julho de 2009, mantendo o seu propósito: suporte de liquidez do Grupo.

05 MAR – EDP cede direito aos ajustamentos tarifários extraordinários relativos a 2007 e 2008.

A EDP Serviço Universal, comercializador de último recurso do sistema eléctrico nacional, acordou ceder, de forma plena e sem recurso, à Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. os direitos ao recebimento de totalidade dos ajustamentos positivos às tarifas eléctricas respeitantes aos custos com a aquisição de energia eléctrica incorridos no ano de 2007 e estimados incorrer no ano de 2008, acrescidos dos respectivos encargos financeiros no montante de 1.275.682.000 euros



ÓRGÃOS SOCIAIS DA EDP

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena, Presidente

António Bernardo de Menezes e Lorena de Sêves, Vice-Presidente

Maria Teresa Isabel Pereira, Secretário da Sociedade

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

KPMG & Associados, SROC, S.A., representada por Jean-éric Gaign, ROC, Fiscal Único Efectivo

Vítor Manuel da Cunha Ribeirinho, ROC, Fiscal Único Suplente

CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO

António de Almeida, Presidente

71 anos. Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto (1961). Em Moçambique, foi Técnico dos Serviços de Planeamento de Moçambique de 1963 a 1965; Director Financeiro e Secretário-Geral da Maragra – Marracuene Agrícola Açucareira, de 1966 a 1971 e Administrador e Vice-Presidente do Instituto de Crédito de Moçambique, de 1971 a 1974. Em Portugal, foi Governador e Presidente do Banco de Angola, de 1974 a 1978; Secretário de Estado do Tesouro, de 1978 a 1980 e, novamente, de 1983 a 1985; Presidente da União de Bancos Portugueses até 1991; Consultor do Banco de Portugal, até 1992; Consultor da Associação Industrial Portuense, de 1991 a 1996; Presidente do Conselho de Administração da EDP, de 1996 a 1998; Administrador do BERD, de 1998 a 2004; Presidente da Comissão de Auditoria da EDP de 2003 a 2004; Presidente do OMIP, de 2004 a 2006.

Alberto Coraceiro de Castro, Vice-Presidente

56 anos. Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia do Porto e Doutor em Economia pela Universidade da Carolina do Sul. As suas áreas de especialização são economia industrial, economia e estratégia empresarial, economia do trabalho e internacionalização, nas quais tem várias publicações académicas e de divulgação. É Professor na Universidade Católica Portuguesa, onde é Director do Centro de Estudos de Gestão e Economia Aplicada. É membro do Conselho Geral da Associação Empresarial de Portugal, da Direcção da Associação Comercial do Porto, Vice-Presidente do Conselho de Administração da Associação para o Museu dos Transportes e Comunicações e Membro do Conselho Consultivo para o Plano Tecnológico. Preside aos Conselhos Fiscais da Mota-Engil e Unicer. Consultor da APICCAPS.

António Sousa Gomes

72 anos. Licenciado em Engenharia Mecânica pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa e Graduado SEP pela Graduate School of Business, Stanford University. Foi Director na Siderurgia Nacional entre 1968 e 1974, Administrador da RTP, S.A. entre 1974 e 1975 e Secretário Geral da SEDES entre 1972 e 1973 onde passou a Presidente entre 1973 e 1974. Foi Secretário de Estado dos Investimentos Públicos entre 1975 e 1976, Deputado à Assembleia da República entre 1976 e 1980, Ministro do Plano e Coordenação Económica entre 1976 e 1978, Ministro da Indústria em 1977, Ministro das Obras Públicas e Habitação entre 1978 e 1979, Vice-Presidente da Comissão Parlamentar de Integração Europeia em 1981. Foi ainda Presidente da JUC entre 1958 e 1960, Presidente do CAE da IPE entre 1983 e 1991, Administrador da EGF entre 1987 e 1991 e Administrador da EFACEC entre 1988 e 1992. Foi, em 1998, Membro do CAE da Fundação de Serralves, de 1992 a 2001 Presidente do CAE da CIMPOR, S.A. e é actualmente Presidente não executivo da CORPORATION NOROESTE.

Carlos dos Santos Ferreira

59 anos. Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa (1971). Foi membro da Comissão da Reforma Fiscal (1984-1988), deputado à Assembleia da República, Vice-Presidente da Comissão Parlamentar de Segurança Social e Saúde (1976), Vogal do Conselho de Gerência da ANA (1977-1987) e Presidente do CAE da Fundação de Oeiras (1987-1989) e da Companhia do Aeroporto de Macau (1989-1991). Foi Administrador no Grupo Champalimaud (1992-1999), tendo presidido ao CAE da Mundial Confiança e à Assembleia Geral do Banco Pinto & Sotto Mayor. Entre 1999 e 2003, assumiu, no Grupo BCP, funções de Administrador da Servibanca, Vice-Presidente e Vogal do CAE da Seguros e Pensões Gere, Administrador e Presidente do CAE da Império Bonança, das Companhias de Seguros Ocidental e Ocidental Vida, da Seguro Directo, da ICI – Império Comércio e Indústria, da Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, da Autogere, da Corretoresgest e Administrador da Eureko B.V. Foi ainda Vice-Presidente da Estoril Sol, Vice-Presidente da Finansol, Presidente não Executivo da Willis Portugal – Corretores de Seguros (2003-2005) e Administrador do Seng Heng Bank. Entre 2005 e 27 de Dezembro de 2007 foi Presidente do CAE da Caixa Geral de Depósitos. Actualmente é Presidente do CAE do Banco Comercial Português.

Diogo Lacerda Machado

47 anos. Licenciado em Direito. "Management-Trainee" na FIMA-LEVER-IGLO em 1986, Consultor Jurídico do Fundo de Turismo e da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa entre 1986 e 1988, Assessor do Secretário-Adjunto para a Administração e Justiça do Governo de Macau entre 1988 e 1990, Técnico Superior no Fundo de Turismo entre 1990 e 1992, Director da Interfina e

Administrador de várias sociedades participadas entre 1992 e 1995. Entre 1995 e 1999 foi advogado e sócio da Sampaio Caramelo, Fonseca Santos & Lacerda Machado, Soc. de Advogados, membro do Conselho Superior da Magistratura entre 1997 e 1999, Director Jurídico do Grupo Parque Expo'98 e Administrador de Sociedades participadas no ano de 1999, Secretário de Estado da Justiça do XIV Governo Constitucional entre 1999 e 2002 e advogado em colaboração com a J.A. Pinto Ribeiro & Associados entre 2002 e 2004. Advogado em colaboração "off-counsel" com a Barrocas, Sarmento e Neves, Soc. de Advogados. Foi Administrador da VEM – Varig, Engenharia e Manutenção (Brasil), entre 2006 e 2007. É Administrador do BAO – Banco da África Ocidental (Guiné-Bissau) e do Moza Banco (Moçambique). É membro da CADA – Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos.

Eduardo Catroga

66 anos. Licenciado em Finanças pelo ISEG (Universidade Técnica de Lisboa) e pós-graduado pela Harvard Business School em 1979. Foi Ministro das Finanças do XII Governo Constitucional entre 1993 e 1995. É Professor Catedrático Convidado na área de Estratégia Empresarial do M.B.A. do ISEG. Tem feito carreira essencialmente no domínio da gestão e administração de empresas, nomeadamente na CUF e na SAPEC. Foi Consultor do Ministério das Finanças (1967), Director Financeiro e de Planeamento e Controlo da CUF (1974) e Administrador da CUF (1974-75), Membro da Comissão Administrativa da CUF (1975-77) e Vice-Presidente da Quimigal (1978-80). Foi Administrador Delegado do Grupo SAPEC (1981-1993), Administrador da Cel-Cat (1982-93), da BP Portuguesa (1983-1988), da Finantia – Sociedade de Investimentos (1989-1993) e Presidente da Associação Portuguesa das Empresas Industriais de Produtos Químicos entre 1982 e 1988. Actualmente é Presidente do CA do Grupo SAPEC, Administrador da Nutrinveste, Administrador do Banco Finantia e Membro do Conselho Nacional do Mercado de Valores Mobiliários.

Fernando Manuel Faria de Oliveira

67 anos. Licenciado em Engenharia Mecânica pelo IST. Foi Secretário de Estado do Comércio Externo (1980-1983), Secretário de Estado Adjunto do Vice-Primeiro Ministro (1995), Secretário de Estado das Finanças e do Tesouro (1988-1989), Secretário de Estado Adjunto e das Finanças (1989-1990), Ministro do Comércio e Turismo (1990-1995) e Deputado da Assembleia da República pelo círculo de Faro (1991) e pelo de Lisboa (1995). Foi membro do CAE da Siderurgia Nacional (1980-1983), Membro não executivo do CA da EGF – Empresa Geral de Fomento (1988), da CELBI – Celulose da Beira Industrial (1987-1988), do ICEP – Instituto do Comércio Externo de Portugal (1986-1988) e Administrador do BFE – Banco de Fomento Exterior (1990), membro do Conselho Consultivo do Instituto Nacional de Administração e da APAD – Agência Portuguesa de Apoio ao Desenvolvimento (2000-2002), membro da Comissão Executiva da UCCLA – União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas (2000-2002), Vice-Presidente do CA do IPE – Investimentos e Participações Empresariais, S.A. (1983-1990) e Administrador (1990-2002), Presidente do Conselho Consultivo da ELO – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e de Cooperação (2001-2005), membro do CA da Carlton Life, SGPS, S.A. e da HPP – Hospitais Privados de Portugal, SGPS, S.A. (2003-2005), Administrador não executivo da TAP (1998-2006) e Presidente da Comissão Executiva do Banco Caixa Geral, Espanha (2005-2007). Actualmente é Presidente do CA da Caixa Geral de Depósitos.

José Maria Brandão de Brito

62 anos. Professor Catedrático de Economia do ISEG/UTL onde é actualmente presidente do Departamento de Economia. Ocupou cargos e desempenhou funções dos quais se sublinham os seguintes: Técnico do INII (1968-75); Vice-Presidente do Conselho Consultivo do IAPMEI (1975-80); Vice-Presidente (executivo) do CA da TAP – Air Portugal, S.A. (1996/98); Presidente (executivo) do CA da Rádio Televisão Portuguesa, S.A. (1998-2001); Vice-Presidente e Administrador Delegado da Portugal Global, SGPS, S.A. (2001-02); Comissário da Exposição Engenho e Obra – Engenharia em Portugal no Sec. XX (Cordoaria Nacional, 2003); Administrador do IDEFE/ISEG – Instituto para o Desenvolvimento e Estudos Económicos e Empresariais (2007-); membro eleito do Conselho Geral da UTL (2009-). Está filiado em várias instituições científicas e participou em mais de meia centena de congressos, colóquios, seminários, nacionais e internacionais. Tem colaborado com regularidade, com artigos de opinião, na comunicação social escrita. É autor de algumas dezenas de livros e outras publicações sobre temas de economia teórica e aplicada.

José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi

54 anos. Licenciado em "Sciences Economiques Appliquées" pelo Instituto de Administração e Gestão da Faculdade de Ciências Económicas, Políticas e Sociais da Université Catholique de Louvain. Entre 1981 e 1983 desempenhou funções de "financial controller" na sede europeia do Grupo Espírito Santo (GES), assegurando a função de Assistente do "General Financial Controller" do GES, a nível mundial. A partir de Junho de 1983, foi Director Adjunto do Bank Espírito Santo Internacional Limited e em 1987 foi nomeado Director do Merchant Banking do Banco Internacional de Crédito (BIC). Em 1990 foi Director Geral-Adjunto da Direcção Geral de Empresas e Director da Direcção de Mercado de Capitais do BIC. Em 1992 foi nomeado Administrador da Espírito Santo Sociedade de Investimentos e, em 1995, Vice-Presidente do CA do Banco Espírito Santo de Investimento. Desde 1999 que exerce o cargo de Administrador da Comissão Executiva do Banco Espírito Santo e Presidente do Conselho Executivo do Banco Espírito Santo de Investimento.



ÓRGÃOS SOCIAIS DA EDP

Khalifa al Romaihi

30 anos. Bacharel em Administração de Empresas pela Universidade de Portland, em 2002. Foi gestor adjunto da IPIC – International Petroleum Investment Company entre 2004 e 2007. É Membro do Conselho da HDO Standing Committee & HDO desde 2005, Administrador da Cosmo Oil – CSR Promotion Committee, desde 2007, e foi Membro do Conselho da Oman Polypropylene Company (OPP) entre 2006 e 2007 e representante da IPIC na Borealis entre 2005 e 2007. Desde 2007, é responsável pela Divisão de Gestão de Investimentos.

Manuel Alves Monteiro

51 anos. Licenciado em Direito, é Administrador das sociedades CIN, Novabase e AICEP. É membro dos Conselhos Consultivos das Faculdades de Economia do Porto e de Economia e Gestão da Universidade Católica – Porto e da sociedade Porto Vivo, Sociedade de Reabilitação Urbana – Porto, S.A. É membro do Conselho Coordenador da SEDES. É Presidente das Comissões de Vencimentos das sociedades Douro Azul, SGPS, S.A. e Sardinha & Leite, SGPS, S.A. Foi Administrador não executivo da Jerónimo Martins, SGPS, S.A., Presidente da Euronext Lisbon e membro dos Conselhos de Administração das Bolsas de Paris, Bruxelas e Amsterdão e da Euronext NV; foi CEO da BVLP – Bolsa de Lisboa e Porto e da Interbolsa. Foi Presidente da Direção do Instituto Português de Corporate Governance, Presidente da Associação Portuguesa de Analistas Financeiros, vogal do Conselho Consultivo da CMVM, Presidente da Casa da Música / Porto 2001, S.A. Desempenhou cargos em órgãos executivos de organizações internacionais ligadas ao mercado de capitais (Executive Board da FIABV – Federação Ibero-Americana de Bolsas, da ECOFEX – Federação Europeia de Bolsas de Futuros e Opções, do IFCI – International Finance and Commodities Institute e ECMI – European Capital Markets Institute). Agraciado com distinção “Chevalier de L’Ordre Nationale de la Legion d’Honneur”, por Decreto do Presidente da República Francesa.

Mohammed Meziane

64 anos. Licenciado em Engenharia Química pela École Polytechnique de Argel e em Engenharia Petroquímica pelo Algerian Institute of Oil. Entrou para a Sonatrach em 1967, tendo iniciado a sua actividade profissional no complexo de amônia e posteriormente na refinaria de Arzew. Foi Director da refinaria de Argel em 1973 e, em 1978, foi nomeado Director do Sector de Refinação. Em 1980 é nomeado Vice-Presidente da Sonatrach, sendo responsável pelos sectores da refinação e do gás natural liquefeito. Em 1984, é convidado para exercer funções no Gabinete do Ministro da Energia e, em 1986, é nomeado Director para a Segurança Industrial e, em 1988, é nomeado Director para as Trocas Internacionais. Entre 1991 e 1996, exerce funções como chefe de Gabinete dos Hidrocarbonetos. Ainda no Ministério da Energia, é nomeado Director Geral, funções que exerceu até ser nomeado Chairman e CEO da Sonatrach, em 2003.

Rui Pena

69 anos. Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa. Advogado. Tem centrado a sua actividade profissional nos domínios do direito administrativo, comercial, financeiro e empresarial com particular ênfase em matérias dos chamados mercados regulados. É “senior partner” da Rui Pena, Arnaut & Associados, Sociedade de Advogados, R.L. de que foi fundador. Presidente do Conselho de Administração/Administrador executivo/Administrador não executivo em diversas empresas nacionais e estrangeiras entre 1973 e 2007. Ministro da Defesa Nacional em 2001 e 2002. Membro do Conselho Geral da Ordem dos Advogados de 1987 a 1989. Professor de Direito Administrativo na Universidade Autónoma de Lisboa entre 1983 e 1987. Membro da Assembleia Municipal de Lisboa em 1986. Integra o corpo de árbitros e conciliadores do ICSID (International Centre for Settlement of Investment Disputes). Presidente do grupo Português da União Interparlamentar entre 1980 e 1982. Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa entre 1977 e 1980. Professor de Direito Administrativo na Universidade Livre de Lisboa entre 1978 e 1981 e regente da mesma cadeira na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa de 1977 a 1980. Ministro da Reforma Administrativa em 1978. Deputado da Assembleia da República de 1976 a 1983. Entre 1964 e 1975 foi consultor jurídico e administrador de diversas empresas do Grupo SACOR.

Vasco José de Mello

52 anos. “Bachelor of Science” em Gestão de Empresas pelo American College of Switzerland, em 1978, tendo frequentado o “Training Program” no Citigroup em New York de 1978 a 1979. Foi Assessor do CA da União Industrial Têxtil e Química (1980-1982) onde passou a Vogal do CA entre 1982 e 1999. Foi vogal do CA da Sociedade Independente de Comunicação (1992-1994) e do CA da Transitec-Lausanne (1982-1987) e Administrador Delegado da CUF Finance (1985-2002). Na Companhia de Seguros Império foi vogal do CA (1992-1996) e Presidente entre (1996-2000). Foi também Presidente do CA do Banco Mello, S.A. (1995-2000), do Banco Mello de Investimentos (1991-2000) e Vice-Presidente do CA da José de Mello, SGPS, (1994-2004). Foi Vogal do CA da ONI SGPS (2000-2002) e Presidente do CA da União Internacional Financeira, SGPS (2001-2004). Foi Vice-Presidente do Conselho Superior do Banco Comercial Português (2000-2007), Vogal do Conselho de Supervisão do Bank Millennium – Polónia (2005-2007) e Vogal do CA da Abertis, Barcelona (2003-2007). É Presidente do CA e CE da Brisa – Autoestradas de Portugal, S.A., desde 2002 e Presidente do CA José de Mello, SGPS, S.A. desde 2004.

Vitor Seabra Franco*

58 anos. Licenciado em Finanças pelo Instituto Superior de Economia de Lisboa e em Direito (Ciências Jurídicas) pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa. Doutor em Ciências Económicas e Empresariais (Empresariais) pela Universidad Autónoma de Madrid. Professor Catedrático do ISCTE, Presidente do Departamento de Contabilidade e Presidente da Assembleia do ISCTE. Lecciona as disciplinas de Contabilidade de Gestão e Controlo de Gestão nas licenciaturas, mestrados e programa doutoral em Contabilidade do ISCTE. Autor de obras na área da Contabilidade de Gestão. Partner de Grant Thornton & Associados, SROC, Lda. Foi Inspector Coordenador da Inspeção de Empresas da Inspeção – Geral de Finanças e Presidente da Assembleia Geral da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

* Apresentou no dia 4 de Março de 2009 a sua renúncia ao cargo de membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP.

Vital Moreira

64 anos. Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (FDUC), onde concluiu o Mestrado e o Doutoramento em Direito Público e onde é actualmente Professor. É também Professor no curso de Estudos Europeus da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e no curso de mestrado em Políticas Públicas do ISCTE, em Lisboa. É Presidente do Centro de Estudos de Direito Público e Regulação (CEDIPRE) na FDUC e Director do curso de Pós-Graduação em Regulação Pública e Concorrência, organizado pelo CEDIPRE. É ainda Vice-Presidente do comité “Serviços de Interesse Económico Geral” do CEEP – Centro Europeu de Empresas Públicas e de Participação Pública, com sede em Bruxelas. Foi Deputado à Assembleia Constituinte (1975-76) e à Assembleia da República em diversas legislaturas, Juiz do Tribunal Constitucional (1982-89), Membro do Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior (1998-2002) e Presidente da Comissão de Projectos para as Comemorações do 1º Centenário da República Portuguesa (2006-2007).

Vitor Fernando da Conceição Gonçalves

53 anos. Licenciado em Organização e Gestão de Empresas pelo ISEG (1978). Doutoramento em Ciências Empresariais pela FCEE da Universidade de Sevilha (1987). Agregado em Gestão pela Universidade Técnica de Lisboa (1993). Professor Catedrático de Gestão no ISEG (1994-). Vice-Reitor da Universidade Técnica de Lisboa (2007-). Administrador não executivo da ZON Multimédia e Presidente da Comissão de Auditoria (2007-). Membro do Conselho Económico e Social (2007-). Membro do “Panel of Experts on World Competitiveness” do IMD World Competitiveness Center (2005-). Presidente da Direcção do Gaptec / UTL (2007-). Presidente do Conselho Directivo do ISEG (2003-2006). Presidente do Departamento de Gestão do ISEG (1992-2000). Tem dirigido vários programas de pós-graduação e de formação avançada para executivos. Professor Convidado em várias Universidades portuguesas e estrangeiras. Membro da Comissão de Avaliação das candidaturas a Doutoramento, Pós-Doutoramento e Cientistas convidados da Fundação para a Ciência e Tecnologia (1997-). Presidente da Comissão de Avaliação das licenciaturas em Gestão e Administração das Universidades Portuguesas (2001-2002). Membro da Direcção do Conselho da Especialidade de Economia e Gestão Empresarial da Ordem dos Economistas (1999-2001) e membro do Conselho da Profissão (2007-). Administrador da Promindústria – Sociedade de Investimento S.A. (1994-1996). Presidente do IDEFE – Instituto para o Desenvolvimento e Estudos Económicos Financeiros e Empresariais (2003-2007). Em 2001 / 2002 foi o presidente do grupo de “peritos de alto nível” da Comissão Europeia que fez a avaliação do programa sobre a competitividade europeia – European Research Area. Autor de dezenas de trabalhos sobre temas de gestão em revistas e outras publicações nacionais e internacionais.

Manuel Menéndez Menéndez*

49 anos. Licenciado em Economia e Administração de Empresas em 1982, Doutor em Ciências Económicas pela Universidade de Oviedo em 1985 e Catedrático no Departamento de Administração de Empresas e Contabilidade da Universidade de Oviedo em 1990. Foi vogal do CA e Membro da CE da Cajastur e da Hidrocontábrico, Membro do CA, CE e Comissão de Auditoria e Controlo da AIRTEL, Vogal do CA da Ahorro Corporación, da LICO Corporación e da ENCE, Vice-Presidente do CA da SEDES, S.A. e Presidente Executivo da Sociedad de Garantías Recíprocas de Astúrias. É Presidente da Cajastur, da Hidrocontábrico e da Naturgas Energia, Vogal do CA da Nuevas Energias de Occidente e da Confederación Española de Cajas de Ahorros (CECA), Vogal da Junta Directiva da UNESA e Membro do Registro Oficial de Auditores de Cuentas. Representa ainda a Peña Rueda, S.L. (filial 100% da Cajastur) no CA da Enagas.

* Apresentou no dia 29 de Fevereiro de 2008 a sua renúncia ao cargo de membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP.



ÓRGÃOS SOCIAIS DA EDP

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

António Mexia, Presidente

51 anos. Licenciado em Economia pela Universidade de Genéve (1980), onde foi Assistente do Departamento de Economia. Foi Professor no curso de Pós-Graduação em Estudos Europeus na Universidade Católica, Regente na Universidade Nova e na Universidade Católica onde Administrou entre 1982 e 1995. Foi Adjunto do Secretário de Estado do Comércio Externo entre 1986 e 1988. Entre 1988 e 1990 foi Vice-Presidente do CA do ICEP – Instituto do Comércio Externo. Entre 1990 e 1998 foi Administrador do Banco Espírito Santo de Investimentos e, em 1998, foi nomeado Presidente do CA da Gás de Portugal e da Transgás. Em 2000 integrou a Galp Energia como Vice-Presidente do CA e entre 2001 e 2004 assumiu funções de Presidente Executivo da Galp Energia e Presidente dos CA da Petrogal, Gás de Portugal, Transgás e Transgás-Atlântico. Em 2004 foi nomeado Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações do XVI Governo Constitucional. Foi ainda Presidente da APE – Associação Portuguesa de Energia (1999-2002), membro da Comissão Trilateral (1992-1998), Vice-Presidente da AIP – Associação Industrial Portuguesa, Presidente do Conselho Geral da Ambelis, bem como representante do Governo Português junto da União Europeia no Grupo de trabalho para o desenvolvimento das redes transeuropeias.

Ana Maria Fernandes

46 anos. Licenciada em Economia pela Faculdade de Economia do Porto (1986), Pós-Graduada em Finanças pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto e MBA pela Escola de Gestão do Porto (1989). Foi Assistente na Faculdade de Economia do Porto de 1986 a 1991. Iniciou a sua carreira profissional em 1986 na Conselho – Gestão e Investimentos, empresa do Grupo Banco Português do Atlântico, na área de mercado de capitais, investimentos e reestruturação de empresas. Em 1989, assumiu funções na área de “Corporate Finance” da Sociedade de Investimentos EFISA, sendo posteriormente Directora do Banco EFISA. Em 1992 integrou o Grupo Banco de Fomento e Exterior como Administradora na área da Banca de Investimento e foi Directora de “Corporate Finance” no BPI entre 1996 e 1998. Em 1998, integrou a Gás de Portugal como Directora de Planeamento Estratégico e M&A e em 2000 assumiu as funções de Directora de Estratégia e Gestão do “Portfolio” de Negócios da Galp e, posteriormente, foi simultaneamente Presidente da Galp Power e Administradora da Transgás. Em 2004 foi nomeada Administradora da Galp Energia onde permaneceu até ao início de 2006.

António Martins da Costa

54 anos. Licenciado em Engenharia Civil (1976) e MBA pela Escola de Gestão do Porto (1989), tem ainda formação executiva complementar no INSEAD (Fontainebleau, França – 1995), AESE (Lisboa 2000) e Wharton School (Filadélfia, EUA – 2003). Iniciou a sua carreira profissional em 1976 como docente de Engenharia, tendo assumido funções na EDP, em 1981, no Sector de Produção Hidráulica. Em 1989, assume funções no sector financeiro, onde foi Director Geral do Banco Millennium BCP e Administrador Executivo das empresas de Seguros de Pensões (S&P) e de Gestão de Fundos e Patrimónios (AF Investimentos) do Grupo Millennium BCP. Foi também director da Eureka BV (Holanda), Presidente da Eureka Polska e Vice-Presidente Executivo da PZU, Polónia, a maior seguradora e gestora de patrimónios e de fundos de pensões da Europa Central e de Leste. Desde 2003 assumiu as funções de Director-Presidente da EDP – Energias do Brasil, sendo, desde 2007, CEO da Horizon Wind Energy, nos EUA.

António Pita de Abreu

58 anos. Licenciado em Engenharia Electrotécnica pelo Instituto Superior Técnico (1972), onde foi Assistente e Professor Convidado no Departamento de Engenharia Electrotécnica e de Computadores. Assumiu funções no Sector Eléctrico em 1977. Até 2006 desempenhou as seguintes funções: Membro Executivo do CA da EDP; Presidente do CA da REN – Rede Eléctrica Nacional; Presidente do CA da EDP Produção; Presidente do CA da CPPE – Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade; Presidente do CA da EDP Cogeração; Presidente do CA da TER – Termoeléctrica do Ribatejo; Vice-Presidente do CA da EDP Distribuição – Energia; Membro do CA da EDP Energia; Membro do CA da EDP Brasil; Membro Executivo do CA da REN – Rede Eléctrica Nacional; Presidente do CA da ONItelecom; Presidente do CA da Edinfor; Vice-Presidente do CA da Turbogás e Vogal do CA da EDA – Electricidade dos Açores. É actualmente Director Presidente da EDP – Energias do Brasil e membro do Conselho de Infraestruturas da Federação das Indústrias do Estado de S. Paulo (Brasil).

João Manso Neto

50 anos. Licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Economia (1981) e Pós-Graduado em Economia Europeia pela Universidade Católica Portuguesa (1982), completou ainda o Curso da “American Bankers Association” (1982), conclusão da componente académica do Mestrado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa e, em 1985, o “Advanced Management Program for Overseas Bankers” na Wharton School – Philadelphia. Entre 1988 e 1995 assumiu no Banco Português do Atlântico várias funções, tendo sido, designadamente, Director Central Adjunto da Direcção Internacional e Director Central das Direcções Financeiras e Comercial Retalho Sul. Entre 1995 e 2002 assumiu no Banco Comercial Português as funções de Director Geral da Direcção Financeira, Direcção Geral de Grandes Empresas Institucionais, Direcção Geral de Tesouraria, Membro do CA do BCP – Banco de Investimento e Vice-Presidente do BIG Bank Gdansk. Entre 2002 e 2003 foi Administrador no Grupo Banco Português de Negócios. Entre 2003 e 2005, assumiu funções na EDP como Director Geral e Administrador da EDP Produção. Em 2005, foi nomeado Conselheiro Delegado da HC Energía, Presidente da Genesa e Administrador da Naturgas Energia e do OMEL.

Jorge Cruz Morais

51 anos. Licenciado em Engenharia Electrotécnica pelo Instituto Superior Técnico em 1980 e MBA pela Universidade Nova de Lisboa em 1989. Iniciou a carreira na EDP, em 1983, no planeamento da rede de transporte. De 1991 a 1994, foi Assessor do CA da EDP, tendo sido coordenador do processo de reestruturação que culminou com a criação do Grupo EDP em 1994. Foi então nomeado Director de Planeamento Estratégico, tendo sido responsável pela coordenação do processo de Privatização (IPO e 2.ª fase). Adicionalmente, foi Membro Não Executivo do CA da Turbogás (1998-2000), Membro Não Executivo do Conselho da Electricidade dos Açores (1999-2000) e Administrador do Centro para a Conservação de Energia (1993-1996). Entre 2000 e 2004, foi Administrador Executivo da Oni SGPS e de outras empresas do Grupo ONI, tendo assumido, entre 2002 e 2004, as funções de CFO. Em 2005 e até Março de 2006 foi Administrador Executivo, com as funções de CFO, da HC Energía e da Naturgas Energia, empresas espanholas do Grupo EDP. É actualmente Presidente da APE – Associação Portuguesa de Energia.

Nuno Alves

50 anos. Licenciado em Engenharia e Construção Naval (1980) e MBA (1985) na Universidade de Michigan. Iniciou a sua carreira profissional em 1988, como Técnico na Direcção de Estudos e Planeamento do Banco Comercial Português, onde em 1990 assumiu funções como Sub-Director na Direcção de Investimentos Financeiros e em 1991 assumiu o cargo de Director da Direcção de Relações com Investidores (DRI). Em 1994 integrou a Direcção de Coordenação de Retalho – Particulares, com função de Director. Em 1996, assumiu o cargo de Director na Direcção de Mercado de Capitais do Banco CISF, Banco de Investimento do Banco Comercial Português, chegando a Director na Direcção de Banca de Investimento no ano de 1997. Em 1999 assumiu o cargo de Presidente do CA da CISF Dealer onde se manteve até 2000, ano em que assume o cargo de Administrador do Millenniumbcp Investimento (anterior Banco CISF), com o pelouro de Mercado de Capitais e Tesouraria do Grupo BCP, Director Geral do BCP desde 2000.



A EDP NO MUNDO

EUA

Nº DE COLABORADORES: 275
POTÊNCIA INSTALADA (MW): 1.923



BRASIL

Nº DE COLABORADORES: 2.342
Nº DE CLIENTES: 2.582.900
POTÊNCIA INSTALADA (MW): 1.697
DISTRIBUIÇÃO DE ELECTRICIDADE (GWh) 24.408



FRANÇA/BÉLGICA

Nº DE COLABORADORES:	27
POTÊNCIA INSTALADA (MW):	232
PRODUÇÃO ENERGIA ELÉCTRICA EÓLICA (GWh):	238

edp renewables



PORTUGAL

Nº DE COLABORADORES:	7.702
Nº DE CLIENTES DE ELECTRICIDADE:	6.088.179
Nº DE CLIENTES DE GÁS:	200.988
POTÊNCIA INSTALADA (MW):	9.644
DISTRIBUIÇÃO DE ELÉCTRICIDADE (GWh):	46.468
VENDAS GÁS (GWh):	5.952

edp **edp gás**

ESPAÑA

Nº DE COLABORADORES:	1.899
Nº DE CLIENTES DE ELECTRICIDADE:	628.241
Nº DE CLIENTES DE GÁS:	5.093
POTÊNCIA INSTALADA (MW):	
DISTRIBUIÇÃO DE ELÉCTRICIDADE (GWh):	9.679
VENDAS GÁS (GWh):	20.688

hc energía **naturgas energia**
grupo edp

edp renewables



NEGÓCIOS DO GRUPO EDP



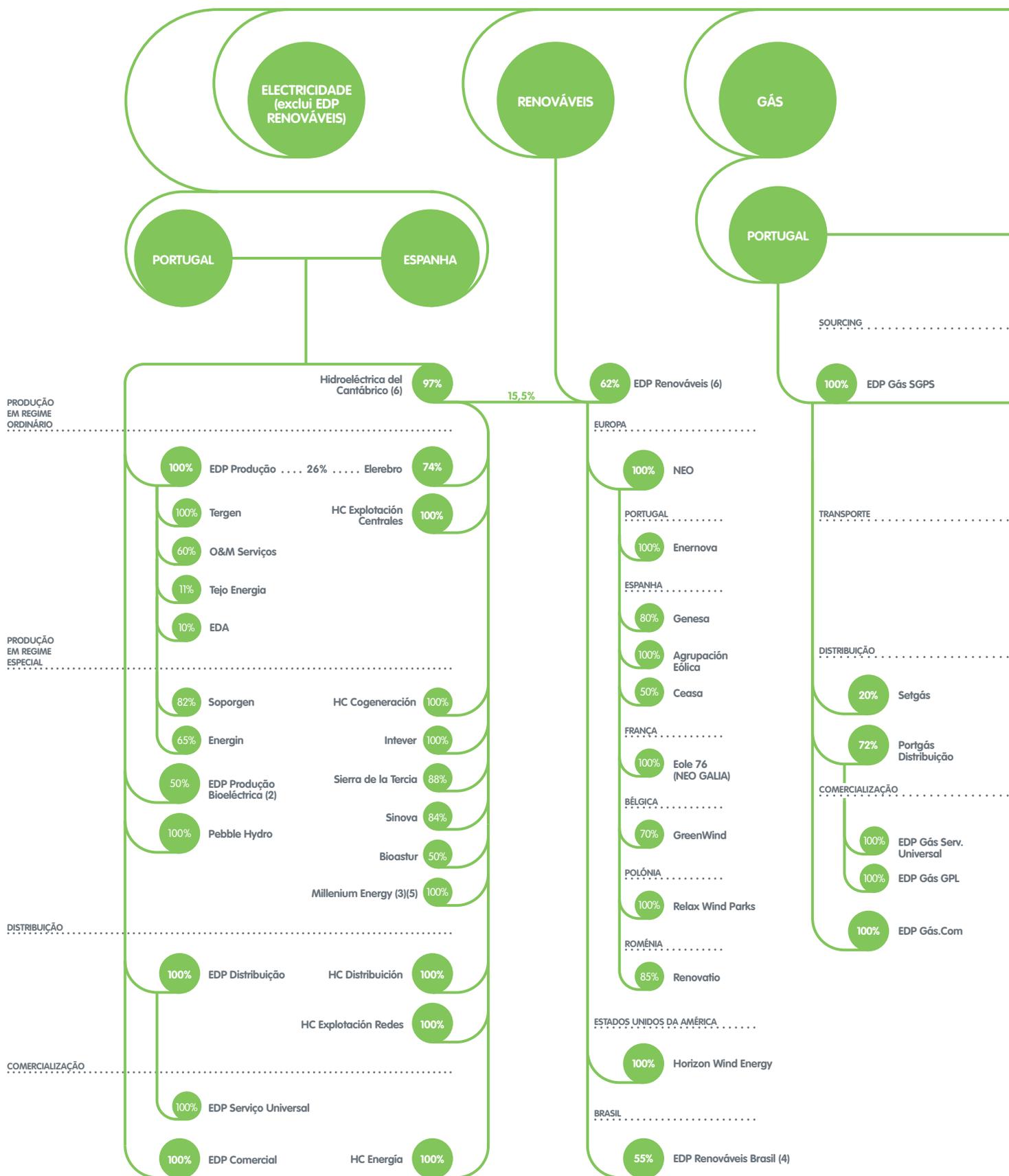
ÍNDICE

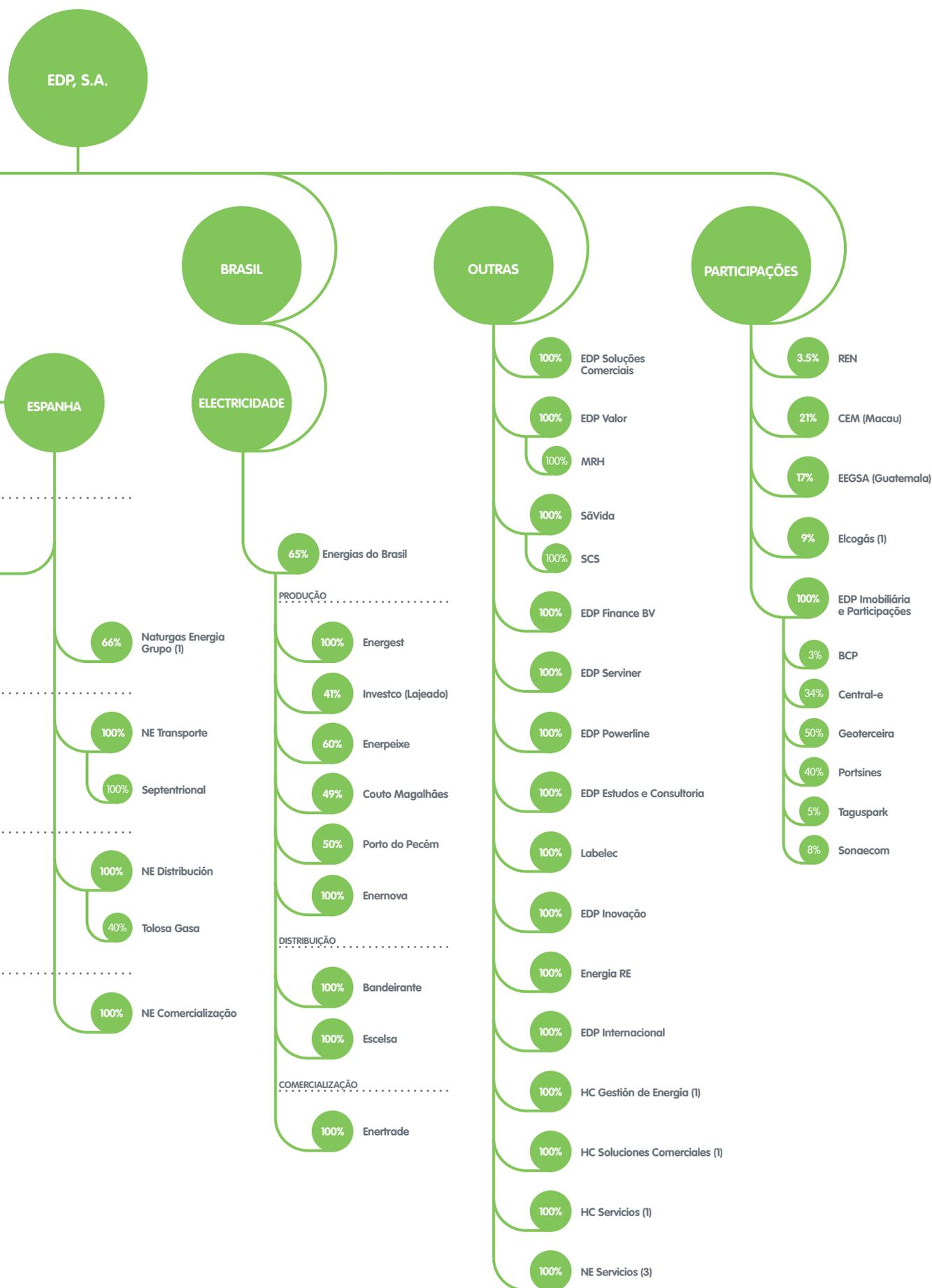
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	28
ENQUADRAMENTO DA ACTIVIDADE	30
Enquadramento Macro-económico	30
Enquadramento Energético	33
Enquadramento Regulatório	35
AGENDA ESTRATÉGICA	42
SÍNTESE DA ACTIVIDADE	44
Negócio Eléctrico (exclui Brasil)	44
Negócio do Gás na Península Ibérica	60
Negócio Eléctrico no Brasil	64



NEGÓCIOS DO GRUPO EDP

1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL





Nota: Organigramma não exaustivo. Algumas das percentagens apresentadas correspondem a participações indirectas.

(1) Sociedades detidas pela Hidroeléctrica del Cantábrico

(2) Sociedade detida a 40% pela EDP, S.A.; 5% pela EDP Gestão da Produção e 5% pela EDP Imobiliária

(3) Sociedades detidas, directa ou indirectamente, pela Naturgas Energia Grupo

(4) Sociedade detida a 45% pela Enernova (Brasil)

(5) Sociedade detida a 50% HC Energia e 50% pela Naturgas Energia

(6) Sociedades afectas ao património da EDP – Energias de Portugal – Sociedade Anónima, Sucursal en España



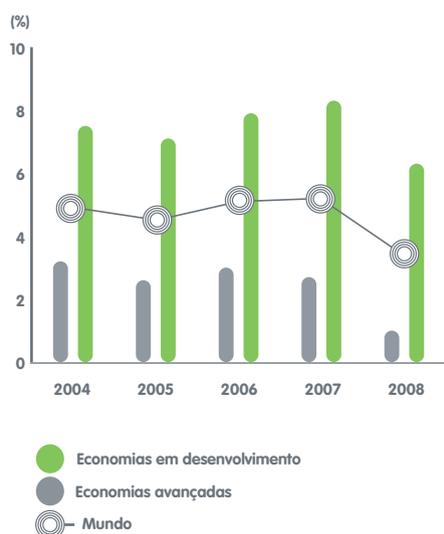
NEGÓCIOS DO GRUPO EDP

2. ENQUADRAMENTO DA ACTIVIDADE

2.1. Enquadramento macro-económico

Ao longo do ano de 2008 a **economia mundial** foi afectada pela interacção de choques múltiplos decorrentes do agravamento dramático das condições financeiras, da ascensão e queda dos preços das matérias-primas e do ajustamento desordenado e súbito de desequilíbrios macroeconómicos mundiais. A quebra de actividade nas economias desenvolvidas apresentou-se substancial e, ao contrário da expectativa prevalecente no final de 2007, condicionou fortemente o desempenho das economias em desenvolvimento. Esta influência foi particularmente intensa no último trimestre do ano, na sequência da forte instabilidade que se fez sentir nos mercados financeiros, tendo-se reflectido numa quase estagnação dos fluxos de comércio e de financiamento mundiais. Alguns estados europeus e do sudeste asiático, mais vulneráveis à reversão de fluxos de investimento de curto prazo, viram-se na contingência de recorrer à ajuda externa e, em casos extremos, foram forçados a interromper a convertibilidade das suas moedas e a limitar a liberdade de movimentos de capitais.

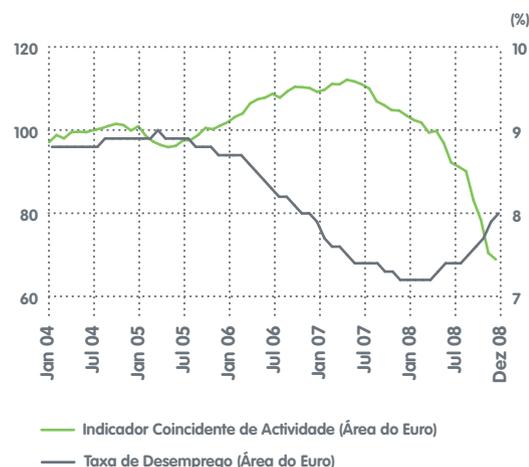
Desempenho Mundial (crescimento do PIB real)



A área do euro entrou em recessão técnica pela primeira vez nos seus dez anos de existência no segundo semestre de 2008. O crescimento médio anual terá sido ligeiramente inferior a 1%. A quebra de actividade foi relativamente disseminada, quer por países quer por componentes da procura, demonstrando a existência de factores comuns limitativos do crescimento e uma reduzida capacidade de suporte cruzado entre os estados membros. O processo de abrandamento da procura interna, associado ao arrefecimento do mercado imobiliário e a condições financeiras mais restritivas, foi reforçado pela quebra abrupta do comércio externo que se verificou no início do quarto trimestre. Este prejudicou

as economias fortemente exportadoras e compeliu a uma revisão profunda dos planos de produção, com consequências dramáticas no mercado de emprego. A taxa de desemprego da área do euro terá aumentado cerca de 0,5 pontos percentuais no final do ano face aos valores mínimos registados no decurso de 2008, já evidente em países que no passado mais beneficiaram do impulso da construção residencial. À semelhança dos EUA, as pressões inflacionistas reduziram-se significativamente e, pontualmente, poder-se-ão verificar situações de taxa de inflação negativa.

Indicador de Actividade da Área do Euro e Taxa de Desemprego



Nos **mercados financeiros** a crise financeira agravou-se ao longo de 2008. O que inicialmente foi tomado como um problema confinado a um mercado financeiro altamente especializado e complexo propagou-se a várias geografias e classes de activos e hoje constitui uma crise financeira profunda, sem precedentes, de âmbito global e de particular complexidade na sua resolução. A redução de riqueza tem sido brutal, aferida pela desvalorização acentuada dos principais mercados accionistas e dos activos cíclicos, financeiros e reais. Os níveis de volatilidade atingiram valores pouco comuns. O clima de aversão ao risco tem-se revelado persistente, paralisando mercados e obrigando as autoridades a reformular as regras de negociação e a intervir directamente para tentar repor uma maior normalidade no seu funcionamento. Não obstante a injeção massiva de liquidez na economia mundial e a colecção de programas estatais de suporte à actividade terem evitado o colapso do sistema financeiro, este manteve indícios de grande vulnerabilidade.

Volatilidade do Mercado Accionista e Prémios de Risco Dívida Corporate



As taxas de juro têm vindo a descer em todo o mundo, em virtude da promoção de políticas monetárias mais acomodáticas. A reserva federal norte-americana colocou as taxas de juro em 0% e adoptou uma estratégia involgar de operações de política monetária com intervenção directa em alguns segmentos para além da ampla cedência de fundos no mercado interbancário. Na área do euro, as taxas de juro desceram de 4,25% em Julho para 2,0% em Janeiro, e as cotações incorporaram um cenário de novas reduções das taxas de juro ao longo do primeiro semestre. Contudo, os prémios de risco continuaram elevados, embora menores face aos verificados no auge da instabilidade, nos meses de Outubro e Novembro.

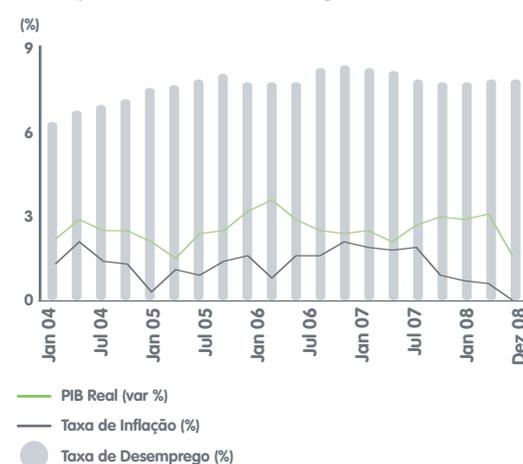
A tendência marcante no mercado cambial foi a rápida liquidação dos investimentos em moedas com taxas de juro elevadas e índices de risco superior. Esta reafecção de investimentos justificou uma tendência de depreciação das moedas dos mercados emergentes a favor de investimentos de refúgio, como o euro, o iene e o franco suíço, e mais tarde, no auge da turbulência, uma clara preferência pelo dólar e pelo ouro. À medida que se foi percebendo que a crise evoluiu para um fenómeno global, o dólar recuperou significativamente. O euro que valia mais de 1,60 dólares em meados do Verão terminou o ano a valer cerca de 1,30 dólares.

Evolução Cambial Face ao Euro



O desempenho da **economia portuguesa** degradou-se substancialmente nos últimos meses do ano de 2008. O contágio da turbulência financeira nos mercados internacionais e a quebra de actividade nos principais mercados externos induziram uma maior prudência das famílias e das empresas nas suas decisões regulares de consumo e de investimento. A percepção de condições mais restritivas para o refinanciamento da dívida existente ou para a obtenção de novo crédito superou o efeito positivo que normalmente decorreria da implementação de uma política monetária mais expansionista. Estimando-se uma expressiva contracção da actividade no quarto trimestre, o crescimento real médio anual para 2008 não deverá ter sido significativamente diferente de nulo.

Desempenho da Economia Portuguesa



O mercado de emprego em 2008 revelou-se melhor do que os baixos níveis de actividade fariam supor mas os indicadores mais recentes denotam o início da degradação. Os baixos níveis da actividade e o fim de um ciclo prolongado de condições financeiras muito favoráveis poderão contribuir para o encerramento de unidades produtivas que se encontravam na margem da viabilidade económica. Desta forma, será provável um aumento muito significativo do desemprego, à semelhança do que está a ocorrer noutros estados europeus.



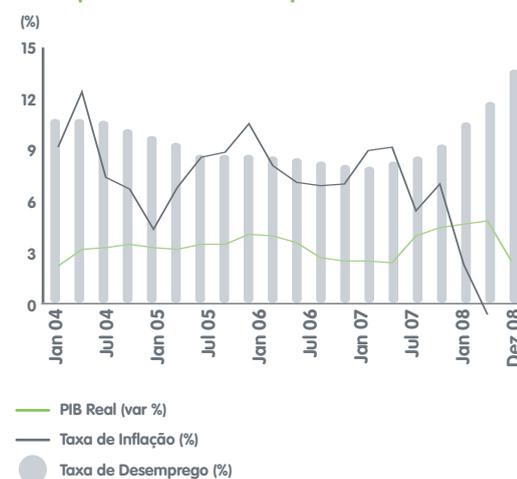
NEGÓCIOS DO GRUPO EDP

O fraco crescimento económico dos últimos anos, a persistência de desequilíbrios externos relevantes e a consequente acumulação de dívida por parte do sector público e privado, foram alguns dos factores que estiveram na base da decisão da agência de "rating" Standard & Poors de reduzir o nível de "rating" da República de AA- para A+, com implicações nos níveis de outras empresas portuguesas. Esta redução do "rating", ao significar uma percepção de risco de crédito superior deverá contribuir para um agravamento, em termos relativos, do custo de financiamento da República.

A **economia espanhola** atravessa um período de forte arrefecimento da actividade, que resulta da conjugação do ajustamento em curso no sector da construção com a instabilidade financeira internacional. Esta quebra na actividade está a repercutir-se num aumento muito pronunciado do desemprego (aumento de 1,3 milhões de desempregados para 3,2 milhões ao longo de 2008), debilitando os orçamentos familiares e com impacto na estabilidade social.

A instabilidade financeira internacional acentuou e apressou a dinâmica do ajustamento do sector da construção e imobiliário que se havia iniciado em 2007. A quebra da actividade externa reforçou o efeito contraccionista na procura interna, em particular do investimento em habitação, materilizando-se numa redução substancial do crescimento do PIB para 1,1% em 2008, menos 2,6 pontos percentuais face ao verificado no ano anterior. Em contrapartida, da procura externa líquida resultou um contributo positivo para o crescimento, o primeiro desde há dez anos, que resultou da travagem brusca nas importações. Desta forma, o défice externo reduziu-se marginalmente para valores inferiores a 10% do PIB, um valor que não deixa de ser muito elevado. Os sectores da indústria e da construção são os mais afectados pela actual conjuntura, nomeadamente em negócios de mais trabalho intensivos, com repercussão nos níveis de emprego nestes sectores. A taxa de desemprego praticamente duplicou no espaço de um ano, para muito próximo de 14%. Apesar da degradação acentuada do mercado de trabalho, os custos salariais aumentaram devido ao sistema de indexação à inflação. À semelhança do ocorrido na área do euro, o processo desinflationista foi muito intenso ao longo do último trimestre de 2008. A taxa de inflação homóloga foi de 1,4% em Dezembro, o valor mais baixo desde o início da moeda única.

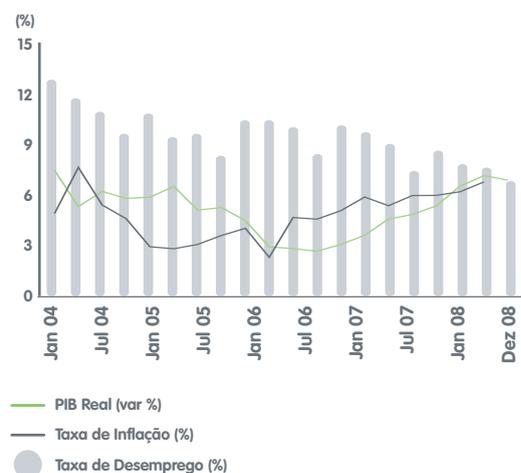
Desempenho da Economia Espanhola



O rápido e incisivo agravamento da conjuntura económica, interna e externa, as elevadas necessidades de financiamento externo da economia e a pressão enorme sobre as contas públicas justificaram uma revisão para baixo do "rating" soberano espanhol de AAA para AA+ por parte da agência de "rating" Standard & Poors.

A **economia brasileira** revelou-se robusta ao longo de 2008, ainda pouco afectada pela crise económica e financeira internacional, devido ao elevado dinamismo da procura interna. O PIB cresceu 6,4% nos primeiros nove meses do ano, em termos homólogos reais, tendo a procura interna contribuído em 8,1 pontos percentuais para este crescimento. O investimento e o consumo das famílias apresentaram-se muito fortes, em virtude da subsistência de condições de crédito favoráveis, da melhoria do rendimento disponível real das famílias, do emprego e das transferências sociais. As importações aumentaram muito (22,6%), designadamente para efeitos de despesa de investimento, enquanto que as exportações apresentaram um crescimento muito mais moderado (1,6%) no período em referência. No âmbito sectorial, a construção civil e os serviços de informação e intermediação financeira foram os mais dinâmicos reflectindo, por sua vez, o impacto do programa governamental de obras públicas (Programa de Aceleração do Crescimento). O segmento da produção e distribuição de electricidade, águas e "utilities" aumentou cerca de 5% em idêntico período. Os indicadores do emprego ainda se apresentam favoráveis, tendo a taxa de desemprego atingido o valor mais baixo desde 2002 (7,6% da população activa) no quarto trimestre.

Desempenho da Economia Brasileira



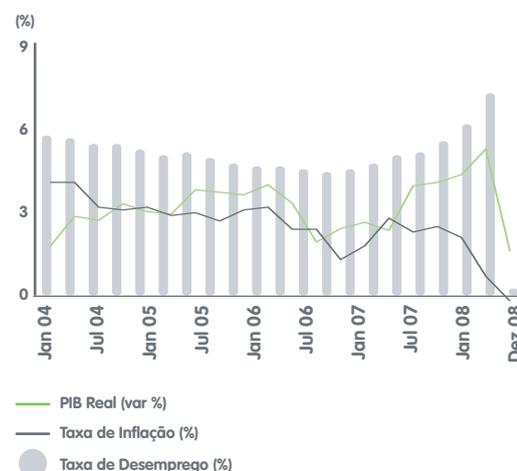
Os indicadores econômicos mais recentes, nomeadamente os inquéritos qualitativos, começam a evidenciar a influência da alteração da conjuntura internacional, nomeadamente através do abrandamento da produção industrial e da execução de despesa de investimento. A expressiva redução da liquidez a uma escala global está a condicionar o acesso ao crédito das instituições domésticas e por arrasto da própria economia, através da redefinição das condições de concessão de empréstimos no sentido de uma maior restritividade. Não existem indícios de dificuldades ao nível da balança financeira, com facilidade de refinanciamento da dívida, por parte das entidades privadas, mas esta situação tenderá a deteriorar-se, à semelhança do que acontece noutros países.

A inflação aumentou ao longo de 2008 para um valor ligeiramente superior a 6%, em boa parte explicado pelo impacto do preço dos combustíveis e redução da folga produtiva.

O desempenho da **economia norte-americana** abrandou significativamente ao longo de 2008, decorrente do rebentamento da bolha no mercado imobiliário de elevado e risco e respectivos efeitos de contágio, nomeadamente sobre o sistema financeiro norte-americano, e posteriormente sobre a actividade real. Estes impactos foram particularmente vigorosos a partir do Verão, no seguimento da falência de instituições financeiras de referência mundial. A procura interna colapsou e a taxa de desemprego aumentou de 5% da população activa para mais de 7% ao longo do segundo semestre. O nível de incerteza invulgarmente elevado, a fraca acessibilidade ao financiamento e o crescente aumento do desemprego limitaram severamente a propensão para a realização de despesa por parte das empresas e das famílias. Apesar da taxa de crescimento médio anual do PIB real ainda ter sido positiva em 2008 (cerca de 1%), o ritmo de desaceleração intensificou-se ao longo do ano, tendo apresentado uma contracção de 3,8%

(valores anualizados) no último trimestre do ano, a pior prestação em 30 anos. Oficialmente, os EUA estão em recessão desde o final de 2007.

Desempenho da Economia Norte-Americana



Perante a debilidade da condição económica, riscos elevados de agravamento da conjuntura e anulação e inversão das pressões inflacionistas, a Reserva Federal adoptou uma política monetária inovadora e de pendor fortemente acomodaticio. Reduziu as taxas de juro directoras para zero e implementou, em coordenação com o tesouro norte-americano, um conjunto de programas de suporte do sistema financeiro e de reinição do mecanismo multiplicador do crédito. Os efeitos desfasados sobre os resultados das empresas e na estabilidade financeira das famílias ainda deverão continuar a repercutir-se numa retracção profunda dos níveis de despesa do sector privado, mantendo uma elevada pressão sobre os recursos públicos nos próximos anos, quer por via de aumento do investimento público quer pelo efeito cíclico desfavorável.

2.2. Enquadramento Energético

A evolução sem precedentes dos preços das matérias-primas energéticas (petróleo, gás e carvão) será certamente uma das principais razões pelas quais o ano de 2008 ficará para a história. As cotações registaram fortes aumentos durante toda a primeira metade do ano até baterem "records" históricos no Verão, tendo caído repentinamente no decurso do último trimestre para níveis inferiores aos do início do ano.

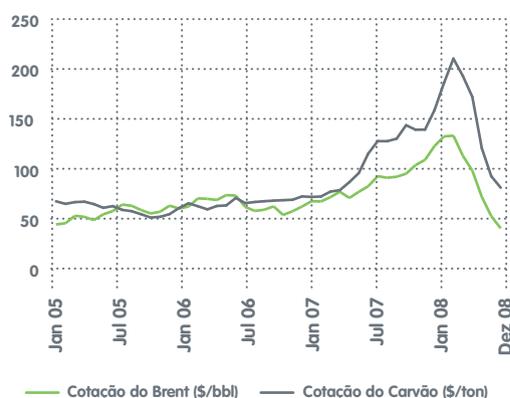
Concretamente, o preço do petróleo ultrapassou os 145\$/bbl, partindo de um valor de 90\$/bbl no início do ano, tendo depois caído para perto de 35\$/bbl no final do ano, um mínimo dos últimos 4 anos. O carvão alcançou os 210\$/ton, superando o triplo do valor médio de 2006, regredindo para os 80\$/ton em Dezembro. A cotação do Gás Natural no "hub" de Zeebrugge na Bélgica, referência para a Europa, subiu 67% face ao valor médio de 2007



NEGÓCIOS DO GRUPO EDP

para 25,1€/ MWh, enquanto o índice Henry Hub, referência para o Gás Natural nos EUA, atingiu um pico de 27,8€/ MWh em Junho partindo de um valor de 18,5€/ MWh em Janeiro.

Cotação do Brent e do Carvão



Cotação do Gás Natural (Zeebrugge e HH)



As causas específicas diferem para cada matéria-prima, mas um fenómeno comum explica esta evolução: a procura energética tem aumentado consistentemente nos últimos anos a ritmos superiores à oferta, com particular incidência nos países emergentes, conduzindo a estrangulamentos na cadeia de valor, até que o abrandamento repentino do consumo devido à generalização da crise económica inverteu esta situação. As cotações dos mercados, contudo, continuam a apontar para um aumento futuro das “commodities” à medida que a procura energética retome os seus níveis anteriores, uma vez que a necessidade de investimento em nova capacidade produtiva persiste à escala global, requerendo elevados montantes de capital.

Com efeito, a capacidade produtiva excedentária de petróleo tem vindo a reduzir-se consistentemente desde o final da década de 80, tendo a procura aumentado 24 milhões de barris por dia (mbpd) entre 1987 e 2007 e a capacidade produtiva apenas 15 mbpd, essencialmente em países não-OPEP. Acresce que os novos investimentos têm de compensar níveis de

depleção elevados dos campos existentes bem como cumprir com critérios ambientais cada vez mais exigentes. Por outro lado, a utilização da capacidade de refinação de produtos petrolíferos tem também gradualmente aumentado, indicando uma necessidade de investimento em toda a cadeia de valor. A consequente escalada de preços não conduziu, contudo, a crescimentos negativos da procura até meados de 2008, muito suportada pelos países emergentes, o que apenas se veio a verificar com o abrandamento económico.

No caso do carvão, o aumento de preços prendeu-se tanto pelo aumento da procura – em particular da Índia e China, tendo-se esta última tornado importadora líquida de carvão – como a nível de constrangimentos na oferta. Fortes intempéries determinaram o fecho temporário de minas na Austrália e na China, o sistema de transporte ferroviário até aos portos bem como os próprios portos registaram níveis de saturação que limitaram a expansão das exportações. Por fim, os próprios navios de transporte eram escassos e requisitados para outras “commodities” de valor por unidade de volume mais elevado.

No gás, a sua evolução na Europa esteve condicionada pela indexação ao petróleo agravada, no mercado “spot”, pela pressão da procura asiática, nomeadamente do Japão, que recorreu à produção a gás para suprir uma paragem temporária de centrais nucleares durante uma parte significativa do ano. Nos Estados Unidos, o preço do gás seguiu a mesma tendência apresentando em média valores inferiores dada a menor dependência de importação de gás natural liquefeito.

Os efeitos deste contexto de grande volatilidade fizeram-se sentir no sector eléctrico em todo o mundo, devido ao consequente aumento dos custos de produção. Adicionalmente, com a entrada no período do Protocolo de Quioto, o preço das licenças de CO₂ no Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE) aumentou de 0,7€/ton em 2007 para 22,2€/ton em 2008. Em consequência, os preços dos principais mercados grossistas de electricidade subiram 73% para 65,8€/ MWh na Alemanha e 63% para 64,4€/ MWh em Espanha e 70€/ MWh em Portugal.

Preços Grossistas de Electricidade em Vários Mercados Europeus (€/MWh e £/MWh para R.U.)



Por outro lado, o agravamento do preço das licenças de CO₂ penalizou o custo de produção com carvão face aos ciclos combinados a gás natural, tendo-se verificado uma inversão na competitividade relativa destas duas tecnologias, com particular incidência no mercado Ibérico. Com efeito, a produção a carvão reduziu-se de 11,7 TWh em 2007 para 10,4 TWh em 2008 em Portugal (-11%) e de 72 TWh para 46 TWh em Espanha (-36%), premiando os agentes com as centrais mais eficientes e com maior flexibilidade operacional. Nos restantes mercados Europeus, o mesmo fenómeno de inversão de ordem de mérito, que proporciona uma redução das emissões, ocorreu durante todo o Verão, quando a redução do consumo doméstico de gás natural causou uma descida nos preços de gás.

O cenário de alta do preço dos combustíveis fósseis, conjugado com um aumento da consciência ambiental, constituiu o pano de fundo para os investimentos em nova capacidade de produção sustentável, com vista a um mix energético futuro mais limpo.

Assim, na Europa, o apoio às energias renováveis bem como o seu ganho estrutural de competitividade face às energias fósseis permitiu a continuação do seu forte crescimento, em particular na energia eólica e de biomassa. Em Portugal, o lançamento do Plano Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hidroeléctrico (PNBEPH) veio dar um novo impulso à componente hidroeléctrica do Sistema Nacional, complementando os reforços de potência já actualmente em curso. Por outro lado, o debate sobre a energia nuclear voltou a estar na ordem do dia, tendo o Reino Unido lançado formalmente um concurso para a construção de nova capacidade nuclear e a Itália anunciado oficialmente o objectivo de construir 10 novos grupos com início já a partir de 2013. Na componente térmica, a tecnologia de ciclo combinado a gás natural, com melhor desempenho ambiental, continuou a dominar os novos investimentos, enquanto prosseguem as negociações para a obtenção de apoios comunitários para projectos de demonstração de centrais de carvão limpo com sequestro de carbono.

Nos Estados Unidos da América, a renovação dos mecanismos fiscais de apoio às energias renováveis, impulsionou a construção de nova potência solar e eólica, tornando já o mercado americano no maior mercado eólico a nível mundial. As perspectivas para o desenvolvimento deste mercado beneficiaram também, no final do ano, com os planos anunciados pela recém-eleita administração americana.

2.3. Enquadramento Regulatório

Desenvolvimentos no âmbito da União Europeia

Em 2008, a Comissão Europeia prosseguiu o trabalho de elaboração de um novo conjunto de medidas legislativas – designado por “3º Pacote” das Directivas de Energia – iniciado em Setembro de 2007, de que se destaca a proposta de duas novas Directivas, uma para o sector de Electricidade e outra para o Gás, com vista a alterar e complementar as Directivas 2003/54 e 2003/55, de 26 de Junho, em vigor.

Das medidas propostas pela Comissão, salienta-se:

- A separação e total independência entre as actividades de produção e fornecimento e a operação das redes de transporte ou a adopção de medidas de efeito semelhante;
- O enquadramento para a cooperação dos reguladores europeus foi estabelecido através da apresentação de uma proposta para a criação da Agência para a Cooperação dos Reguladores Europeus (ACER), com responsabilidades nomeadamente na coordenação e monitorização das actividades transfronteiriças dos Operadores da Rede de Transporte;
- A previsão de um enquadramento legal para uma Rede Europeia de Operadores da Rede de Transporte (ENTSO-E) com vista à promoção da colaboração entre estes, a nível europeu, e à realização de investimentos transfronteiriços, a fim de facilitar o comércio internacional e criar condições de maior igualdade na concorrência entre os operadores;
- A promoção da transparência no funcionamento dos mercados energéticos.

No essencial, as medidas legislativas propostas, ainda em discussão nas instituições europeias, encontram-se já contempladas na legislação portuguesa do sector energético, nomeadamente quanto à separação jurídica da gestão e da propriedade entre as actividades de produção e fornecimento e a operação das redes de transporte, pelo que será diminuto o impacto da sua aprovação no âmbito nacional.



NEGÓCIOS DO GRUPO EDP

Ainda no âmbito europeu, em Janeiro de 2008, a Comissão Europeia propôs os textos de um pacote integrado de medidas no domínio da energia e das alterações climáticas, definindo uma série de metas ambiciosas em matéria de emissões de gases com efeito de estufa (GEE) e energias renováveis. O pacote legislativo clima-energia foi aprovado em Parlamento Europeu no dia 17 de Dezembro de 2008.

O objectivo da nova legislação é que a União Europeia reduza em 20% (ou em 30%, se for possível chegar a um acordo internacional) as emissões de GEE face aos valores registados em 1990, eleve para 20% a quota das energias renováveis no consumo de energia e aumente em 20% a eficiência energética até 2020. O pacote fixa também uma meta de 10% de energias renováveis no sector dos transportes, até 2020.

Todos os sectores da economia deverão contribuir para cumprir o objectivo de redução dos GEE. Em particular, os sectores abrangidos pelo comércio europeu de licenças de emissão (EU-ETS), no qual se inclui o sector eléctrico, deverão reduzir as emissões em 21% face a 2005, seguindo uma trajectória linear de -1,74%/ano. Grande parte das licenças de emissão será vendida em leilão, por oposição à respectiva atribuição do título gratuitamente. Em particular, o sector eléctrico (excepto em 10 dos mais recentes Estados-Membros) terá 100% das licenças leiloadas já em 2013. A estrutura do funcionamento destes leilões deverá ser definida pela Comissão Europeia até Dezembro de 2010.

O objectivo de alcançar uma quota global de 20% de energias renováveis foi traduzido em objectivos individuais vinculativos para cada Estado-Membro numa lógica de partilha do esforço. O objectivo para Portugal foi definido em 31% do consumo energético em 2020 (20% para Espanha). São igualmente estabelecidos objectivos intermédios indicativos para 2012, 2014, 2016 e 2018, monitorizados pela Comissão.

Neste âmbito, e de forma a assegurar o cumprimento da Directiva, cada país deverá adoptar um Plano de Acção Nacional.

A Directiva da Responsabilidade Ambiental (DRA) publicada em Abril de 2004 foi acolhida no DL n.º 147/2008 de 29 de Julho, que alicerça dois princípios fundamentais da construção do Estado de Direito Ambiental: o princípio da prevenção e o princípio da responsabilização. Este princípio reparte-se entre um regime de responsabilidade estrita para determinadas actividades ocupacionais e um regime de responsabilidade baseada na culpa para outras actividades. Dispõe-se ainda a obrigatoriedade do estabelecimento de garantias financeiras que permitam ao operador assumir a responsabilidade ambiental, garantias obrigatórias a partir de 2010, contrariamente ao disposto na Ley 26/2007 que transpôs a DRA em Espanha.

As implicações para o sector energético são fortes face caso ocorra uma situação significativa de dano ambiental tornando-se prioritária a análise da avaliação de riscos ambientais.

SECTOR ELÉCTRICO

Mercado Ibérico de electricidade (MIBEL)

As actividades do sector da energia eléctrica em Portugal enquadram-se no âmbito do MIBEL, o Mercado Ibérico de Electricidade, em resultado de vários acordos internacionais celebrados entre Portugal e Espanha com o objectivo de construir um mercado regional de electricidade, como um passo intercalar para a realização do mercado interno da electricidade, no âmbito da União Europeia.

A construção do Mercado Ibérico de Electricidade remonta a um Memorando de Acordo, celebrado em 1998, em Madrid, pelos Governos de Portugal e de Espanha, e em sequência estabeleceram-se posteriores Acordos para aprofundamento e concretização do funcionamento daquele Mercado.

O mais recente, assinado em Braga, em Janeiro de 2008, formaliza o Plano de Compatibilização Regulatória de Março de 2007, reforçando a dinamização do processo de integração dos sistemas eléctricos dos dois países ibéricos.

Nele se prevê, designadamente, o reforço da articulação entre Operadores de Sistema (REN e REE), a aceleração do plano do reforço das interligações e a implementação de um mecanismo de gestão das interligações baseado em "market splitting" e leilões explícitos, que optimize a utilização das interligações e a concorrência no contexto ibérico. Prevê-se ainda a harmonização das condições de retribuição do Comercializador de Último Recurso e um plano de convergência tarifária, ao nível das regras de definição das tarifas de último recurso, que deverão ser aditivas, sem prejuízo de permitirem a recuperação de défice tarifário de anos anteriores e com um calendário faseado, preconizando-se que a partir de 1 de Janeiro de 2011 se apliquem apenas a clientes em baixa tensão com potência contratada inferior a 50 kVA.

O referido Acordo, preconiza também a harmonização dos mecanismos de garantia de potência, destinados a assegurar o necessário ritmo de investimentos no parque electroprodutor, tendo em consideração as especificidades de cada sistema, e estabelece regras relativas à organização e responsabilidades do OMI e do Conselho de Reguladores, bem como um conjunto de princípios para a definição do conceito de Operador Dominante ibérico. Este Acordo encontrava-se no final de 2008 em fase de ratificação pela Assembleia da República Portuguesa.

No contexto do MIBEL, prosseguiu a realização de leilões de âmbito ibérico, quer de capacidade virtual – leilões VPP (“Virtual Power Plant”) – quer para abastecimento dos clientes do comercializador de último recurso – leilões do CESUR.

As transacções efectuadas em mercado – mercados diário, intra-diário e a prazo – continuaram a ser geridas pelos operadores OMEL e OMIP, prevendo-se a constituição do Operador de Mercado Ibérico – OMI.

Desenvolvimentos do enquadramento normativo do sector eléctrico em Portugal

Foi aprovado o Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão relativo ao período 2008 – 2012 (PNALE II – cfr. RCM n.º 1/2008, de 4/1) e definida a lista (Desp. n.º 2836/2008, de 5/2, do MAOTDR e do MEI) de instalações participantes no comércio de emissões, para o período 2008-2012 e a respectiva atribuição inicial de licenças de emissão, incluindo os centros produtores termoeléctricos da EDP.

A alteração da Lei de protecção do utente de serviços públicos essenciais (Lei n.º 12/2008, de 26/2) proibiu a cobrança aos utentes de custos com os contadores ou outros instrumentos de medição e estabeleceu novas regras relativas à periodicidade da facturação, o que foi objecto de regulamentação da ERSE através do Regulamento de Relações Comerciais e do Regulamento Tarifário.

O Decreto-Lei n.º 165/2008, de 21/8, prevê a possibilidade de, mediante proposta fundamentada da ERSE, se estabelecer condições específicas para a repercussão tarifária de ajustamentos decorrentes de circunstâncias excepcionais (v.g. escassez na produção hidroeléctrica por motivos de seca, f utuações relevantes nos sobrecustos de produção de energia a partir de fontes renováveis ou variações significativas de preços nos mercados internacionais de combustíveis fósseis) susceptíveis de causar impactos tarifários significativos para os consumidores de energia eléctrica num determinado ano. O mesmo diploma prevê também o reconhecimento dos ajustamentos tarifários anuais aplicáveis ao sector eléctrico. Este mecanismo excepcional foi já utilizado no âmbito da definição das tarifas para o ano 2009.

Para o cálculo das rendas das concessões de distribuição de electricidade em Baixa Tensão, o Decreto-Lei n.º 230/2008, de 27/11, definiu um novo regime e metodologia, adaptado à actual liberalização do sector eléctrico. Este diploma estabelece ainda o direito à reposição do equilíbrio económico-financeiro da concessionária de distribuição de electricidade em Baixa Tensão em caso de futuras alterações legislativas

de que resulte aumento significativo de custos ou perda acentuada de receitas.

Foram definidas as regras aplicáveis à realização de leilões de capacidade virtual de produção de energia eléctrica (VPP), pela Portaria n.º 57/2008, de 11/01, tendo o Despacho n.º 2838/2008, 5/2, do DGEG (Direcção Geral de Energia e Geologia), fixado o Programa para os VPP do primeiro trimestre de 2008, para o sistema eléctrico nacional no contexto do MIBEL.

No que respeita à eficiência energética, o Decreto-Lei n.º 71/2008, de 15/4, veio regular o sistema de gestão dos consumos intensivos de energia – SGCIE – e a Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2008, de 20/5, aprovou o Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética (PNAEE) 2008-2015, tendo o Despacho n.º 15546/2008, de 4/6, da ERSE, aprovado as regras do Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia Eléctrica – PPEC.

Prosseguiu o desenvolvimento do regime jurídico do PNBEPH, tendo o respectivo regime de implementação sido estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 182/2008, de 4/9.

Preparação do novo período regulatório

Em 2008 decorreram os trabalhos preparatórios da definição dos parâmetros para o período regulatório 2009-2011, fixados pela ERSE paralelamente à determinação do tarifário a aplicar em 2009.

A ERSE publicou no dia 15 de Dezembro o documento final relativo às “Tarifas e preços para a energia eléctrica e outros serviços em 2009 e parâmetros para o período de regulação 2009-2011” a vigorar em Portugal.

Nesse documento, para além de se definir um aumento médio de 4,9% nas tarifas de energia eléctrica de venda a clientes finais para o Continente para o ano de 2009, foram também estabelecidos os parâmetros regulatórios a vigorar para o período regulatório que se inicia em 2009 e terminará em 2011. De entre estes parâmetros destaca-se a definição, por 3 anos, do custo de capital das actividades de distribuição e comercialização de energia eléctrica em Portugal e também das metas de eficiência para as actividades reguladas.

Desenvolvimentos do enquadramento normativo do sector eléctrico em Espanha

Na sequência da publicação do Real Decreto-Ley 3/2006, a Orden ITC/3315/2007, de 15 de Novembro, regulou, para 2006, a diminuição da retribuição da actividade de produção de energia eléctrica no montante equivalente ao valor dos direitos de emissão de gases de efeito de estufa atribuídos gratuitamente, no “Plan Nacional de Asignación de Derechos de Emisión 2005-2007”. Em Abril



NEGÓCIOS DO GRUPO EDP

de 2008, a Comisión Nacional de Energía (CNE) comunicou que, a referida diminuição, refectia um desconto para a Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A de 67,38 milhões de euros, parcela do total de 1.100 milhões de euros para o conjunto do sector, quantidade que será utilizada para redução do défice do sistema eléctrico relativo a 2006.

O Real Decreto-Ley 11/2007, que estabelece a diminuição da retribuição da produção de energia eléctrica no valor dos direitos de emissão de gases de efeito de estufa atribuídos gratuitamente, no "Plan Nacional de Asignación de Derechos de Emisión 2008-2012, não tinha sido objecto de desenvolvimento regulamentar durante o ano 2008. A aplicação desta norma resultou das negociações entre o Governo espanhol e as empresas do sector a fim de solucionar o défice do sistema eléctrico.

Durante 2008 aplicou-se o novo modelo de garantia de potência, que substituiu o modelo anterior de incentivos à qualificação do parque electroprodutor. Este sistema está baseado em incentivos de dois tipos: (i) ao investimento; e (ii) à disponibilidade.

O regime retributivo aplicável às instalações de transporte de energia eléctrica colocadas em serviço após 1 de Janeiro de 2008 foi modificado pelo Real Decreto 325/2008, de 29 de Fevereiro. Também para a distribuição, este novo modelo retributivo está baseado nos investimentos, desconhecendo-se os valores que serão fixados para os diferentes activos, ainda por regulamentar. Em 19 de Março de 2008, entrou em vigor o Real Decreto 222/2008, de 15 de Fevereiro, que estabelece um novo regime de retribuição da actividade de distribuição de energia eléctrica, em função dos investimentos e considerando o crescimento da procura de cada distribuidora, bem como novos incentivos para a redução de perdas e para a melhoria da qualidade.

Para os consumidores domésticos de energia eléctrica em baixa tensão, dentro de determinados parâmetros definidos na Orden ITC/1857/2008, de 26 de Junho, foi criada a Tarifa Social, aplicável a partir de 1 de Julho de 2008, que inclui a isenção de pagamento do termo de potência.

Por outro lado, foram eliminadas as tarifas de venda a clientes finais abastecidos em alta tensão, bem como a tarifa horária de potência, pelo que, em sequência do disposto no Real Decreto 871/2007, de 29 de Junho, aqueles clientes passaram para o mercado livre a partir de 1 de Julho de 2008. Desde essa data, as únicas tarifas de venda de energia eléctrica respeitam a fornecimentos em baixa tensão, incluindo a Tarifa Social, a tarifa "D" das distribuidoras e a tarifa "G4" para os grandes clientes industriais.

De acordo com decisão da CNE, de 3 de Julho de 2008, o Grupo EDP/HC passou de terceiro para quinto lugar na lista de operadores principais no sector eléctrico e voltou a integrar a lista referente ao sector do gás. No que respeita à relação de operadores dominantes, o Grupo EDP/HC figura em terceiro lugar apenas no sector eléctrico.

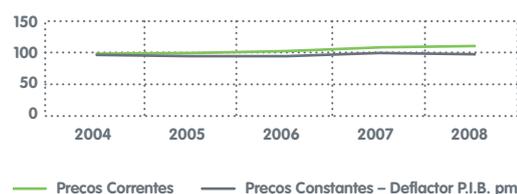
O regime de fornecimento de último recurso está em fase de desenvolvimento regulamentar, admitindo-se a eliminação definitiva das únicas tarifas integrais ainda em vigor. Esta evolução regulatória obrigará as comercializadoras designadas como "de último recurso" a fornecer energia eléctrica a determinados consumidores, e insere-se no processo negocial a decorrer entre o Governo espanhol, os consumidores e as empresas eléctricas, tendo em vista um acordo que permita uma transição o menos drástica possível para os clientes que deixem de beneficiar de tarifa regulada e não sejam elegíveis para o fornecimento de último recurso.

Relativamente à Responsabilidade Ambiental salienta-se o Real Decreto 2090/2008 de 22 de Dezembro que regulamenta os critérios técnicos sobre a fixação de medidas de reparação do anexo II da Ley 26/2007 (que transpõe a Directiva de Responsabilidade Ambiental 2004/35/CE), bem como os relativos à delimitação dos critérios sobre a determinação dos cenários de risco e fixação dos custos de reparação que permitem definir as coberturas para as garantias financeiras de responsabilidade ambiental dos operadores.

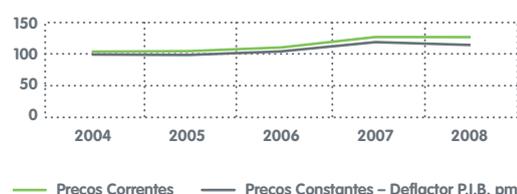
Evolução tarifária em Portugal e Espanha

Em Portugal, nos últimos cinco anos, os preços médios de venda da electricidade na baixa tensão registaram um acréscimo médio anual, em termos reais, de cerca de 0,1% e registaram uma subida média anual de 3,2% no conjunto dos restantes níveis de tensão.

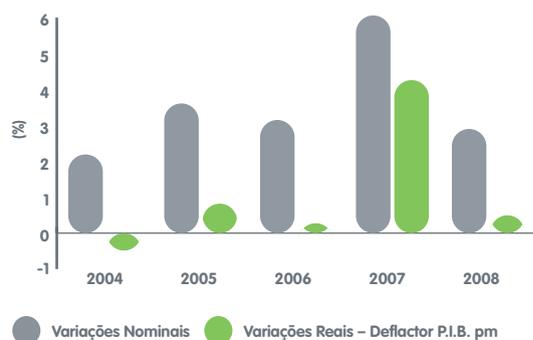
Evolução dos Preços Médios de Electricidade em Baixa Tensão – Portugal



Evolução dos Preços Médios de Electricidade em Muito Alta, Alta e Média Tensão – Portugal



Varição Nominal e Real dos Preços Médios de Electricidade – Portugal



Em 2008 as tarifas de venda a clientes finais (TVCF) subiram, em média, 2,9% face às tarifas em vigor em 2007.

No que respeita às tarifas de acesso verificou-se um aumento médio de 22,3% em 2008, face aos valores aplicados durante 2007.

Em Espanha, mantiveram-se inalteradas as tarifas de acesso definidas pela Orden ITC/3860, de 28 de Dezembro de 2007. Para 2009, a Orden ITC/3801/2008, de 26 de Dezembro, estabeleceu um aumento médio de 25,5%, por força de aumentos verificados sobretudo em baixa e média tensão. Além da referida eliminação das tarifas de venda de energia eléctrica em alta tensão, assinala-se que as tarifas integrais foram significativamente alteradas ao longo de 2008.

Preços Médios de Electricidade – 1º Semestre 2008 (Consumidores domésticos*) (Cent. Euro/KWh)



(*) Consumidores domésticos na banda de consumo Dc (Consumo anual entre 2500 e 5000 kWh).
 (**) Não inclui a Itália, que não respondeu ao inquérito do EUROSTAT.

Quando comparados com os de outros países, os preços da electricidade em Portugal, no 1º semestre de 2008, para consumidores domésticos na banda de consumo anual entre 2.500 e 5.000 kWh, encontram-se 13,5% abaixo da média da União Europeia dos 15 e 9,4% abaixo da média da União Europeia dos 27. No caso de Espanha os preços da electricidade estão abaixo das médias da União Europeia dos 15 e dos 27 em 20% e 16% respectivamente.

Desenvolvimentos do enquadramento normativo do sector eléctrico no Brasil

O mercado brasileiro de energia eléctrica em 2008 desenvolveu-se em relativa normalidade, com destaque para os pedidos de revisão e aperfeiçoamento dos regulamentos e reacções a situações conjunturais de dificuldade (gravidade) moderada.

A perspectiva de escassez energética, identificada nos primeiros meses do ano, exacerbou as preocupações com o abastecimento da economia e determinou o accionamento de unidades de geração fora da ordem de mérito económico, de forma a acentuar a produção termoeléctrica e poupar o recurso hídrico. O movimento correspondeu ao previsto na Curva de Aversão ao Risco (CAR) do défice e afectou a formação dos preços do mercado de liquidação por diferenças não contratadas.

Esta situação repercutiu-se de forma mais aguda nos agentes comercializadores com vendas realizadas a descoberto de compras correspondentes. Dado que as insuficiências foram circunscritas, não houve perturbação significativa do equilíbrio geral do mercado. Em consequência, no decorrer do ano, efectuaram-se melhorias do modelo de formação de preços sob influência da CAR e do sistema de garantias, de forma a torná-los mais eficazes.

Os leilões para promotores de novas centrais de geração seguiram a programação normal, com destaque para a licitação de duas grandes Usinas Hidroeléctricas (UHE) na região amazónica, no rio Madeira, cujas características ímpares as colocaram como pioneiras dos leilões de unidades estruturantes, previstas no modelo sectorial.

Ainda como reflexo das preocupações com o abastecimento futuro, e combinado com a programação de entrada do Gás Natural na produção de energia eléctrica, ocorreram leilões em que prevaleceu a oferta termoeléctrica com energia cara. Por conseguinte, intensificaram-se pressões para a obtenção das licenças ambientais de UHE.

Na regulação da geração, procuraram-se soluções para que o mercado de energia eléctrica oriundo de centrais hídricas, com 1 a 30 MW de potência instalada (PCH), fosse mais estimulado e as especulações sobre os



NEGÓCIOS DO GRUPO EDP

direitos de construção de novas PCH não obstruíssem o desenvolvimento dos promotores habilitados a entregar energia.

Em 2008, teve início o debate da renovação das concessões vencidas a partir de 2015, observando-se forte tendência para que seja permitida a prorrogação.

As actividades de distribuição de electricidade, assim como as de transmissão, tiveram as respectivas e similares metodologias de revisão periódica endereçadas para normativos definitivos. Mantiveram-se as linhas gerais da metodologia até então praticada e melhorou-se a sua aplicação através da definição de parâmetros e procedimentos de cálculo com maior grau de transparência e menor discricionariedade.

Tendo em consideração um possível ponto de atrito entre os promotores de PCH e as distribuidoras, uma nova regulamentação de Instalações de Conexão de Geração favoreceu a dispersão de custos para acelerar os investimentos.

Ainda na distribuição, as Condições Gerais de Fornecimento foram aperfeiçoadas, com crescentes exigências de qualidade comercial. Foi também editado um novo manual de procedimentos para coordenação e optimização de incentivos tarifários para Pesquisa e Desenvolvimento.

Desenvolvimentos do enquadramento normativo do sector eléctrico nos Estados Unidos da América

O desenvolvimento das actividades relacionadas com a geração eólica nos Estados Unidos da América registou melhorias em 2008 no que respeita ao enquadramento regulatório.

O principal aspecto a registar é a extensão por um ano dos Créditos Fiscais à Produção (Production Tax Credit – PTC), beneficiando toda a nova capacidade que seja instalada até 1 de Janeiro de 2010.

Em Setembro, a U.S. House of Representatives apresentou o “Comprehensive American Energy Security and Consumer Protection Act” prevendo o estabelecimento de quotas mínimas de energia renovável (Renewable Portfolio Standards – RPS) correspondente ao mínimo de 15% da procura de energia até 2020. A nível estadual, observou-se efectivamente um crescimento continuado das quotas mínimas de energia renovável, uma vez que cinco Estados reforçaram ou aprovaram quotas mínimas, representando assim uma procura acrescida de energia renovável de aproximadamente 40 TWh ou 14 GW de nova capacidade eólica em 2020.

A nível federal, intensificaram-se algumas iniciativas legislativas relacionadas com alterações climáticas e a emissão de gases com efeito de estufa, prevendo-se que a nova presidência e o novo Congresso realizem progressos significativos neste domínio.

SECTOR DO GÁS

Desenvolvimento do enquadramento normativo do Sector do Gás em Portugal

A abertura de mercado teve início em 1 de Janeiro de 2007 para os produtores de electricidade em regime ordinário, conforme disposto no Decreto-Lei 140/2006, que desenvolve os princípios gerais relativos à organização do Sistema Nacional de Gás Natural (SNGN), regulamentando o regime jurídico aplicável ao exercício das actividades no seguimento do estabelecido no Decreto-Lei 30/2006 de 15 de Fevereiro, e que completa a transposição da Directiva n.º 2003/55/CE. O passo seguinte na abertura do mercado, que estará concluída para todo o universo de clientes de gás natural em 1 de Janeiro de 2010, consistiu no alargamento da elegibilidade aos clientes com consumos superiores a 1 milhão de m³, a partir de 1 de Janeiro de 2008.

O sector do gás natural está estruturado com base no SNGN que integra a Rede Nacional de Transporte, Infra-estruturas de Armazenamento Subterrâneo e Terminais de GNL (RNTIAT) e a Rede Nacional de Distribuição de Gás natural (RNDGN). O SNGN recebe o gás natural, armazena, transporta e distribui pelos sistemas RNTIAT e RNDGN. A gestão global do sistema é assegurada pelo concessionário da Rede Nacional de Transporte de Gás Natural (RNTGN). Em termos organizativos, a exploração da RNTIAT e da RNDGN compreende as seguintes concessões: (i) concessão da RNTGN; (ii) concessão do armazenamento subterrâneo; (iii) concessão de recepção, armazenamento e regaseificação do GNL; (iv) concessões e licenças da RNDGN.

A regulamentação base do sector, designadamente o Regulamento Tarifário, o Regulamento de Relações Comerciais, o Regulamento de Qualidade de Serviço e o Regulamento do Acesso às Redes, às Infra-estruturas e às Interligações, foi publicada no final de 2006 e o primeiro Ano Gás decorreu entre 1 de Julho de 2007 e 30 de Junho de 2008, período em que foi possível aceder às infra-estruturas de alta pressão.

No decurso do ano 2008, a ERSE procedeu à publicação de diversa sub-regulamentação necessária à operacionalização do acesso às infra-estruturas e em Julho de 2008 teve início o segundo Ano Gás, para o qual a ERSE publicou, por Despacho n.º 17630/2008 de 30 de Junho 2008, tarifas de acesso ao sistema de

alta pressão mas também tarifas de acesso às redes de distribuição e tarifas reguladas de venda de gás natural, designadas por “Tarifas de Venda a Clientes Finais”.

Paralelamente, a EDP Gás – Distribuição assinou em 11 de Abril um novo Contrato de Concessão com o Estado Português, com efeitos a 1 de Janeiro de 2008, tendo começado nessa data a actuar no sector como operador de redes e ainda, através da empresa EDP Gás – Serviço Universal, especificamente criada para o efeito, como Comercializador de Último Recurso para a sua área de concessão.

A remuneração destas duas empresas, cuja actividade é regulada, passou, a partir de 1 de Julho de 2008, a ser estabelecida pela ERSE que define os Proveitos Permitidos com base nas regras estabelecidas na regulamentação em vigor.

Desenvolvimento do enquadramento normativo do Sector do Gás em Espanha

Do ponto de vista regulatório, o ano de 2008 deu continuidade ao desenvolvimento da normativa publicada no ano anterior. Em 2007 foi publicada a Lei 12/2007, de Modificação da Lei de Hidrocarbonetos 34/1998, com vista à adaptação ao disposto na Directiva 2003/55/CE do Parlamento Europeu, sobre normas comuns para o mercado interno de gás natural. Os normativos publicados em 2008 incidiram na separação das actividades, com especial ênfase nas fórmulas de financiamento das actividades reguladas e no desenvolvimento do fornecimento de gás através de companhias comercializadoras incluindo de último recurso.

As novidades regulatórias que mais se destacaram em 2008 foram:

- Publicação do Real Decreto 326/2008, que estabelece a retribuição da actividade de transporte de gás para instalações colocadas em serviço entre 1 de Janeiro de 2008 e 31 de Dezembro de 2016;
- Resolução de 3 de Julho de 2008 da Direcção de Política Energética e Minas, na qual se fazem públicos os preços máximos da tarifa de último recurso de gás natural. A Lei 34/1998, do Sector de Hidrocarbonetos, estabelece que a tarifa de último recurso será o preço máximo que poderão cobrar os comercializadores que tenham sido designados como fornecedores de último recurso. Neste sentido, a Lei 12/2007, adaptando a Directiva Europeia, estabelece que, a partir de 1 de Julho de 2008, só poderão recorrer à tarifa de último recurso os consumidores ligados a gasodutos cuja pressão não seja menor ou igual a 4 bar e cujo consumo anual seja inferior a 3 GWh;

- Decreto 135/2008, do Departamento de Indústria, Comércio e Turismo do Governo Basco, pelo qual se regulam os custos dos serviços que as empresas distribuidoras de gás canalizado prestam aos usuários. Este Decreto tem por objecto regular a compensação que as companhias distribuidoras de gás por canalização poderão receber dos consumidores pelos serviços necessários para atender os requisitos de fornecimento. O seu efeito é retroactivo a 1 de Março de 2007;
- Como vem sendo habitual, no final do ano foi publicada a Ordem ITC/3802/2008, pela qual se estabelecem as portagens associadas ao acesso de terceiros às instalações gasistas, a tarifa de último recurso e determinados aspectos relativos às actividades reguladas do sector gasista;
- Finalmente, e ainda que publicado em Dezembro de 2007, tem especial incidência no ano de 2008, por ser o primeiro exercício de aplicação, o Real Decreto 1766/2007, pelo qual se regula a obrigação de manutenção de existências mínimas de segurança que, com carácter geral, passam a ser de 12 dias de vendas firmes no ano natural anterior e serão de 20 dias, com carácter extraordinário, para o mês de Outubro.



NEGÓCIOS DO GRUPO EDP

3. AGENDA ESTRATÉGICA

Cumprimento das linhas estratégicas 2006-2008

O triénio 2006-2008 fica marcado pela capacidade da EDP entregar os resultados com que se comprometeu em 2006, nomeadamente no que diz respeito aos eixos estratégicos Risco Controlado, Eficiência Superior e Crescimento Orientado. Em particular, registou um crescimento assinalável no sector energético, que permitiu caminhar em direcção à visão definida em 2006. A agenda estratégica apresentada em 2006 foi integralmente cumprida, com relevo para os seguintes factos:

- Ao nível do Risco Controlado:
 - * Celebração do acordo para a cessação antecipada dos CAE's em 1 de Julho de 2007 através dos CMEC, (Custos para a Manutenção do Equilíbrio Contratual), cujo valor foi fixado em 833 milhões de euros;
 - * Redução da exposição ao risco de CO₂ através do forte investimento em centrais de ciclo combinado, hídricas e parques eólicos;
 - * Gestão proactiva da agenda regulatória, nomeadamente no que respeita à extensão do domínio hídrico em Portugal, à atribuição de licenças gratuitas de CO₂, garantia de potência, entre outros;
 - * Melhoria do "sourcing" de gás com novos contratos e renegociação de contratos existentes (Sonatrach, ENI, Atlantic) reduzindo o "gap" de 40% para 10%;
 - * Implementação, com sucesso, de uma estratégia de "hedging" no mercado ibérico.
- Ao nível da Eficiência Superior:
 - * Maior ambição na redução de custos com a revisão do objectivo de redução de custos de 70-90 milhões de euros em 2008 (fixado em 2006) para 150 milhões de euros em 2010 (fixado em 2007), tendo antecipado em 2 anos a concretização deste último;
 - * Concretização do plano de desinvestimento em activos "non-core", com o recebimento de mais de 950 milhões de euros (acima dos 800 milhões de euros de objectivo) pela venda das participações na ONI, REN, Edinfor, Telecable, Sonae.com, Turbogás, Portugen, entre outras;
 - * Reforço da disciplina na aprovação de projectos de investimento, com a criação de Comitês de Investimento ao nível Corporativo e das áreas

de negócio e através da fixação de rentabilidades mínimas para a aprovação de cada projecto.

- Ao nível do Crescimento Orientado:
 - * Criação do quarto maior operador de energias renováveis ao nível mundial, EDP Renováveis através do desenvolvimento orgânico de projectos e através da aquisição selectiva de plataformas em diferentes geografias;
 - * Desenvolvimento do programa hídrico em Portugal, constituindo o maior "pipeline" de activos hídricos em construção na Europa Ocidental e construção de nova capacidade de produção com baixos níveis de emissão de CO₂;
 - * Equilíbrio do "portfolio" de activos no Brasil entre produção e distribuição, com a troca de activos da Enersul pelo reforço da participação na Investco (Lajeado).

Agenda estratégica 2009-2012

O cumprimento dos objectivos propostos em 2006 e o enfoque durante este triénio na criação de oportunidades de crescimento para o futuro, assim como a alteração de todo o contexto económico e financeiro da actividade do Grupo EDP, reforçaram a importância da manutenção dos seus eixos estratégicos e do reforço da agenda estratégica.

Gestão para Criação de Valor



Foi neste contexto, que no dia 6 de Novembro de 2008, em Lisboa, a EDP apresentou a sua agenda estratégica para o quadriénio 2009-2012. O ano de 2009 marca o início de um novo ciclo do Grupo EDP, que será caracterizado

Ciclo 2009 - 2012: Enfoque na execução



pelo enfoque na execução das oportunidades de crescimento desenvolvidas no triênio 2006-2008.

A **agenda estratégica** é composta por 10 pontos, organizados segundo os três eixos estratégicos do Grupo EDP.

Risco Controlado:

1. Gestão da agenda regulatória com o objectivo manter o baixo perfil de risco que caracteriza a actividade do Grupo EDP;
2. Gestão proactiva da exposição aos mercados energéticos através de estratégias de cobertura de risco;
3. Redução de emissões de CO₂ através de investimentos em capacidade de produção com baixos níveis de emissão de CO₂;
4. Estrutura de capital sólida, assente na contínua melhoria dos rácios de endividamento;

Eficiência Superior:

5. Política de investimento selectiva, privilegiando investimentos de maior retorno e baixo risco;
6. Promoção incremental da eficiência em todos os negócios e geografias;
7. Promoção de uma cultura integrada em todas as geografias;

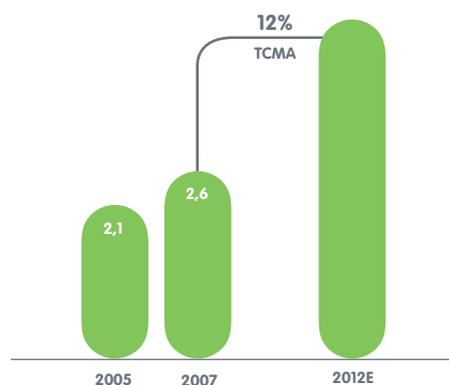
Crescimento Orientado:

8. Energia Eólica: Enfoque em projectos de elevado retorno e execução do "pipeline" actual;
9. Energia Hidroeléctrica: Aumento gradual de capacidade em Portugal com execução do "pipeline" actual;
10. Brasil: Execução dos actuais projectos de geração e análise rigorosa de novas oportunidades.

Associados à concretização da agenda estratégica, foram assumidos os seguintes compromissos financeiros pelo Grupo EDP:

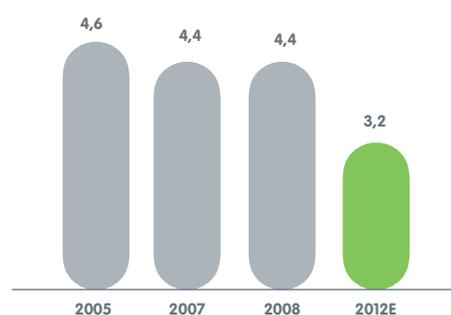
- Um novo programa de redução de custos com objectivo de poupança de 160 milhões de euros até 2012;
- Taxa de crescimento composto anual dos Resultados Operacionais Brutos entre os períodos 2007 e 2012 de 12%;

EBITDA (mil milhões de euros)



- Rácio da Dívida Líquida / Resultados Operacionais Brutos de cerca de 3,2x em 2012;

Dívida Líquida/EBITDA



- Taxa de crescimento composto anual do Resultado Líquido entre os períodos 2007 e 2012 de 10% (em base comparável).



NEGÓCIOS DO GRUPO EDP

4. SÍNTESE DA ACTIVIDADE

4.1. Negócio eléctrico (exclui Brasil)

4.1.1. Actividade de Produção

O Grupo EDP está presente na actividade de produção de electricidade através da:

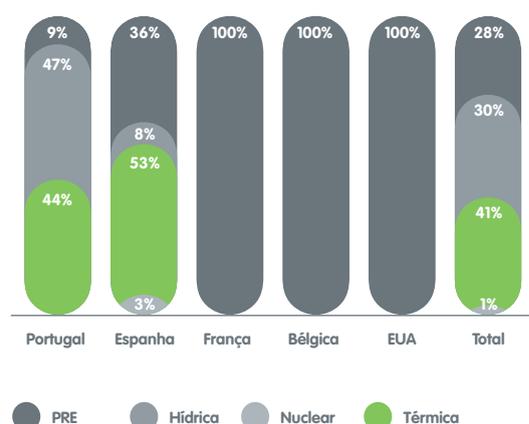
- EDP Produção em Portugal na Produção em Regime Ordinário (PRO) e Produção em Regime Especial (PRE);
- HC Energía em Espanha na PRO e PRE;
- EDP Renováveis na exploração de parques eólicos na Europa e EUA.

O Grupo EDP apresenta actualmente um parque electroprodutor com uma capacidade instalada de 16.892 MW.

Potência Máxima em 31 Dez	Grupo EDP (exclui Brasil)				
MW	2008	2007	2006	2005	2004
Portugal	9.644	9.439	9.078	8.921	8.402
Regime Ordinário	8.812	8.824	8.584	8.584	8.080
Regime Especial	832	615	494	337	322
Espanha	5.093	3.830	3.462	3.103	2.834
Regime Ordinário	3.271	2.435	2.492	2.488	2.488
Regime Especial	1.821	1.395	970	614	346
França - Parques Eólicos	185	87	29	0	0
Bélgica - Parques Eólicos	47	0	0	0	0
EUA - Parques Eólicos	1.923	1.254	0	0	0
Total Grupo EDP	16.892	14.610	12.569	12.024	11.236

Como resultado da prioridade estratégica do Grupo EDP de promover um "portafólio" de produção a partir de tecnologias mais limpas, verificou-se em 2008 um crescimento significativo da capacidade instalada eólica. No final de 2008, 58% do total do "portafólio" era constituído por tecnologias limpas (Hídricas e PRE).

Portafólio de Produção Grupo EDP (exclui Brasil)



O risco controlado continua a ser a principal característica do negócio da produção, respeitando assim um dos eixos estratégicos para o Grupo EDP. 6.987 MW (41%) da capacidade de produção não está exposta a mercado por via dos CMEC, assim como os 4.809 MW (28%) da capacidade de produção em Regime Especial, (incluindo parques eólicos). Os restantes 30% da capacidade estão expostos a mercado, existindo uma política de "hedging" dos riscos de volume e preço através da venda a clientes finais.

4.1.1.1. Actividade de Produção em Portugal

Produção em Regime Ordinário

No final de 2008 a potência instalada na PRO era de 10.386 MW, pertencendo 8.812 MW (85% do total) à EDP Produção, dos quais 4.578 MW em aproveitamentos hidroeléctricos e 4.234 MW em centrais termoeléctricas.

Em Portugal, para além das centrais da EDP Produção operam ainda as centrais das empresas Tejo Energia e Turbogás.

Os quadros seguintes mostram a evolução dos valores da potência instalada e da produção líquida da EDP Produção em Portugal, nos últimos cinco anos.

Potência máxima em 31 de Dezembro	EDP Produção				
MW	2008	2007	2006	2005	2004
Centrais Hidroeléctricas	4.578	4.578	4.338	4.339	4.147
Centrais hidroeléctricas (ex-SEP)	4.094	4.094	4.094	4.095	3.903
Centrais hidroeléctricas (outras)	484	484	244	244	244
Centrais Termoeléctricas	4.234	4.246	4.246	4.246	3.933
Centrais termoeléctricas (ex-SEP)	2.893	3.070	3.070	3.070	3.149
Centrais termoeléctricas (outras)	1.341	1.176	1.176	1.176	784
Total Regime Ordinário	8.812	8.824	8.584	8.584	8.080

Produção Líquida	EDP Produção				
GWh	2008	2007	2006	2005	2004
Centrais Hidroeléctricas	6.435	9.361	10.070	4.443	9.116
Centrais hidroeléctricas (ex-SEP)	5.916	8.976	9.574	4.279	8.718
Centrais hidroeléctricas (outras)	519	385	496	164	398
Centrais Termoeléctricas	15.207	15.357	17.043	19.633	15.175
Centrais termoeléctricas (ex-SEP)	7.727	9.319	11.314	14.545	11.756
Centrais termoeléctricas (outras)	7.480	6.038	5.728	5.088	3.419
Total Regime Ordinário	21.642	24.718	27.112	24.076	24.291

No que respeita ao reforço da capacidade do parque electroprodutor da EDP encontram-se em construção a Central de Ciclo Combinado de Lares (2 x 431 MW, a entrar em serviço em 2009) e os Reforços de Potência de Picote (241 MW), de Bemposta (191 MW) e de Alqueva (240 MW) todos com entrada em serviço prevista para o final de 2011.

Na componente hidroeléctrica merece igualmente especial referência a emissão pela DGEG da Licença de Estabelecimento/Produção do Aproveitamento do Baixo Sabor, assim como a correspondente adjudicação da Empreitada Geral de Construção.

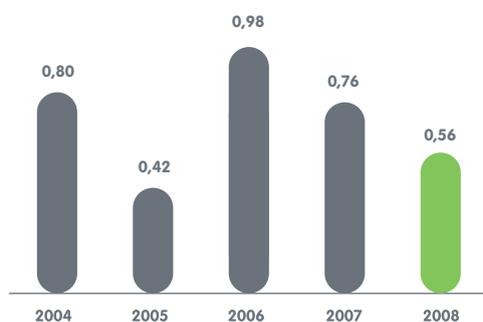
Salienta-se ainda a atribuição por concurso público à EDP Produção da “concessão” dos Aproveitamentos Hidroelétricos de Foz Tua, Fridão e Alvito (705 MW), por um prazo de 75 anos no primeiro caso e 65 nos outros dois, tendo os contratos sido assinados em Dezembro.

O actual parque hidroelétrico da EDP é constituído por 93 grupos geradores, distribuídos por 35 centrais e agregados em termos operacionais em três centros de produção e comandados de forma centralizada a partir de um Centro de Telecomando, localizado na Rêgua.

O parque termoelétrico é constituído por 6 centrais, sendo as mais importantes a de Sines, a carvão, e a do Ribatejo, de ciclo combinado a gás natural.

Em termos hidrológicos, as af uências aos aproveitamentos hidroelétricos situaram-se, pelo quinto ano consecutivo, abaixo da média dos regimes. À excepção do segundo trimestre, as af uências foram genericamente muito fracas, tendo o ano fechado com um coeficiente de produtividade hidroelétrica de 0,56.

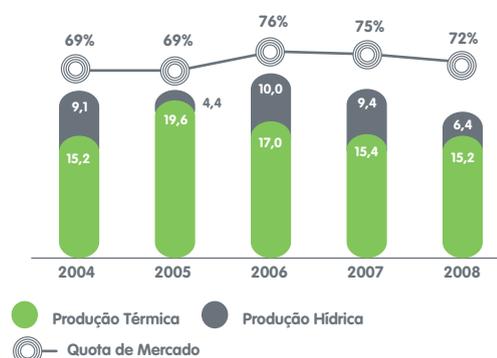
Índice de Produtibilidade Hidroelétrica em Portugal



A produção líquida da EDP Produção em Regime Ordinário atingiu 21.642 GWh, 12,4% inferior à verificada no ano anterior (24.718 GWh), devido aos efeitos da baixa hidraulicidade do ano, do aumento da produção eólica, da importação e também da inversão da ordem de mérito da produção a carvão face aos ciclos combinados:

- A produção hidroelétrica foi de 6.435 GWh, cerca de 31% inferior à de 2007;
- A produção de origem térmica situou-se em 15.207 GWh, cerca de 1% inferior à de 2007;
- A produção de vapor, na central do Barreiro, atingiu os 462,8 MWh.

Produção Líquida e Quota de Mercado na PRO (TWh)



A quota de mercado da EDP na Produção em Regime Ordinário, manteve-se, apesar de tudo, elevada e próxima dos 72%.

Os centros produtores da EDP Produção mantiveram em 2008 elevados níveis de “performance”, tendo o indicador disponibilidade registado 94,4% no parque hidroelétrico e 92,3% no parque termoelétrico. A queda de cerca de 2 p.p., no Parque Hidroelétrico, relativamente a 2007, ficou a dever-se essencialmente às grandes intervenções de beneficiação programadas para as centrais de Cabril, Bouçã, Alto Lindoso e Alqueva.

Produção em Regime Ordinário – Disponibilidade



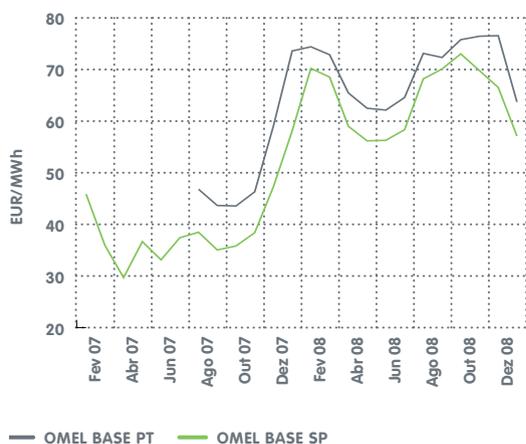
● Disponibilidade Hídrica
● Disponibilidade Térmica

No que respeita à actuação em mercado no mercado Ibérico de electricidade, a gestão desta actividade está centralizada na Unidade de Negócio de Gestão de Energia (UNGE), que assegura, por um lado, o despacho económico dos centros produtores de electricidade na Península Ibérica e, por outro, a gestão das correspondentes posições de risco a curto e médio prazo. A sua actuação, para além de compreender o segmento não regulado, inclui também a gestão das centrais enquadradas pelos Custos de Manutenção do Equilíbrio Contratual (CMEC), tanto quanto à gestão da venda de energia produzida em mercado como no abastecimento de combustíveis a estas centrais.



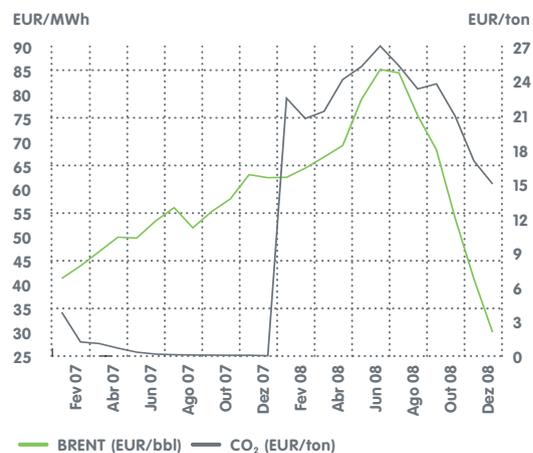
NEGÓCIOS DO GRUPO EDP

Preço Médio na OMEL



— OMEL BASE PT — OMEL BASE SP

Cotações BRENT e CO₂ (EUA's)



— BRENT (EUR/bbl) — CO₂ (EUR/ton)

Esta actividade foi desenvolvida num contexto de subida substancial do preço de electricidade em mercado, em relação aos níveis do ano anterior, sendo esta evolução determinada, em parte, pela reduzida hidraulicidade e, sobretudo, pelo aumento substancial das cotações dos combustíveis e do custo das emissões. Esta subida só não foi mais acentuada, por se ter verificado uma maior margem de reserva, devido ao crescimento relevante na energia emitida pelos produtores em regime especial e à retracção no consumo.

De referir que a tendência de subida registada nas cotações de mercado, foi acompanhada por um incremento acentuado na volatilidade, nomeadamente, do diferencial entre os preços de mercado e os custos de combustíveis. Este contexto de grande volatilidade, possibilitou a obtenção de resultados muito positivos, determinados pela gestão rigorosa do risco da posição a prazo estruturalmente longa de opcionalidade e, também, pela capacidade em antecipar a evolução do "spread" entre o preço das vendas de electricidade e correspondente custo com o combustível.

Produção em Regime Especial

No final de 2008 a EDP Produção dispunha na PRE de uma potência instalada de 157 MW em centrais hidroeléctricas, de 11 MW em centrais a biomassa e de 111 MW em centrais de cogeração. Estas últimas permitiram a produção de vapor num total de 1.138 MWh.

Potência máxima em 31 de Dezembro	EDP Produção				
	2008	2007	2006	2005	2004
MW					
Mini-Hídricas	157	76	66	66	66
Cogeração	111	111	111	111	111
Biomassa	11	5	5	9	9
Total Regime Especial	279	192	182	186	186

Produção Líquida	EDP Produção				
	2008	2007	2006	2005	2004
GWh					
Mini-Hídricas	170	134	193	90	141
Cogeração	650	744	726	671	656
Biomassa	49	28	29	51	49
Total Regime Especial	869	906	948	813	846

Relativamente a 2007, houve um acréscimo de cerca de 89,1 MW na potência hídrica com a integração das centrais da PEBBLE HYDRO e de 6,6 MW em Biomassa, pela inclusão da central de Vila Velha de Ródão.

O actual parque hidroeléctrico PRE é constituído por 66 grupos geradores, distribuídos por 39 centrais. De entre os projectos que a EDP Produção tem em desenvolvimento, salientam-se os do Reforço de Potência de Pedrógão (19 MW) e da central de recuperação dos caudais ecológicos do Alto Lindoso (2,95 MW), ambos em fase de licenciamento.

Na componente termoeléctrica, há ainda a assinalar a assinatura do contrato EPC para a construção de uma central de Cogeração no Barreiro (24,3 MW) que vai permitir assegurar a continuidade do fornecimento do vapor à FISIFE, após o encerramento no final de 2009 da actual Central do Barreiro.

Neste segmento continuam a operar as centrais a gás natural da Soporgen e da Energin, empresas maioritariamente da EDP Produção, que alimentam em electricidade e calor as instalações fabris da Soporcel e da Solvay Portugal, respectivamente. Durante 2008, estas centrais asseguraram o cumprimento das suas obrigações contratuais com os clientes, registando-se contudo um decréscimo nos fornecimentos de electricidade e vapor de 13% e 0,3%, respectivamente. A EDP Produção possui ainda uma participação de 35% na Central de Cogeração do Carriço, que dispõe de uma potência instalada de 30 MW.

As centrais termoeléctricas a biomassa forestal de Mortágua e Ródão, pertencentes à EDP Produção Bioeléctrica, registaram, em 2008, vendas de electricidade

à rede de 99 GWh, valor cerca de 75% superior ao de 2007, face à entrada de Ródão. A disponibilidade foi de 90,2% valor ligeiramente inferior ao verificado em 2007. A biomassa consumida atingiu cerca de 187kt, sendo 186kt de biomassa florestal residual e a restante constituída por cascas de pinheiro e de eucalipto.

A EDP Produção Bioelétrica tem em desenvolvimento diversos projectos de centrais a biomassa, merecendo referência especial os referentes às centrais de Leirosa/Figueira da Foz (30,7 MW) e de Constância (12,9 MW), actualmente em construção e que deverão entrar em serviço em Maio e Agosto de 2009, respectivamente.

Como factos mais relevantes associados à actividade de produção em 2008 há a salientar:

- Assinatura em 8 de Março entre o Estado (INAG), a REN e a EDP Produção dos contratos de concessão relativos às centrais do ex-SEP, tendo a EDP Produção pago 759 milhões de euros (valor do equilíbrio económico e financeiro associado – Desp. 16982/07) e ficado com o direito de exploração daquelas centrais, em média, 26 anos mais do que na anterior situação;
- Lançamento dos concursos públicos de “Atribuição de concessão” de 10 aproveitamentos, no âmbito do Programa Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroeléctrico (PNBEPH), tendo sido atribuídos à EDP Produção os aproveitamentos de Foz-Tua, de Fridão e de Alvito. Acrescenta-se que no caso de Foz-Tua já foi iniciada no final de Dezembro a consulta pública de AIA;
- Notificação da Autoridade da Concorrência à EDP, da não oposição à exploração pela EDP Produção, por um prazo de 35 anos, dos aproveitamentos hidroeléctricos de Alqueva e de Pedrógão e à aquisição de 80% do capital social da Pebble Hydro, Lda e Hidroeléctrica de Janeiro de Baixo, Lda.;
- Como contrapartida a estas concretizações, a EDP assumiu um compromisso de cessão temporária, por um período de 5 anos, da gestão da energia do conjunto Aguireira-Raiva (360 MW) a uma entidade extrema cuja selecção, através de um concurso limitado, está em curso;
- Criação da GREENVOUGA – Sociedade Gestora do Aproveitamento Hidroeléctrico de Ribeiradio-Ermida, S.A., detida em 55% pela EDP Produção e 45% pela Martifer Renewables, S.A.;
- Realização da montagem dos Equipamentos de Dessulfuração nos grupos 3 e 4 de Sines, no âmbito da Requalificação Ambiental da Central, concluindo-se

assim a instalação destes equipamentos nos 4 grupos da central;

- Obtenção de parecer favorável da REN, ERSE e DGEG, no âmbito do CAE/CMEC, para a instalação da Desnitrificação da Central de Sines e adjudicação do respectivo projecto em 8 de Julho, cuja realização decorrerá até 2011;
- Conclusão da integração das centrais da PEBBLE HYDRO na EDP Produção (89,1 MW);
- Aquisição pela EDP Produção Bioelétrica da Ródão Power – Energia e Biomassa do Ródão, S.A., empresa detentora da central de Biomassa de Vila Velha de Ródão.

Balanco Energético

O consumo referido à emissão no continente atingiu cerca de 51 TWh.

No que diz respeito à participação da PRO para a satisfação do consumo da rede pública, o gás natural passou a dar a maior contribuição com 24,9%, logo seguido do carvão 20,6% e pela hídrica, com 12,7%.

O contributo da PRE passou de 20,3% em 2007 para 22,8% em 2008, essencialmente por influência da produção eólica, que representou em 2008, cerca de 11,3% do consumo da rede.

O saldo de trocas com Espanha continuou favorável à importação e atingiu o valor mais elevado de sempre, o que permitiu abastecer 18,6% do consumo.



NEGÓCIOS DO GRUPO EDP

Balanço Energético		2008	2007	2006	2005	Portugal 2004
Índice de Hidraulicidade		0,56	0,76	0,98	0,42	0,80
		GWh				
Centrais do Grupo EDP						
Emissão Hidroelétrica	PRO	6.435	9.361	10.070	4.443	9.116
Emissão Termoelétrica	PRO	15.207	15.356	17.043	19.633	15.175
Emissão Mini-hídricas	PRE	170	134	193	90	141
Emissão Eólicas (ENERNOVA)	PRE	1.026	733	482	348	237
Emissão Biomassa	PRE	49	28	29	51	49
Emissão Cogeração	PRE	650	744	726	671	656
Produção Líquida do Grupo EDP		23.537	26.357	28.542	25.237	25.374
Vendas directas a Clientes Industriais			(21)	(255)	(251)	(461)
Emissão para a rede (Grupo EDP)		23.537	26.336	28.288	24.986	24.913
Outros Produtores com CAE	PRO	8.590	8.231	8.570	11.069	10.675
Outros produtores	PRE	9.660	8.531	7.592	5.643	3.858
Saldo Importador / (Exportador)		9.431	7.488	5.441	6.820	6.481
Bombagem Hidroelétrica		-639	-519	-622	-568	-408
Consumo referido à emissão		50.579	50.074	49.269	47.950	45.518
Compensação síncrona		(0)	(9)	(17)	(29)	(35)
Consumos próprios da Produção		(5)	(5)	(5)	5	(8)
Consumos próprios da Rede de Transporte						(10)
Perdas						(657)
Energia entregue na Distribuição		50.574	50.060	49.247	47.926	44.808

4.1.1.2. Actividade de Produção em Espanha

Produção em Regime Ordinário

A potência instalada do Grupo EDP em Espanha, em Regime Ordinário, sofreu um incremento de 706 MW, referentes a centrais a ciclo combinado.

Em 2008, a produção líquida da HC Energía, em Regime Ordinário, atingiu os 12.416 GWh, representando um decréscimo face ao ano anterior de 11%. As centrais da HC Energía produziram o correspondente a 6% da produção líquida do regime ordinário em Espanha.

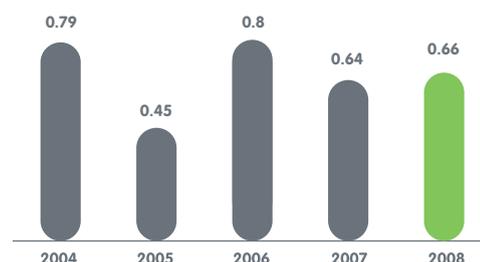
Potência máxima em 31 de Dezembro	HC Energía				
MW	2008	2007	2006	2005	2004
Hídrica	426	426	426	426	433
Carvão	1.460	1.460	1.523	1.523	1.604
Nuclear	156	156	156	156	165
Ciclo Combinado	1.229	393	387	387	393
Total Regime Ordinário	3.271	2.435	2.492	2.492	2.595

Produção Líquida	HC Energía				
GWh	2008	2007	2006	2005	2004
Hidroelétrica	812	786	846	847	854
Termoelétricas - Carvão	6.575	10.124	9.854	11.164	10.356
Nuclear	1.198	1.232	1.192	1.252	1.237
Ciclo Combinado	3.831	1.795	1.692	2.109	1.961
Total Regime Ordinário	12.416	13.936	13.584	15.372	14.407

A produção com ciclos combinados duplicou face ao ano de 2007 devido à entrada em operação dos novos grupo de Castejón 3 e Soto 4. Pela primeira vez, a geração das centrais de ciclo combinado supera os 30% da geração

de energia da HC Energía. Os ciclos produtores da HC Energía mantiveram em 2008 elevados níveis de performance, tendo o indicador disponibilidade registado um valor próximo de 97%.

Índice de Produtibilidade Hidroelétrica em Espanha



A produção hídrica, apesar do baixo índice de hidraulicidade verificado em 2008 apresentou um incremento de 3,4%, atingindo os 812 GWh.

A produção a partir de carvão alcançou os 6.575 GWh, demonstrando uma diminuição de 35% na produção. Este facto é justificado pelos elevados preços de combustível, já indicados atrás, que condicionaram o funcionamento destes grupos. A paragem para revisão de Soto 3, no primeiro trimestre, foi aproveitada para realizar melhorias ambientais (dessulfuração), assim como uma revisão e modificação importante do rotor do alternador.

A produção nuclear também registou um decréscimo de 2,7% permitindo atingir um total de 1.198 GWh como consequência da paragem programada da Central de Trillo. Desde o seu arranque, em princípios de Maio, a central opera com normalidade, em plena carga. O funcionamento da central foi novamente satisfatório, com uma disponibilidade global superior a 90%.

Ordinary Regime Generation – Availability



A disponibilidade dos grupos a carvão de Aboño foi excelente, destacando-se o comportamento do grupo 2 que superou as 10.000 horas de funcionamento contínuo. É a primeira vez que um grupo da HC Energía alcança este êxito, pouco habitual numa central de produção. Este feito é da maior relevância tendo em conta as circunstâncias do parque gerador espanhol, visto que a entrada em funcionamento dos ciclos a gás e o crescimento continuado das energias renováveis, com preferência no sistema eléctrico, dificultam o pleno funcionamento e exigem um incremento de flexibilidade operativa das centrais a carvão.

O projecto para injeção de biomassa na Central Térmica de Aboño, iniciativa prevista no “Plan Nacional para el Fomento de las Energías Renovables”, continua a avançar de forma satisfatória. O objectivo do projecto é conseguir substituir cerca de 10% de carvão por biomassa.

Produção em Regime Especial

O Grupo EDP, em Espanha, através de várias sociedades, participa em vinte instalações térmicas, que no conjunto representam 127 MW de potência instalada.

Potência máxima em 31 de Dez		HC Energía				
MW	2008	2007	2006	2005	2004	
Cogeração	38	38	42	41	39	
Biomassa	7	7	4	7	7	
Resíduos	82	82	82	73	72	
Total Regime Especial	127	127	128	121	118	

Produção Líquida		HC Energía				
GWh	2008	2007	2006	2005	2004	
Cogeração	192	90	176	212	129	
Biomassa	6	8	13	20	15	
Resíduos	500	453	351	387	198	
Total Regime Especial	698	551	541	618	342	

A produção líquida das centrais de cogeração atingiu cerca de 192 GWh de energia eléctrica, 2 vezes mais que em 2007, o que pressupõe um funcionamento contínuo durante o ano. No que respeita à produção de vapor foram atingidos os 607 MWh. As instalações térmicas funcionaram satisfatoriamente, mas as horas de funcionamento foram inferiores às previstas dada a evolução do preço do gás.

Do total de 82 MW de potência instalada relativa ao tratamento de resíduos, foram produzidos 500 GWh de energia eléctrica. Foram também cumpridos os compromissos de tratamento de resíduos. Das centrais de resíduos, destaca-se a SIDERGAS, central que aproveita os gases siderúrgicos excedentes da fábrica de Arcelor-Mittal em Avilés para a produção das necessidades de vapor do processo siderúrgico, exportando para a rede a energia eléctrica excedentária.

Balço energético

O consumo total em Espanha alcançou em 2008 os 263.096 GWh, registando assim um aumento de 2% face a 2007, este é o crescimento mais baixo desde 1993.

Este ano, registou-se um aumento nos intercâmbios internacionais. O saldo de trocas com Portugal foi favorável à exportação, 9.586 GWh, e com França foi favorável à importação 2.862 GWh.

2008 foi um ano seco, razão pela qual a produção hídrica atingiu apenas 21.428 GWh. Este valor representa apenas 8% da procura total de energia.

A produção nuclear atingiu os 58.973 GWh, registando um incremento de 7% face ao ano anterior, recuperando os níveis anteriores a 2007. A produção nuclear representou 22% da procura de electricidade.

O carvão com 46.275 GWh registou um decréscimo de 35,5% face a 2007 devido aos elevados preços de combustível e dos direitos de emissão.

A produção de electricidade através de ciclos combinados a gás alcançou os 91.286 GWh, mais 34% que no ano anterior, devido à entrada em funcionamento de nova potência e à maior utilização da potência contratada.

A Produção em Regime Especial foi de 69.255 GWh, registando um aumento de 19% face ao ano anterior. Do total, 31.111 GWh têm origem eólica, o que pressupõe um aumento de 14,5% face ao ano anterior, e representando em termos totais 11% da energia produzida.



NEGÓCIOS DO GRUPO EDP

Balanco Energético		2008	2007	2006	2005	Espanha 2004
Índice de Hidraulicidade		0,66	0,64	0,8	0,45	0,79
		GWh				
Centrais do Grupo EDP						
Emissão Hidroelétrica	PRO	812	786	846	847	854
Emissão Termoelétrica	PRO	6.575	10.124	9.854	11.164	10.356
Emissão Nuclear	PRO	1.198	1.232	1.192	1.252	1.237
Emissão CCGT	PRO	3.831	1.795	1.692	2.109	1.961
Emissão Mini-hídricas	PRE	2	2	2	5	12
Emissão Eólicas	PRE	2.632	2.056	1.419	523	272
Emissão Biomassa	PRE	6	90	176	212	129
Emissão Cogeração	PRE	192	8	13	20	15
Emissão Resíduos	PRE	500	453	351	387	198
Produção Líquida do Grupo EDP		15.749	16.546	15.546	16.518	15.034
Emissão para a rede (Grupo EDP)						
Emissão para a rede (Grupo EDP)		15.761	16.546	15.546	16.518	15.034
Outros Produtores	PRO	207.924	209.887	207.289	197.626	192.005
Outros Produtores	PRE	65.923	55.731	48.356	49.407	45.242
Saldo Importador / (Exportador)		-11.040	-5.750	-3.280	-1.343	-3.027
Bombagem Hidroelétrica		-3.731	-4.349	-5.261	-6.358	-4.605
Consumo referido à emissão		274.824	272.064	262.650	255.850	244.649
Consumos próprios da Produção						
Consumos próprios da Produção		-8.339	-8.753	-8.907	-9.082	-8.649
Consumos próprios da Rede de Transporte						
Perdas		-3.389	-3.281	-3.017	-3.000	-3.093
Energia entregue na Distribuição		263.096	260.031	250.726	243.768	232.907

4.1.1.3. EDP Renováveis

A EDP Renováveis (EDPR), sociedade constituída no final de 2007 e detentora das participações nas empresas NEO Energia (EDPR EU) e Horizon Wind Energy (EDPR NA), deu durante o ano de 2008 mais um **passo significativo no seu crescimento** ao acrescentar 1.413 MW Brutos de capacidade instalada, finalizando o ano com um **“portfolio” de mais de 5,0 GW Brutos**. Este crescimento em capacidade instalada bruta corresponde ao cumprimento integral do “target” de 1,4 GW definido aquando da oferta pública de subscrição e ref ecte o perfil de crescimento da organização. Para além deste incremento de capacidade, a EDPR expandiu a sua actividade à Roménia e Brasil, acrescentando estas geografias à sua presença nos mercados de Portugal, Espanha, França, Bélgica, Polónia e Estados Unidos da América.

A 4 de Junho, a EDP Renováveis, S.A. foi admitida a negociação no mercado NYSE Euronext Lisboa com o símbolo “EDPR” na sequência do IPO. A oferta pública de subscrição da EDP Renováveis gerou um encaixe total de 1.567 milhões de euros.

Com um preço de 8,00 euros por acção, a Oferta Pública de Subscrição (OPS) excedeu por 87,9 vezes o total de 45.085.590 acções. A OPS Institucional obteve uma procura de 6,1 vezes o total de 180.342.362 acções¹. O total das acções dispersas em Bolsa totaliza 22.5% da EDPR,

mantendo a EDP a maioria do capital com os restantes 77.5% da empresa.

Esta transacção representa a maior oferta pública de subscrição lançada na Europa Ocidental durante todo o ano de 2008. O encaixe da OPS tem sido utilizado para financiar os planos de crescimento da EDPR, nomeadamente através da execução do “portfolio” de projectos eólicos com o objectivo de cumprir com o objectivo de crescimento da capacidade instalada para mais de 10,5 GW em 2012.

No contexto actual dos mercados financeiros, o sucesso da OPS demonstrou claramente a considerável atenção que os investidores colocam sobre a EDPR reconhecendo a excelência do nível dos seus activos, um sólido “track record” de execução e o reconhecimento como o “pure-player” com o crescimento mais elevado entre as maiores empresas mundiais do sector de energia renovável.

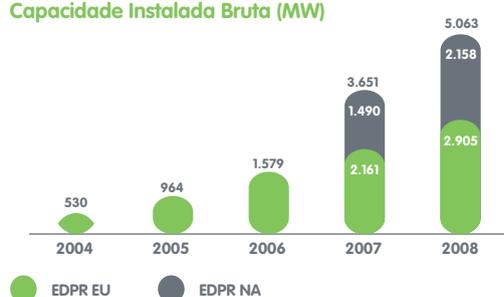
Apesar deste recente marco, a história das empresas subsidiárias que integram a EDPR remonta ao ano de 1993. Desde então, o negócio tem vindo a crescer consistentemente, nomeadamente através do desenvolvimento de projectos “greenfield” e aquisição de “pipeline” em “early stages”, assim como projectos em exploração que se ajustem à estratégia de crescimento da EDPR.

No decorrer do ano 2008, a EDPR efectuou a compra de activos eólicos em França ao grupo EOLE 76, na maioria em “pipeline”, entrou no mercado romeno, através da

aquisição de 85% da Renovatio Power e Cernavoda Power, que detêm um total de 736 MW de projectos eólicos em localizações privilegiadas, com diversas maturidades e obteve 126 MW no concurso eólico na Galiza. No continente americano, a EDPR iniciou operações no Brasil e adquiriu 1.050 MW de projectos eólicos em fase inicial nos EUA.

Adicionalmente, a EDPR fechou uma transacção com um consórcio de investidores institucionais (Tax Equity) constituído pela "JP Morgan Capital" e "New York Life Insurance" ascendendo a um total de 265 milhões de dólares. Em paralelo, e com especial relevância, a EDPR conseguiu gerir a construção de mais de 2,0 GW² durante 2008 e tem, a final do ano, 0,8 GW de capacidade em construção, a ser comissionada em 2009. Durante 2008, a EDPR instalou 1.413 MW brutos, 744 MW através da plataforma europeia e 669 MW na subsidiária americana. Estes factos comprovam a competência desta organização no cumprimento das metas anuais, levando a que, no final de 2008, a EDPR tenha uma capacidade total instalada de mais de 5,0 GW brutos, o que representa um notável incremento de 9,5 vezes os 530 MW brutos instalados em 2004.

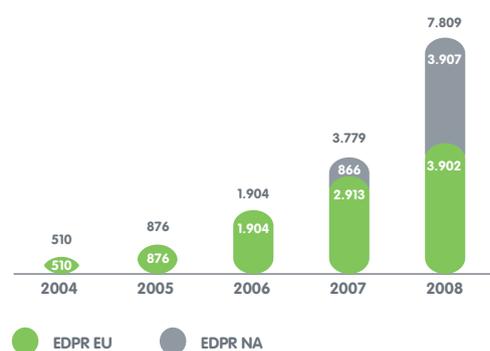
Capacidade Instalada Bruta (MW)



Nota: Considera-se potência EBITDA nas minihídricas.

No que diz respeito à produção de electricidade, em 2008 a EDPR atingiu 7.809 GWh, o que se traduz num crescimento de 107% relativamente a 2007.

Produção de Energia (GWh que contribuem para EBITDA)



Este nível de produção é o resultado de fortes "load factors", que resultam do elevado nível de qualidade dos activos da EDPR. Na Europa, a média anual de "load factor" atingiu os 26% e nos EUA 34%, reflectindo a excelente eficiência operacional dos parques eólicos da EDPR. Na Europa os activos EDPR atingiram consistentemente nível "top tier" de 97% disponibilidade (em linha com 2007) e na plataforma americana a disponibilidade cifrou-se nos 94% penalizado pela menor performance dos primeiros 2 trimestres. De qualquer forma, durante os últimos 3 meses do ano, resultado de um trabalho detalhado de melhoria operacional, a disponibilidade atingiu os 96%, "target" que a EDPR considera ser sustentável para o futuro.

EDP Renováveis Europa (EDPR EU)

A Europa é um mercado estratégico e de relevante importância para a EDPR. O forte apoio, tanto ao nível da União Europeia como de cada Estado membro, tem resultado num elevado crescimento na produção de electricidade através de fontes de energia renováveis. A directriz comunitária para promoção da energia renovável, em vigor desde 2002, tem sido o motor da actual política Europeia, estabelecendo objectivos agressivos sobre a percentagem de electricidade produzida através de energias limpas a atingir até 2010.

A posição de topo da EDPR EU é alcançada, em grande medida, pela capacidade de desenvolver projectos "greenfield" e "quasi-greenfield". Embora a história da Neo Energía, enquanto empresa, conte com as aquisições da Desa, Agrupação Eólica, Ceasa e Genesa entre 2004 e 2006, a componente do crescimento que resulta da aquisição de activos em exploração é residual quando comparada com a capacidade de executar "pipeline" e projectos "greenfield".

Esta capacidade de execução do "pipeline" e construção de parques eólicos posicionou a EDPR no topo da lista das empresas que mais construíram nos anos de 2007 e 2008 na Península Ibérica. Ao longo de 2008 a EDPR teve mais de 1.200 MW em processo de construção, dos quais 744 MW foram instalados.

A EDPR EU alcança 2.894 MW brutos de capacidade instalada eólica no final do ano de 2008 o que representa um crescimento significativo de 744 MW (+35%) face ao final de 2007.

A plataforma europeia conta com operações em Espanha, Portugal, França, Bélgica, Polónia e Roménia e actualmente representa 57% da capacidade instalada bruta da EDPR.

² Considerando o total da capacidade instalada bruta e o total de capacidade em construção no final de 2008.



NEGÓCIOS DO GRUPO EDP

Potência Máxima Bruta em 31 Dez					EDPR EU
MW	2008	2007	2006	2005	2004
Portugal	553	424	326	215	136
Espanha	2.120	1.650	1.224	749	394
França	185	87	29	0	0
Bélgica	47	0	0	0	0
Total MW	2.905	2.161	1.579	964	530

Nota: Inclui capacidade bruta e eólica em minihídricas.

Produção de Energia					EDPR EU
GWh	2008	2007	2006	2005	2004
Portugal	1.028	735	483	349	238
Espanha	2.636	2.058	1.421	528	272
França	238	119	0	0	0
Bélgica	0	0	0	0	0
Total GWh	3.902	2.913	1.904	876	510

Nota: Inclui produção EBITDA eólica e em minihídricas.

Relativamente à produção de energia, a plataforma europeia alcançou um total de 3.902 GWh, o que representa um crescimento de 34% face a 2007, e dado o elevado crescimento verificado na plataforma norte americana, a produção de energia na Europa representa agora 50% da produção total de energia na EDPR face aos expressivos 67% que se verificavam em 2007.

Em Portugal, a EDPR EU concretizou a carteira de projectos prevista para o ano de 2008, superando os 550 MW de capacidade instalada bruta. É igualmente importante realçar que foram cumpridos os objectivos previstos para alcançar as metas estabelecidas no plano de negócio da ENEOP, sociedade vencedora do concurso eólico de Portugal para um total de 1.200 MW.

Em Espanha, manteve-se o elevado ritmo de crescimento em parques em operação como na carteira de parques que iniciaram a sua construção ao longo do ano. A EDPR EU conta, em Espanha, com mais de 2.100 MW de capacidade instalada bruta e mais de 470 MW em construção e entrada em operação prevista para 2009.

Durante o ano de 2008, a EDPR EU colocou em operação 470 MW brutos eólicos adicionais em Espanha, o que demonstra não só a capacidade de cumprimento do seu plano de negócios, como também o sucesso da integração das empresas adquiridas nos últimos anos.

No que diz respeito a outras geografias na Europa, a 7 de Abril, a EDPR adquiriu activos eólicos franceses à EOLE 76, entre os quais, 35 MW em operação, 8 MW em construção, 258 MW em "pipeline" e 595 MW sob a forma de projectos em estado de prospecção.

Na Bélgica, iniciou-se operação de 47 MW de parques que pertencem à carteira da empresa Greenwind.

Na Polónia, importante mercado para o desenvolvimento futuro da EDPR EU, a primeira fase do parque de Margonin encontra-se no final de 2008 já em avançado estágio de

construção (20 MW de um total de 120 MW), prevendo-se que a totalidade do parque entre em operação durante o ano de 2009. Adicionalmente, existem dez projectos eólicos que se encontram em diferentes fases de desenvolvimento e que representavam no final de 2008 um total de 830 MW.

A 17 de Outubro de 2008, a EDPR EU formalizou a aquisição de 85% do capital de duas novas subsidiárias sediadas na Roménia, Renovatio Power e Cernavoda Power, onde se considera existir forte potencial para expansão. Estas empresas detêm projectos para a produção de energia eólica na Roménia num total de 736 MW, sendo que o preço de aquisição ascendeu a 64,4 milhões de euros.

EDP Renováveis Estados Unidos da América (EDPR NA)

A actividade nos EUA está assegurada pela plataforma norte americana EDPR NA (Horizon Wind Energy).

A EDPR NA tem vindo a constituir o seu portfolio através do desenvolvimento de projectos "greenfield" e "quasi-greenfield", o que demonstra uma estratégia de expansão essencialmente orgânica.

Durante o ano de 2008 é relevante destacar:

- Instalação de 669 MW de capacidade bruta em 2008, encontrando-se uma capacidade adicional de 199 MW em construção;
- Crescimento de 19,8% do "pipeline" de projectos, alcançando um total de 13.250 MW de pipeline e de 5.069 MW em "prospects" no final de 2008;
- Melhorias significativas na disponibilidade dos parques eólicos, aumentando o rendimento médio anual em cerca de 2%, entre 2007 e 2008. No final de 2008, o indicador de disponibilidade estava de acordo com o objectivo de 96%;
- Recebimento do encaixe final para o projecto Vento II, parceria estabelecida com investidores institucionais em Dezembro de 2007 ao abrigo de uma transacção de "Tax Equity". A EDPR NA finalizou uma nova transacção com um consórcio de investidores institucionais (Vento III), que representa um investimento de 265 milhões de dólares, isto é de especial relevância, dado o contexto turbulento do mercado de capitais durante a segunda metade de 2008.

A EDPR NA possui actualmente 16 parques eólicos em operação, com uma capacidade total bruta de 2.158 MW, o que representa um acréscimo de 669 MW brutos vs. 2007.

Potência Máxima Bruta em 31 Dez					EDPR NA
MW Brutos	2008	2007	2006	2005	2004
EDPR NA	2.158	1.490	-	-	-

Produção de Energia					EDPR NA
GWh	2008	2007	2006	2005	2004
EDPR NA	3.907	866	-	-	-

Os actuais projectos operacionais estão espalhados por 8 Estados: Oregon, Minnesota, Iowa, Kansas, Oklahoma, Texas, Illinois e New York. Este aumento da capacidade instalada traduz-se principalmente num aumento de 45% face a 2007. A distribuição do aumento de capacidade pelo país reflecte o compromisso em ter uma carteira de projectos geograficamente diversificada, tirando partido das diferentes curvas de vento e "mix" de preço nos EUA.

Em Dezembro de 2008, a EDPR NA tinha em "pipeline" 13,3 GW de projectos, estes projectos estão localizados em 18 Estados, divididos em 5 regiões.

Em 2008, a EDPR NA produziu o total de 3.907 GWh, o que representa, face a 2007, um aumento de "output" de 4,5 vezes.

Relativamente à eficiência operacional, a EDPR NA iniciou a implementação de um modelo detalhado de melhoria de ferramentas analíticas e processos operacionais reforçando as competências internas e permitindo gerir activamente os prestadores de serviços, garantindo que tanto o menor desempenho como a paragem de turbinas fossem rapidamente resolvidos.

EDP Renováveis Brasil

Para entrar num Mercado com tão elevado potencial eólico como o mercado brasileiro, a EDP Renováveis criou, em Junho de 2008, uma sociedade em parceria com a EDP – Energias do Brasil / Enernova, com o nome de EDP Renováveis Brasil.

A actividade de produção eólica terá início no ano de 2009 com a finalização da transacção com a CENAEEL, que tem uma capacidade instalada de 13,8 MW e a possibilidade de vir a expandir a sua capacidade para mais de 70 MW. Este projecto caracteriza-se por ser um dos primeiros parques eólicos com capital privado e um dos primeiros projectos PROINFA no Brasil.

As principais actividades da EDP Renováveis Brasil são a prospecção e desenvolvimento de parcerias para a construção de parques eólicos. A prospecção está centrada no nordeste, sudeste e sul do país, regiões que apresentam um "load factor" de produção mais elevado. No Estado do Espírito Santo, a prospecção ultrapassa os 200 MW, além dos 70 MW da CENAEEL no Estado de Santa Catarina.

4.1.2 Actividade de Distribuição

A EDP está presente na actividade de distribuição de energia através da EDP Distribuição, em Portugal, e da HC Energía, em Espanha. Esta actividade, centrada essencialmente na melhoria da eficiência e qualidade de serviço das redes de distribuição, registou no ano de 2008, mais de 56 TWh de energia distribuída.

4.1.2.1. Actividade de Distribuição em Portugal

O ano de 2008 foi, na EDP Distribuição, o ano de consolidação da reorganização da estrutura organizativa desenvolvida e implementada no ano anterior.

Este novo modelo organizativo, foi fortemente influenciado e impulsionado pela necessidade de fazer face às modificações que se têm verificado na envolvente que determina e condiciona as actividades da empresa, nomeadamente as decorrentes de alterações legislativas que levaram, entre elas, à criação da EDP Serviço Universal no início de 2007, da manutenção de uma forte pressão regulatória, e da aspiração da empresa ser uma referência em eficiência operativa no negócio em distribuição.

Assente nesta reorganização e na procura da melhoria dos níveis de eficiência e eficácia, deu-se um forte desenvolvimento ao Programa Distribuição 2010, lançado também no ano anterior. Este Programa é constituído por 10 projectos principais que abrangem toda a actividade da empresa, têm um forte cariz de transformação ao nível quer do comportamento, quer da tecnologia, e têm sempre subjacente a preocupação com a sustentabilidade ambiental e a segurança de pessoas e bens.

Na área da actividade operacional, paralelamente com a implementação dos novos processos desenvolvidos pelas equipas criadas no âmbito do Programa Distribuição 2010, concretizou-se, na sua plenitude, a aplicação da PEC – Próxima Empreitada Contínua, cuja conclusão dos procedimentos para a sua implementação tiveram lugar em 2007 e o início do contrato teve a sua concretização no final de também 2007.

Foi ainda constituída uma parceria entre a EDP Distribuição e a EFACEC para as áreas de engenharia, de manutenção e de prestação de serviços, denominada EME2 – Engenharia, Manutenção e Serviços.

No âmbito da nova legislação publicada, verificou-se durante o ano a ligação à Rede de Distribuição dos primeiros 516 microprodutores com uma potência instalada de cerca de 1,8 MW.

O ano de 2008 foi ainda marcado pelos preparativos para o novo período regulatório e correspondente revisão do Plano de Negócios. A publicação, pela ERSE, dos novos



NEGÓCIOS DO GRUPO EDP

parâmetros regulatórios e do novo tarifário para 2009 concretizou-se no final do ano.

Balanço Energético

Em 2008, registou-se um acréscimo de 1,2% no volume global da energia eléctrica entrada na Rede de Distribuição.

Tendo em conta os efeitos extraordinários, nomeadamente, o efeito associado às condições climatéricas e o acréscimo de dias úteis verificados em 2008, constatamos uma evolução de 0,7% do consumo subjacente, o qual está em linha com a evolução de 1,0% verificada na emissão para as redes da REN. O efeito da adesão de cogeneradores à Portaria 399/2002 teve, neste ano, um efeito diminuto no crescimento da energia saída da rede de aproximadamente 0,1%.

No quadro seguinte apresenta-se o Balanço de Energia Eléctrica de 2008 comparado com os de anos anteriores, onde se constata o regresso de um volume significativo de consumos do Mercado Livre para o Mercado Regulado em Alta Tensão e em Média Tensão, contrariamente ao que se verifica em Baixa Tensão.

Energia Entrada na Rede de Distribuição

GWh	2008	2007	2006	2005	2004
Para o Mercado Regulado	48.796	43.779	41.228	37.178	37.757
Para o Mercado Livre	1.306	5.731	7.406	10.091	7.051
Total	50.102	49.510	48.634	47.268	44.808

Nota: Inclui consumos MAT

Energia Saída da Rede Eléctrica

GWh	2008	2007	2006	2005	2004
Energia Entregue à Rede de Distribuição	50.102	49.510	48.634	47.268	44.808
Perdas da Distribuição	-3.633	-2.591	-3.169	-3.437	-3.451
Energia Saída da Rede de Distribuição	46.468	46.919	45.465	43.832	41.357

Vendas de Energia no Mercado Regulado

	2008	2007	2006	2005	2004
Muito Alta Tensão	1.667	1.527	1.394	1.278	1.224
Alta Tensão	6.358	6.265	5.361	5.153	4.345
Média Tensão	14.052	10.290	8.603	5.105	6.522
Baixa Tensão Especial	3.340	2.491	2.312	2.351	3.159
Baixa Tensão	18.364	19.523	19.235	19.024	18.126
Iluminação Pública	1.509	1.449	1.399	1.299	1.218

Entregas de Energia no Mercado Livre

	2008	2007	2006	2005	2004
Muito Alta Tensão	0	3	41	37	0
Alta Tensão	2	11	98	144	49
Média Tensão	263	4.098	5.820	8.489	6.680
Baixa Tensão Especial	219	996	1.190	950	33
Baixa Tensão	695	264	13	0	0

Durante o ano, tiveram forte desenvolvimento os trabalhos para o lançamento de um novo sistema de informação de suporte ao processo de "Energy Data Management" – especificamente na vertente de Balanço Energético. Pretende-se com este sistema dispor de uma ferramenta que permita uma gestão de contagens e energética

de qualidade, a disponibilização de informação aos diversos agentes de mercado e do SEN, e contribuindo para uma melhor estruturação e integração dos diversos sistemas. Durante todo o ano, esteve em curso o processo de revisão e de actualização dos planos de contingência. A aplicação destes planos nas situações de incidente, contribui significativamente para a diminuição dos tempos de interrupção de serviço.

A qualidade e a continuidade da onda de tensão (QCT) da rede da EDP Distribuição, continuaram a ser avaliadas em 2008 através da execução do Plano de Monitorização da QCT, conforme previsto no Regulamento da Qualidade de Serviço (RQS), que vigorará entre 2006 e 2009. Desenvolveu-se de acordo com o previsto, com monitorizações em 271 instalações (116 subestações de AT/MT e 155 postos de transformação), das quais 5 em permanência ao longo do ano, o que representou um número total de 791.376 horas de monitorização da QCT das nossas instalações e redes.

Com uma repercussão importante na qualidade técnica de serviço, concluiu-se a implementação do Genesys em todos os despachos de Alta Tensão e centros de condução MT. Relativamente a estes últimos, concluiu-se também a respectiva normalização operacional segundo o modelo definitivo.

Informações adicionais sobre a qualidade de serviço prestado, podem ser consultadas no capítulo Clientes no Contributo para a Sustentabilidade.

Eficiência

Manteve-se a preocupação de procura de maior eficácia e optimização no investimento e nas despesas operacionais e de manutenção, prosseguindo no ano de 2008 o esforço de redução de custos de acordo com as iniciativas lançadas no âmbito do Programa OPEX 2009 cujo objectivo de poupança previsto em 2008 foi cumprido.

Com o mesmo objectivo e aproveitando a experiência adquirida e as iniciativas ainda activas, foi lançado um novo Programa, agora com o horizonte de 2012, tendo sido acrescentadas novas iniciativas de poupança, cujo acompanhamento se iniciará em 2009.

Manteve-se também a aplicação de critérios cada vez mais exigentes na análise de investimentos, associada a um grande esforço de optimização na construção, exploração e manutenção das redes.

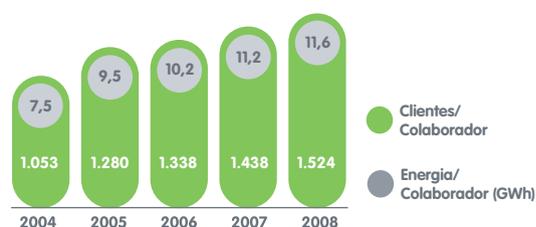
No âmbito do Projecto LEANplus, que integra o Programa Distribuição 2010, deu-se continuidade ao lançamento de pilotos dos sub-projectos WFM/GME ("Workforce Management" / Gestão da Mobilidade de Equipas), Gestão de Processos, Gestão de Projectos e Gestão de

Operações em diversas áreas operacionais, de acordo com o programado.

Na área da gestão do risco e procurando introduzir uma visão global da gestão do risco na Empresa e integrar as suas práticas na cultura dos seus colaboradores, deu-se continuidade aos trabalhos definidos no Sub-Projeto Gestão do Risco, inserido no Projecto Gerir+, o qual integra também o Programa Distribuição 2010. Concretizou-se o diagnóstico da situação actual, a selecção dos riscos considerados mais relevantes e a análise dos mesmos, com a identificação das medidas para a sua mitigação, dando-se ainda início à respectiva quantificação.

O aumento da eficiência operacional, permitiu servir um maior número de Clientes e distribuir mais energia com menos colaboradores, tendo o rácio número de Clientes por trabalhador, que é muitas vezes utilizado como medida de produtividade nas empresas de distribuição, aumentado de 1.053 em 2004 para 1.524 em 2008. Por outro lado, o indicador relativo à energia distribuída por colaborador cresceu 56% entre 2004 e 2008.

Eficiência Operacional da EDP Distribuição (Mercado Regulado + Mercado Livre)



4.1.2.2. Distribuição em Espanha

Em Espanha, o total de energia distribuída foi de 263.096 GWh em 2008, mais 1% que em 2007.

Distribuição de Electricidade	HC Energía				
GWh	2008	2007	2006	2005	2004
Alta Tensão	5.762	5.882	5.874	5.788	5.692
Média Tensão	1.284	1.204	1.215	1.116	1.043
Baixa Tensão	2.633	2.536	2.461	2.343	2.288
Total	9.679	9.622	9.550	9.247	9.023

A energia distribuída pela HC Energía em Espanha foi de 9.679 GWh, um crescimento de 0,6% face ao ano de 2007. O consumo dos clientes de baixa tensão registou um incremento de 3,8%. Os grandes clientes industriais mantiveram o uso intensivo das suas instalações e o seu peso explica o moderado incremento do consumo energético.

A HC Energía continua com o seu plano de crescimento da rede de distribuição de electricidade fora do Principado das Astúrias com a compra de novas distribuidoras:

PRINCIPAIS PROJECTOS DA EDP DISTRIBUIÇÃO

Um marco importante no desenvolvimento do **Programa Distribuição 2010**, em 2008, concretizou-se com a realização do Encontro Distribuição 2010. Neste Encontro, foram apresentados os resultados da ref exão conjunta feita nos "Workshops" realizados para cada um dos Projectos principais que constituem este Programa, e contou com a presença de todos os trabalhadores da empresa que nele colaboram. Paralelamente, concluiu-se a constituição das equipas e o planeamento das actividades de cada um dos Projectos que constituem este Programa, e, como resultado, no decorrer do ano concretizou-se a implementação faseada de pilotos nas diferentes áreas operacionais da empresa, aplicando e testando assim, os diferentes processos desenvolvidos pelas equipas a nível operacional e comportamental.

O **Projecto InovGrid** constitui uma das 10 iniciativas consideradas no Programa Distribuição 2010 e enquadra-se na necessidade de fazer face à forte pressão a que o sector eléctrico está sujeito em termos dos desafios relacionados com a sustentabilidade ambiental, a uma abordagem cada vez mais centrada no consumidor, à segurança e qualidade do fornecimento de energia e o mercado energético europeu. Informações adicionais sobre este projecto podem ser consultadas no capítulo I&D e Inovação no Contributo para a Sustentabilidade.

A disponibilização do **Projecto Rede Activa** em ambiente de produção ficou concluída, no decorrer do ano em toda a área geográfica da EDP Distribuição. Este Projecto, baseado na aplicação "Power On" e utilizando o Sistema de Informação Técnica (SIT), substituiu o antigo sistema SGI, o qual foi descontinuado garantindo, no entanto, o acesso à informação histórica, e permite integrar numa só aplicação a gestão de incidentes para os três níveis de tensão AT, MT e BT. Tem como objectivo dotar a EDP Distribuição de uma nova aplicação para gestão das ocorrências na rede eléctrica através de um novo sistema mais flexível e adaptado às novas necessidades.

- Em Valência, adquiriu 90% de FEVASA, empresa com um importante plano de expansão na zona de Sagunto;
- Adquiriu a subestação de Sagunto (220/20 kV);



NEGÓCIOS DO GRUPO EDP

- Na Catalunha, iniciou-se a actividade da sociedade distribuidora de electricidade Electra de Llobregat constituída pela HC Energía e um sócio local Electra Caldense para desenvolver a sua actividade na área metropolitana de Barcelona.

O crescimento da HC Energía, neste campo, tem sido constante desde que decidiu começar a construir redes fora da sua zona originária de distribuição.

Eficiência das operações

Durante o ano de 2008, foi dado seguimento aos trabalhos e desenvolvimentos organizacionais para otimizar a eficiência das operações na distribuição de energia eléctrica. A reorganização do número de trabalhadores, os investimentos realizados e os novos critérios de ordenação de trabalho permitiram atingir 26,4 GWh distribuídos por colaborador, cerca de 15% superior face a 2004. Igualmente, o número de clientes por colaborador alcançou, em 2008, 1.717, mais de 17% superior ao verificado em 2004.

Eficiência Operacional da Distribuição em Espanha



Nota: Indicadores calculados com base na afectação de colaboradores por empresa de contrato.

Destaque ainda para os seguintes factos na actividade de distribuição em Espanha:

- Foi fechado o acordo com a Rede Eléctrica de Espanha (REE) para a venda de instalações de transporte nas zonas de Silvota e San Claudio (Astúrias);
- Obras singulares: Ampliação em 50% da potência da subestação San Esteban para a melhoria de serviço em Oviedo e construção da subestação do pólo industrial de Zalia;
- Adequação à normativa de tarifas de novos contadores electrónicos. No decorrer do ano de 2008, decorreu a campanha de ICP (Interruptores de Controlo de Potência), tendo sido instaladas mais de 37.100, e iniciou-se a campanha de instalação de contadores domésticos habilitados para telegestão;

- No segundo semestre de 2008 realizaram-se mais 18.700 modificações de contadores da antiga tarifa 2.0N, que acabou em Julho de 2008.

4.1.3. Actividade de Comercialização

O Grupo EDP desenvolve a sua actividade de Comercialização em Portugal e em Espanha no mercado regulado, no qual assegura o fornecimento de electricidade cujo tarifário é definido regulamentarmente, e no mercado livre, no qual actua em regime de concorrência com outros "players" ibéricos.

Durante o ano de 2008 foi desenvolvida uma importante iniciativa ibérica, o Projecto SMILE. Este projecto é responsável pela concepção e implementação do modelo ibérico de processos de comercialização B2B, no mercado livre de electricidade e gás, e nos serviços. E está em perfeita sintonia com os objectivos estratégicos da EDP. Deste modo este projecto promove:

- Aumento da eficiência operacional, através da uniformização e optimização de processos e sistemas de informação do Grupo, actuando como um "player" ibérico;
- Aumento da capacidade de fidelizar e conquistar clientes de maior valor, através de melhor informação comercial e da prestação de um serviço de excelência;
- Melhoria do controlo do risco operacional, através da maior fiabilidade e capacidade de controlo interno dos processos.

4.1.3.1. Actividade de Comercialização em Portugal

Mercado Regulado

Durante o ano de 2008 o número global de clientes no Mercado Regulado (MR) diminuiu ligeiramente, consequência da passagem líquida de mais de 46 mil clientes de Baixa Tensão (BT) para o mercado livre. Por outro lado, em Média Tensão (MT) e Baixa Tensão Especial (BTE) assistiu-se ao regresso ao MR de cerca de 5 mil clientes do mercado livre.

As vendas de energia eléctrica no mercado regulado aumentaram cerca de 9% em relação ao ano anterior, com particular realce na MT e na BTE. Por outro lado, verificou-se uma quebra nas vendas em Baixa Tensão,

a que não é alheia a referida migração de clientes para o mercado liberalizado.

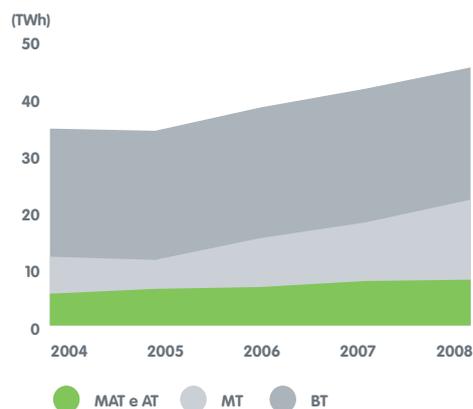
Número de Clientes

	2008	2007	2006	2005	2004
Total	5.890.427	5.902.795	5.961.697	5.894.139	5.818.504
Muito Alta Tensão	53	55	20	16	20
Alta Tensão	234	213	182	157	154
Média Tensão	22.913	20.748	19.955	16.600	18.184
B. Tensão Especial	32.170	25.687	25.118	22.036	27.306
Baixa Tensão	5.785.797	5.807.784	5.869.451	5.809.699	5.728.865
Iluminação Pública	49.260	48.308	46.971	45.631	43.975

Electricidade (GWh)

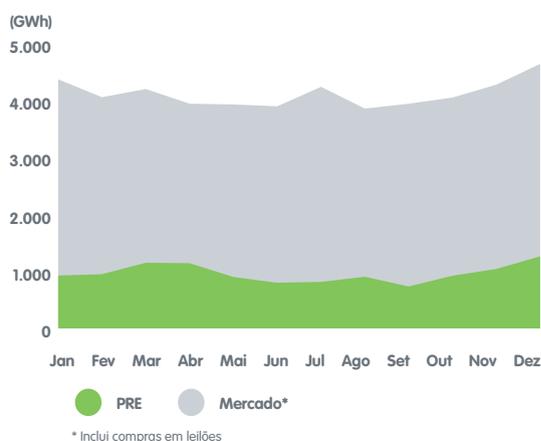
	2008	2007	2006	2005	2004
Total	45.289	41.546	38.253	34.164	34.552
Muito Alta Tensão	1.667	1.527	1.377	1.265	1.222
Alta Tensão	6.358	6.265	5.358	5.148	4.340
Média Tensão	14.052	10.290	8.589	5.091	6.506
B. Tensão Especial	3.340	2.491	2.308	2.347	3.155
Baixa Tensão	18.364	19.523	19.222	19.013	18.112
Iluminação Pública	1.509	1.449	1.399	1.299	1.218

Vendas de Electricidade no Mercado Regulado por Nível de Tensão



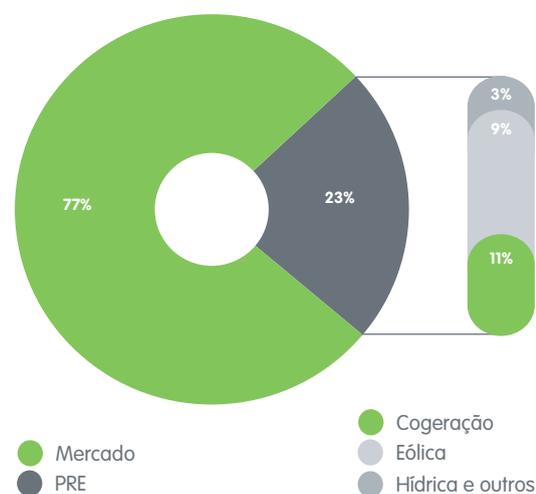
Durante o ano de 2008, a energia eléctrica necessária para garantir o abastecimento dos clientes do mercado regulado foi adquirida no mercado e a produtores em regime especial (PRE).

Compra de Energia – 2008



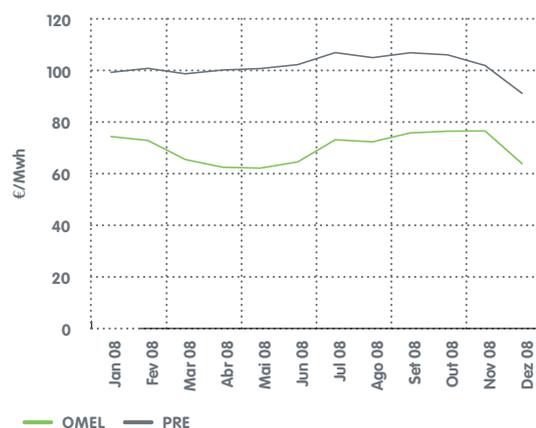
A energia eléctrica comprada para consumo no mercado regulado foi distribuída entre mercado (77%) e PRE (23%, dos quais cerca de 17% é renovável).

Distribuição da Compra de Energia (GWh)



Relativamente aos preços médios de compra de energia ao longo do ano de 2008, é de evidenciar uma quebra nos preços de mercado no primeiro semestre, um novo aumento nos meses seguintes e nova quebra perto do final do ano – o preço médio de aquisição em Dezembro no OMEL (Operador do Mercado Ibérico de Energia) foi próximo de 64€/ MWh, bastante mais baixo do que o verificado no mesmo mês do ano anterior, cerca de 74€/ MWh.

Preços Médios de Compra de Energia



Mercado Livre

A EDP Comercial manteve uma posição de liderança no Mercado Livre de comercialização de energia eléctrica, não obstante o contexto de adversidade tarifária que colocou fortes obstáculos à dinâmica de mercado no sector.

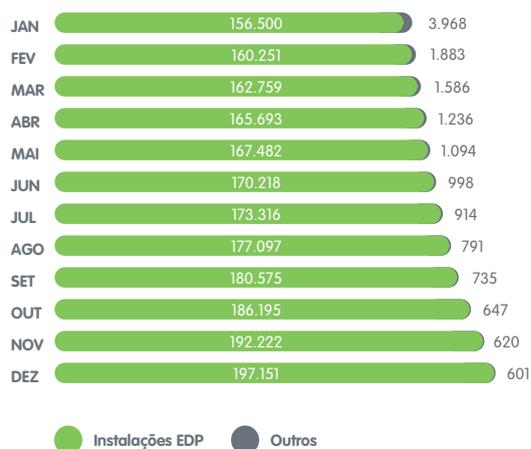


NEGÓCIOS DO GRUPO EDP

Essa posição de liderança, que se traduziu em 80,3% de quota de mercado, em energia vendida durante o ano de 2008, e em 99,7% das instalações fornecidas no final de Dezembro, foi sustentada pelas três unidades de negócio da empresa:

- Uma dedicada ao segmento de empresas e instituições (B2B), sob a marca EDP Corporate;
- Outra dirigida ao segmento residencial e pequenos negócios (B2C), sob a marca edp5D; e
- Uma unidade de Serviços de Energia com uma oferta diversificada e flexível orientada tanto para Clientes B2B como B2C.

Instalações no Mercado Livre



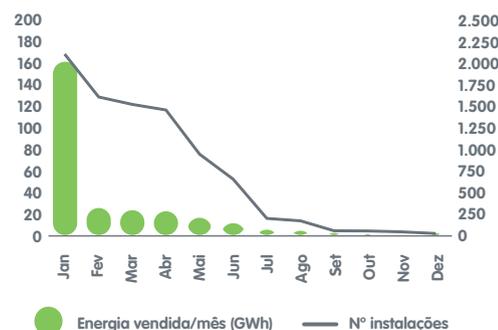
Mercado Livre					
	2008	2007	2006	2005	2004
Vendas em Mercado Livre (GWh)					
EDP Comercial	947	3.010	4.037	6.314	4.381
Outros	233	2.363	3.124	3.306	2.381
Instalações em Mercado Livre					
EDP Comercial	197.151	148.319	22.573	9.212	3.616
Outros	601	3.294	3.626	4.014	1.222

No segmento **B2B**, os preços praticados no Mercado Livre não conseguiram competir com as tarifas reguladas, cenário que já se observava desde a revisão extraordinária de Setembro de 2007, e que foi reforçado nas tarifas para 2008. O custo de aquisição de energia implícito nas tarifas deste ano foi de 50€/ MWh, valor muito inferior ao preço da energia no mercado grossista (OMEL), que serve de referência ao Mercado Livre, o qual se situou em valores próximos dos 70€/ MWh.

Assim, tal como os seus concorrentes, a EDP Comercial saiu do mercado B2B garantindo, no entanto, a gestão da transição dos Clientes para o Mercado Regulado,

o que implicou um importante esforço de esclarecimento e interação com os mesmos.

EDP Comercial B2B



Por outro lado, foi entendido como importante a manutenção e gestão do capital de confiança entretanto adquirido pela EDP Comercial junto dos Clientes.

Um outro factor que contribuiu para o reforço da relação de parceria entre a EDP Comercial e a sua base de Clientes B2B foi a comercialização de uma oferta mais alargada de Serviços de Valor Acrescentado.

No que diz respeito ao segmento B2C, a EDP Comercial continuou, em 2008, a ser a única empresa no Mercado Livre de energia eléctrica com uma oferta estruturada, através do edp5D, o que se reflectiu numa carteira de aproximadamente 200 mil Clientes residenciais e pequenos negócios, no final do ano.

Apesar do abrandamento na captação de Clientes B2C, reflexo do enquadramento tarifário adverso ao Mercado Livre, a EDP Comercial alcançou os objectivos a que se propôs para este segmento, com vendas de cerca de 676 GWh, o que equivale a um consumo anualizado de 796 GWh.

EDP Comercial B2C



Para a **Unidade de Negócio Serviços de Energia**, 2008 foi um ano pleno de actividade, marcado pela constante

dinamização da oferta de serviços, pelo desenvolvimento de novos produtos e soluções, pela implementação de um ambicioso conjunto de medidas, no âmbito do Plano de Promoção para a Eficiência no Consumo (PPEC), e pelo desenvolvimento de uma nova candidatura para o PPEC 2009/2010.

No âmbito do PPEC 2008, a EDP Comercial viu aprovado um conjunto de medidas equivalentes a um montante de 2,7 milhões de euros, 55% do total obtido pelo Grupo EDP e cerca de 30% do total disponibilizado pela ERSE.

Os projectos desenhados pela EDP Comercial destinaram-se a, por um lado, informar e consciencializar os Clientes residenciais sobre o papel activo que podem ter na eficiência energética e sobre os benefícios daí resultantes e, por outro, colaborar com os Clientes empresariais no aumento da eficiência na utilização da base tecnológica existente. Entre as diversas medidas implementadas são de destacar a instalação de Variadores Electrónicos de Velocidade, no sector industrial e a distribuição de Lâmpadas Fluorescentes Compactas com particular incidência no sector Residencial.

Resultados da implementação do PPEC 2008

Medidas B2B		
Optimização da utilização da eficiência energética	21	Auditorias realizadas
Variadores electrónicos de velocidade (VEV)	150	Equipamentos instalados
Lâmpadas fluorescentes compactas	30.000	Lâmpadas distribuídas
Medidas B2C		
Lâmpadas fluorescentes compactas	330.000	Lâmpadas distribuídas
Power Strips	100.000	Power Strips distribuídos
Promoção de equip. de frio classe A+ e AA+	11.100	Vales desconto distribuídos

Em paralelo com a implementação do PPEC 2008, a EDP Comercial preparou e apresentou a sua candidatura ao PPEC 2009/2010, em que estiveram presentes um número crescente de entidades candidatas, estando prevista a publicação das medidas a aprovar pela ERSE, para este biénio, até ao final do primeiro trimestre de 2009.

Para informação adicional sobre serviços prestados, consultar Novos Serviços no capítulo Clientes.

4.1.3.2. Comercialização em Espanha

Mercado Regulado

Na actividade da comercialização no Mercado Regulado, ultrapassaram-se os 628.000 clientes de energia eléctrica nas zonas de distribuição da HC Energía (Astúrias, Madrid, Valência e Alicante), cerca de 2% acima do ano anterior e com um consumo de 9.679 GWh.

Desde o dia 1 de Julho de 2008, com a entrada em vigor da ordem ITC 1857/2008, terminaram as tarifas gerais de Alta Tensão, Irrigação e Nocturna. Com esta alteração, 50% da procura de energia ficou no mercado liberalizado.

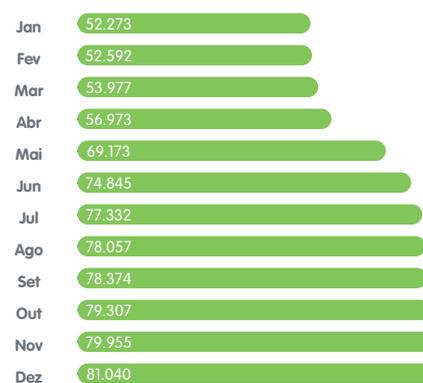
Número de Clientes	HC Energía				
	2008	2007	2006	2005	2004
Alta Tensão	21	21	21	21	20
Média Tensão	980	912	867	819	757
Baixa Tensão	627.340	615.644	602.293	584.082	573.783
Total	628.341	616.577	603.181	584.922	574.560

No que confere à actividade de Distribuição fora das Astúrias cabe destacar que foram alcançados 12.156 clientes no conjunto das zonas de Distribuição de Alicante, Madrid e Valência.

Mercado Livre

A HC Energía desenvolveu uma forte actividade comercializadora no mercado liberalizado, o que permitiu alcançar os 11.917,4 GWh eléctricos, 11% superior ao verificado em 2007. Esta energia equivale a 95% da energia produzida pelo Grupo e representa uma quota de mercado liberalizado de electricidade em Espanha de 11%.

Instalações da HC Energía no Mercado Livre



É importante destacar que, no sector industrial, as vendas de energia atingiram os 9.398 GWh, com um crescimento de 8% face a 2007.

No final do ano, o número de clientes fornecidos era de 75.690, um crescimento perto de 60% face a 2007. O esforço da actividade comercial centrou-se na obtenção de uma cobertura eficiente da produção do grupo e na optimização da carteira de Clientes.

A nova marca HC Energía alcançou, em apenas um ano, uma notoriedade superior a 85% na sua zona de influência.

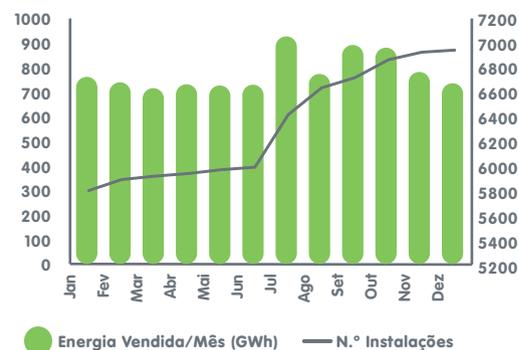


NEGÓCIOS DO GRUPO EDP

Mercado Livre

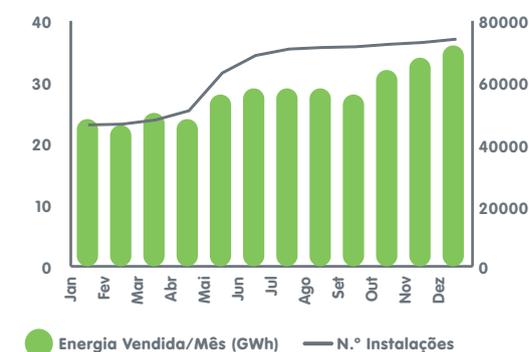
GWh	2008	2007	2006	2005
Vendas em Mercado Livre	108.341	71.876	62.571	106.583
HC	11.917	10.731	6.671	5.926
Outros	96.425	61.145	55.900	100.657

HC Energía B2B



A operativa B2B registou vendas de 11.574 GWh, verificando um crescimento de 10% face ao ano anterior. Por outro lado, também foi optimizado o nível da estrutura da carteira de Clientes, melhorando a margem dos segmentos de Grandes Contas e Empresas. Segundo as acções realizadas, o nível de satisfação geral deste tipo de clientes é superior a 95%.

HC Energía B2C



Na operativa B2C registou-se um valor total de vendas de 343 GWh, face a 2007 significa um aumento de 44%. A estratégia neste segmento tem se centrado na análise de carteiras para a captação de clientes rentáveis e a sua fidelização. O nível de satisfação deste tipo de clientes situa-se em 90%.

4.2. Negócio do gás na Península Ibérica

A EDP detém uma presença de referência no mercado ibérico do gás natural, estando presente como accionista maioritário nas empresas Naturgas Energia (em Espanha) e Portgás (em Portugal) (actuando sob a marca EDP Gás Distribuição, e doravante assim referida) e como accionista minoritário na Setgás (Portugal). Possui, igualmente uma comercializadora licenciada para operação no mercado liberalizado português, a EDP Gás.Com.

A Unidade de Negócio do Gás, corporizada na EDP Gás, SGPS, reforçou a sua posição de segundo operador de distribuição de gás natural na Península Ibérica (11% do mercado), atingindo cerca de 890.000 pontos de abastecimento e elevando o número de clientes em 4%. Apresentam-se em seguida as principais magnitudes do Negócio de Gás na Península Ibérica.

Principais Indicadores	EDP Gás				
	2008	2007	2006	2005	2004
Número de Clientes (milhares)	829	791	754	700	705
Distribuição regulada	201	376	506	606	704
Comercialização	628	415	248	95	1
Km de Rede (km)	9.048	8.456	7.661	7.218	6.832
Rede de Transporte	309	307	250	246	241
Rede de Distribuição	8.739	8.149	7.398	6.971	6.590
Volume de Gás (milhões de m³)	4.4	3.5	3.1	3.0	2.9
Distribuído	2.3	1.9	1.9	2.0	2.1
Comercializado	2.1	1.6	1.2	1.0	0.8
Volume de Gás (TWh)	51.4	40.9	35.7	35.5	34.0
Distribuído	26.6	22.7	21.9	23.7	24.2
Comercializado	24.7	18.2	13.8	11.8	9.9
Número de Colaboradores	422	411	407	444	457

4.2.1. Actividade de Aprovisionamento de Gás

O aprovisionamento de gás natural, e a gestão da carteira de contratos de compra de gás das diversas empresas do Grupo, são coordenados numa óptica centralizada de gestão de "portfolio" pela EDP Gás.

As principais realizações da actividade de aprovisionamento em 2008 foram:

- Assinatura dos contratos que permitem a entrada em operação do acordo de "partnership" entre a Sonatrach e a EDP de Outubro de 2007. Neste sentido assinou-se em Abril de 2008 o contrato de fornecimento de gás para a actividade de comercialização da EDP, com um volume de 0,3Bcm durante 2008. Este montante é descarregado, presentemente, no terminal de regaseificação de Barcelona. Este volume será incrementado no 2º semestre de 2009 para os 0,7Bcm/ano, quando entrar em funcionamento o gasoduto internacional Medgaz, actualmente em construção entre a Argélia e Espanha. Adicionalmente, em Abril de 2008 foi assinado o contrato de fornecimento de gás para a central de ciclo combinado de Soto 4, para um volume anual de 0,3Bcm. A central

de Soto 4 encontra-se em operação comercial desde Novembro de 2008, tendo o primeiro gás sido consumido pela central, ainda numa fase de testes, no mês de Julho de 2008, a partir de descargas de GNL no terminal de regaseificação de Huelva. Iniciaram-se igualmente os trabalhos para formalizar o fornecimento para a central de ciclo combinado de Lares 1, também prevista acordo com a Sonatrach, e que deverá realizar-se a partir de Abril 2009. O terminal de Sines será, em princípio, o ponto de descarga do GNL utilizado para o abastecimento desta central;

- Finalização, em condições de mercado, do processo de revisão de condições contratuais com a Atlantic LNG, que afectava o contrato de fornecimento de gás da Naturgas Energia, para a actividade de comercialização em Espanha;
- Negociação de um acordo com a Galp que permite, relativamente à central de ciclo combinado do Ribatejo, garantir o abastecimento em condições de mercado e dotar a central de novas flexibilidades que lhe permitem funcionar de forma mais optimizada, podendo igualmente abastecer o segundo grupo da central de Lares;
- Foram ainda estabelecidas as bases contratuais para a montagem de um novo mecanismo de “swap” do gás a provisionado à Atlantic LNG;
- Renovação dos contratos de abastecimento de gás das centrais de resíduos e de cogeração da HC Energia, num volume total de 0,2Bcm/ano, em condições vantajosas, garantindo a rentabilidade das mesmas.

4.2.2. Actividade em Portugal

A EDP Gás – Distribuição assinou em 11 de Abril um novo Contrato de Concessão com o Estado Português, com efeitos a 1 de Janeiro de 2008, tendo começado nessa data a actuar no sector como operador de redes e ainda, através da empresa EDP Gás – Serviço Universal, especificamente criada para o efeito, como Comercializador de Último Recurso para a sua área de concessão.

A remuneração destas duas empresas, cuja actividade é regulada, passou, a partir de 1 de Julho de 2008, a ser estabelecida pela ERSE que define os Proveitos Permitidos com base nas regras estabelecidas na regulamentação em vigor.

O ano 2008, ano de consolidação organizativa por força das alterações regulatórias, marcou-se pelo reforço na concretização da estratégia focalizada no crescimento e criação de valor através da captação de novos clientes tanto por densificação como por expansão da rede, num

plano de investimentos que atingiu os 25 milhões de euros assentes na optimização de custos unitários.

A EDP Gás Distribuição deu, assim, continuidade ao desenvolvimento da concessão garantindo o alargamento do nível de cobertura, quer numa perspectiva de zonas abastecidas pela sua infra-estrutura de distribuição (onde se destacam na rede primária, Viana do Castelo, e na rede secundária a Póvoa do Varzim), quer numa perspectiva de desenvolvimento comercial nos diversos segmentos de mercado, intensificando a acção comercial sobre o mercado doméstico existente, atingindo um aumento de mais de 20.000 pontos de abastecimento (+23% relativamente a 2007).

Gás Portugal – Clientes e Rede



Principais Indicadores	Gás Portugal				
	2008	2007	2006	2005	2004
Pontos de abastecimento (milhares)	201	180	163	149	139
Kms de rede (Kms)	3.220	2.987	2.642	2.425	2.248
Volume de Gás veiculado (milhões de m³)	0,51	0,22	0,20	0,19	0,18
Volume de Gás veiculado (TWh)	6,0	2,6	2,3	2,2	2,1
Clientes (milhares)	201	180	163	149	139
Volume de Gás vendido (milhões de m³)	0,23	0,22	0,20	0,19	0,18
Volume de Gás vendido (TWh)	2,7	2,6	2,3	2,2	2,1
Número de Colaboradores	110	112	115	110	112

De realçar também, com o arranque do 1º ano gás em Julho de 2008, o início do processo de Gestão de Energia com base no “Sistema de Gestão de Repartições, Programações e Nomeações” desenvolvido em conjunto com a Naturgas durante o final de 2007 e o primeiro semestre de 2008 (este sistema de gestão permite às empresas da Unidade de Negócio dispor de uma ferramenta única para a Gestão de Energia, dando resposta às exigências regulamentares dos sistemas português e espanhol) e o estabelecimento de um plano de instalação de sistemas de telecontagem nos clientes com consumos superiores a 100.000 m³ anuais.

No que toca à comercialização foi consumada a cisão da EDP Gás Distribuição das actividades de comercialização regulada de gás natural na EDP Gás Serviço Universal e comercialização de gás propano na EDP Gás Propano.



NEGÓCIOS DO GRUPO EDP

Estas duas empresas são assim responsáveis pela interface comercial com os clientes de gás em Portugal.

4.2.3. Actividade em Espanha

Do ponto de vista operacional o ano de 2008 na Naturgas foi muito positivo tendo em conta a evolução dos negócios regulados, livres e a correlação complexa que se produziu entre estes (com a migração de clientes entre mercados). Acresceram a estes resultados a evolução estratégica da companhia no campo das aquisições, que visou aproveitar oportunidades de crescimento em mercados de risco controlado com penetração em geografias não tradicionais, e no campo das sinergias com outras empresas do Grupo EDP.

Principais Indicadores	Gás Espanha				
	2008	2007	2006	2005	2004
Número de Clientes (milhares)	628.294	611.896	590.930	550.762	565.694
Distribuição regulada	0	196.605	342.770	456.269	564.210
Comercialização	628.294	415.291	248.160	94.493	1.484
km de Rede (km)	5.828	5.469	5.006	4.792	4.584
Rede de Transporte	309	307	250	246	241
Rede de Distribuição	5.519	5.161	4.756	4.546	4.344
Volume de Gás Natural (milhões de m³)	3.9	3.3	2.9	2.9	2.7
Distribuído	1.8	1.7	1.7	1.8	1.9
Comercializado	2.1	1.6	1.2	1.0	0.8
Volume de Gás Natural (TWh)	45.4	38.4	33.5	33.3	31.9
Distribuído	20.7	20.2	19.7	21.5	22.1
Comercializado	24.7	18.2	13.8	11.8	9.9
Número de Colaboradores	311	297	292	334	345

Mercado Regulado

O culminar do processo de liberalização do sector, no que a abastecimento de clientes se refere, teve como consequência o desaparecimento do fornecimento à tarifa no mercado regulado por parte das empresas distribuidoras a partir de 1 de Julho. Esta alteração supôs a migração obrigatória de todos os clientes para o mercado liberalizado e a conversão das empresas distribuidoras em empresas de prestação de serviço de acesso às redes, construção e manutenção das mesmas.

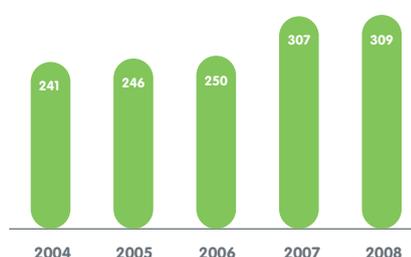
Com estes pressupostos as companhias de distribuição e transporte da Naturgas continuaram as suas actividades de expansão nas suas áreas de influência.

Na área de Transporte destacam-se:

- A finalização e colocação em serviço do gasoduto para a CTCC de Soto de Ribera;
- A finalização da Fase I do Gasoduto Bergara-Irun, entre Bergara e Zaldibia. Em processo de finalização a segunda fase entre Zaldibia e Villabona;
- A finalização das modificações nos gasodutos de transporte para as concessionárias das autoestradas de Bizkaia (Interbiak) e Gipuzkoa (Bidegui);

- A aquisição de 30% do capital da Septentrional de Gas (100% Naturgas);
- A diversificação do negócio ao longo da cadeia de valor.

Gás Espanha – Rede de Transporte (km)



Na actividade de Distribuição destaca-se:

- A colocação em serviço das redes de abastecimento dos municípios do País Basco de Dima, Artea, Ataun, Berastegi e em Agreda (Soria). Início das obras nos municípios de Soto de Ribera, Llanes-Celorio, Pola de Lena e Las Caldas-Oviedo (Asturias), Villarejo de Salvanés (Madrid), 2ª fase de Berastegi e Ataun (País Basco);
- O lançamento do projecto de Villarejo de Salvanés (Madrid) com um novo modelo de desenvolvimento baseado na relação densificação/extensão;
- A venda do edifício de Alto de Errondo e Ledesma;
- A aquisição da totalidade das acções da Gás Mérida, distribuidora de gás em Mérida, capital da Extremadura e fusão na Naturgas Distribuição.

A actuação ao nível da construção e saturação da rede existente permitiu incrementar o número de pontos de abastecimento, tal como se apresenta no quadro seguinte:

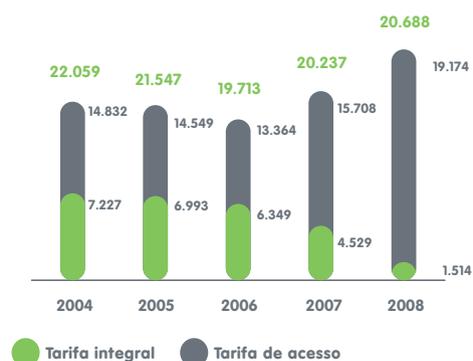
Gás Espanha – Pontos de Abastecimento



● Tarifa integral ● Tarifa de acesso

Em 2008 a energia distribuída pelas redes aumentou ligeiramente, em comparação com o ano anterior:

Gás Espanha – Energia Distribuída (GWh)



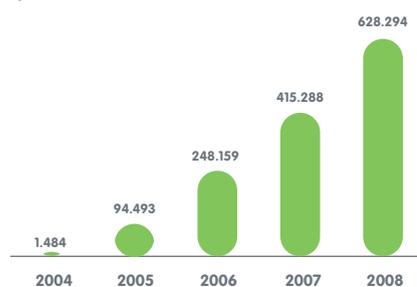
Mercado Livre

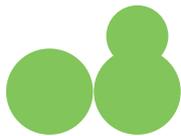
As novas medidas regulatórias favoreceram o crescimento da actividade das companhias comercializadoras. Neste contexto, o incremento no número de clientes fornecidos pela Naturgas Energia Comercializadora foi de 51% e a energia fornecida cresceu 27%. Importa referir que 80% do aumento na energia vendida diz respeito a novas captações ficando 20% pelo processo de migração do mercado regulado.

Esta última alteração regulatória obrigou a tomar medidas de actuação comercial, nas quais se destacam como mais relevantes as seguintes:

- Maximização da utilização do armazenamento subterrâneo para minimizar compras de gás "spot";
- Optimização de portagens por utilização de contratos de regaseificação e transporte;
- Optimização de aprovisionamentos por política activa de intercâmbios com comercializadoras;
- Lançamento dos SVA's Funciona Caldeira e Plano Instale;
- Redefinição do "target" comercial B2B.

Gás Espanha – Clientes de Gás





NEGÓCIOS DO GRUPO EDP

4.3. Negócio Eléctrico no Brasil

4.3.1. EDP Energias do Brasil em síntese e performance no mercado de capitais

A EDP Energias do Brasil, subsidiária do Grupo EDP para o negócio no Brasil, actua como uma “sub-holding” com actividades de produção, distribuição e comercialização de energia eléctrica, com presença nos Estados de São Paulo, Espírito Santo, Tocantins, Ceará e Santa Catarina. A Energias do Brasil está, desde Julho de 2005, cotada no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), segmento que reúne as empresas com as melhores práticas de governo da sociedade.

Na produção, merece destaque a operação de troca de activos, que envolveu, de um lado pela EDP Energias do Brasil, a totalidade da participação societária detida na Enersul e por outro, pela Rede Energia S.A., das participações societárias nas sociedades Lajeado Energia S.A. (anteriormente denominada Rede Lajeado Energia S.A.) e Investco S.A., bem como pela Rede Power do Brasil S.A., das respectivas participações societárias nas sociedades Lajeado Energia S.A. e Tocantins Energia S.A.

Com a conclusão do negócio, a EDP Energias do Brasil assumiu 73% do capital votante da Investco (% de direitos) – empresa que opera a Usina Hidroeléctrica Luiz Eduardo Magalhães (Lajeado), localizada no Rio Tocantins. Essa participação permite à Companhia consolidar integralmente no seu “portifólio” de activos de produção a usina de 902,5 MW de capacidade instalada e energia assegurada de 527 MW médios.

Com a operação de troca de activo e a aquisição (ainda sujeita à aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel) da Central Nacional de Energia Eólica S.A. (Cenaee), a EDP Energias do Brasil aumentou sua capacidade instalada de 1.044 MW para 1.697 MW, que proporcionaram um volume de energia produzida de 5,5 TWh.

Na distribuição, a EDP Energias do Brasil detém controle integral das empresas Bandeirante Energia S.A. (Alto Tietê, Vale do Paraíba e Litoral Norte do Estado de São Paulo) e Espírito Santo Centrais Eléctricas – Escelsa (Estado do Espírito Santo), servindo cerca de 2,6 milhões de clientes e distribuindo 22,2 TWh em 2008 (Escelsa e Bandeirante).

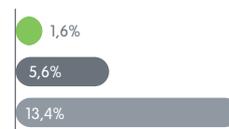
No segmento de comercialização de energia eléctrica, actua através da Enertrade, que em 2008 comercializou 7,3 TWh a clientes no mercado liberalizado, com uma quota de mercado de 13,4%.

Energias do Brasil

Volume (TWh)



Quota do Mercado (%)



● Produção ● Distribuição ● Comercialização

Nota: inclui Enersul

ENBR3 x Desempenho dos Índices (Base 100: 2008)



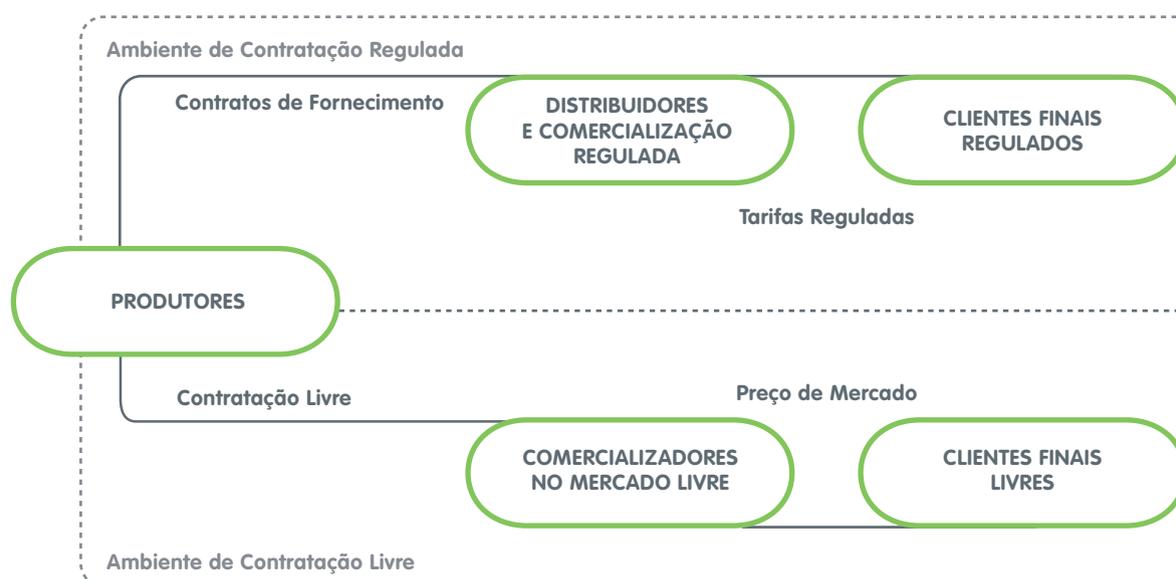
A evolução da cotação da acção da EDP Energias do Brasil (ENBR3) encerrou o ano com uma desvalorização de 18,2%, em relação a 2007, sendo o valor de mercado da EDP Energias do Brasil no final de 2008, 3,6 mil milhões de reais. O recuo da acção deveu-se ao agravamento da crise económica mundial, levando à queda de 41,2% do índice Bovespa, após cinco anos seguidos de ganhos.

Em 2008, a EDP Energias do Brasil foi uma das finalistas para o prémio de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) na categoria Empresas Listadas. Em 2006, a empresa foi vencedora deste prémio.

4.3.2. Enquadramento no mercado eléctrico Brasileiro

O sector eléctrico brasileiro, nos últimos anos, tem passado por importantes alterações de carácter estrutural e institucional, migrando de uma configuração centrada no monopólio estatal como fornecedor dos serviços e único investidor, para um modelo de mercado, com a participação de múltiplos agentes e investimentos partilhados com o capital privado.

A capacidade instalada de geração de energia no Brasil em 2008 era de 103.610 GW, com predominância de centrais hidroeléctricas (75,5%).



Actualmente, cerca de 994 agentes investem no mercado de geração de energia, porém os 10 maiores com cerca de 67,4% do total da capacidade instalada. A predominância do investimento ainda é estatal, com apenas 2 agentes privados entre os 10 maiores e o maior deles com participação de 6,8%. A Energias do Brasil, com 1.697 MW de capacidade instalada, possui 1,6% do total de geração instalada no Brasil.

De acordo com o relatório publicado pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE, o consumo de energia eléctrica dos consumidores cativos e livres atendidos pelo sistema eléctrico brasileiro previsto para 2008 é de 393,9 TWh, representando um crescimento de 4% em comparação com o ano anterior. O volume de energia distribuída pelas distribuidoras do Grupo deverá representar cerca de 5,6% do consumo total do Brasil.

Os Agentes Comercializadores de Energia Eléctrica são empresas que não possuem sistemas eléctricos e que, sob autorização, actuam exclusivamente no mercado de compra e venda de energia eléctrica para concessionários autorizados ou consumidores que tenham livre opção de escolha do fornecedor (consumidores livres). A comercializadora do Grupo, a Enertrade, participou em 2008 com 13,4% do volume negociado no Brasil.

4.3.3. Actividade da Energias do Brasil

Enfoque na Eficiência Operacional

No ano de 2008, um dos principais destaques foi a superação dos objectivos previstos no Programa de Eficiência Operacional, que identificou medidas de melhorias nos principais processos da organização. A meta prevista era de 72,5 milhões de reais e o resultado final foi de cerca de 100 milhões de reais, resultado que foi possível devido ao forte empenho das equipas, que adoptaram a redução de custos como meta.

Actividade de Produção

A actividade de produção da EDP – Energias do Brasil S.A., compreende a gestão de Centrais Hidroeléctricas (UHE) e de Pequenas Centrais Hidroeléctricas (PCH), localizadas nos Estados do Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e Tocantins, com uma capacidade instalada total de 1.697 MW, em Dezembro de 2008.

Em relação ao ano anterior verificou-se um acréscimo de 652 MW, em resultado do acréscimo de participação nos empreendimentos de Lajeado, no terceiro trimestre de 2008.



NEGÓCIOS DO GRUPO EDP

No quadro abaixo discrimina-se a capacidade instalada e a produção líquida de energia produzida entre 2004 e 2008:

Potência Máxima em 31 Dez	Energias do Brasil				
	2008	2007	2006	2005	2004
MW					
Lajeado (1)	903	250	250	250	250
Peixe Angical	452	452	452	0	0
Energest (2)	212	212	211	161	161
Pantanal	52	52	31	41	41
Cesa	62	62	59	59	59
Costa Rica	16	16	17	17	17
Enersul	0	0	0	5	5
Total	1.697	1.044	1.018	531	531

Produção Líquida	Energias do Brasil				
	2008	2007	2006	2005	2004
GWh					
Lajeado (3)	1.795	982	1.236	1.203	1.195
Peixe Angical	2.250	2.203	1.196	0	0
Energest	816	980	984	991	948
Pantanal	303	213	226	199	191
Cesa	219	252	252	275	214
Costa Rica	90	74	86	76	85
Enersul	0	0	0	12	11
Total	5.473	4.704	3.980	2.756	2.643

(1) Parcela detida pela EDP no empreendimento cresceu de 27,65% para 73,27% em Set/08.

(2) Sub-holding da Energias do Brasil que controla ativos de geração oriundos do processo de desverficalização da Escelsa e Enersul até Maio 2005.

(3) Em 2008 incluí os empreendimentos EDP Lajeado, Lajeado Energia e Investco.

Seguindo a estratégia de crescimento em produção e de diversificação do "portfólio" da EDP – Energias do Brasil, referem-se as actividades mais relevantes ocorridas em 2008:

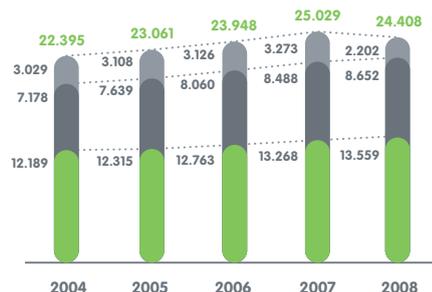
- O início da construção da Central Termoelétrica de Carvão importado de 720 MW, em parceria com a MPX Energia (50%), no Estado do Ceará, junto ao Porto de Pecém. O projecto foi estruturado com base num contrato "Engineering & Procurement Contract", devendo a operação comercial ocorrer em 2012, e resultando neste investimento num aumento de cerca de 23% na actual capacidade instalada da Energias do Brasil;
- O investimento em 2008 de 101 milhões de reais na PCH Santa-Fé, localizada no Estado do Espírito Santo, com uma capacidade instalada de 29 MW e com a entrada em operação prevista para o primeiro semestre de 2009;
- Repotenciação e modernização de três Centrais Hidroelétricas (UHE Mascarenhas, UHE Suiça e PCH Rio Bonito), que fará aumentar a capacidade instalada total em 25,1 MW, e com conclusão prevista para a última central no terceiro trimestre de 2010;

- Desenvolvimento de projectos e estudos de viabilidade de nova geração hídrica com uma capacidade instalada de 584,5 MW em PCH's e 2.551,9 em UHE's, a longo prazo;
- Na actividade de produção por BioEnergia, tem desenvolvido actividade de prospecção e implementação de projectos de Biomassa com base em Cana de Açúcar e Capim Elefante. Tem em carteira um projecto com base em Cana de Açúcar (Terra Verde) e um com base em Capim Elefante (São João), ambos localizados no Estado de Mato Grosso do Sul;
- Na actividade de produção Eólica, criou uma "joint-venture" com a EDP Renováveis da qual detém 45%, resultando na criação da EDP Renováveis Brasil. Neste âmbito foi iniciado o processo de aquisição da CENAEL que tem uma capacidade instalada de 13,8 MW, além de desenvolver actividade de prospecção e estabelecimento de parcerias para construção de parques eólicos.

Actividade de Distribuição

A Energias do Brasil registou, em relação a 2007, uma queda de 2,5% na energia distribuída, devido à permuta de activos com o Grupo Rede S/A (Enersul x maior participação na usina de Lajeado). O número de clientes servidos chegou a cerca de 2,6 milhões, um decréscimo de 19,5% face ao ano passado e representando uma população servida de quase 8 milhões de habitantes.

Vendas de Energia – Brasil (GWh)



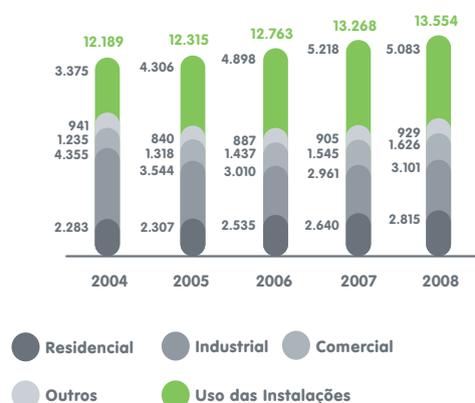
● Bandeirante ● Escelsa ● Enersul

Bandeirante

O total de energia eléctrica distribuída pelo sistema da Bandeirante, no ano de 2008, foi de 13.554 GWh, o que representou um acréscimo de 2,2% face ao ano anterior. A energia eléctrica distribuída a clientes finais, totalizou o montante de 8.471 GWh, que representou um crescimento de 5,2% sobre o ano de 2007. Em relação ao número de clientes, a empresa encerrou o ano de 2008 com 1.439 milhares de clientes, mais 2,7% do que em 2007.

Durante 2008, a energia eléctrica distribuída pelo sistema da Bandeirante ao mercado livre e concessionárias, totalizou o montante de 5.083 GWh, o que representou um decréscimo de 2,6% face a 2007.

Energia Distribuída – Bandeirante (GWh)



Na Bandeirante, o Programa de Combate às Perdas Comerciais efectuou 76 mil inspecções de campo, substituídos 29 mil contadores entre obsoletos, danificados e electromecânicos por electrónicos com medição indirecta e realizadas 13 mil regularizações de clientes clandestinos. Estas acções reduziram o nível de perdas comerciais de 5,66% em 2007, para 5,49% no ano de 2008.

Escelsa

A Escelsa distribuiu em 2007 8.652 GWh, um crescimento de 1,9% em relação a 2007. O número de clientes atingiu 1.144 milhões, um aumento de 4,5% face ao ano anterior. No mercado cativo, a Escelsa vendeu em 2008 um total de 5.172 GWh, apresentando um crescimento de 4,5% face a 2007. Para o mercado livre, a Escelsa distribuiu o montante de 3.480 GWh, apresentando um decréscimo de 1,6% face ao ano anterior.

Energia Distribuída – Escelsa (GWh)



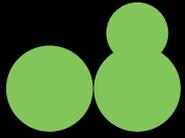
Em relação às Perdas Comerciais, o programa de combate às fraudes efectuou 237 mil inspecções de campo, substituídos 64 mil contadores e 129 mil ligações clandestinas foram retiradas. Em consequência, as perdas comerciais caíram de 5,97%, em 2007, para 5,23% no ano de 2008.

Actividade de Comercialização

A Enertrade, empresa do Grupo que opera no mercado livre de energia no Brasil, comercializou em 2008 7.282 GWh correspondendo a um acréscimo de 13% em relação a 2007.

Durante o ano de 2008 o mercado livre no Brasil apresentou um declínio de cerca de 4% em relação ao ano de 2007 em função do crescimento da actividade de autoprodução e da redução na oferta de contratos de geração. Adicionalmente a percepção de um balanço energético para os próximos anos com indicação de “deficits” fez com que os preços no mercado livre se situassem em patamares superiores aos da tarifa da maioria das distribuidoras. Este facto impactou o processo de migração de consumidores para o mercado livre. Apesar disso, a Enertrade aumentou sua participação nas vendas para o mercado livre, tendo alcançado a participação de 13,4% do mercado de comercialização.

No início de 2008 o mercado livre foi fortemente impactado pela expressiva alta do preço de liquidação de contratos de curto prazo que chegou a R\$520,00/ MWh em valores médios de Janeiro. da energia contratada. Esta conjuntura favoreceu a Enertrade que, dadas as últimas avaliações de risco de 2007, manteve uma posição “long” no mercado.



CONTRIBUTO PARA A SUSTENTABILIDADE



ÍNDICE

CONTRIBUTO PARA A SUSTENTABILIDADE	70
ABORGADEM CORPORATIVA	70
Compromissos Assumidos	71
I&D E INOVAÇÃO	72
COMUNICAÇÃO EDP	74
Comunicação Institucional	74
A Marca EDP	74
Campanhas e Iniciativas	75
EDP nos Meios de Comunicação Social	76
RECONHECIMENTO	78
COLABORADORES	80
Políticas e Estratégias	81
Caracterização	81
Relações Laborais	82
Avaliação e Desempenho	82
Formação Profissional	83
Mobilidade Internacional	83
Rejuvenescimento	83
Política e Estágios	84
Transferência do Conhecimento Interno	84
Satisfação	86
Sistemas de Saúde e Outros Benefícios Sociais	86
Conciliar Trabalho / Família	86
Segurança e Saúde no Trabalho	87
Voluntariado	88
CLIENTES	90
Caracterização	90
Diálogo e Satisfação	90
Qualidade de Serviço	92
Clientes Especiais	93
Novos Serviços	93
FORNECEDORES	98
Caracterização	98
Diálogo	98
Boas Práticas	98
COMUNIDADE	100
Comunidades Locais	101
Autoridades Administrativas e Reguladores	102
Apoio ao Desenvolvimento Social	102
DESEMPENHO AMBIENTAL	106
Política de Ambiente	107
Alterações climáticas	107
Biodiversidade	109
Gestão Ambiental	110
Novos projectos	111
Campos Eléctricos e Magnéticos	112



CONTRIBUTO PARA A SUSTENTABILIDADE

1. ABORDAGEM CORPORATIVA

A gestão dos negócios EDP é enquadrada pelos Princípios de Desenvolvimento Sustentável do Grupo EDP, publicada em 2004. Estes oito princípios orientam a empresa na procura do equilíbrio entre a vertente económica, ambiental e social das suas diferentes actividades e podem ser consultados em www.edp.pt>Sustentabilidade.

Com a organização da Sustentabilidade adoptada a nível corporativo, a EDP assegura uma implementação transversal das suas estratégias, um maior controlo da informação, uma maior transparência de actuação e, finalmente, uma transferência e partilha de práticas internas mais efectiva (ver figura).

Com base na agenda estratégica EDP 2009-2012, foram definidas cinco linhas condutoras para a gestão da sustentabilidade:

- Aprofundar a integração da Sustentabilidade e da Gestão Ambiental nos sistemas de gestão e de controlo do Grupo;
- Identificar as melhores práticas e promover parcerias internas e externas;

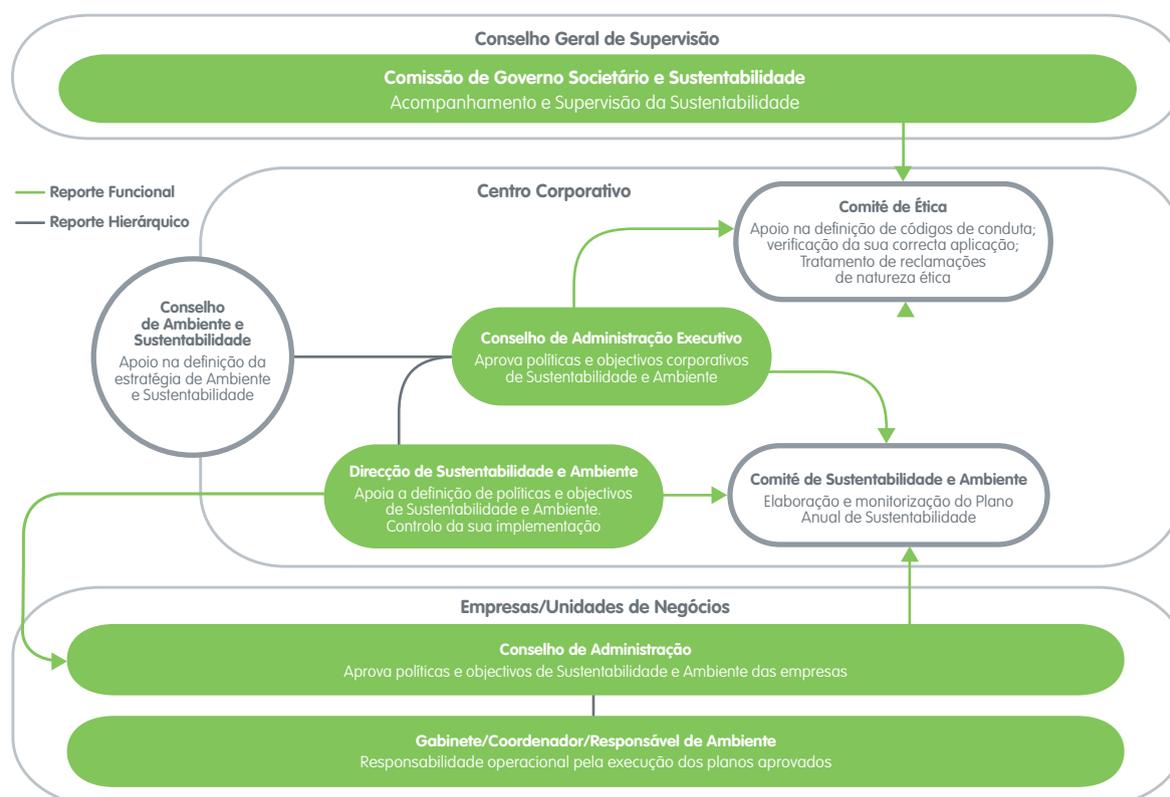
- Reforçar competências em matéria de gestão da responsabilidade e do risco ambiental;
- Desenvolver uma cultura empresarial de excelência de desempenho em sustentabilidade;
- Alargar, aos diversos "stakeholders", a aplicação de instrumentos de recolha de expectativas e de avaliação do desempenho do Grupo.

Estas linhas desdobram-se num conjunto de programas e projectos transversais nas seguintes áreas temáticas:

- Sistemas e Metodologias de Gestão;
- Ética e Deontologia Empresariais;
- Responsabilidade e Risco Ambiental;
- Biodiversidade;
- Comunicação da Sustentabilidade.

Como objectivo global da EDP, 2009 deverá ser marcado pela melhoria do desempenho de sustentabilidade, medido com referência ao Dow Jones Sustainability Index (DJSI).

Organização da Sustentabilidade



Nota: Para informação detalhada sobre as funções de cada órgão, consultar capítulo Governo da Sociedade – Estrutura de Governo Societário.

1.1. Compromissos Assumidos

A implementação da estratégia de sustentabilidade nas diferentes unidades de negócio do Grupo EDP foi, em 2008, reconhecida pela sua integração no DJSI.

A responsabilidade e determinação da Empresa em manter os mais elevados padrões de desempenho assumidos nesta matéria são reforçadas por um conjunto de compromissos aqui sintetizados:

Compromissos de Sustentabilidade

	Estado	Objectivos/Metas Futuros
Compromissos Corporativos		
Integrar o índice Dow Jones de Sustentabilidade	100%	Ficar entre as 6 melhores no Sector dos "utilities" eléctricos
Melhorar o ranking da SAM	Novo	Obter o nível Ouro
Obtenção da certificação ambiental corporativa, com referência à Norma 14001:2004	100%	Alargar a continuação do processo de certificação ambiental às instalações da EDP: Actividade de Distribuição hídrica e Renováveis
Operacionalizar o Fundo EDP para a Biodiversidade	100%	Novo Concurso em 2009
Inventariação de riscos ambientais até 2009	Em curso	Conclusão prevista para 2009
Novos serviços de energia	100%	
Implementar novo Regulamento do Código de Ética	100%	Prosseguir com a sua divulgação interna, aos colaboradores em Portugal, e externa, a fornecedores
Implementar o Balance Score Card Corporativo de Sustentabilidade	Novo	
Reforço do Diálogo com Diferentes Stakeholders		
Melhorar a comunicação de sustentabilidade na fase de projecto de novas infra-estruturas	Em curso	Reforçar os canais de aferição de expectativas nos novos projectos hídricos em Portugal
Proceder ao tratamento automático das facturas de fornecedores	Em curso	80% em 2009
Promover práticas de relato de sustentabilidade na cadeia de valor	Novo	Abranger 10 Fornecedores em 2009
Implementar um sistema de gestão de avaliação do retorno social de projectos EDP, no âmbito da metodologia LBG (London Benchmarking Group).	Novo	Implementação de um piloto para avaliação
Gestão do Capital Humano		
Iniciativas de prevenção do consumo excessivo de álcool, toxicod dependência, lesões músculo-esqueléticas e stress	30%	Terminar campanha de sensibilização e aplicar o regulamento aprovado durante 2008
Implementar novo inquérito de satisfação de colaboradores	100%	
Implementar projecto Conciliar (medidas de conciliação família/trabalho)	100%	
Iniciar projecto "Nearmiss" – Sistema corporativo de quase acidentes	100%	Implementar ferramenta de suporte informático e sensibilização de colaboradores, em Portugal, em sinergia com a área de Ambiente
Gestão Ambiental		
Estabelecer mecanismos de análise de ciclos de vida de empreendimentos EDP	Novo	Aplicação prática ao aproveitamento hidroeléctrico do Baixo Sabor, ao longo de todo o processo de construção
Obter Certificação Ambiental de acordo com a Norma ISO 14001:2004 dos aproveitamentos hidroeléctricos em Espanha	100%	Em 2009 será certificada de qualidade e ambiente da central de cogeração SIDERGAS
Implementação de um Sistema Corporativo de Informação de Sustentabilidade	100%	Em operação desde o início de 2009
Dessulfuração e desnitrificação das centrais a carvão na Península Ibérica	90%	Conclusão da instalação de queimadores de baixo NO _x na Central de Abono e Desnitrificação catalítica na Central de Sines, prevista para 2011
Iniciar projecto "Nearmiss" – Sistema Corporativo de quase acidentes	50%	Implementar ferramenta de suporte informático e sensibilização de colaboradores, em Portugal, em sinergia com a área de Recursos Humanos
Reforçar a comunicação sobre Campos Eléctricos e Magnéticos	100%	
Neutralizar pegada carbónica do Conselho de Administração Executivo	100%	
Proceder à avaliação do risco climático para o Grupo EDP	30%	Projecto recalendalizado para o período 2009-2010
Executar Planos de Promoção da Eficiência no Consumo em Portugal	90%	
Executar Planos de Promoção do Desempenho Ambiental em Portugal para o período 2009-2011	Novo	Executado pela EDP Distribuição



CONTRIBUTO PARA A SUSTENTABILIDADE

2. I&D E INOVAÇÃO

A inovação no Grupo EDP assenta em 6 vectores estratégicos: Mercado Energético, Marketing, “Webização” do Negócio (web 2.0), Plataformas de Informação, Desenvolvimento Sustentável e Eficiência Operacional. Nos vários negócios e geografias, a inovação desenvolve-se em áreas tecnológicas específicas e alinhadas com esses vectores:

- **Produção convencional, ambiente e sustentabilidade** – eficiência operacional, geração limpa (carvão) e captura e sequestro de dióxido de carbono (CO₂);
- **Produção Distribuída e Energias Renováveis** – tecnologias emergentes (ondas e eólica “offshore”, solar, micro-algas), microgeração;
- **Distribuição de Energia Eléctrica e Gás** – redes inteligentes, eficiência operacional, veículos eléctricos;
- **Mercados e Serviços de Valor Acrescentado** – marketing;
- **Tecnologias de Informação** – “webização” do negócio, plataformas de informação.



A EDP iniciou em 2008 um concurso de ideias, aberto a todos os colaboradores, em áreas temáticas tão variadas como a Geração, Distribuição, Comercial & Marketing, Comunicação, Sustentabilidade e Ambiente, Recursos Humanos, Serviços Administrativos, Logística e Finanças.

As ideias são avaliadas por um Comité de Avaliação, formado por representantes das diversas empresas do Grupo. Trimestralmente, são premiadas as três melhores e será atribuído anualmente um prémio à melhor ideia submetida a concurso.

Em 2008, as empresas do Grupo estiveram envolvidas, nas diversas geografias, em inúmeros projectos de Investigação, Desenvolvimento e Inovação Tecnológica (I&D+i), em parceria com empresas congéneres, indústria do sector, centros de investigação ou universidades. A descrição destes projectos será detalhada numa publicação específica que se encontra em fase de preparação e será editada em 2009.

Sem prejuízo da importância dos diversos projectos para os respectivos negócios e para o objectivo global do Grupo em matéria de inovação, merece contudo destaque o projecto InovGrid, pela característica integradora dos vectores de inovação estabelecidos.

É de salientar igualmente a participação da HC Energia nas plataformas tecnológicas espanholas de CO₂, Futured (redes eléctricas do futuro) e Eficiência Energética.

Em termos de parcerias, refira-se:

- **Programa MIT – Portugal** – envolvimento da EDP, enquanto empresa filiada, na gestão estratégica do Programa; contribuição para a definição dos objectivos dos programas de formação avançada e envolvimento dos seus recursos humanos, nomeadamente em mestrados profissionalizantes; participação no desenvolvimento dos programas de doutoramento, contribuindo com temas de investigação que tenham interesse directo para a sua estratégia de desenvolvimento e apoiando o trabalho de doutorandos; beneficiar do apoio à contratação de novos talentos, ao nível dos doutores formados pelo Programa MIT – Portugal.
- **Adesão à APBA** – a Associação Portuguesa Business Angels (APBA) foi fundada em 2006, com o objectivo de apoiar o desenvolvimento de novas “ventures”, que reconheçam e aproveitem as oportunidades inovadoras que o mundo global lhes proporciona, contribuindo, assim, para o estímulo de um novo tipo de empreendedorismo em Portugal. A APBA funciona como ponto de encontro entre empreendedores e financiadores de novas oportunidades de negócio, permitindo o acesso ao respectivo “deal flow” de projectos. Na qualidade de associada benemérita, a EDP tem acesso ao “deal flow” de todos os projectos submetidos à apreciação da APBA, bem como a participar nos eventos organizados pela Associação.
- **“Innovation Utilities Alliance”** – a EDP esteve envolvida na criação desta aliança entre as principais empresas eléctricas europeias (RWE, Endesa, EDF, Enel, EDPI), com vista à partilha das diferentes visões sobre iniciativas de I&D+i. Foram criados grupos de trabalho específicos nas seguintes áreas:
 - * Armazenamento de energia, liderado pela EDF;
 - * Veículos eléctricos, liderado pela RWE;
 - * Redes inteligentes, liderado pela Endesa;
 - * Protocolo de comunicação 61.850 para subestações, liderado pela EDP.



Projecto INOVGRID

Este projecto inovador enquadra-se na necessidade de fazer face à forte pressão a que o sector eléctrico está sujeito, relacionada com desafios como: a sustentabilidade ambiental; uma abordagem cada vez mais centrada no consumidor; segurança e qualidade do fornecimento de energia; e o mercado energético europeu. Com o InovGrid, pretende-se caminhar para um sistema eléctrico de distribuição inteligente, centrado na telegestão da energia, que vá revolucionar as redes e a sua forma de interacção com os consumidores/produtores.

Este projecto de transformação será consubstanciado numa renovação tecnológica e adequação organizativa da operação da rede de distribuição e da relação com os restantes “stakeholders”, suportada numa infra-estrutura que dará resposta às necessidades decorrentes da eficiência energética, telegestão, produção distribuída e microgeração, e assumirá o controlo activo e inteligente da rede. Está associado à instalação de equipamento de medida por telecontagem e à implementação progressiva da microgeração.

Deste modo, a rede de distribuição ficará preparada para dar resposta aos objectivos traçados aos níveis europeu e nacional, quer em termos de promoção da utilização racional de energia, quer no que concerne à crescente introdução das energias renováveis, assim como aos desafios relacionados com a mobilidade eléctrica, mantendo, simultaneamente, os compromissos assumidos relativamente à qualidade do serviço.

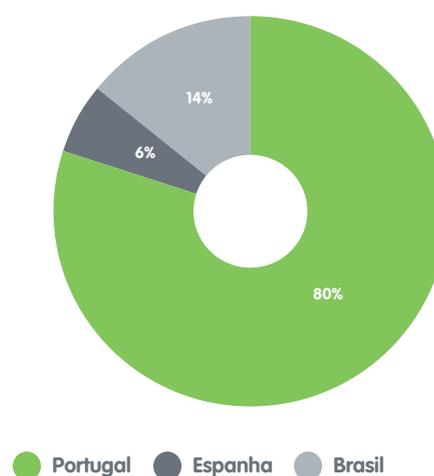
Em 2008, realizou-se a especificação, desenho, desenvolvimento e implementação do protótipo da infra-estrutura tecnológica que servirá de suporte ao início da implementação em 2009. No desenvolvimento da solução estiveram envolvidas diferentes entidades integrantes do consórcio, nomeadamente, EDP Distribuição, EDP Inovação, INESC Norte, Janz, EFACEC e Lógica.

Adicionalmente, foram desenvolvidas iniciativas de divulgação e promoção da solução em fóruns nacionais e internacionais, e candidatura e aprovação no âmbito do sistema de incentivo QREN.

A EDP criou, em 2008, um Fundo de Capital de Risco – EDP VENTURES –, que irá materializar a estratégia de inovação aberta preconizada para o Grupo. Para além da criação formal do Fundo, foram já realizados os seus dois primeiros investimentos, numa perspectiva de Fundos na área “Energy Related Cleantech”. Em paralelo, iniciou-se a geração de “deal flow” conducente aos primeiros investimentos directos do Fundo, apontados para 2009.

Em 2008, as despesas com actividades de I&D+i do Grupo EDP ascenderam a 24 milhões de euros.

Investigação & Desenvolvimento em 2008





CONTRIBUTO PARA A SUSTENTABILIDADE

3. COMUNICAÇÃO EDP

3.1. Comunicação Institucional

A comunicação do Grupo EDP tem como missão planear, desenvolver e controlar a estratégia de comunicação do Grupo, quer na vertente interna, (ver capítulo Colaboradores na pág. 85) quer externa com o objectivo de maximizar o valor das marcas e de criar empatia junto dos diferentes “stakeholders” da Empresa.

Em 2008 destacam-se alguns dos objectivos definidos para a área da comunicação: a maximização do impacte mediático da actividade da empresa junto dos órgãos de comunicação social; o reforço do valor da marca EDP junto dos seus “stakeholders”; e a uniformização da marca EDP em todas as Empresas do Grupo.

3.2. A Marca EDP

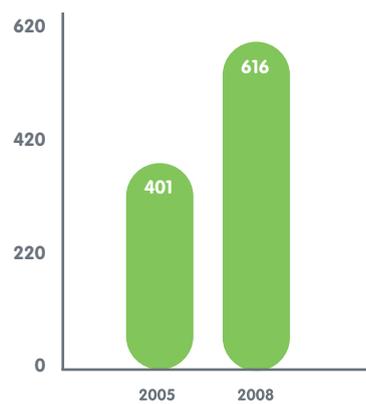
A marca EDP em Portugal conta com 100% de notoriedade total, sendo também a marca Portuguesa que regista um maior grau de notoriedade espontânea, levando uma clara vantagem em relação às restantes marcas.

Quando comparada com outras empresas constata-se que a EDP tem mantido a sua posição de destaque em termos de notoriedade: 100% no contexto do sector e de 61% face a outras grandes empresas. Também se verifica que as diferentes empresas do Grupo EDP têm aumentado a sua notoriedade.

No final do primeiro semestre de 2008 foi concluído um estudo sobre a arquitectura da Marca EDP, iniciado em 2007, nas várias geografias do Grupo, com o objectivo de tornar a EDP numa marca global. Nas diferentes geografias ajustaram-se os logótipos já existentes e criaram-se novos para várias empresas respeitando as realidades culturais de cada região.

Desde 2005 que o valor da marca EDP teve um crescimento total de 54%, atingindo os actuais 616 milhões de euros. Também a percentagem de clientes que percebem os valores-chave da marca EDP na sua comunicação aumentou consideravelmente, entre Setembro de 2007 e Abril de 2008.

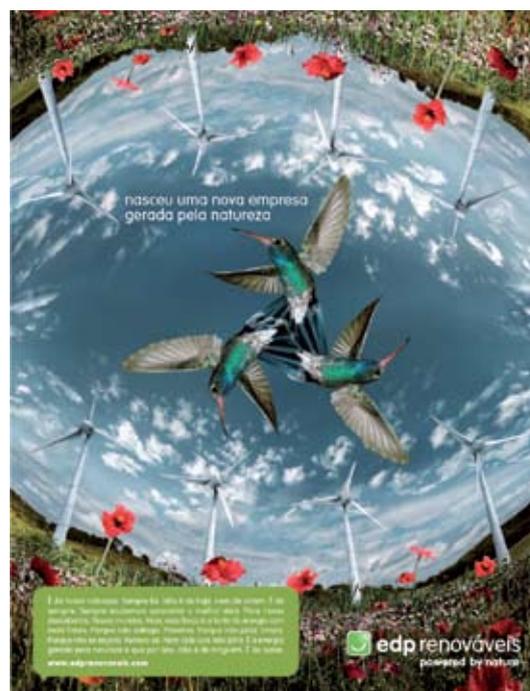
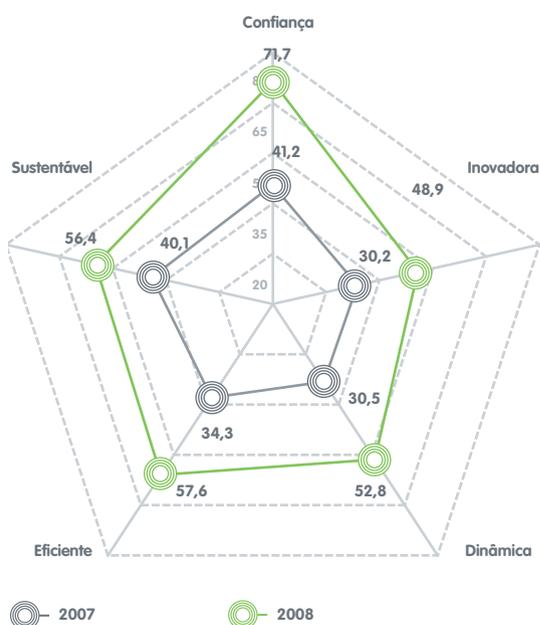
**Evolução do Valor da Marca EDP
 (milhões de euros)**



Estudo Interbrand, Avaliação da Marca EDP.



Valores EDP segundo os seus clientes



3.3. Campanhas e Iniciativas

3.3.1. Campanhas Institucionais

Campanha EDP Renováveis

Esta campanha foi realizada com o objectivo de posicionar a Empresa como uma empresa global, de acordo com os valores de natureza, sustentabilidade, solidez e inovação, e ainda de consciencializar os portugueses para a importância das energias renováveis – o negócio do futuro.

Posteriormente a mensagem da campanha evoluiu no sentido de promover concretamente a Oferta Pública de Subscrição das acções da nova empresa do Grupo EDP.

Campanha Institucional “Visionários”

Esta campanha, lançada em Setembro, teve como objectivo consolidar o posicionamento da marca EDP, reforçando valores de sustentabilidade, promoção da eficiência energética e das energias renováveis.

Do ponto de vista conceptual, tratou-se de uma homenagem às pessoas que já têm uma parte activa no consumo eficiente da energia, que arriscam e utilizam os recursos naturais da terra de forma inovadora e inteligente.





CONTRIBUTO PARA A SUSTENTABILIDADE

3.4. EDP nos meios de comunicação social

Nas sociedades modernas, fortemente mediatizadas, os meios de comunicação social são o interlocutor mais eficaz para manter informados os diferentes públicos, com os quais as organizações se relacionam. Na EDP, através do contacto constante com os media, procura-se garantir que esse fluxo informativo transmita com rigor, e de forma positiva, os valores e actividade da empresa.

À semelhança de 2007, em 2008 foi efectuada uma análise aos meios de comunicação social em Portugal com referência ao Grupo EDP, registando-se um índice de favorabilidade média positivo de 0,24, calculado com análise a 6.078 notícias. A percentagem de notícias favoráveis foi de 55%, destacando-se a melhoria da iluminação pública e a prestação de novos serviços, como a telecontagem; a aposta nas energias renováveis; o investimento em novas centrais de produção; as campanhas de eficiência energética e o projecto EDP – 7 Maravilhas, iniciado durante 2007. Este valor foi, no entanto, inferior a 2007 (63%) e é explicado por um conjunto de situações dos quais de destacam o aumento de contestação à construção das novas barragens do Baixo Sabor e Foz Tua e alguma polémica em torno da proposta de novos tarifários pela Entidade Reguladora.

É preciso salientar que a comunicação no Grupo EDP no ano de 2008, foi uma comunicação mais global que no ano anterior (2007).

No total, entre media nacionais e internacionais, foram veiculadas 23.862 notícias com referência ao Grupo EDP – Energias de Portugal, uma média de 65 referências ao Grupo por dia.





CONTRIBUTO PARA A SUSTENTABILIDADE

4. RECONHECIMENTO

Os compromissos assumidos e o desempenho da empresa foram distinguidos e reconhecidos pela comunidade nacional e internacional, em diferentes áreas de actuação.



ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE DOW JONES 2008/2009

A EDP tornou-se na única empresa portuguesa a integrar, em 2008, o "Dow Jones Sustainability Indexes: World e STOXX".



EDP É PRATA EM MATÉRIA DE SUSTENTABILIDADE

A SAM (Sustainable Asset Management) classificou a EDP pelo seu desempenho de Sustentabilidade na categoria prata, no sector da electricidade.

ENERGY GLOBE WORLD AWARDS

A EDP, com o projecto "O Ambiente é de Todos – vamos usar bem a energia" foi seleccionada entre um conjunto de 800 projectos mundiais, como um dos três finalistas nomeados na categoria Youth.

GREEN PROJECT AWARDS

entregou menção honrosa à Direcção de Ambiente e Sustentabilidade da EDP pelo projecto "Energy Bus". A menção honrosa foi atribuída pela Agência Portuguesa de Energia e pela Quercus, no âmbito das categorias de comunicação.



CERTIFICAÇÃO ATRIBUÍDA PELA LLODY'S RQA

A EDP obteve a Certificação pela Llodý's RQA da "Gestão corporativa das políticas e dos planos estratégicos de ambiente, da informação ambiental e do desempenho ambiental das organizações do Grupo", de acordo com a norma ISO 14001:2004.

DR. ANTÓNIO MEXIA – MELHOR CEO NA ÁREA DE RELAÇÕES COM OS INVESTIDORES

Prémio atribuído pela Deloitte, Diário Económico e Semanário Económico.



BEST OF EUROPEAN BUSINESS

A Roland Berger Strategy elegeu as melhores empresas europeias em diversas categorias, assim como o melhor presidente executivo de empresas cotadas no índice PSI-20. A EDP ganhou o prémio BEB na categoria de "cross-border M&A – fusões e aquisições" e o PCAE do Grupo, António Mexia, recebeu o Prémio dos Leitores do Negócios para o gestor PSI-20.



SPECIAL OLIMPICS – PRÉMIO DE APOIANTE ESPECIAL

O Special Olympics Portugal homenageou todas as entidades que contribuíram para a promoção e divulgação deste movimento e no apoio dado a todos os atletas para-olímpicos que participaram nos Jogos de Verão em Xangai.

2.ª MELHOR GRANDE EMPRESA PORTUGUESA PARA TRABALHAR EM PORTUGAL

A EDP recebeu a distinção da revista Exame e da Heidrick & Struggles de 2.ª Melhor Grande Empresa Portuguesa para trabalhar em Portugal. Para além desta distinção, foi ainda entregue à EDP uma menção honrosa por ser a empresa com melhor evolução do clima organizacional entre as grandes empresas.





NÍVEL A+ DA GLOBAL REPORTING INICIATIVE

O Relatório de Sustentabilidade 2007 recebeu o nível mais elevado de verificação que as linhas internacionais de relato empresarial – Global Reporting Initiative (GRI) – permitem.

EDP ENERGIAS DO BRASIL SELECIONADA ENTRE AS DEZ LÍDERES EM RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE

A EDP Energias do Brasil, integra a lista das dez empresas líderes na elaboração de relatórios de sustentabilidade no Brasil.

A NATURGÁS ENERGIA FOI PREMIADA NA CATEGORIA DE "MAIOR REDUÇÃO NO ÍNDICE DE FREQUÊNCIA DE ACIDENTES EM 2007"

pela Comisión Autónoma de Seguridad e Higiene en el Trabajo de Industrias Químicas y Afines (COASHIQ).

EDIFÍCIO DA HORIZON OBTÉM CERTIFICAÇÃO LEED – LEADERSHIP IN ENERGY AND ENVIRONMENTAL DESIGN (LEED)

Desenvolvido pela U.S. Green Building Council, este sistema avalia um conjunto de práticas associadas à construção sustentável. Este foi o primeiro edifício a obter esta certificação em Houston, no Texas.

ACCOUNTABILITY RATING PORTUGAL 2008

A EDP é a primeira empresa nacional no que diz respeito a "accountability" ou dever de prestar contas. O Accountability Rating Portugal 2008 é um estudo realizado pela Sair da Casca, Accountability e CSRNetwork para a revista Exame.

ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL NO GRUPO EDP ENERGIAS DO BRASIL

Pelo terceiro ano consecutivo, o Grupo EDP Energias do Brasil conquista a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bovespa.

COMUNICADOR DO ANO

Paulo Campos Costa, Director de Marca e Comunicação da EDP, foi eleito "Comunicador do Ano" pela APCE – Associação Portuguesa de Comunicação de Empresas.



EDP DISTINGUIU-SE COMO "BEST IN CLASS" PELA STOREBRAND

Pela segunda vez consecutiva, a EDP integra o portfólio de investimentos socialmente responsável desta sociedade financeira, pelo reconhecimento da sua liderança nas áreas ambientais e sociais.

PRÊMIO "PREVENIR MAIS – VIVER MELHOR NO TRABALHO"

Prémio promovido pela Autoridade para as Condições do Trabalho. A EDP recebeu uma menção honrosa.

HC ENERGÍA RECEBE PRÊMIO CAC

Este prémio visa valorizar a eficácia de atendimento prestado pelo Centro de "Atención al Cliente", cujo principal objectivo é esclarecer toda a e qualquer dúvida colocada e facilitar toda a informação necessária aos clientes.



MELHOR CONTACT CENTER

Prémio atribuído pela Associação Portuguesa de Contact Centers. A EDP ganhou, em Portugal, o prémio de Melhor Contact Center na categoria de Utilities.



MELHOR ANUNCIANTE DO ANO

Prémio atribuído pelo Clube de Criativos de Portugal. A EDP recebeu ainda duas menções honrosas com o filme publicitário "O Mundo está nas nossas mãos".

PRÉMIOS EFICÁCIA 2008

A EDP conquistou o troféu de prata com a campanha de publicidade da OPS da EDP Renováveis "Ciclo da Vida" na categoria Publicitária – restantes serviços e Administração Pública.

A EDP É MARCA DE EXCELÊNCIA PELA SUPERBRANDS PORTUGAL

A EDP foi eleita, pela quarta vez consecutiva, uma marca de excelência pela Superbrands Portugal, uma organização pertencente à internacional Superbrands, presente em 88 países.



CONTRIBUTO PARA A SUSTENTABILIDADE

5. COLABORADORES

Recursos Humanos	2008					2007				
	Grupo	Portugal	Espanha	Brasil	EUA	Grupo	Portugal	Espanha	Brasil	EUA
Emprego										
N.º de colaboradores	12.166	7.652	1.922	2.322	270	13.013	7.945	1.864	3.013	191
Permanentes	12.003	7.504	1.911	2.322	266	12.727	7.956	1.851	2.920	n.d.
Contratos a termo	155	144	11	0	0	943	643	13	90	n.d.
Part-time	15	4	7	0	4	3	3	0	0	n.d.
Colaboradores masculinos (%)	80%	82%	79%	77%	57%	80%	81%	82%	79%	n.d.
Dirigentes	85%	85%	91%	80%	71%	85%	86%	90%	38%	n.d.
Quadros Superiores	74%	74%	76%	86%	69%	73%	72%	74%	100%	n.d.
Quadros Médios	83%	90%	82%	79%	72%	89%	92%	89%	78%	n.d.
Quadros intermédios	82%	83%	80%	88%	89%	91%	47%	104%	88%	n.d.
Profissionais qualificados e altamente qualificados	82%	84%	78%	67%	52%	81%	83%	82%	66%	n.d.
Profissionais semi-qualificados	78%	87%	63%	79%	12%	80%	86%	58%	80%	n.d.
Índice de rotatividade ou "turnover" ⁽¹⁾	0,06	0,04	0,07	0,08	0,40	0,05	0,04	0,06	0,09	n.d.
Nº de saídas de colaboradores	843	496	117	161	69	807	442	69	296	n.d.
Idade média dos trabalhadores (anos)	45	48	43	40	39	45	47	43	40	n.d.
Rácio MVF de novas entradas	2,04	2,85	1,44	2,23	2,22	2,31	2,31	n.d.	n.d.	n.d.
Taxa de absentismo (%)	3,44%	3,46%	3,35%	3,45%	n.d.	3,74%	3,68%	3,63%	3,92%	n.d.
Salário mínimo EDP/Salário mínimo nacional	n.a.	1,50	2,07	1,59	n.d.	n.a.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Rácio salarial por género (M/F)	1,17	0,96	1,54	1,56	1,37	n.d.	0,96	n.d.	n.d.	n.d.
Formação										
Total de horas de formação	487.111	204.428	68.836	209.295	4.552	464.806	215.503	63.185	186.118	n.d.
Ambiente	5.512	3.890	1.030	0	592	5.448	4.337	658	453	n.d.
Desenvolvimento Sustentável	277	229	0	32	16	5.916	4.461	266	1.189	n.d.
Ética	2.660	2.660	0	0	0	0	0	0	0	n.d.
Qualidade	8.418	8.045	373	0	0	10.319	7.142	1.254	1.923	n.d.
Línguas	19.731	5.527	14.096	28	80	17.126	7.698	9.429	0	n.d.
Prevenção e Segurança	51.406	26.643	11.658	12.695	410	47.212	18.716	9.429	19.068	n.d.
Sistemas de informação	53.748	42.678	6.917	3.657	496	49.981	33.058	5.392	11.531	n.d.
Outras	345.361	114.758	34.763	192.883	2.958	410.932	222.219	36.758	151.955	n.d.
Formação média por colaborador	40,04	26,7	35,8	90,1	16,9	35,7	27,1	33,9	61,8	n.d.
Colaboradores com formação (%)	82%	83%	97%	77%	n.d.	91%	101%	68%	n.d.	n.d.
Taxa de formação total	40,04	26,72	35,81	90,14	16,86	35,72	27,12	33,90	61,77	n.d.
Dirigentes	41,02	38,42	48,74	220,22	18,46	53,05	50,41	57,80	206,77	n.d.
Q. Superiores	44,72	41,42	55,65	105,03	7,06	51,63	39,41	37,22	568,85	n.d.
Q. Médios	39,21	36,82	29,86	105,62	16,56	43,34	31,45	44,92	88,77	n.d.
Q. Intermédios	43,90	21,76	29,42	140,28	25,50	42,00	34,98	38,15	53,64	n.d.
Prof. Qualificados	32,29	21,50	33,26	142,49	16,85	26,46	22,20	26,50	65,76	n.d.
Prof. Semi Qualificados	57,99	12,13	38,77	66,83	13,87	34,02	18,75	21,56	37,47	n.d.
Relações Laborais										
Acordos Colectivos de Trabalho (%)	88%	90%	89%	90%	0%	0,85	92%	55%	90%	0%
Sindicalização (%)	61%	73%	31%	50%	0%	0,66	75%	27%	71%	0%
Estruturas sindicais (nº)	33	26	5	2	0	48,00	28	8	12	0
Horas perdidas por greve (nº)	550	550	0	0	0	2.831	2.831	0	0	0
Trabalhadores-estudantes (nº)	22	21	1	0	0	n.d.	45	n.d.	n.d.	n.d.
Estágios profissionais (nº)	190	76	0	114	0	n.d.	106	77	180	n.d.
Estágios curriculares (nº)	303	102	183	0	18	n.d.	124	0	120	n.d.
Prevenção e segurança⁽²⁾										
OSHAS 18 001 (% potência instalada)	46	89	0	0	0	56	95	0	0	n.d.
Acidentes em serviço (nº)	76	40	18	18	0	84	41	26	17	n.d.
Acidentes mortais em serviço (nº)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	n.d.
Acidentes mortais de subcontratados (nº)	6	2	1	3	0	5	3	0	2	n.d.
Índice de gravidade EDP (Tg)	176	173	146	219	0	225	267	227	128	n.d.
Índice de frequência EDP e PSE (Tf_total) ⁽³⁾	6,18	4,89	8,99 ⁽⁴⁾	7,64	6,26	n.d.	4,29	n.d.	n.d.	n.d.
Índice de frequência EDP (Tf)	3,43	3,11	5,50	3,30	0,00	3,70	3,01	8,46	2,83	n.d.
Total de dias perdidos resultante de acidente (nº)	3.894	2.224	477	1.193	0	5.092	3.627	698	767	n.d.
Taxa de doenças ocupacionais	0,19	0,16	n.d.	0,37	n.d.	n.d.	0,45	n.d.	n.d.	n.d.
Nº de acidentes eléctricos com público	17	3	0	14	0	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.

(1) Os reduzidos valores de "turnover" não justificam a sua desagregação por género e faixa etária

(2) Estão incluídos os dados referentes à Enersul, no Brasil.

(3) Inclui prestadores de serviço

(4) Inclui apenas Naturgás

5.1. Políticas e estratégias

A internacionalização do Grupo EDP levou ao desenvolvimento de um novo Modelo de Organização dos Recursos Humanos capaz de uniformizar critérios e garantir uma estratégia comum nas diferentes empresas EDP. Pretende-se, por um lado, garantir a transversalidade dos valores e a descentralização operacional dos processos e, por outro, materializar uma cultura organizacional comum.

O novo modelo organizativo de gestão do Activo Humano é internamente designado por projecto "Talentos" e tem os seguintes objectivos:

- Maximizar sinergias intra e entre geografias
 - Centralização do pensamento estratégico e descentralização da gestão tática e operacional;
- Promover uma cultura de transparência, alinhamento e comunicação proactiva ao nível da Gestão de Recursos Humanos, procurando a promoção do Grupo EDP numa empresa cada vez mais justa;
- Fomentar a meritocracia;
- Garantir o alinhamento com as melhores práticas internacionais;
- Agilizar processos a partir de um sistema de informação único, flexível e integrado.

O "Talentos" está desdobrado em cinco áreas distintas: Estratégia de Talentos; Avaliação de Potencial e de Desempenho; Compensação; Desenvolvimento de Competências; e Gestão de Carreiras.

Em 2008, foi efectuado o enquadramento organizacional das funções em todas as empresas do Grupo EDP de forma a garantir o alinhamento entre as diferentes posições na estrutura.

5.2. Caracterização

Ao longo dos últimos anos, o Grupo EDP tem vindo a alargar a sua presença geográfica, embora o seu número de colaboradores continue a registar anualmente ligeiras diminuições, reflexo do esforço de melhoria da eficiência interna de gestão de recursos.

No que concerne às diferenças em termos de género a situação mantém-se: os colaboradores do sexo masculino representam 80% do total, explicada pelo facto do sector energético ser tradicionalmente masculino.

No seguimento da política de rejuvenescimento em curso (ver ponto 5.7.), em 2008, foram admitidas para o

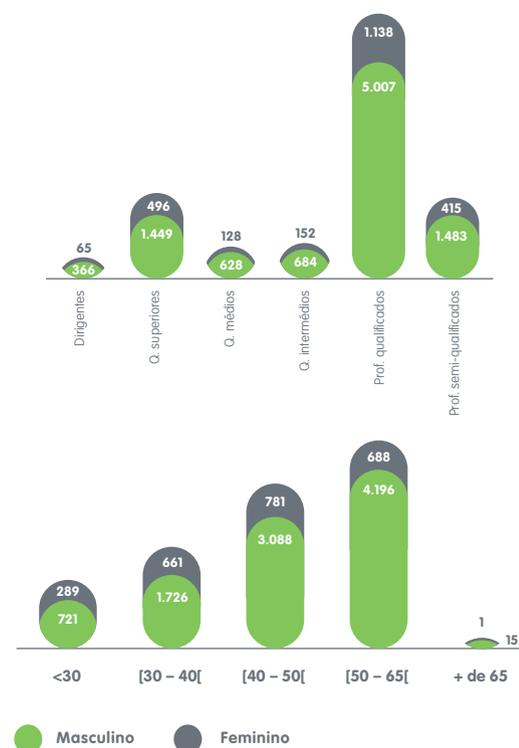
quadro permanente um total de 588 pessoas. Este valor representa um aumento de aproximadamente 17% face ao ano anterior e uma idade média de 32 anos.

A destacar o aumento do número de colaboradores com nacionalidade diferente do país onde laboram, que em 2008 registou 62 pessoas, mais 38 do que em 2007. Este aumento está directamente relacionado com a expansão do Grupo EDP em vários países.

O número de colaboradores com necessidades especiais foi, em 2008, de 578, o que não evidencia alterações comparativamente ao ano transacto.

Ao nível salarial as empresas EDP regem-se por práticas igualitárias e anti-discriminatórias, não existindo diferenças salariais significativas entre géneros para o desempenho do mesmo tipo de funções. Analisando o rácio homem/mulher, verifica-se que o mesmo é favorável ao sexo masculino (1,17), sendo que, no entanto, em Portugal (que registava 63% dos colaboradores do Grupo), o rácio é favorável ao sexo feminino (0,96).

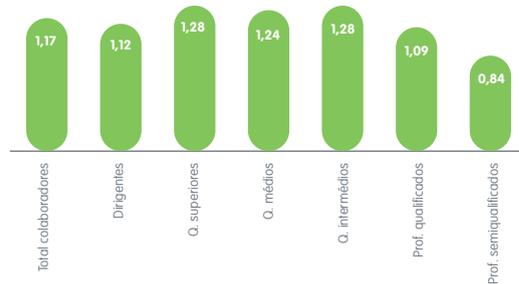
Distribuição dos Colaboradores por Categoria Profissional e Faixa Etária





CONTRIBUTO PARA A SUSTENTABILIDADE

Rácio Salarial Grupo EDP (M/F), por Categoria Salarial



Embora não existam procedimentos internos que explicitamente incentivem um recrutamento local, destaca-se a elevada percentagem de colaboradores naturais das regiões onde a empresa opera reforçando o seu importante papel no desenvolvimento dessas mesmas regiões.

Plano de Ajustamento de Efectivos

Em Portugal, a evolução dos activos continuou, durante o ano de 2008, a ser influenciada por programas de adequação de efectivos na vertente “Saídas”, nomeadamente pelo Plano de Ajustamento de Efectivos (PAE) em Portugal, com um total de 496 saídas.

O PAE 2006/2008 insere-se no processo de simplificação da organização – focado essencialmente na agilização de processos e actualização constante das tecnologias de suporte – tendo sido elegíveis para este plano os colaboradores cujas actividades desenvolvidas passaram ser executadas com menos recursos e para os quais não foi viável a recolocação funcional ou geográfica.

Em 2008, e para as pessoas que se desvincularam, a EDP continuou a assegurar, com recurso a uma empresa especializada, a implementação de programas específicos de reorientação sócio profissional. Estes programas privilegiam:

- Práticas facilitadoras de procura de novo emprego;
- Criação de negócio próprio;
- Programas de reforma activa, orientando para a nova etapa de vida dos ex-colaboradores nas suas diversas vertentes – saúde, lazer, formação, voluntariado, etc.

O Plano de Ajustamento de Efectivos em Portugal será concluído em 2009, prevendo-se a saída de 198 colaboradores.

Em Espanha, foi prosseguida a política de rejuvenescimento dos quadros da HC Energía, de acordo com a primeira disposição adicional do Convénio desta

empresa, nomeadamente através do incentivo às saídas e pré-reformas.

Na Naturgás Energía cessaram funções cinco colaboradores no âmbito do programa de incentivo às saídas voluntárias.

5.3. Relações Laborais

Foi mantido um relacionamento regular com as entidades representativas dos colaboradores da EDP, Sindicatos e Comissões de Trabalhadores, tanto no âmbito de processos negociais em curso de flexibilização e actualização da regulamentação colectiva como de informação/esclarecimento quanto à criação, modificação ou extinção de procedimentos por parte da EDP. Foram realizadas 25 reuniões plenárias (com a participação da generalidade dos sindicatos), 74 reuniões com sindicatos de forma individual, e 20 reuniões com as Comissões de Trabalhadores aos vários níveis (Comissão Coordenadora e Comissões das empresas).

A diminuição de 7 pontos percentuais face ao ano anterior no número de colaboradores sindicalizados pode ser relacionada com a redução global de efectivos (ver tabela no início do capítulo).

O relacionamento e a proximidade aos colaboradores são factores essenciais ao diálogo e à dissuasão de conflitos, não tendo havido qualquer tipo de conflito laboral por razões internas ao Grupo EDP.

As mudanças operacionais da empresa com impacte nos trabalhadores são notificadas com uma antecedência mínima de 30 dias, dependendo da complexidade envolvida. Estes procedimentos estão devidamente explicitados nos Acordos Colectivos de Trabalho e respectivas legislações laborais em vigor.

5.4. Avaliação e Desempenho

As empresas do Grupo continuam a aplicar o processo de avaliação de desempenho a todos os colaboradores. No âmbito do Projecto Talento foi implementado o primeiro piloto de um novo modelo de avaliação – a Avaliação de Potencial de Desempenho – assente em três dimensões: o potencial individual; o desempenho corporativo; e o desempenho Individual.

É uma avaliação a 270º, ou seja, efectuada pela hierarquia, auto-avaliação e pares. Implicou a definição de objectivos do Grupo, da Empresa e individuais (KPI – “Key Performance Indicators”) e de competências estratégicas.

Com base nos resultados, foram definidos Planos de Desenvolvimento Individuais, que estão em fase de implementação.

O primeiro piloto abrangeu a Alta Direcção das várias empresas em Portugal, Espanha e Estados Unidos da América (EUA), com o Brasil a integrar o processo no último trimestre de 2008. Os resultados deste primeiro piloto permitiram introduzir melhorias no processo e no sistema para o 2.º piloto.

Em 2009, será aplicado um 2.º piloto, cuja avaliação decorrerá no 1.º trimestre de 2009, abrangendo todas as geografias num total de 3.240 colaboradores.

Progressivamente, o novo modelo será aplicado à totalidade da população das empresas do Grupo em todas as geografias.

5.5. Formação Profissional

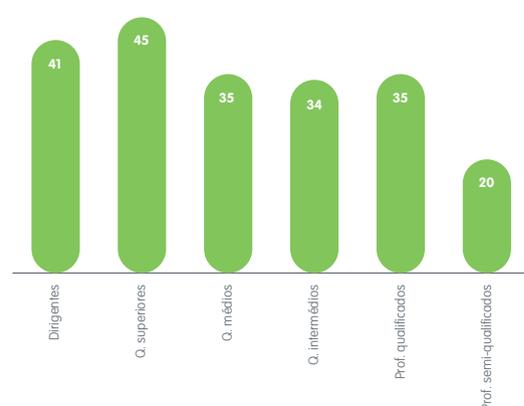
A qualificação dos recursos humanos e o apoio permanente à sua valorização pessoal e profissional constituem uma prioridade estratégica do Grupo EDP.

Estão a ser definidos novos procedimentos relativos ao Recrutamento, Formação e Desenvolvimento, Progressão e Mobilidade Interna que vão ser suportados, no próximo ano, pelo sistema Cezanne. Este sistema informático potencia a integração dos processos de recursos humanos.

Alinhada com a política de formação da EDP, está a ser criado um regime de apoio à frequência de acções de formação avançada (Pós-Graduações, MBA, Programas de Especialização) que define as regras pelas quais deverá reger-se toda a política de formação avançada no Grupo EDP.

Foi também lançado o projecto de criação da Universidade Corporativa EDP com o objectivo de promover uma cultura de aprendizagem e alinhamento entre formação e estratégia de negócio.

Formação Média por Categoria Profissional (horas)



Programa JEP – Refer Pessoas de Elevado Potencial

O Programa JEP tem uma periodicidade anual e é um exemplo da implementação da estratégia de desenvolvimento sustentado do Grupo EDP. Durante um ano, estes jovens têm a oportunidade de concretizar o respectivo Plano de Desenvolvimento Individual, pondo à prova o seu potencial e, simultaneamente, participando em iniciativas transversais, cujos eixos de intervenção são: Comunicação, Estratégia e Liderança. Antes do início de cada bloco são promovidos “Fóruns de Conhecimento”: sessões de enquadramento que antecedem o ciclo de desenvolvimento da respectiva competência e que contam com a participação de oradores internos especialistas no tema. No final do Ciclo de Desenvolvimento os JEP são avaliados com base na evidência das competências estratégicas e no grau de cumprimento dos objectivos estabelecidos no PDI.

5.6. Mobilidade Internacional

A expansão do Grupo EDP e a sua crescente internacionalização têm determinado um acréscimo na mobilidade internacional, por períodos mais ou menos longos, para o exercício de funções em empresas participadas pela EDP.

Neste contexto e face às necessidades actualmente evidenciadas, foi aprovado, em Outubro de 2008, o novo Regulamento de Trabalho Internacional (RTI), que contempla um conjunto de regras gerais de enquadramento alinhadas com as políticas de gestão de carreiras.

Com o processo de destacamento internacional, a EDP pretende privilegiar o desenvolvimento pessoal e profissional dos seus colaboradores, proporcionando-lhes o acesso a novas oportunidades de carreira e a experiências profissionais em contexto internacional.

Este Regulamento será brevemente comunicado a todos os colaboradores no âmbito da política de Activo Humano do Grupo EDP.

5.7. Rejuvenescimento

No âmbito da Política de Recrutamento do Grupo EDP está a ser definido um programa de atracção de jovens de elevado potencial, que tem como principal objectivo reposicionar a imagem da EDP no mercado como “empregador de primeira escolha”.

Neste sentido, estão a ser desenvolvidas ferramentas (microsite externo, brochura de recrutamento, ficha de candidatura) e um plano de actividades que vão permitir uma interacção permanente com os estudantes e as principais Universidades nacionais e internacionais,



CONTRIBUTO PARA A SUSTENTABILIDADE

de forma a seleccionar os alunos com maior potencial de desenvolvimento.

A EDP tem vindo, ao longo dos vários anos, a consolidar parcerias com universidades nacionais de referência, participando activamente em várias iniciativas, nomeadamente, "jobshops", palestras e programas de estágios.

Ainda a salientar o patrocínio, em Portugal, aos seguintes programas:

- **C2L – Challenge to Learn e IST Management**
Challenge do Instituto Superior Técnico, onde a EDP contribui para o enriquecimento curricular dos alunos de Engenharia;
- **Católica Top +**, através do financiamento de uma bolsa de estudo a um dos melhores alunos da Universidade Católica;
- **"University Challenge"** concurso que estimula os estudantes universitários a aplicar os seus conhecimentos académicos no desenvolvimento de um tema/projecto, no âmbito da estratégia e do marketing.

Em Espanha, a Naturgás estabeleceu um protocolo com a Universidad de Deusto, que prevê o desenvolvimento de um programa de cooperação educativa. Em 2008, este projecto permitiu a aproximação de seis estudantes desta instituição ao mundo empresarial, através da promoção de estágios na Naturgás.

Desta forma, o Grupo EDP tem vindo a desenvolver esforços para se aproximar da comunidade universitária, reforçando a sua imagem como sendo uma das melhores empresas para trabalhar.

5.8. Política de estágios

No prosseguimento da sua política de cidadania e responsabilidade social e inserido nas suas práticas de Recursos Humanos, a EDP continuou, em 2008, a conceder estágios de diferentes âmbitos e objectivos destacando-se:

- Estágios escolares os quais fazem parte integrante do plano curricular do curso frequentado e são objecto de formalização entre a Empresa e os estabelecimentos de ensino;
- Estágios profissionais;
- Estágios realizados ao abrigo de protocolos específicos, nomeadamente IAESTE Portugal – "Internacional Association for the Exchange of Students for Technical Experience" – programa de intercâmbio baseado

no acolhimento de jovens universitários estrangeiros e facilitando assim, a ida de universitários portugueses para outros países e o PEJENE – Programa de Estágios de Jovens Estudantes nas Empresas.

Ao todo, as empresas do Grupo EDP concederam 303 estágios curriculares e 190 estágios profissionais.

Quer os estágios profissionais quer os estágios IAESTE e PEJENE têm como principais objectivos possibilitar aos jovens uma aproximação ao contexto real de trabalho facilitadora da sua inserção na vida activa ao contribuir para reforçar a aquisição de competências socio-profissionais. O balanço feito pelos intervenientes é globalmente positivo sendo que esta interacção entre jovens saídos do sistema educativo e as Unidades Organizativas da Empresa onde se realizam os estágios tem permitido interessantes sinergias.

5.9. Transferência do conhecimento interno

No actual contexto, o sucesso do desenvolvimento do Capital Humano e das Organizações depende cada vez mais de uma cultura de aprendizagem, partilha e gestão do conhecimento. Para tal, é fundamental o envolvimento de toda a Organização.

Estas iniciativas contam com a participação de convidados externos e sobretudo com colaboradores do Grupo EDP, que potenciam o conhecimento existente na Organização. Como exemplos destacam-se as seguintes iniciativas:

- **"SMS – Saiba mais sobre..."**: sessões de formação dinamizadas por oradores internos especialistas em áreas consideradas chave pela empresa;
- **"Um momento com Energia – Pequeno-almoço com o Dr. António Mexia"**: têm participado nesta iniciativa colaboradores de todas as geografias. Nestes encontros são debatidos assuntos da actualidade e do mundo da gestão;
- **"Tertúlias – Conversas de fim de tarde"**: sessões que têm como convidado uma personalidade de referência em Portugal e na qual os colaboradores têm oportunidade de colocar questões e debater temas da actualidade.

WikiEDP



O Conhecimento é um activo cada vez mais importante para as empresas e um factor fundamental de desenvolvimento dos seus colaboradores. Através do WikiEDP, o acesso ao conhecimento acumulado por todos os que trabalham no Grupo é agora mais fácil, simples e intuitivo.

Iniciada em 2007, esta ferramenta permite a construção individual de uma base de conhecimento colectivo EDP a partir da partilha e experiência de cada um, nas diferentes geografias onde a EDP se encontra.

EDPON



Lançada em 2007, a TV Corporativa da EDP leva a imagem a todos os colaboradores e dá voz às equipas dos diferentes projectos em curso à escala internacional.

Já com 70 plasmas nas instalações do Grupo espalhadas pelos diferentes países, 2008 trouxe a novidade do arranque da emissão online, permitindo aos colaboradores assistir à emissão da edpON sem saírem do seu posto de trabalho.

5.9.1. Meios e iniciativas de comunicação interna

Nos últimos anos, a comunicação interna tem sido adaptada à nova realidade multicultural da Empresa. O reforço dos meios internos, acrescido de novas iniciativas, consolida a cultura da empresa e potencia dinâmicas de conhecimento e de transmissão de valores, permitindo sinergias e promovendo novas ideias.

A intranet mantém-se o meio de comunicação de excelência para os colaboradores no activo, assim como a Revista ON que chega a todos colaboradores no activo, reformados e alguns importantes stakeholders em Portugal.

Para fomentar o sentimento de pertença à empresa, a EDP tem envolvido os colaboradores em diversas acções de comunicação interna. Foi o caso do Click Idea, o concurso de ideias interno, em cuja campanha de divulgação foram utilizados rostos EDP (consultar capítulo I&D e Inovação). Vários colaboradores dos diversos países em que o grupo desenvolve a sua actividade deram a cara também para o grafismo dos Encontros EDP. O vídeo de abertura deste evento contou com a participação de vários colaboradores que partilharam o que significa para si trabalhar na EDP.

2008 destaca-se pela consolidação do projecto TV Corporativa – edpON, em todas as geografias do Grupo.

Destaca-se, ainda, o canal de acesso directo do PCAE, disponível através da intranet do Grupo, o qual permite aos colaboradores solicitarem o esclarecimento e dúvidas e/ou apresentarem sugestões que considerem não ser possíveis obter ou transmitir junto das suas hierarquias.

5.9.2. Encontro Anual de Colaboradores

O Encontro Anual de Colaboradores de 2008 realizou-se ao longo de seis sessões – três em Portugal e três em Espanha.

O Conselho de Administração da EDP reuniu todos os colaboradores da empresa, em Portugal e Espanha, para apresentar a Estratégia do Grupo até 2012, ficando o Encontro de Colaboradores no Brasil de ser realizado no primeiro semestre de 2009.

5.9.3. Acolhimento e Integração

O acolhimento e a integração dos novos colaboradores assenta nos valores corporativos e nos processos transversais comuns às várias geografias, respeitando as diferenças culturais de cada região onde a EDP opera.

Com o estabelecimento do processo de acolhimento definiram-se os seguintes objectivos:



CONTRIBUTO PARA A SUSTENTABILIDADE

- Assegurar o acolhimento enquanto processo corporativo, respeitando as diferenças culturais e linguísticas de cada geografia;
- Aproveitar e evidenciar as boas práticas existentes no Grupo;
- Tornar mais eficaz a integração dos novos colaboradores na empresa, na equipa e nas novas funções;
- Assumir o processo como mais um instrumento de aculturação organizativa;
- Facilitar a divulgação e o conhecimento das políticas, procedimentos e serviços associados à área de recursos humanos;
- Acelerar o processo de aquisição de conhecimentos sobre o Grupo, o negócio, a empresa e o departamento;
- Transmitir uma imagem de organização e de forte preocupação com o potencial humano, considerado estratégico para o desenvolvimento global do Grupo EDP.

As estruturas de Recursos Humanos das empresas do Grupo têm, neste processo um papel preponderante, enquanto garantes da sua adequada aplicabilidade. As Chefias e a equipa do novo colaborador assumem, igualmente importância capital, no sucesso da referida integração.

Para a concretização destes objectivos conta-se com o papel fundamental desempenhado pela equipa e pela chefia do novo colaborador. Complementarmente, existem instrumentos de comunicação que visam acolher e integrar melhor os novos colaboradores, dos quais se destacam:

- O Guia do Acolhedor: documento onde se sistematizam as práticas a seguir por quem acolhe;
- O Grupo de Acolhedores: colaboradores seleccionados pelas áreas de recursos humanos com perfil adequado para desempenharem o papel de acolhedores em cada empresa do Grupo;
- O Kit de Boas-Vindas, que inclui Encontros de Integração: eventos que visam consolidar o processo de acolhimento e integração e que reúne, semestral ou quadrimestralmente, os mais recentes colaboradores admitidos no Grupo;
- Encontro de Integração, que visa consolidar os conhecimentos e a cultura EDP.

5.10. Satisfação

Em 2008 a EDP retomou os estudos de satisfação de colaboradores, desta vez implementados e consolidados para todo o Grupo EDP.

O questionário foi distribuído ao universo de colaboradores do Grupo, tendo a taxa de resposta sido de 73%.

O Índice de Satisfação Global apresenta um valor médio de 75 pontos, com um nível de confiança de 95%. De acordo com as escalas internacionais, considera-se como um valor considerado 'bom'. Os indicadores de Portugal, devido ao peso que esta geografia tem no Grupo (63%), são os que estão mais alinhados com a média consolidada.

Os resultados nos EUA são aqueles que registam valores mais elevados, situando-se o índice de satisfação global neste país em 82 pontos. Espanha é o País que apresenta um índice de satisfação global mais baixo, 69 pontos. De salientar no entanto, que, relativamente a 2006 este índice teve uma melhoria de três pontos.

O índice de satisfação global do Grupo EDP sobe 2 pontos de 2006 para 2008.

5.11. Sistemas de saúde e outros benefícios sociais

Os colaboradores da EDP estão abrangidos por sistemas de protecção na doença complementares ao Serviço Nacional de Saúde (Esquema de Saúde ACT/EDP e Seguro de Saúde EDP Flex), e na Velhice através de planos complementares de reforma (Plano de Benefício Definido ACT/EDP e Plano de Contribuição Definida EDP Flex), Seguros de Acidentes Pessoais e Subsídios de Estudo para Trabalhadores e seus descendentes.

Estes benefícios, com as suas particularidades, abrangem todos os trabalhadores efectivos da EDP.

5.12. Conciliar Trabalho/Família

A EDP tem apostado numa maior conciliação dos colaboradores em relação ao trabalho, família e comunidade porque acredita que a conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar dos seus colaboradores contribui para uma sociedade mais justa e equilibrada.

Em 2008 foi lançado o programa Conciliar em Portugal, Espanha e Brasil, que prevê um conjunto de medidas nas áreas da saúde e bem-estar, família e educação, vida pessoal e trabalho e cidadania:

- Promoção do exercício físico, através do estabelecimento de parcerias com alguns ginásios e

academias para que os seus colaboradores possam usufruir de condições especiais;

- Estabelecimento de acordos para actividades culturais e com hotéis e agências de viagens;
- Apoio à família, onde se inclui a celebração do nascimento e adopção; a dispensa a gestantes, com acesso a uma licença até 15 dias de calendário, no período imediatamente anterior à data prevista para o parto, sem perda de vencimento; visita dos filhos ao local de trabalho e o Prémio Cidadania Júnior, com vista a premiar, anualmente, o desempenho académico e cívico dos mais jovens;
- Trabalho à distância, facilitada pela disponibilização aos colaboradores o acesso à sua caixa de e-mail profissional, através de webmail.

O diagnóstico do primeiro ano do programa Conciliar foi já realizado para Portugal e Espanha e servirá de base para a elaboração de um programa de acção para os próximos três anos.

5.13. Segurança e Saúde no Trabalho

A importância que a EDP atribui à segurança e saúde no trabalho ultrapassa o cumprimento dos imperativos legais e está explicitada na sua política de segurança, orientada para o objectivo estratégico “Zero acidentes, nenhum dano pessoal”.

Para melhor gerir este objectivo estratégico a EDP adoptou um Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho, baseado na norma OHSAS 18.001, seguindo as directrizes da Organização Internacional do Trabalho, expressas no documento ILO-OSH 2001 e na Convenção n.º 155 relativa a Segurança e Saúde dos Trabalhadores.

A “Política de Segurança da EDP” evidencia o compromisso para a gestão da segurança no trabalho, numa perspectiva de melhoria contínua, e na convicção de que o desenvolvimento laboral num ambiente seguro e saudável constitui um factor determinante para a satisfação dos colaboradores e uma mais valia para o sucesso nos resultados.

A responsabilidade pela prevenção e controlo dos riscos laborais pertence aos dirigentes máximos das unidades de negócio e está integrada na cadeia hierárquica.

Em matéria de saúde ocupacional, os serviços internos de medicina do trabalho, são responsáveis por vigiar a saúde dos colaboradores através dos exames médicos, promover a educação sanitária e verificar as condições nos locais de trabalho e dos equipamentos de primeiros socorros.

O Comité de Prevenção e Segurança, onde estão representadas ao mais alto nível directivo as empresas do Grupo associadas a actividades de risco, apoia o Conselho de Administração Executivo da EDP na definição de objectivos estratégicos e na gestão da segurança.

Com uma estrutura própria dedicada à coordenação e gestão corporativa da Segurança e Saúde no Trabalho, as actividades são localmente implementadas e desenvolvidas pelos Serviços de Prevenção e Segurança das unidades de negócio.

Em 2008 desenvolveu-se no terreno um vasto conjunto de iniciativas para eliminar os acidentes e doenças profissionais, que incluíram: formação e treino; uma permanente avaliação e tratamento dos riscos; e um programa de inspecções e auditorias internas e externas.

CAMPANHA LIGADO À VIDA

Identificado pela investigação dos acidentes e quase-acidentes de origem eléctrica como um dos processos chave no esforço de melhoria da prevenção, as con签nações para trabalhos fora de tensão foram alvo de uma Campanha de Formação na EDP Distribuição, designada “Ligado à Vida”, que abrangeu 2.941 participantes, sendo 1.855 trabalhadores da EDP e 1.086 trabalhadores de prestadores de serviços externos.

Em 2008, no Grupo EDP ocorreram 76 acidentes com ausência do trabalho de um ou mais dias.

Quanto à evolução dos principais indicadores de segurança, o índice de frequência consolidado das empresas das várias geografias foi de 3,43 acidentes por milhão de horas trabalhadas, uma redução de 6% face ao ano anterior; o índice de gravidade consolidado foi de 176 dias perdidos por milhão de horas trabalhadas, sensivelmente ao nível do ano anterior.

À semelhança de 2007, não houve acidentes de trabalho mortais com trabalhadores da EDP em 2008, havendo no entanto a lamentar 6 acidentes mortais com trabalhadores de prestadores de serviços.

Na sensibilização do público em geral, destaca-se, no Brasil o Projecto Pipas num Espaço Seguro – cujo o objectivo foi sensibilizar crianças e jovens para aspectos de segurança no uso de electricidade, nomeadamente no risco de choque eléctrico pela utilização de pipas e papagaios junto das linhas.



CONTRIBUTO PARA A SUSTENTABILIDADE

5.13.1. Sistema de Gestão da Segurança Corporativo

Assente em critérios corporativos, cada Empresa/Unidade Organizativa, adopta directamente o Sistema de Gestão Corporativo ou toma-o como referência para desenvolver o seu próprio sistema de gestão da segurança, específico ou integrado com as vertentes do ambiente e/ou da qualidade, tendo em consideração a sua actividade.

Durante 2008 procedeu-se à revisão de um conjunto de certificações já existentes e em 2009 este processo será alargado a Espanha.

5.13.2. Participação dos trabalhadores

De acordo com o Regulamento de Segurança e Saúde no Trabalho, aprovado por Acordo Colectivo de Trabalho com as estruturas de sindicatos representadas na EDP, estão instituídas Comissões e Subcomissões de segurança nas empresas e suas unidades de negócio de maior dimensão.

Estas Comissões e Subcomissões de Segurança são paritárias e integram os Representantes dos Trabalhadores em matéria de segurança e saúde no trabalho eleitos em conformidade com exigências legalmente estabelecidas, representação que abrange mais de 90% dos trabalhadores da EDP.

Nas reuniões das comissões e subcomissões de segurança são apreciados os programas e planos de acções relativos às actividades da segurança e saúde, bem como os resultados da investigação dos acidentes de trabalho ocorridos e as medidas correctivas preconizadas.

5.13.3. Preparação para resposta a emergências

No âmbito da gestão de resposta a emergências foram realizados 46 exercícios de simulacro de resposta a cenários de acidentes em diversas instalações industriais e administrativas, tendo como finalidade testar a eficácia dos respectivos planos de emergência internos, que contaram com o envolvimento de entidades externas como a protecção civil, os bombeiros e autoridades de polícia e segurança pública.

5.14. Voluntariado

A EDP disponibiliza meio-dia por mês aos seus colaboradores, para que possam realizar trabalhos de voluntariado em ONG que tenham estabelecido protocolos com a EDP. Em Portugal há, neste momento, acordo com a AREP, Cruz Vermelha Portuguesa e Associação Aprender a Empreender.

No ano lectivo 2007-2008, a EDP esteve representada com 28 voluntários nos programas de voluntariado promovidos pela Aprender a Empreender. Em 2008-2009, actualmente em curso, participaram 83 colaboradores nas escolas portuguesas, o triplo do ano anterior.





CONTRIBUTO PARA A SUSTENTABILIDADE

6. CLIENTES

6.1. Caracterização

A EDP tinha no final de 2008 cerca 10 milhões de clientes, distribuídos por Portugal (62%), Espanha (12%) e Brasil (26%). Os seus clientes são na sua maioria (91%) facturados pela tarifa regulada, com apenas 9% a optarem pelo regime de mercado livre. Face a 2007, o Grupo EDP diminuiu o número de clientes de electricidade em 775 mil e os de gás em 37 mil. (Informação adicional pode se consultada no capítulo Síntese da Actividade).

Distribuição de Clientes EDP por tipo de mercado (electricidade + gás)

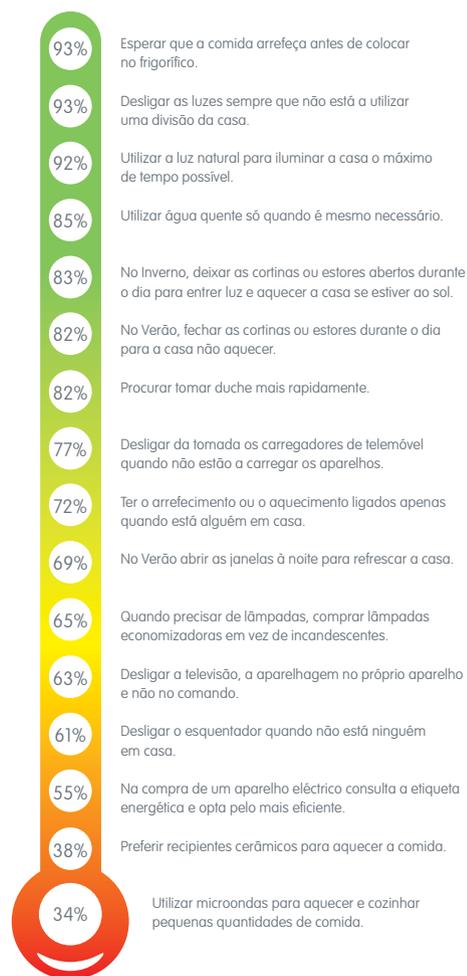
	Portugal	Espanha	Brasil	Total
.....
.....
.....
.....
.....

6.2. Diálogo e satisfação

Saber ouvir e antecipar as necessidades dos clientes distingue a EDP no seu trabalho continuado de procura das melhores e mais inovadoras soluções do mercado.

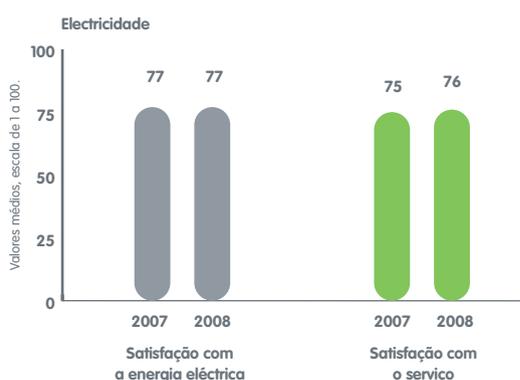
MONITORIZAÇÃO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E DO SERVIÇO AO CLIENTE

À semelhança de 2007, procedeu-se à monitorização dos comportamentos dos consumos dos clientes. Verifica-se uma evolução positiva no aproveitamento da luz natural (86% para 92%), na preferência pelas lâmpadas eficientes (56% para 65%) e na utilização de televisores e aparelhagens, desligando os equipamentos nos próprios aparelhos e não nos comandos (53% para 63%).



6.2.1. Estudos de satisfação

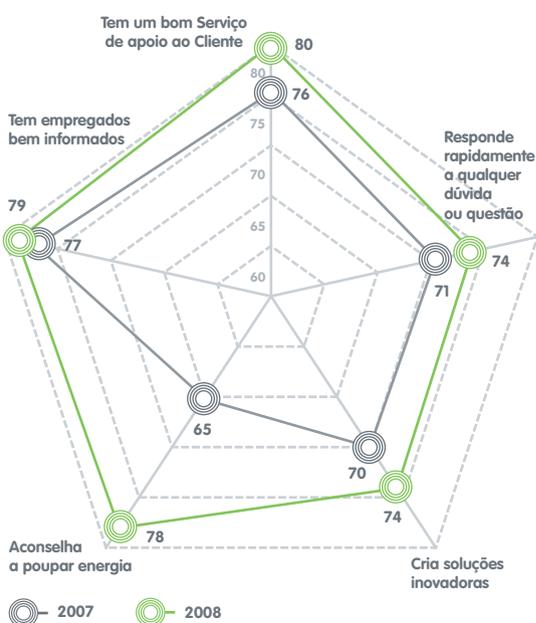
Satisfação dos Clientes Residenciais em Portugal



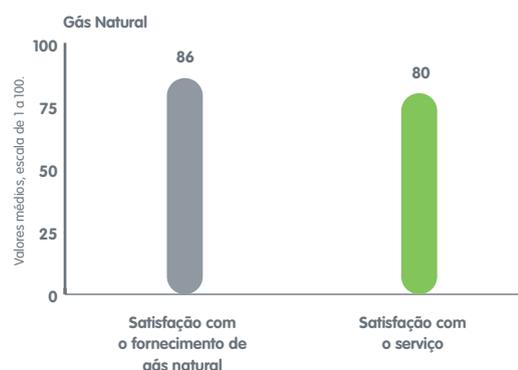
Os resultados obtidos com os estudos de satisfação realizados em 2008 foram positivos, com o nível de satisfação com o produto a manter-se estável e o nível de satisfação com o serviço a registar uma evolução favorável.

O conjunto de indicadores analisados com impacto na Satisfação Global registou, igualmente, uma evolução positiva, destacando-se o aconselhamento associado a consumos de electricidade.

Satisfação Global dos Clientes Residenciais em Portugal

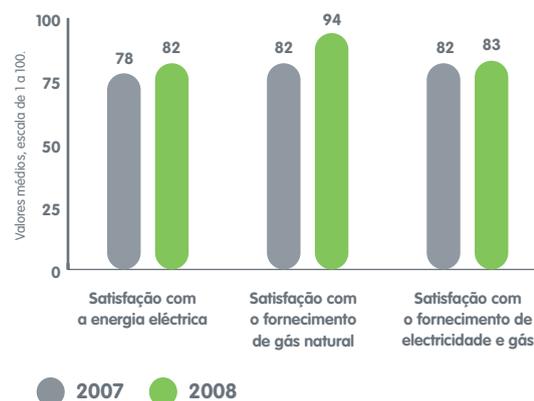


Satisfação dos Clientes Residenciais em Portugal



No sector do gás, os níveis de satisfação dos clientes atingiram os 86% para o fornecimento do gás natural e 80% com o serviço prestado.

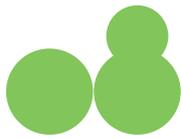
Satisfação dos Clientes Residenciais em Espanha



Também em Espanha os níveis de satisfação com a energia registaram uma evolução positiva, no conjunto dos Clientes Residenciais, quer no caso de clientes de uma das energias – electricidade ou gás –, quer no caso de clientes de electricidade e gás.

Do lado do desempenho da Marca EDP, os estudos desenvolvidos durante 2008 revelam um aumento da sua notoriedade, destacando-se o relacionamento com o cliente, através de atributos como a facilidade, a simpatia e a disponibilização de informação adequada, como aspectos directamente associados à EDP. (ver capítulo Comunicação EDP).

Sendo o Serviço um dos valores da Marca EDP, foi criado um prémio – PRÉMIO SORRISO –, que visa fomentar e reconhecer as melhores práticas no Serviço ao Cliente. Na edição de 2008, este prémio distinguiu as melhores prestações no Atendimento Presencial no negócio da electricidade e abrangeu colaboradores e Agentes EDP.



CONTRIBUTO PARA A SUSTENTABILIDADE

Em 2009 será implementado o Projecto de Gestão da Experiência Desejada do Cliente EDP, para o universo dos Clientes Residenciais de electricidade e gás cujo objectivo é monitorizar todos os momentos de contacto, directo ou indirecto, ao longo da relação cliente/empresa.

6.3. Qualidade de serviço

6.3.1. Qualidade de serviço técnico

A melhoria da qualidade de serviço do fornecimento de energia eléctrica é um elemento essencial do serviço eléctrico e um dos objectivos fundamentais da actividade de distribuição da EDP. Em 2008 o TIEPI (Tempo de Interrupção Equivalente da Potência Instalada) no mercado ibérico foi de 1,8 horas e no Brasil foi de 11 horas. Estes valores supõem uma disponibilidade de fornecimento de energia eléctrica de 99,87%.

Em 2008, destaca-se a HC Energía que manteve um excelente nível de qualidade de serviço. O TIEPI registou um valor de 65 minutos. Durante o ano, não se registaram incidências significativas na qualidade e continuidade do abastecimento em mercado da empresa, mantendo-se – como é habitual – entre as melhores do país.

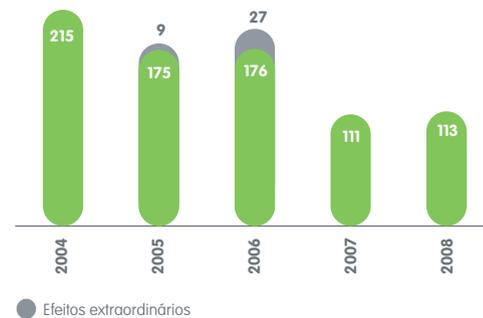
Tempo de Interrupção Equivalente da Potência Instalada (minutos), Espanha



Este indicador melhora em 10% o valor máximo fixado pelo regulamento das actividades de Transporte, Distribuição, Comercialização, Abastecimento e Procedimentos de Autorização de Instalações de Energia Eléctrica, em Espanha.

Em Portugal a qualidade de serviço técnica, medida pelo indicador TIEPI, atingiu os 113 minutos, valor da mesma ordem de grandeza do verificado em 2007 (111 minutos), apesar das condições atmosféricas mais adversas.

Tempo de Interrupção Equivalente da Potência Instalada em Média Tensão (minutos), Portugal



Não se registaram ocorrências significativas causadas por factores externos ao operador da rede de distribuição, embora o aumento dos furtos e consequentes danos na rede, seja um fenómeno que está a tomar proporções preocupantes. O TIEPI Interno, que mede o nível das interrupções com origem em acções da responsabilidade da Empresa, teve uma evolução de 11%, que se traduziu num aumento de 84 minutos em 2007 para 93 minutos em 2008.

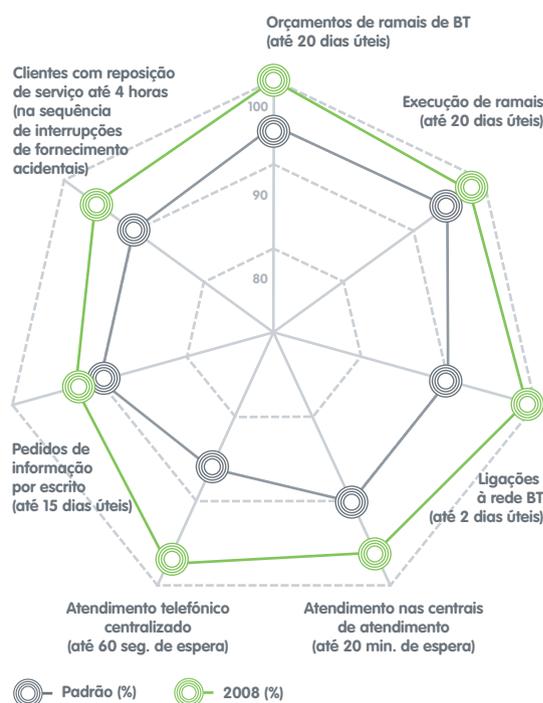
Os restantes indicadores gerais da qualidade de serviço, nomeadamente a frequência média de interrupções do sistema (SAIFI), a duração média das interrupções do sistema (SADI) e o número de interrupções a clientes, acompanharam a evolução do TIEPI, excepção feita aos SAIFI MT e SADI MT, que registaram uma evolução positiva da ordem dos 5% e 2% respectivamente.

6.3.2. Qualidade de serviço comercial

A EDP tem prosseguido o seu esforço de ouvir os seus clientes, comunicando com transparência e simplicidade.

Em Portugal continuaram a verificar-se níveis elevados de qualidade de serviço prestado aos clientes pelo operador da rede de distribuição, visível através do claro cumprimento dos Indicadores Gerais de Qualidade de Serviço Comercial do regulamento da Qualidade de Serviço (RQS).

Indicadores Gerais de Qualidade de Serviço – 2008 (%) Portugal



No que se refere à qualidade do serviço prestado na comercialização regulada foram cumpridos os indicadores do RQS específicos desta actividade:

- Percentagem de atendimentos, com tempos de espera até 20 minutos, nos centros de atendimento;
- Percentagem de atendimentos, com tempos de espera até sessenta segundos, no atendimento telefónico;
- Percentagem de pedidos de informação respondidos até 15 dias úteis.

6.4. Clientes especiais

No âmbito da prestação de serviço universal, a EDP, em 2008, tinha 373.328 clientes com tarifa social, 98% dos quais se situavam no Brasil 366.761. Em Espanha, a tarifa social é um serviço recente, criado em Julho de 2008 e em Dezembro, 329 clientes já tinham contratado esta tarifa. (Informação adicional pode ser consultado no capítulo Enquadramento Regulatório).

Além da disponibilização da tarifa social, a EDP tem ainda um conjunto de iniciativas para apoiar o acesso aos serviços essenciais pelos clientes mais vulneráveis:

- Programa Comunidade Eficiente – este projecto tem como objectivo aumentar a eficiência nas habitações de 61 bairros da Grande Vitória, e tem contribuído para reduzir o número de ligações clandestinas. O

programa inclui, ainda em 2008, a substituição de 104.598 lâmpadas incandescentes por fluorescentes compactas e a troca de 103 frigoríficos;

- Programa de Energia (Brasil) – os fornecedores de electricidade são obrigados a investir 0,5% dos resultados operacionais em projectos de eficiência energética, que deverão ser aprovados pelo regulador e direccionados para clientes com baixos rendimentos. Em 2008 este programa apoiou cerca de 40 mil famílias e entregou mais de 142 mil lâmpadas;
- Distribuição de lâmpadas eficientes (Portugal) – em 2008 foram distribuídas 200 mil em bairros sociais e históricos e foi organizada, ainda, a entrega de 1.700.000 lâmpadas nas Lojas Modelo, Continente, Pingo Doce, Feira Nova, CTT e EDP, a Clientes com baixos consumos e reduzida potência contratada, no âmbito do Plano Nacional de Acção de Eficiência Energética (PNAEE).

A EDP tinha registado, no final de 2008, 592 Clientes com necessidades especiais na Península Ibérica, sendo a sua maioria localizada em Portugal (87%).

6.5. Novos serviços

O ano de 2008 foi marcado pelo desenvolvimento de produtos inovadores, dos quais destacam-se os serviços de promoção da eficiência energética.

6.5.1. Eficiência energética

A eficiência energética tem sido um elemento fundamental da estratégia da EDP para reduzir as emissões de CO₂, combinando a optimização do consumo dos clientes e da população em geral com uma melhoria da eficiência energética das suas instalações, aumento da quota de produção renovável e promoção da produção distribuída de energia sem CO₂ (informação complementar pode ser consultada no capítulo Alterações Climáticas). Com o objectivo de promover junto dos clientes o uso responsável da energia eléctrica e melhorar o seu comportamento ambiental foi implementado um conjunto de iniciativas durante 2008, ilustradas nas páginas 96-97.

6.5.2. Serviços específicos para empresas e instituições

Portugal

No mercado não regulado, em resultado do entendimento da manutenção e gestão do capital de confiança adquirido pela EDP Comercial junto dos clientes foi lançado o serviço de Consultoria Energética, através do qual se apoia o Cliente, independentemente do seu fornecedor energético, na optimização do consumo, no aconselhamento tarifário e na disponibilização de informação. A carteira de Clientes



CONTRIBUTO PARA A SUSTENTABILIDADE

SERVIÇOS DE ENERGIA

Programa de pontos HC – lançado em 2008-2009 o novo catálogo de produtos e consultado a partir de www.hcenergia.com/puntoshc.



MYENERGY, no âmbito da microgeração, que disponibiliza Soluções Solares Térmicas, Solares Fotovoltaicas e Microeólicas. Foram comercializados 61 sistemas Solares Térmicos, 140 Solares Fotovoltaicos e 30 Microeólicos.



Factura Electrónica – activada no final de 2007, totalizava no final de 2008 cerca de 140.000 adesões em Portugal e 40.400 em Espanha.



Electricidade Verde – a EDP prosseguiu a comercialização de electricidade verde, associado à Tarifa edp5D Verde. Em 2008 existiam 2.474 clientes, tendo sido comercializado um total de 6.400 MWh. Em Espanha existiam 101 mil clientes o que correspondia um consumo anual de 2.987 GWh.



Programa ECO – 7 milhões de euros a iniciativas de promoção da sustentabilidade e eficiência energética, destinadas a clientes domésticos (63%), e a clientes industriais (37%).

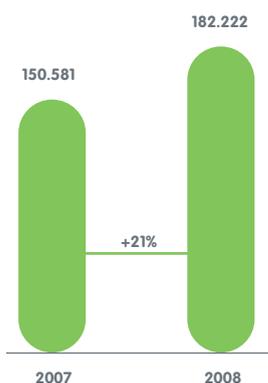
- **Distribuição de lâmpadas eficientes** – através de parcerias, acções porta a porta, lojas e agentes EDP, foram distribuídas lâmpadas economizadoras que totalizaram, entre 2007 e 2008, 1.480.000 unidades, e no ano em curso 280.000 lâmpadas.
- **Comparticipação na compra de equipamentos de frio, classe A** – participou-se com 11.100 vales de desconto de 50€ a compra de electrodomésticos de linha branca de classe A ou superior nas lojas Worten.

• **Oferta de Multitomadas com interruptor**

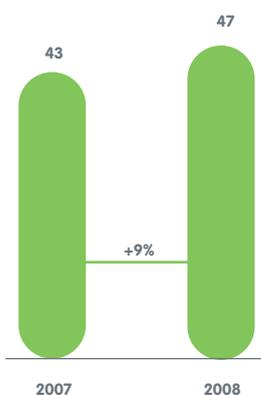
– Ofereceu-se 100.000 multitomadas a compradores de electrodomésticos de linha castanha, também nas lojas Worten, com o objectivo de reduzir os consumos em “stand-by”.

• **Site ECO** – Disponibilização de um serviço virtual de eco-eficiência através do qual são divulgadas todas as acções em desenvolvimento no âmbito da promoção da Eficiência Energética. Este “site” permite, ainda, a recolha de candidaturas a programas específicos, disponibiliza um ECO Simulador e incluiu um concurso de ideias – Ideias Eficientes – que contou com 194 participações e 71.000 visitantes.

Previsão do Impacto Final do Programa ECO



Custos Energéticos Evitados



O Ambiente é de Todos – Programa de sensibilização de alunos dos 5º e 6º anos de escolaridade para a problemática das alterações climáticas e para o tema da eficiência energética, potenciando a adopção de medidas na comunidade escolar e nos lares das crianças envolvidas. O Programa abrangiu cerca de 700 escolas, mais de 300.000 alunos e 40.000 professores. Entre os parceiros que levaram a cabo este programa,

contam-se o Ministério da Educação, a Direcção Geral de Energia e Geologia, a Comissão Europeia e a Unesco.



Energy Bus – Este autocarro temático realizou viagens pelo país em 2007 e 2008, proporcionando aos visitantes uma experiência interactiva, conselhos úteis e informação técnica. Passando por escolas, municípios, eventos, praias e outros locais públicos, visitou 57 cidades e acolheu, nos dois anos, 38.000 visitantes, entre professores e alunos, famílias e população em geral.



Ideias Luminosas – Concurso de ideias para estudantes universitários premiando projectos para produtos de “hardware” ou “software”, no âmbito da eficiência energética.

Das acções dirigidas às empresas destacam-se:

- a correcção do factor de potência em 737 instalações;
- a instalação de 670 variadores electrónicos de velocidade e na colocação de balastos electrónicos e lâmpadas eficientes em 32.000 locais;
- a realização de auditorias à eficiência energética em força motriz a sete sectores de actividade;
- a distribuição de 30.000 lâmpadas economizadoras nos sectores do comércio e dos serviços;
- a realização de 6 seminários sobre eficiência energética nas empresas, para cerca de 800 participantes.



CONTRIBUTO PARA A SUSTENTABILIDADE

servida com esta oferta representa actualmente um consumo de cerca de 3 TWh/ano.

Paralelamente, foi dado um maior enfoque à gestão da dívida de Clientes, não só na relação entre o “Front Office” e o Cliente, mas também na melhoria dos processos internos ao Grupo. Esta acção permitiu recuperar cerca de 2 milhões de euros de dívida vencida antiga.

O ano foi ainda marcado pela conclusão e inauguração da maior central térmica-solar do país, com 1.600m² de painéis solares, instalada na cobertura do edifício Sede da Caixa Geral de Depósitos.

Esta solução permite poupar até 70% da energia necessária ao aquecimento de águas, num edifício, e evitar a emissão para a atmosfera de 1.700 toneladas de CO₂ /ano. Através desta instalação inovadora em Portugal, a EDP e a CGD posicionaram-se na vanguarda das soluções do solar térmico.

A par deste projecto de grande dimensão, 2008 foi ainda um ano de desenvolvimento de novas soluções para outros grandes Clientes Empresariais, nomeadamente a implementação de soluções de remodelação eléctrica em grandes instalações industriais como a Polivouga, a Solidal e o Pingo Doce, num valor global que ascende a 5 milhões de euros.

No mercado não regulado, intensificaram-se as acções de marketing alinhadas com os vectores escolhidos para o **edp5D** – desenvolvimento de uma oferta inovadora, criação de uma grande proximidade com o Cliente e comunicação atractiva do posicionamento da marca, nomeadamente:

- Lançamento, em Maio, de uma campanha de comunicação “Eu vivo noutra dimensão” na qual, através do incentivo à visita do website “euvivonoutradimensao.pt”, foram descodificadas as vantagens da oferta edp5D;
- Activação de todos os clientes edp5D no edpOnline, com envio dos respectivos códigos de acesso;
- Promoção da factura electrónica e introdução da factura em papel reciclado;
- Envio mensal de SMS promocionais aos Clientes edp5D, com oferta de produtos e descontos;
- Desenvolvimento de novas parcerias no âmbito do programa de fidelização “5entidos”.

Em 2008, para o segmento das Pequenas e Médias Empresas, foi ainda realizado o 1.º workshop de eficiência

energética e iniciou-se a comercialização do serviço de diagnósticos à iluminação.

Para este segmento foi feito um desenvolvimento de novas soluções, nomeadamente, com a execução de pilotos, apresentando pela primeira vez, a este segmento específico de Clientes, um portfolio de serviços de poupança e segurança, desenhados à medida das suas necessidades.

Espanha

No mercado regulado foram promovidas acções de fidelização dos clientes domésticos com o desenvolvimento do serviço Funciona, que consiste na revisão e manutenção de instalações e aparelhos eléctricos e de gás (já foram alcançados os 83.500 contratos), e com o Programa de Pontos HC (já foram superados os 400.000 contratos, representando 50% de todos os contratos do segmento residencial e pequenos negócios). Saliente-se o novo catálogo de ofertas 2008-2009, nomeadamente as “sugestões responsáveis” relativas a produtos que ajudam a poupar energia e a continuidade da opção de doar pontos responsáveis.

No mercado não regulado, continuou a campanha de fidelização no segmento de clientes domésticos duais, através do plano “Fórmula Ahorro”, com a campanha “Fórmula Gás”, e “Gas Básico”. Esta oferta incluiu o fornecimento de gás, o serviço de manutenção “Funciona” e o “Programa de Pontos HC”. Durante o ano de 2008 fecharam-se 42.700 novos contratos, dos quais metade correspondem à “Fórmula Ahorro” e o restante à “Fórmula Gas”.

No ano de 2008 foi também lançada a “Fórmula Ahorro” para o segmento Negócios, com uma grande aceitação (mais de 12.400 contratos). No final do ano deu-se início ao serviço “Funciona Negocios” com grande êxito.







CONTRIBUTO PARA A SUSTENTABILIDADE

7. FORNECEDORES

7.1. Caracterização

O relacionamento existente entre a EDP e os seus fornecedores é estabelecido com base em princípios de parceria e de promoção da melhoria contínua do desempenho. A selecção é baseada numa política clara, transparente e objectiva, potenciando relações de parceria duplamente ganhadoras. Reforçando a importância dos aspectos de integridade na estratégia de negócio, a EDP desenvolveu práticas activas de informação junto dos seus fornecedores, relativas aos valores éticos afirmados no Código de Ética da EDP.

Durante 2008 a EDP adquiriu bens e serviços num total aproximado de 736 milhões de euros.

Repartição dos FSE por região (M€)

	2008	2007
Portugal	537	725
Espanha	301	165
Brasil	145	154
EUA	46	9
Outros	-292	-396
	736	657

7.2. Diálogo

A EDP procura estimular a capacidade empresarial e melhorar os processos dos fornecedores,

- Promovendo a competência técnica e a competitividade do mercado;
- Mantendo relações de integração e colaboração;
- Promovendo um diálogo permanente e aberto, que possibilite o conhecimento das expectativas deste importante segmento de “stakeholders”.

A EDP tem como objectivo “Dar resposta aos desafios, para estabelecer, controlar e desenvolver relações com fornecedores”, através de Sistemas de SRM – “Supplier Relationship Management”.

As soluções de SRM favorecem a comunicação com os diferentes parceiros, permitem a partilha de metodologias e fomentam a proximidade entre ambas as partes.

O SRM facilita também a familiarização por parte dos fornecedores do negócio da empresa e as suas reais necessidades, garantindo melhores condições de aquisição e optimização de todo o processo de fornecimento.

Nesse sentido, foi posta em prática uma iniciativa com o objectivo de estabelecer relações de parceria que incentivem a procura da excelência. Consistindo num programa de acompanhamento às empresas inscritas no Sistema de Registo de Fornecedores (SRF) do Grupo EDP, foi-lhes dado a conhecer um pouco deste universo, apresentando a sua posição relativa, de acordo com os indicadores utilizados no sistema.

A EDP põe ainda à disposição dos fornecedores diversos canais de comunicação entre os quais uma área específica no seu site www.edp.pt > [parceiros](#) > [fornecedores](#).

7.3. Boas práticas

A EDP tem implementado um sistema de registo de fornecedores corporativo, através do qual uma empresa pode efectuar o seu registo a partir de qualquer um dos sites das empresas do Grupo (disponíveis em diferentes línguas e “layouts”). Não está implementada nenhuma política de discriminação positiva favorecendo contratos locais.

Este sistema dispõe de uma base de dados partilhada que funciona essencialmente como ferramenta de pesquisa e selecção de fornecedores e na qual figuram todas as empresas registadas, tornando-se assim visíveis para todas as empresas do Grupo EDP.

O registo no site implica o fornecimento de informação relativa a sistemas de qualidade, ambiente, segurança, políticas de responsabilidade social corporativa, entre outros. Por outro lado, no mesmo suporte informático, os fornecedores tomam conhecimento do Código de Ética da EDP e declaram a aceitação dos valores e princípios nele contidos.

No âmbito das novas contratações, são valorizadas as boas práticas ambientais e sociais dos fornecedores EDP. Em consequência, 53% dos fornecedores em Portugal com bens e serviços recepcionados superiores a 75 mil euros, estão inscritos no SRF do Grupo EDP. Neste Universo de fornecedores, 56% possuem Sistemas de Gestão da Qualidade certificados por terceiros. Já na área do Ambiente estão certificados 24% das empresas, bem como 20% em Segurança Higiene e Saúde no Trabalho.

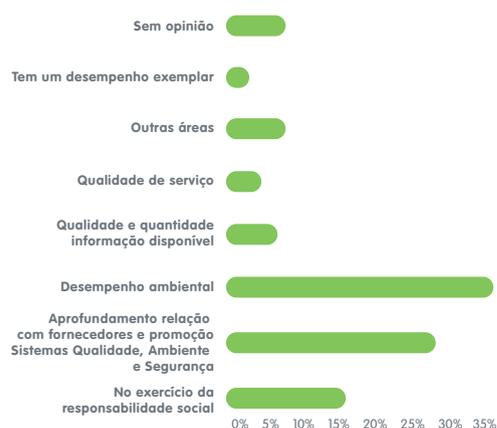
Durante 2008 a EDP promoveu a realização de quatro encontros com Fornecedores, subordinados à temática “Negócios Sustentáveis”. Nos encontros foram debatidas matérias como a ética nos negócios; responsabilidade e gestão ambiental, gestão de segurança e saúde no trabalho, compras globais e sistema corporativo de registo de fornecedores.

Estes encontros contaram com cerca de 200 participantes, representando 115 empresas. Para assegurar uma

resposta adequada às expectativas dos fornecedores relativas à actuação da EDP, nomeadamente em matéria de sustentabilidade, foi elaborado e distribuído um inquérito a todos os fornecedores participantes de modo a aferir o nível de satisfação com as matérias comunicadas pela empresa, nomeadamente através do seu Relatório e Contas.

Foram recebidas 109 respostas que apresentaram a seguinte distribuição para as áreas em que a EDP pode melhorar o seu desempenho.

Áreas de Melhoria de Desempenho Sugeridas por Fornecedores EDP



Dos resultados do inquérito obtidos destacam-se dois grandes desafios colocados à EDP que, por sua vez, irá a avaliar a capacidade de implementação durante 2009:

- Reforçar a intervenção operacional na promoção e verificação do cumprimento dos procedimentos de gestão ambiental e de saúde e segurança;
- Promover a divulgação aos fornecedores da sua avaliação de desempenho nestas matérias.

Em Portugal existem mecanismos de controlo e prevenção da utilização, por parte dos fornecedores EDP, de trabalhadores sem documentação legal. Ainda assim, enquadrado no plano de divulgação do novo Regulamento do Código de Ética da EDP, prevê-se que as medidas de sensibilização, já iniciadas junto de fornecedores, permitam elevar o desempenho ético ao longo da cadeia de valor da EDP.

Tendo em vista uma melhor integração dos fornecedores de serviços nos processos operacionais da EDP, foram realizadas acções de formação profissional para entidades externas, que trabalham para o Grupo em Portugal, abrangendo aproximadamente 1.323 formandos correspondentes a um volume de Formação: 12.745 horas,

formando, sendo 36% desse volume correspondente a acções específicas de prevenção e segurança.

A EDP tem ainda implementado um sistema suportado em ambiente “web” que permite uma partilha de informação de mercado e de fornecedores – O “Sinergie – Supply Integration for Energy”. Este sistema, implementado em todas as empresas do Grupo, serve de base a todos os processos de consulta e negociação com valor superior a 75.000 euros e tem como principal objectivo a troca e partilha de informação de compras transversalmente ao Grupo EDP, independentemente da unidade de negócio, da origem da necessidade específica da área de negócio, ou mercado onde operam, utilizando para isso a Internet como motor da agilização de todos os processos de compras a nível global.



CONTRIBUTO PARA A SUSTENTABILIDADE

8. COMUNIDADE

**Evolução das Contribuições Sociais da EDP
 por Categoria e por Geografia**

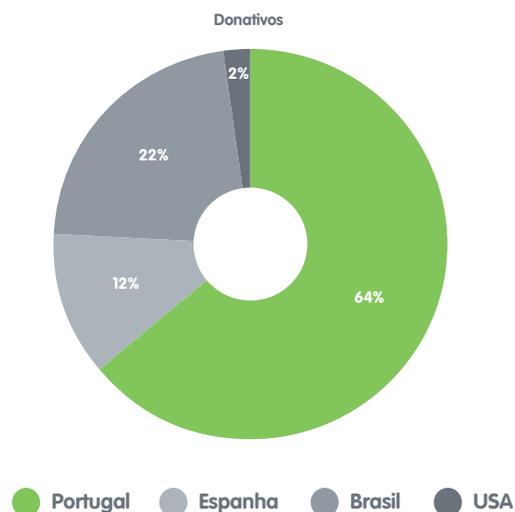
Comunidade	2008					2007			
	Total	Portugal	Espanha	Brasil	EUA	Total	Portugal	Espanha	Brasil
Impostos (mil €)	195.565	n.a	n.a	n.a	n.a	9.569	n.a	n.a	n.a
Donativos e Patrocínios (€)	17.182.195	10.935.651	2.059.223	3.811.199	376.123	13.615.016	9.483.113	1.079.497	3.052.406
Ambiente	611.814	350.350	73.120	126.228	62.115	155.750	155.750	0	n.d
Cultura	4.266.554	1.712.797	1.040.080	1.471.138	42.540	2.145.668	1.921.726	223.942	n.d
Educação	1.266.985	447.303	n.a	722.633	97.050	298.905	298.905	n.a	n.d
Institucional	2.057.281	1.716.945	n.a	191.588	148.748	1.259.624	1.259.624	n.a	n.d
Social	2.576.522	1.338.183	403.021	813.098	22.220	545.903	145.135	400.768	n.d
Desporto	4.833.199	4.489.615	47.932	294.652	1.000	4.776.786	4.322.000	454.786	n.d
Saúde	447.313	253.002	n.a	191.861	2.450	1.324.373	1.324.373	n.a	n.d
Outros	1.122.527	627.458	495.070	n.a	0	55.600	55.600	n.a	n.d
Donativos em Espécie	1.104.601	1.104.601	n.a	n.d	n.d	2.066.625	2.066.625	n.a	n.d

A EDP continua a prosseguir uma estratégia de forte intervenção nas Comunidades onde opera, decorrente dos principais impactes da sua actividade de produção e distribuição de energia, e de cooperação com diversas instituições com vista a alcançar o seu compromisso de criar valor social.

As actividades em prol da comunidade desenrolam-se em Portugal, através das empresas do Grupo EDP e da Fundação EDP; em Espanha, através da Fundação Hidrocarbónica; no Brasil, através do Instituto EDP; e nos EUA, por meio da Horizon. As suas áreas de actuação prioritárias têm sido as iniciativas culturais, sociais e de ambiente.

Em 2008 os gastos com as comunidades atingiram os 17 milhões de euros, dos quais 5 milhões foram gastos realizados pelas Fundações do Grupo EDP (92% pela Fundação EDP e o remanescente pela Fundação Hidrocarbónica). Este montante resulta de um total de 12 milhões de euros atribuídos por meio de aplicações de resultados e dotações efectuadas por empresas do Grupo EDP.

Distribuição de Donativos e Patrocínios por Região



Cerca de 4 milhões de euros foram gastos efectuados pelo Instituto EDP decorrentes de receitas provenientes da venda de créditos de carbono, aplicações directas das empresas do Grupo Energias do Brasil e de projectos ao abrigo das leis de incentivo fiscal.

Por sua vez, as empresas do Grupo EDP foram responsáveis por aproximadamente 8 milhões de euros (cerca de 50% do total dos gastos da EDP) gastos com o apoio às comunidades, essencialmente em actividades de desporto.

8.1. Comunidade Locais

A EDP tem uma relação de proximidade com as comunidades independentemente da área de negócio ou da geografia onde actua, mantendo uma relação de diálogo aberto, franco e regular.

As comunidades locais residentes na proximidade das infra-estruturas de produção e distribuição de energia merecem uma atenção especial por parte da EDP.

Nas instalações mais antigas é mantido um bom relacionamento entre a empresa e as respectivas populações vizinhas e nos novos empreendimentos em exploração, ou em fase de projecto ou construção, a EDP tem promovido programas de auscultação, sensibilização, acompanhamento e, por vezes, de melhoria das condições das populações locais.

ENVOLVIMENTO COM AS COMUNIDADES NO PARQUE EÓLICO DE RATTLESNAKE ROAD, NO OREGON

Este parque eólico está localizado numa região rica em património cultural importante para duas comunidades índias americanas: A Confederação de Comunidades Índias da Reserva de Umatilla ("Confederated Tribes of the Umatilla Indian Reservation") e a Confederação dos Índios de Warm Springs ("Confederated Tribes of Warm Springs").

A Horizon facilitou o envolvimento entre uma equipa de arqueólogos contratada pela Empresa e estas duas Confederações para a identificação dos impactes culturais e revisão dos protocolos de levantamento da informação, resultando num pacote de medidas de minimização desenvolvidas conjuntamente e consensuais.

Durante a fase de construção a monitorização foi garantida por representantes de ambas as confederações, que garantiram a implementação das medidas previamente acordadas.

Em Portugal, numa fase de crescimento da potência instalada em novos empreendimentos hidroeléctricos, a EDP tem multiplicado esforços no relacionamento com as comunidades, maioritariamente através de reuniões de acompanhamento dos projectos junto dos representantes locais.

Têm sido desenvolvidos estudos antecipativos dos impactes sócio-económicos das regiões afectadas e potenciados os processos de consulta pública. Esta abordagem permite aferir as necessidades locais e promover acções eficazes, no âmbito da responsabilidade social, nas vizinhanças dos futuros empreendimentos.

Em 2008 destaca-se o projecto "Envolvimento das Comunidades Locais em Novos Empreendimentos" desenvolvido pela EDP em parceria com CIIS – Centro Investigação e Intervenção Social do ISCTE, para a implementação de uma nova metodologia de relacionamento com as instituições e populações locais.

Esta iniciativa incluiu uma acção de sensibilização interna para as questões da comunicação de riscos e para os desafios associados à participação pública, assim como a elaboração de um manual de linhas orientadoras do processo de envolvimento das partes interessadas, num contexto de projecto e construção de novos empreendimentos de produção de energia. Esta metodologia está a ser testada em dois novos projectos EDP em Portugal.

No Brasil prosseguem um conjunto de projectos de índole social dos quais se destaca a aplicação da metodologia Carbono Social.

CARBONO SOCIAL

A decorrer em quatro aproveitamentos hidroeléctricos, os projectos sociais em curso no Brasil consistem na aplicação da metodologia Carbono Social, centrada na comunidade, participativa, holística, dinâmica e flexível.

A metodologia Carbono Social agrega duas componentes distintas:

- Avaliação da realidade da operação dos aproveitamentos hidroeléctricos, ponderando a viabilidade ambiental do projecto e o compromisso da empresa com a responsabilidade socioambiental empresarial;
- Avaliação das condições de vida das comunidades vizinhas considerando as suas perspectivas, recursos, estratégias, factores de ameaça, oportunidades, organizações políticas e relações sociais.



CONTRIBUTO PARA A SUSTENTABILIDADE

8.2. Autoridades administrativas e reguladores

A natureza das actividades desenvolvidas pela EDP exige um relacionamento próximo e permanente com os diferentes órgãos da administração pública.

As actividades de distribuição, pela sua dispersão geográfica, mantêm uma participação activa nas discussões públicas prévias à adopção de novos instrumentos de Ordenamento do Território, de forma a garantir a expansão das redes de distribuição de energia eléctrica alinhada com os interesses nacionais.

Por outro lado, as actividades de produção dependem das necessidades da procura e dos objectivos nacionais ou europeus de segurança de abastecimento, diversificação da oferta e qualidade ambiental. Nestes domínios, o diálogo é estabelecido à escala nacional ou europeia, mais uma vez através da emissão de pareceres em resposta a novas propostas regulamentares colocadas à discussão pública, ou através da participação da EDP na Eurelectric – Associação europeia de empresas eléctricas.

Finalmente, importa referir a importância dos mecanismos de regulação a que o sector energético está sujeito. Com as diferentes Entidades Reguladoras é mantida uma relação construtiva e de colaboração.

8.3. Apoio ao desenvolvimento social

A EDP privilegia a participação sistemática em encontros, colóquios, sessões de formação e sensibilização sobre diferentes temáticas promovidas por escolas, universidade, câmaras municipais e associações de desenvolvimento local. Estas oportunidades são consideradas, pela EDP, como um contributo de importância vital para promover o conhecimento e o desenvolvimento da sociedade em geral.

Em Portugal, a Fundação EDP desempenhou, em 2008, um papel vital no apoio ao desenvolvimento, destacando-se o trabalho desenvolvido pelo Museu de Electricidade, onde o número de visitantes atingiu os 110 mil, (65 mil em 2007). Em 2008 este Museu ascendeu ao 2º lugar dos museus com mais visitas guiadas e ao 3º lugar no ranking dos museus portugueses.

Em Espanha, a Fundación Hidrocarburo, assinou um acordo com a Universidad de Oviedo, concedendo 140 bolsas para estudantes universitários, com um custo de 529 mil euros, para desenvolver os seus projectos finais de curso, proporcionando, assim, um melhor conhecimento e inserção no mercado de trabalho. Sempre que possível admite para os seus quadros os estudantes que revelem melhores condições e talento.

No Brasil o Instituto EDP é responsável pelo desenvolvimento e coordenação integrada de todas as acções de carácter social, ambiental e cultural em todas as regiões. A principal vertente de actuação é social, através da promoção do acesso à educação, redução do risco da exclusão social, promoção do acesso aos serviços essenciais e estímulo ao voluntariado interno, com a área da cultura e de protecção do património natural a merecerem igualmente uma especial atenção. Os projectos desenvolvidos durante 2008 são descritos ao longo deste capítulo.

8.3.1. Política de Mecenato

A EDP segue uma política de apoio mecenático, privilegiando os seguintes critérios: iniciativas plurianuais, elevado número de participantes, promovidas por instituições sólidas e de reconhecido mérito científico e pedagógico, de acção continuada, e de vocação museológica interactiva e com boa distribuição pelo país.

Ciência, Educação e Ambiente

No apoio à sensibilização e desenvolvimento científico destacam-se as seguintes iniciativas ocorridas em 2008:

Portugal

- Olimpíadas da Física: realizadas no Museu de Electricidade atraíram 1.128 visitantes;
- Apoio à aquisição de equipamentos técnicos e laboratoriais para Centros de Ciência Viva.

Brasil

- Projecto de Alfabetização na “Casa da Cultura Caipira Zé Mira” em parceria com a Associação Alfabetização Solidária – direccionado para a formação de professores e de novos formadores. Realizado em seis municípios abrangeu 1.000 jovens e adultos, 30 professores e 30 gestores de escolas;
- Projecto Ciência Móvel – um museu Itinerante de Ciências que percorreu municípios sem acesso aos museus de ciência e tecnologia. Conta com exposições, internet, biblioteca móvel e oficinas.

Área da Saúde e Solidariedade

A solidariedade social é uma das áreas onde o apoio EDP tem vindo a ser reforçado, destacando-se, em 2008, as seguintes iniciativas:

Portugal

- Associação Nariz Vermelho – humanização nos hospitais nas unidades de internamento de pediatria em colaboração com os profissionais de saúde. Em 2008 foram dados mais de 50 mil abraços de “palhaços”, visitados 11 hospitais num total de 832 visitas. Realizaram-se, ainda, 15 “workshops” e formaram-se 7 “doutores palhaços”;
- No âmbito do projecto “EDP Solidária 2008” foram apoiados projectos num total de 350.000 euros, de 156 candidaturas. Em 2008 destacaram-se: o projecto Entrajuda – “Banco de Equipamentos” que ajudará mais de 800 instituições representando cerca de 200 mil beneficiários, em Portugal; a “Orquestra Geração”, orquestra sinfónica juvenil que visa ser um contributo inovador para a inserção e desenvolvimento de crianças de meios sociais mais desfavorecidos.

Brasil

- Programas de apoio a associações de auxílio a crianças com cancro, nomeadamente o projecto Diagnóstico Precoce – organizado pela Associação dos Amigos das Crianças com Cancro que promoveu técnicas de diagnóstico precoce junto de profissionais da saúde (médicos e técnicos); o projecto Casa da Família da Associação Capixaba que proporciona alojamento, ocupação de tempos livres e oficinas de artes manuais para as crianças; e o Grupo de Apoio à Criança com Cancro, que contemplou 725 crianças, 725 mulheres e mães e 200 dependentes químicos, durante 12 meses.
- Projecto Dentista do Bem, que conta com o trabalho voluntário de cirurgiões-dentistas que atendem crianças e adolescentes de baixos rendimentos proporcionando-lhes tratamento odontológico gratuito até completarem 18 anos. Esta é uma medida promotora da integração social de jovens, nomeadamente no mercado de trabalho. Actualmente, o projecto conta com mais de 4.000 dentistas voluntários espalhados por todo o País;
- Karatê para Jovens com Síndrome de Down – desenvolvido pelo Instituto Olga Kos em parceria com a EDP – Energias do Brasil, o projecto visou incentivar a prática do Karatê entre jovens e adultos promovendo uma melhor qualidade de vida.

Promoção Cultural

A cultura tem sido uma área de forte intervenção da EDP, no âmbito da sua política de apoio mecenático. Durante 2008 destacam-se as seguintes iniciativas:

Portugal

- Fundação Casa da Música – a EDP é o mecenas do Ciclo de Piano. Este programa, constituído por 10 concertos, atingiu o total de 6.476 espectadores;
- Companhia Nacional de Bailado / Teatro Camões que se diferenciou pela internacionalização e descentralização;
- Orquestra Sinfónica Juvenil – prosseguindo um objectivo de descentralização e de formação de públicos, realizou 48 concertos, em todo o país, assistindo 12.700 espectadores;
- Fundação de Serralves – a Fundação EDP assumiu, para o triénio 2008-2010, o estatuto de “Mecenas Exclusivo” de uma importante exposição anual a realizar no Museu de Arte Contemporânea, da Fundação de Serralves.

Espanha

- A Fundación Hidroantábrico patrocinou o ciclo de concertos de Natal de la Camerata Revillagigedo.

No Desporto

A EDP prossegue o apoio a práticas desportivas de fácil acesso à população em geral nas modalidades de atletismo e ciclismo, concretizadas, essencialmente, no apoio às Maratonas de Lisboa e Porto e na Volta a Portugal em Bicicleta.

8.3.2. Campanhas de Voluntariado

Durante 2008 a EDP associou-se a um conjunto de campanhas de voluntariado, que permitiram a angariação de fundos para causas de solidariedade social.

Portugal

- Campanha “1 euro por uma nova vida” – promovida pela Fundação EDP, RTP e Antena 1, esta campanha contou com a participação de 60 mil pessoas que contribuíram para a aquisição de 19 cadeiras de rodas especiais, permitindo, assim, a Integração de pessoas com mobilidade reduzida em actividades desportivas;
- Protocolos com a AREP, Cruz Vermelha Portuguesa e Associação Aprender a Empreender onde disponibiliza meio-dia por mês aos seus colaboradores (ver capítulo Colaboradores).



CONTRIBUTO PARA A SUSTENTABILIDADE

Espanha

- A EDP Renováveis associou-se à campanha da Cruz Vermelha Espanhola "Dona tu móvil", recolhendo todos os telemóveis em desuso, junto de todos os seus colaboradores e da HC Energía. Para além do benefício ambiental, os donativos revertem para acções humanitárias e sociais desenvolvidos pela Cruz Vermelha em países mais desfavorecidos.

Brasil

- SOS Santa Catarina – campanha de recolha de alimentos, materiais, roupas, etc. para as vítimas de inundações no Estado de Santa Catarina;
- Natal Solidário – campanha de recolha de brinquedos para doação a entidades que cuidam de crianças desfavorecidas.

8.3.3. Parcerias e organizações

A participação activa da EDP em diversas organizações cujos princípios e regras orientadoras permitem continuar no caminho de melhoria contínua, pode ser consultado em www.edp-pt > Sustentabilidade > Comunidade > Participações, dando-se especial enfoque a um conjunto de parcerias estabelecidas nas áreas de I&D, Capital Humano e Biodiversidade, apresentadas nos respectivos capítulos.

8.3.4. Apoio aos países em desenvolvimento

A EDP, através da EDP Internacional, está envolvida em projectos de expansão e reabilitação de sistemas eléctricos de Angola, com um forte impacto na qualidade de vida de camadas muito significativas da população realçando os seguintes dados: região de Lobito/Benguela – 100.000 pessoas beneficiárias; Malange 90.000; Namibe 60.000; Caxito/Bengo 20.000; e Cabinda 120.000.





CONTRIBUTO PARA A SUSTENTABILIDADE

9. DESEMPENHO AMBIENTAL

Indicadores Ambientais

	2008					2007			
	Grupo	Portugal	Espanha	Brasil	EUA	Grupo	Portugal	Espanha	Brasil
Consumo de energia primária (TJ)	237.259	141.842	95.329	88	n.a.	261.157	141.069	119.998	88
Carvão	121.423	65.442	55.981	n.a.	n.a.	166.152	76.766	89.386	n.a.
Fuelóleo	11.292	11.076	217	n.a.	n.a.	15.117	14.860	257	n.a.
Gás natural ⁽¹⁾	90.180	64.463	25.716	n.a.	n.a.	63.503	47.810	15.693	n.a.
Gás de alto forno	9.673	0	9.673	n.a.	n.a.	10.101	n.a.	10.101	n.a.
Gás de coque	2.496	0	2.496	n.a.	n.a.	3.293	n.a.	3.293	n.a.
Gasóleo	86	11	75	n.a.	n.a.	67	7	60	n.a.
Gás propano	0	0		n.a.	n.a.	2	2	n.d.	n.a.
Resíduos florestais	676	676	0	n.a.	n.a.	1.443	1.443	n.d.	n.a.
Gás siderúrgico	1.156	0	1.156	n.a.	n.a.	1.208	n.a.	1.208	n.a.
Combustível da frota automóvel	277	174	15	88	n.d.	270	180	5	88
Consumos electricidade (MWh)									
Consumos próprios da Produção	2.244.466	1.572.290	672.175	n.d.	n.d.	1.457.748	1.457.748	n.d.	n.d.
Serviços administrativos	31.138	21.373	851	11.914	n.d.	33.411	21.826	11.585	n.d.
Perdas nas redes									
Certificação Ambiental									
Certificação Ambiental ISO 14001 (MW)	11.424	8.491	2.933	0	0	10.407	8.491	1.916	0
Potência líquida máxima instalada certificada (%)	61	88	60	0	0	67	90	54	0
Distribuição de Gás certificado (%)	100	100	100	0	0	100	100	100	0
Emissões atmosféricas									
Emissões Totais (kt)									
CO ₂ ⁽²⁾	19.783	10.110	9.673	n.a.	n.a.	23.422	11.008	12.414	n.a.
SO ₂	33.99	21,68	12,31	n.a.	n.a.	100,75	57,74	43,00	n.a.
NO _x	33,26	20,15	13,11	n.a.	n.a.	52,26	27,59	24,62	n.a.
Partículas	1,68	0,83	0,85	n.a.	n.a.	3,69	1,21	2,46	n.a.
Mercurio (kg)	145	69	76	n.a.	n.a.	n.d.	n.d.	n.d.	n.a.
SF ₆ (kg)	333	234	42	57	n.a.	354	243	101	10
Emissões específicas globais de CO ₂ (g/kWh)	387	388	613	n.a.	n.a.	457	381	743	n.a.
Emissões específicas de CO ₂ parque térmico (g/kWh)	647	552	790	n.a.	n.a.	726	596	902	n.a.
SO ₂	1,13	1,18	1,05	0	n.a.	3,12	3,12	3,12	n.a.
NO _x	1,11	1,10	1,12	0	n.a.	1,62	1,50	1,79	n.a.
Partículas	0,06	0,05	0,07	0	n.a.	0,11	0,07	1,79	n.a.
Água captada por fonte de origem (103x m³)									
Oceano	1.495.630	1.001.546	494.084	0	n.a.	1.507.526	1.022.668	484.859	0
Rio/Ribeira	205.097	188.321	16.776	0	n.a.	344.272	293.761	5.0511	0
Albufeira	2.078	2.078	0	0	n.a.	1.493	1.493	0	0
Furo	884	884	0	0	n.a.	1.177	1.177	0	0
Poço	33	15	0	18	n.a.	16	16	0	n.d.
Outra	1.136	1.060	12	62	2	1.102	1.087	15	n.d.
Utilização da Água (103x m³)									
Água de refrigeração	1.700.122	1.189.836	510.287	0	0	1.851.183	1.316.122	535.062	n.a.
Água bruta	6.688	3.898	2.790	n.d.	0	5.964	3.816	2.148	n.d.
Água potável	253	159	12	80	2	216	201	15	n.d.
Águas residuais (m³)									
Efluente tratado na actividade de produção	4.323.869	2.034.430	2.289.439	0	0	11.375.055	9812878	1.562.177	0
Rejeição para meio marítimo	1.497.569.009	1002.326.244	495.242.765	0	0	1.509.195.064	1.023.304.287	485.890.777	0
Rejeição para águas interiores e estuarinas	195.436.820	184.037.335	11.399.485	0	0	336.811.581	296.725.768	40.085.813	0
Resíduos encaminhados para destino final									
Total de resíduos (t)	835.922	390.267	438.206	7363	86	958.988	394.442	562.888	1.658
Total de resíduos perigosos (t)	3328	1914	1287	98	29	2641	2273	257	111
Resíduos valorizados (%)	85	88	83	99	100	84	87	82	100
Principais categorias de resíduos (t)									
Cinzas volantes de carvão valorizadas	583.352	248.408	334.944	0	0	688.914	268.959	419.955	n.a.
Postes de betão	24.972	19.356	0	5.616	0	59.784	59.506	0	278
Óleos usados	671	470	169	20	12	840	628	127	85
PCB	64	3	61	0	0	43	6	38	0
Metais	5.553	3.979	722	554	298	7.358	5.431	751	1.176
Gesso	85.427	64.779	20.648	0	0	n.d.	n.d.	n.d.	0
Biodiversidade									
km de linhas AT em áreas classificadas	931	850	39	42	n.a.	1.279	835	39	405
km de linhas MT em áreas classificadas	12.700	8.247	610	3.843	n.a.	18.779	8.043	600	10.136
Nº subestações em áreas classificadas	41	19	10	20	n.a.	62	23	9	30
Custos Ambientais (mil €)	163.783	91.338	52.352	20.206	n.d.	157.896	82.753	66.550	8.593
Custos de Investimento	131.512	84.064	30.233	17.215	n.d.	142.712	76.303	60.710	5.699
Custos correntes	32.270	7.274	22.006	2.991	n.d.	15.185	6.450	5.840	2.895
Cumprimento									
Multas e penalidades Ambientais (mil €)	132	0	132	0	0	9,0	0	9,0	0
Reclamações ambientais (nº)	90	90	n.d.	n.d.	n.d.	69	66	3	n.d.

(1) Inclui âmbito 2: consumo de gás natural dos edifícios administrativos na actividade de distribuição de gás. (2) Não inclui a frota automóvel; Inclui gases siderúrgicos. (3) Resíduos da NEO (Espanha) são estimados.

9.1. Política de Ambiente

O Grupo EDP procedeu à revisão da sua Política de Ambiente, explicitada pela primeira vez em 1994 e complementada em 2007 por uma Política de Biodiversidade.

A actual Declaração de Política de Ambiente do Grupo EDP é enquadrada numa gestão ambiental proactiva e geradora de valor, visando a constituição de uma empresa socialmente responsável. Nela, a EDP expressa a ambição de ser líder e referência na gestão ambiental dos negócios e no envolvimento das partes interessadas e na implementação e promoção das boas práticas neste domínio. Com esta política, assente em dez princípios distintos, a EDP procura promover uma cultura corporativa onde as iniciativas de negócio são consistentes com a responsabilidade ambiental, estimulando a inovação e a melhoria contínua de produtos, serviços e desempenho ambiental. Esta política pode ser consultada em www.edp.pt > Sustentabilidade > Ambiente.

A organização da função Ambiente é idêntica à da função Sustentabilidade e a gestão interna segue as orientações da Norma ISO 14 001:2004 (ver ponto Gestão Ambiental).

9.2. Alterações Climáticas

A estratégia da EDP de combate às Alterações Climáticas visa reduzir progressivamente as emissões de gases com efeito de estufa (GEE) resultantes da sua actividade, com particular ênfase na produção de energia eléctrica.

Para o efeito, a EDP assumiu, em 2007, o objectivo de reduzir em 35% as emissões específicas do parque electroprodutor em 2010 face a 2006. No entanto, com a apresentação do Plano de Negócios 2009-2012 alicerçado numa estratégia de investimentos com redução da exposição ao CO₂, esse compromisso foi reforçado e fixado em 270 kgCO₂/kWh em 2012, ou seja, -56% do valor de 2005 (600 gCO₂/kWh).

Objectivo de Redução das Emissões Específicas de CO₂ do Grupo EDP



A estratégia estabelecida para alcançar este objectivo passa, por um lado, pela aposta nas tecnologias de produção mais limpas e eficientes (Renováveis e Centrais de Ciclo Combinado a Gás Natural) e promoção de medidas de melhoria da eficiência energética, e, por outro, pela gestão eficaz das emissões de GEE das centrais termoeléctricas, no âmbito do Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE), pelo recurso aos mecanismos de flexibilidade previstos no Protocolo de Quioto (Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL)) e ainda pela actuação em sectores fora do comércio de emissões (mercado voluntário de créditos de carbono e mercado de futuros).

O ano de 2008 foi relativamente seco, com um índice de hidraulicidade (IPH) inferior em 23% ao do ano médio, o que forçou a EDP, sobretudo em Portugal onde a componente hídrica tem um peso significativo, a recorrer mais intensivamente às centrais termoeléctricas para satisfazer as necessidades do sistema eléctrico nacional. Ainda assim, a EDP conseguiu reduzir as emissões específicas globais do seu parque electroprodutor de 457 gCO₂/kWh em 2007 para 387 gCO₂/kWh em 2008 (15%).

No âmbito do CELE, foi atribuído ao Grupo EDP, em 2008, um total de licenças de emissão de 18,4 MtCO₂, menos 27% do que na fase piloto do Protocolo de Quioto (2005-2007), tendo-se consumido 19,8 Mt, ou seja, +7%. O défice foi suprido através de compras em mercados de 1,8 Mt com o remascente a ser transferido para 2009.

Emissões Atribuídas (CELE) e Reais em 2008

Emissões (tCO ₂)	Atribuídas	Reais
PORTUGAL		
Carregado	377.234	51.634
Setúbal	1 118.999	555.423
Sines	5 833.317	6.151.342
Barreiro	138.977	226.001
Tunes	4.537	220
Ribatejo	1.423.103	2.698.034
Mortágua	577	461
Soporgem	239.306	232.912
Energim	225.955	194.466
Total PORTUGAL	9.362.005	10.110.493
ESPANHA		
Aboño	3.132.632	3.930.996
Aboño*	2.816.000	2.667.841
Soto de Ribera	2.018.097	1.365.927
Novo entrante (Soto Rib)	55.777	25.345
Castejón	309.394	661.554
Novo entrante (Castejón)	275.174	481.658
Eiço	20.271	42.809
Sinova	52.906	59.613
Intever	29.833	49.988
Tercia	52.906	63.458
Sidergas*	273.803	273.803
Bioener	28.382	36.381
Hospital de Oviedo	13.829	13.718
Total ESPANHA	9.079.004	9.673.092
TOTAL EDP	18.441.009	19.783.585

Nota: Inclui emissões de CO₂ produzidas pelas centrais Sidergás, Aboño 1 e 2 que queimam gás siderúrgico e o novo entrante Soto IV. Estas são as diferenças face ao apresentado no Caderno Financeiro, nota 46.



CONTRIBUTO PARA A SUSTENTABILIDADE

Estão em curso várias iniciativas de projectos MDL, no Brasil, geradores de CERs – certificados de redução de emissões de GEE – como mostra o Quadro.

Projectos MDL no Brasil

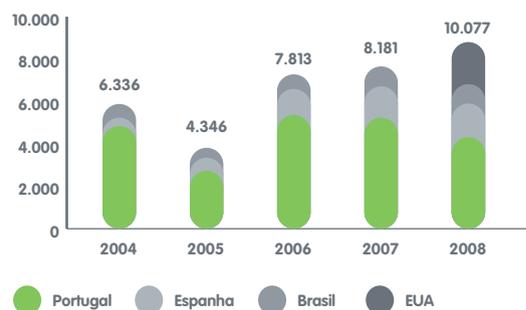
Projecto	Situação	CER* (ktCO ₂)
PCH São João (25 MW)	Aprovado	161,7
UHE Mascarenhas 4ª Máquina (50 MW)	Aprovado	252,3
PCH Paraíso (21,6 MW)	Aprovado	151,5

(*) Quantidade de CO₂ evitado durante o período Quioto (2008-2012).

Em termos de consumo de energia primária, incluindo combustível da frota automóvel, observou-se uma redução de 10% face ao ano anterior.

A actividade da EDP na área das energias renováveis tem igualmente um impacto muito significativo no que respeita às emissões de CO₂ evitadas: em 2008, a produção de energia eléctrica a partir de fontes renováveis, em todas as geografias, evitou a emissão de cerca de 9,4 MtCO₂ que, de outra forma, teria sido gerado por centrais termoeléctricas convencionais.

Emissões Evitadas de (kt CO₂)



PROGRAMA "ENERGY WISDOM"

Esta iniciativa voluntária das empresas eléctricas representadas na Eurelectric, visa o relato de projectos que contribuem para a melhoria da eficiência energética do sector e consequente redução de emissões de gases com efeito de estufa. As áreas abrangidas são a produção, transporte, distribuição e uso final de energia eléctrica, e ainda o sequestro de carbono. No último relatório, referente ao período 2005-2007, 14 empresas relataram cerca de 150 projectos, de que resultou uma redução de 150 Mt CO₂eq e cerca de 36 Mtep de poupança de energia primária. A EDP contribuiu com um total de 14 projectos, a que correspondeu uma redução de 18,6 Mt CO₂ no período mencionado.

Para além do recurso às energias renováveis e às tecnologias de produção convencional mais limpas e eficientes, a melhoria da eficiência energética constitui outro vector fundamental do desenvolvimento sustentável do sector, igualmente estratégico para a EDP.

Do lado da oferta, a melhoria da eficiência energética do parque termoeléctrico é o resultado combinado do esforço de investimento em centrais mais eficientes, como é o caso dos ciclos combinados a gás natural (CCGT), bem como do descomissionamento progressivo das centrais a fuelóleo (em Portugal, até 2012) e de um grupo a carvão da central de Soto de Ribera (em Espanha).

Do lado da procura, a aposta da EDP na promoção da eficiência no consumo de energia energética, iniciado em 2007, tem tido um impacto considerável, na sociedade e merecido o reconhecimento pelos clientes EDP.

Durante o ano de 2008, o programa **eco** continuou o seu desenvolvimento, em Portugal, integrando um conjunto de campanhas de informação e sensibilização e implementação de medidas concretas abrangendo os sectores dos serviços, indústria, agricultura e residencial, cujo detalhe se encontra no capítulo Clientes, Novos Serviços e pode ser consultado no site: www.eco.edp.pt.

A nível interno implementou-se, em Portugal, o programa **econosco** uma campanha que agrupa um conjunto de medidas que dependem do desempenho individual dos colaboradores ao nível de boas práticas ambientais, tais como a recolha selectiva de resíduos, economia de água e energia eléctrica e racionalização de consumíveis.

Destacam-se, entre outros, alguns dos resultados já alcançados em 2008:

- Redução em cerca de 2,1% do consumo de energia eléctrica, em iluminação, nos edifícios administrativos;
- Eliminação de 2.714 pontos de iluminação excedentários;
- Redução em cerca de 21% do consumo de água em 2008, quando comparado com o período homólogo do ano anterior;
- Opção pela utilização do papel ECO-Logical, de gramagem inferior, o que, para um consumo equivalente, permite uma redução imediata de 6% de consumo de papel.

Como medida emblemática de promoção da microgeração e da eficiência energética, refira-se igualmente a conclusão do projecto de fornecimento de energia eléctrica de origem renovável ao Espaço da Sustentabilidade, situado no edifício-sede da EDP. O abastecimento faz-se a partir de um sistema fotovoltaico, que funciona autonomamente em relação à rede eléctrica.



9.3. Biodiversidade

A EDP enquadra as suas actividades numa Política de Biodiversidade publicada no site EDP em 2007.

A importância atribuída aos impactes na biodiversidade decorrentes da construção e exploração de infra-estruturas de produção e distribuição de energia conduziram a EDP à publicação de uma brochura dedicada à actuação da empresa neste domínio, que se encontrará disponível em www.edp.pt > Sustentabilidade > Biodiversidade, durante o primeiro semestre de 2009 e que complementa a informação disponibilizada neste caderno.

Nesta brochura poderão ser consultados os projectos em curso no âmbito da parceria B&B estabelecida com o Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB), assim como um conjunto de casos de estudo em curso.

Em 2008 destacou-se a 1ª edição do **Fundo de Biodiversidade EDP**, com um montante 500 mil euros, distribuídos por três projectos distintos seleccionados entre 105 candidaturas de elevada qualidade.

Na actividade de distribuição de energia eléctrica, em Portugal, deu-se continuidade aos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Protocolo Avifauna – Parceria estabelecida com duas ONG – a Quercus e a Sociedade portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA) – e o ICNB. Este protocolo visa compatibilizar a qualidade de serviço com a protecção da avifauna e no final de 2008 tinha resultado na protecção contra colisão e electrocussão de 125 km de linhas aéreas.

Associado à actividade de produção de energia eléctrica, concluiu-se o terceiro ano do Plano de Recuperação dos Peixes Migradores na Bacia do Rio Douro. Na Primavera de 2008, foram libertadas oitenta mil larvas de lampreia nas margens do Rio Sousa tendo por objectivo o repovoamento de lampreia – marinha na bacia hidrográfica do rio Douro.

Foi retomado o Acordo de Cooperação estabelecido com o INETI, redominado por LNEG (Laboratório Nacional de Engenharia e Geologia) para o Projecto “Valorização de Efluentes Térmicos em Agricultura Protegida – Projecto de Reflorestação da Serra da Arrábida”. Pretende-se que as estufas existentes se mantenham como suporte à dinamização de acções de apoio à conservação e promoção da biodiversidade actuais e futuras.

No Brasil prosseguem os estudos de monitorização da e ictiofauna e biodiversidade envolvente, assim como de recuperação de habitats em torno do perímetro de várias centrais hidroeléctricas.

Com o rápido crescimento da potência instalada em produção eólica, 32% dos parques em exploração, num total de 51, têm associados estudos de monitorização.

COMPENSAR IMPACTES EM CLOUD COUNTY, KANSAS

No seguimento de um estudo para avaliar os impactes ecológicos do parque eólico localizado em Cloud County, no Estado do Kansas, a Horizon Wind Energy assumiu em 2008 o compromisso de financiar um programa voluntário de conservação como medida compensatória dos impactes causados. O acordo foi assinado entre o Ranchland Trust of Kansas (RTK) e a Nature Conservancy of Kansas e cobre o investimento em cerca de 8.000 hectares num programa de recuperação de habitats fora da zona do parque.



CONTRIBUTO PARA A SUSTENTABILIDADE

Gestão EDP em áreas classificadas em 2008

	Portugal	Espanha	Brasil	EUA
Redes de Distribuição (km)				
AT				
Aérea	846	38	42	n.a.
Subterrânea	4	0,5	0,1	n.a.
MT				
Aérea	7.539	587	3.834	n.a.
Subterrânea	708	23	0,4	n.a.
N.º de Subestações	19	10	20	n.d.
Actividade de Produção (ha)				
Áreas inundadas por albufeiras ^(*)	3 426	260	0	n.a.
Áreas afectas à produção eólica	716	n.d.	n.a.	0

(*) Não inclui Alqueva e Pedrógão

9.4. Gestão ambiental

A EDP obteve a certificação do seu Sistema de Gestão Ambiental Corporativo, de acordo com a ISO 14001:2004. Este sistema abrange a gestão corporativa das políticas ambientais e dos planos estratégicos de ambiente, da informação ambiental e do desempenho ambiental das organizações do Grupo EDP.

A certificação Sistema de Gestão Ambiental Corporativo reforça o compromisso da EDP em integrar os aspectos ambientais nos processos de planeamento e tomada de decisão a todos os níveis, designadamente no que respeita à avaliação, controlo e minimização dos impactes significativos que possam decorrer das suas actividades.

A identificação e resposta a potenciais acidentes e situações de emergência consta dos planos de emergência e procedimentos que visam a prevenção e minimização dos impactes ambientais relacionados. Para avaliar a capacidade de resposta a emergência, são realizados simulacros que pretendem verificar a correcta identificação e seguimento das situações de emergência.

A importância da melhoria contínua na gestão ambiental e na eco-eficiência motiva igualmente, a manutenção dos certificados dos sistemas de gestão ambiental de acordo com a ISO 14001:2004 nas instalações já certificadas, assim como um conjunto de iniciativas que visam alargar o âmbito das actividades do Grupo EDP com certificação ambiental e registo no EMAS.

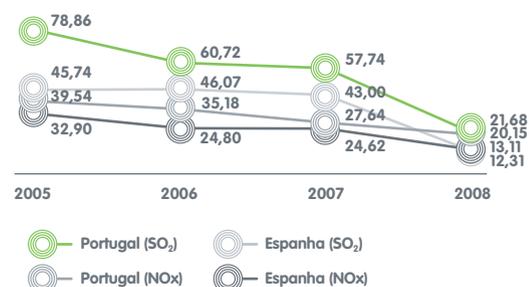
Em Portugal a actividade de produção térmica está totalmente certificada, sendo o Sistema de Gestão Ambiental integrado num sistema mais amplo que engloba também a segurança.

Em Espanha as centrais hidráulicas e 5 parques eólicos obtiveram a certificação do Sistema de Gestão Ambiental segundo a Norma UNE-EN ISO 14001:2004, num total de 155,5 MW de potência instalada.

A HC Energia já tem a autorização ambiental integrada para todas as suas instalações de produção.

9.4.1. Emissões térmicas

Emissões de totais de SO₂ e NO_x no Grupo EDP (kt)



As emissões absolutas de SO₂ e NO_x decresceram, para 33,99 Kt e 33,26 Kt respectivamente ficando abaixo das metas definidas para o Grupo EDP (35,28 Kt para SO₂ e 43,7 Kt para o NO_x). Este decréscimo, relecte sobretudo os resultados do programa de implementação dos sistemas de dessulfuração e redução de óxidos de azoto nas centrais a carvão, cujo processo de instalação de dessulfuração foi concluído com bom desempenho, prevendo-se a conclusão da instalação de queimadores de baixo NO_x na Central de Abono.

A Central de Sines assinou contrato de adjudicação do fornecimento da instalação do sistema de Desnitificação catalítica cuja recepção provisória se prevê para 2011.

As emissões específicas de SO₂ e NO_x relativas ao parque térmico do Grupo EDP têm vindo a diminuir, resultante da maior produção a partir dos ciclos combinados a gás natural em detrimento das centrais a fuelóleo assim como das medidas de implementação de dessulfuração e redução de óxidos de azoto nas centrais a carvão.

9.4.2. Água

As centrais de produção termoeléctricas procedem à captação de um volume de água significativo para uso no processo de refrigeração. Nos circuitos abertos devolve-se a água praticamente na sua totalidade e mantendo as suas características físico-químicas enquanto nos circuitos fechados a água captada é necessária essencialmente para compensar a água que se evapora.

A redução do consumo de água nas instalações continua a ser um objectivo do Grupo EDP. A central de Sines concluiu o programa iniciado em 2004 de substituição do sistema de extracção de cinzas de fundo das caldeiras, que era do tipo "húmido", por um do tipo "seco".

As centrais térmicas do Grupo possuem instalações de tratamento de efluentes líquidos, que permitem

assegurar uma adequada qualidade do efluente rejeitado para o meio hídrico. A informação sobre a monitorização da qualidade dos efluentes rejeitados pelas centrais térmicas pode ser consultada em www.edp > [Sustentabilidade](#) > [Ambiente](#).

9.4.3. Produção de resíduos

A EDP realiza uma gestão de resíduos onde continuamente se procura a sua valorização e a redução da produção na origem.

Nas actividades de produção da EDP são gerados em grandes quantidades resíduos de cinzas volantes e escórias resultantes da combustão de carvão e fuelóleo em centrais térmicas. As cinzas volantes de carvão apresentam um elevado potencial de valorização e são utilizadas, desde há vários anos, como subproduto na indústria cimenteira e betoneira. O quantitativo de cinzas volantes de carvão da central de Sines valorizadas por aplicação na indústria cimenteira e na indústria de betão pronto atingiu as 248.408 t.

Existem ainda outros resíduos produzidos nos processos de operação e manutenção, e actividades de produção e distribuição. Entre eles encontram-se em maior quantidade os postes de betão e os óleos usados.

Os bifenilos policlorados (PCB) produtos químicos que, até meados dos anos 70, tiveram vasta aplicação na composição dos óleos de transformadores, condensadores e outros equipamentos eléctricos, constituem resíduos de perigosidade elevada do ponto de vista ambiental, face ao seu potencial de poluição. O Grupo EDP, em Portugal é detentor de equipamentos que se encontram identificados e para os quais está em curso um plano de eliminação de PCB previsto concluir em 2010.

A EDP assumiu em 2007 o objectivo de erradicação do aterro de Cinzas e outros Resíduos de Fuelóleo localizado nos terrenos da central de Sines. No decorrer dos trabalhos há a salientar o encaminhamento das cinzas para processos de valorização.

Durante o ano foram ainda retiradas cerca de 63 000 t de cinzas de fundo (escórias de carvão) do aterro de cinzas e escórias de carvão da Central de Sines, para valorização em cimenteiras.

Em Espanha a HC Energía está a desenvolver o projecto “gessos e dessulfuração” em colaboração com a empresa BEFESA que tem como objectivo investigar as possibilidades que os gessos de dessulfuração das centrais térmicas como agentes de correcção de solos contaminados. Os organismos de investigação associados são a Universidade de Barcelona e dos Institutos sevillanos

do Conselho Superior de Investigações Científicas: da Ciência de Materiais e o de Recursos Naturais e Agrobiologia. O projecto conta com a supervisão do Ministerio de Medio Ambiente, Medio Rural y Marino de Espanha.

A informação mais detalhada sobre os resíduos produzidos no Grupo EDP pode ser consultada em www.edp > [Sustentabilidade](#) > [Ambiente](#) > [Gestão e Desempenho](#)>[Resíduos](#).

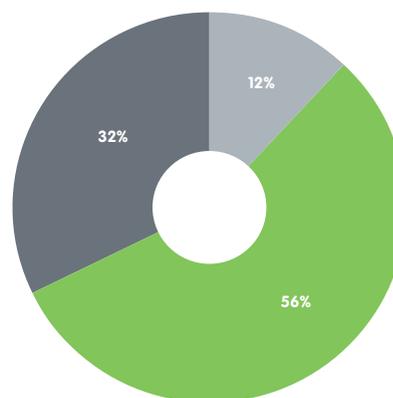
9.4.4. Investimentos e custos ambientais

Em 2008, a EDP incorreu em gastos ambientais para evitar, reparar ou minimizar os danos ambientais num montante cerca de 164 milhões de euros. O investimento ambiental foi de 132 milhões de euros, correspondendo a 3,6% no total do investimento do grupo EDP. Destaca-se os valores gastos para minimizar os efeitos da poluição atmosférica (cerca de 108 milhões euros) e para reduzir os impactos sobre a biodiversidade (cerca de 12 milhões euros). As receitas ambientais provenientes da venda de resíduos e de subprodutos foi de 4 milhões de euros.

Para informação detalhada sobre informação financeira ambiental, consultar o Caderno Financeiro, página 134.

Destaca-se ainda a provisão ambiental para o desmantelamento da central nuclear de Trillo no valor de 20.725 mil euros.

Gastos Ambientais em 2008



● Portugal ● Espanha ● Brasil

9.5. Novos projectos

As actividades de produção e distribuição de energia estão, na sua maioria, sujeitas a requisitos legais cada vez mais exigentes. Para os novos projectos, mesmo que não obrigados a processos de Avaliação de Impacte Ambiental, são adoptados processos de avaliação e



CONTRIBUTO PARA A SUSTENTABILIDADE

minimização dos impactes ambientais considerados significativos.

Foi desenvolvido um guia com linhas de orientação corporativas para adaptação dos processos de AIA à estratégia da empresa, que visa uniformizar o padrão de exigência nas diferentes regiões onde a EDP desenvolve actividades.

O processo de construção de uma nova infra-estrutura de produção pode ser complexo e demorado, dependendo da obtenção de licenças legais de operação, mas também da designada “licença social para operar”. Estabelecer uma comunicação eficiente com as comunidades vizinhas e os restantes “stakeholders” envolvidos, melhorar a transparência dos processos e promover a melhoria da compreensão e aceitação da sua necessidade é o grande desafio da EDP, que tem vindo a promover um conjunto de programas de reforço de diálogo, descritos no capítulo Comunidades Locais.

Informação detalhada sobre os estudos de impacte, nomeadamente os que se encontram em fase de consulta pública, pode ser consultada em www.edp.pt > Sustentabilidade > Ambiente > Avaliação de Impacte Ambiental.

Durante 2008 prosseguiram os trabalhos associados aos reforços de potência de Picote II e Bemposta II, no Douro Internacional, e reforço de potência de Alqueva II, estando em fase final de processo de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) os projectos Ribeiradio e Foz Tua, que se esperam concluídos no primeiro semestre de 2009.

Ainda associado ao plano de expansão do parque hidroeléctrico EDP em Portugal, foram iniciados o processos de AIA para os projectos Fridão, Alvito e de Reforço de Potência de Venda Nova III.

No Brasil, a EDP iniciou em 2008 as obras da nova central termoelectrica Porto do Pecém (CE), a carvão mineral, com 360 MW de potência instalada. A utilização do carvão mineral não representa uma inversão da estratégia de desenvolvimento sustentável da EDP, pois a sua vasta experiência e a utilização de novas tecnologias permitirão que Pecém seja dotada de equipamentos de alta eficiência na remoção de partículas e de poluentes acidificantes como o SO₂ e o NO_x. Este projecto decorre da necessidade do Brasil dar resposta diversificada ao crescimento da procura verificado nos últimos anos.

9.6. Campos eléctricos e magnéticos

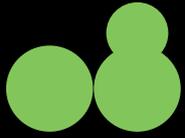
Durante 2008, a EDP Distribuição, em Portugal, concluiu um conjunto de iniciativas promovidas com o objectivo de caracterizar a sua rede de distribuição de energia eléctrica relativamente a campos máximos eléctricos

e magnéticos e sensibilizar o público em geral sobre esta temática:

- Caracterização dos valores dos Campos Eléctricos e Magnéticos (CEM) das instalações eléctricas tipo da rede de distribuição de energia eléctrica. No exterior das instalações foram efectuadas 5.952 medições, à distância de 1 e 1,8 metros acima do solo, concluindo-se que os valores medidos não são susceptíveis de influenciar a saúde do público em geral. Os resultados deste estudo estão previstos ser divulgados a partir de uma publicação não científica aprovada no âmbito do processo de candidatura aos Planos de Promoção do Desempenho Ambiental (PPDA) promovidos pela Entidade Reguladora do Sector Energético (ERSE), para o triénio 2009-2011;
- Projecto “Coimbra – Saúde-EMF”, da autoria da APDEE – Associação Portuguesa para a Promoção e Desenvolvimento da Engenharia Electrotécnica. Este projecto foi desenvolvido com o objectivo de avaliar os valores dos campos electromagnéticos associados a linhas de AT e MT (60kV e 15kV) que se encontram na proximidade de escolas do concelho de Coimbra. Foram efectuadas 908 medições em 10 escolas do 1 ciclo do ensino básico, verificando-se que, quer os valores do campo eléctrico, quer do campo magnético, são muito inferiores aos níveis de referência pelo que não se identificou qualquer tipo de preocupação adicional em relação à saúde humana;
- Projecto “CEMBF – Saúde Pública e Linhas de AT”, desenvolvido pelo Instituto Superior Técnico. Iniciado em 2007 com o objectivo de avaliar o conhecimento actual sobre esta matéria, durante 2008 centrou-se num conjunto de acções de sensibilização interna para colaboradores da EDP e externa, para o público em geral. O estudo pode ser consultado em <https://fenix.ist.utl.pt/homepage/ist11935/campos-electromagneticos,-saude-publica-e-linhas-de-alta-tensao>

Para o triénio 2009-2011 foi aprovado, no âmbito dos processos de candidaturas ao PPDA, um projecto que visa estudar soluções para melhorar os actuais níveis de campo eléctrico e magnético, associados a instalações tipo de distribuição de energia eléctrica.





RELATÓRIO E CONTAS 2008
CADERNO INSTITUCIONAL, DO GOVERNO
DA SOCIEDADE E DE SUSTENTABILIDADE

GOVERNO DA SOCIEDADE



ÍNDICE

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO	116
ESTRUTURA DE GOVERNO SOCIETÁRIO	126
Modelo de Governo Societário	126
Estrutura Orgânica da Sociedade	127
Órgãos Sociais	127
Negócios entre a Sociedade e os membros dos órgãos de administração e fiscalização titulares de participações qualificadas e sociedades em relação de domínio ou de grupo	136
ESTRUTURA FUNCIONAL DA EDP	138
Modelo Organizativo do Grupo	138
Centro Corporativo	139
Comitês específicos da EDP (Estruturas Funcionais)	142
Sucursal em Espanha	148
Sistema de Controlo e de Gestão de Risco	149
ESTRUTURA ACCIONISTA E EXERCÍCIO DAS POSIÇÕES ACCIONISTAS	156
Estrutura de Capital	156
Estrutura Accionista	156
Participações Qualificadas	157
Titulares de Direitos Especiais	158
Restrições à Transmissibilidade das Acções	159
Acordos Parassociais	159
Assembleia Geral e Participação na Assembleia	159
Voto e Exercício do Direito de Voto	160
Voto por Correspondência/por Meios Electrónicos	160
Quórum e Deliberações	160
Actas e Informação sobre Deliberações Adoptadas	161
Medidas relativas ao Controlo e Mudança do Controlo da Sociedade	161
REMUNERAÇÕES	162
Remuneração dos Órgãos Sociais	162
Remuneração da Mesa da Assembleia Geral	162
Remuneração dos Membros do Conselho de Administração Executivo	162
Remuneração dos Membros do Conselho Geral e de Supervisão	163
Remuneração dos demais Dirigentes	163
Acordos relativos à cessação do vínculo de administração ou de trabalho	163
Planos de Atribuição de Acções e/ou de Opções de Aquisição de Acções ou com base nas Variações do Preço das Acções	163
Remuneração do Auditor	164
ACÇÃO E POLITICA DE DIVIDENDOS	166
EDP no Mercado de Capitais	166
Factores que influenciaram a evolução da cotação das acções EDP	168
Política de Distribuição de Dividendos	172
RELAÇÃO DA EMPRESA COM O MERCADO	174
Deveres Gerais de Informação	174
Direcção de Relações com Investidores da EDP	174
Informação da Sociedade no "website" da Internet da Sociedade	174



GOVERNO DA SOCIEDADE

1. DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

A EDP – ENERGIAS DE PORTUGAL, S.A. (“EDP”) é uma sociedade emitente de ações que se encontram admitidas à negociação no mercado de cotações oficiais da NYSE Euronext Lisbon (denominado Eurolist by Euronext Lisbon), sendo-lhe, por esse motivo, aplicáveis as recomendações em matéria de governo societário constantes do “Código de Governo das Sociedades”, o qual consiste num código de recomendações de “corporate governance” aprovado pela CMVM em Setembro de 2007. O texto deste código encontra-se disponível ao público no “website” da CMVM, em “www.cmvm.pt”.

A organização e o funcionamento da estrutura de governo societário da EDP têm sido, desde a admissão das suas ações à cotação na anterior Bolsa de Valores de Lisboa, orientadas para a prossecução dos mais elevados padrões de governo societário, de conduta e ética empresarial, tendo por referência as melhores práticas nacionais e internacionais em matéria de “corporate governance”.

Neste contexto, a EDP declara adoptar, de um modo geral, as Recomendações da CMVM sobre o Governo das Sociedades Cotadas constantes do referido “Código de Governo das Sociedades”, com excepção da Recomendação I.6.2 do mencionado código, a qual não é adoptada pelas razões abaixo enunciadas.

Na tabela que se segue encontram-se discriminadas as recomendações da CMVM em matéria de “corporate governance” vertidas no Código de Governo das Sociedades, identificando-se a sua adopção integral, ou não adopção, pela EDP, bem como o local em que pode ser consultada a descrição mais detalhada acerca da adopção de cada recomendação no presente relatório.

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

Recomendação	Indicação sobre a adopção da Recomendação	Observações	Descrição no Relatório
I. ASSEMBLEIA GERAL			
I.1 Mesa da Assembleia Geral			
I.1.1 O presidente da Mesa da Assembleia Geral deve dispor de recursos humanos e logísticos de apoio que sejam adequados às suas necessidades, considerada a situação económica da sociedade.	Adoptada		2.3.1
I.1.2 A remuneração do presidente da Mesa da Assembleia Geral deve ser divulgada no relatório anual sobre o governo da sociedade.	Adoptada		5.2.
I.2 Participação na Assembleia			
I.2.1 A antecedência do depósito ou bloqueio das ações para a participação em Assembleia Geral imposta pelos Estatutos não deve ser superior a 5 dias úteis.	Adoptada	Artigo 14.º dos Estatutos	4.7.
I.2.2 Em caso de suspensão da reunião da Assembleia Geral, a sociedade não deve obrigar ao bloqueio durante todo o período até que a sessão seja retomada, devendo bastar-se com a antecedência ordinária na primeira sessão.	Adoptada		4.7.
I.3 Voto e Exercício do Direito de Voto			
I.3.1 As sociedades não devem prever qualquer restrição estatutária do voto por correspondência.	Adoptada	Artigo 14.º dos Estatutos	4.9.

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

Recomendação	Indicação sobre a adopção da Recomendação	Observações	Descrição no Relatório
I.3.2 O prazo estatutário de antecedência para a recepção da declaração de voto emitida por correspondência não deve ser superior a 3 dias úteis.	Adoptada	Artigo 14.º dos Estatutos	4.9.
I.3.3 As sociedades devem prever, nos seus Estatutos, que corresponda um voto a cada acção.	Adoptada	Artigo 14.º dos Estatutos	4.8.
I.4 Quórum e Deliberações			
I.4.1 As sociedades não devem fixar um quórum constitutivo ou deliberativo superior ao previsto por lei.	Adoptada		4.10.
I.5 Actas e Informação sobre Deliberações Adoptadas			
I.5.1 As actas das reuniões da assembleia geral devem ser disponibilizadas aos accionistas no sítio Internet no prazo de 5 dias, ainda que não constituam informação privilegiada, nos termos legais, e deve ser mantido neste sítio um acervo histórico das listas de presença, das ordens de trabalhos e das deliberações tomadas relativas às reuniões realizadas, pelo menos, nos 3 anos antecedentes.	Adoptada	A presente recomendação é adoptada na sua generalidade, não se considerando aplicável quanto à manutenção do acervo histórico das listas de presença na Assembleia Geral, atendendo à natureza pessoal dos dados envolvidos.	4.11.
I.6 Medidas Relativas ao Controlo das Sociedades			
I.6.1 As medidas que sejam adoptadas com vista a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição devem respeitar os interesses da sociedade e dos seus accionistas.	Adoptada	Não existem quaisquer medidas que tenham sido adoptadas para impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição. Relativamente a outras medidas de controlo da sociedade, nomeadamente a limitação prevista no art. 14.º, n.º 3 dos Estatutos, entende-se que tais medidas, ainda que não tenham sido adoptadas, com vista a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição atendendo à sua génese e aos interesses gerais que visam tutelar, respeitam os interesses da sociedade e dos seus accionistas.	4.12.
I.6.2 Os Estatutos das sociedades que, respeitando o princípio da alínea anterior, prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único accionista, de forma individual ou em concertação com outros accionistas, devem prever igualmente que seja consignado que, pelo menos de cinco em cinco anos será sujeita a deliberação pela Assembleia Geral a manutenção ou não dessa disposição estatutária, sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que nessa deliberação se contem todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.	Não Adoptada	A alteração de qualquer disposição estatutária encontra-se sujeita a aprovação pelos accionistas reunidos em Assembleia Geral, não tendo sido estabelecida nos Estatutos da Sociedade qualquer disposição relativa à apreciação da manutenção ou alteração da regra de limitação do número de votos exercíveis por cada accionista titular de acções da categoria A. Considerando a representatividade accionista alcançada na Assembleia Geral de aprovação dos Estatutos actualmente em vigor (com uma participação ou representação de 58,37% do capital e uma aprovação por 90,99% dos votos emitidos) e estando a matéria em apreço sujeita exclusivamente a deliberação destes, entende-se que os interesses destes em geral são adequadamente respeitados.	4.12.



GOVERNO DA SOCIEDADE

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

Recomendação	Indicação sobre a adopção da Recomendação	Observações	Descrição no Relatório
I.6.3 Não devem ser tomadas medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração, prejudicando dessa forma a livre transmissibilidade das acções e a livre apreciação pelos accionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.	Adoptada		4.12.
II. ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO			
II.1 Temas Gerais			
II.1.1 Estrutura e Competência			
II.1.1.1 O Órgão de Administração deve avaliar no seu relatório de governo o modelo adoptado, identificando eventuais constrangimentos ao seu funcionamento e propondo medidas de actuação que, no seu juízo, sejam idóneas para os superar.	Adoptada		2.1.
II.1.1.2 As sociedades devem criar sistemas internos de controlo, para a detecção eficaz de riscos ligados à actividade da empresa, em salvaguarda do seu património e em benefício da transparência do seu governo societário.	Adoptada		3.4.
II.1.1.3 Os órgãos de administração e fiscalização devem ter regulamentos de funcionamento os quais devem ser divulgados no sítio da Internet da sociedade.	Adoptada		2.1.
II.1.2 Incompatibilidades e Independência			
II.1.2.1 O conselho de administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efectiva capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação dos membros executivos.	Não aplicável	A presente recomendação não é aplicável face ao modelo de governo societário adoptado pela EDP.	
II.1.2.2 De entre os administradores não executivos deve contar-se um número adequado de administradores independentes, tendo em conta a dimensão da sociedade e a sua estrutura accionista, que não pode em caso algum ser inferior a um quarto do número total de administradores.	Não aplicável	A presente recomendação não é aplicável face ao modelo de governo societário adoptado pela EDP.	
II.1.3 Elegibilidade e Nomeação			
II.1.3.1 Consoante o modelo aplicável, o presidente do conselho fiscal, da comissão de auditoria ou da comissão para as matérias financeiras deve ser independente e possuir as competências adequadas ao exercício das respectivas funções.	Adoptada		2.3.9

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

Recomendação	Indicação sobre a adoção da Recomendação	Observações	Descrição no Relatório
II.1.4 Política de Comunicação de Irregularidades			
<p>II.1.4.1 A sociedade deve adoptar uma política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas no seu seio, com os seguintes elementos: i) indicação dos meios através dos quais as comunicações de práticas irregulares podem ser feitas internamente, incluindo as pessoas com legitimidade para receber comunicações; ii) indicação do tratamento a ser dado às comunicações, incluindo tratamento confidencial, caso assim seja pretendido pelo declarante.</p>	Adoptada		2.3.9.
<p>II.1.4.2 As linhas gerais desta política devem ser divulgadas no relatório sobre o governo das sociedades.</p>	Adoptada		2.3.9.
II.1.5 Remuneração			
<p>II.1.5.1 A remuneração dos membros do órgão de administração deve ser estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses da sociedade.</p> <p>Neste contexto: i) a remuneração dos administradores que exerçam funções executivas deve integrar uma componente baseada no desempenho, devendo tomar por isso em consideração a avaliação de desempenho realizada periodicamente pelo órgão ou comissão competentes; ii) a componente variável deve ser consistente com a maximização do desempenho de longo prazo da empresa e dependente da sustentabilidade das variáveis de desempenho adoptadas; iii) quando tal não resulte directamente de imposição legal, a remuneração dos membros não executivos do órgão de administração deve ser exclusivamente constituída por uma quantia fixa.</p>	Adoptada		5.3.
<p>II.1.5.2 A comissão de remunerações e o órgão de administração devem submeter à apreciação pela assembleia geral anual de accionistas de uma declaração sobre a política de remunerações, respectivamente, dos órgãos de administração e fiscalização e dos demais dirigentes na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários. Neste contexto, devem, nomeadamente, ser explicitados aos accionistas os critérios e os principais parâmetros propostos para a avaliação do desempenho para determinação da componente variável, quer se trate de prémios em acções, opções de aquisição de acções, bónus anuais ou de outras componentes.</p>	Adoptada		5.1 a 5.5
<p>II.1.5.3 Pelo menos um representante da comissão de remunerações deve estar presente nas assembleias gerais anuais de accionistas.</p>	Adoptada		2.3.6. 2.3.9.



GOVERNO DA SOCIEDADE

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

Recomendação	Indicação sobre a adoção da Recomendação	Observações	Descrição no Relatório
II.1.5.4 Deve ser submetida à assembleia geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de acções, e/ou de opções de aquisição de acções ou com base nas variações do preço das acções, a membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correcta do plano. A proposta deve ser acompanhada do regulamento do plano ou, caso o mesmo ainda não tenha sido elaborado, das condições gerais a que o mesmo deverá obedecer. Da mesma forma devem ser aprovadas em assembleia geral as principais características do sistema de benefícios de reforma de que beneficiem os membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários.	Não aplicável		
II.1.5.5 A remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização deve ser objecto de divulgação anual em termos individuais, distinguindo-se, sempre que for caso disso, as diferentes componentes recebidas em termos de remuneração fixa e de remuneração variável, bem como a remuneração recebida em outras empresas do grupo ou em empresas controladas por accionistas titulares de participações qualificadas.	Adoptada		5.3. 5.4.
II.2. Conselho de Administração			
II.2.1 Dentro dos limites estabelecidos por lei para cada estrutura de administração e fiscalização, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.	Não Aplicável	A presente recomendação não é aplicável face ao modelo de governo societário adoptado pela EDP.	
II.2.2 O conselho de administração deve assegurar que a sociedade actua de forma consentânea com os seus objectivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	Não Aplicável	A presente recomendação não é aplicável face ao modelo de governo societário adoptado pela EDP.	
II.2.3 Caso o presidente do conselho de administração exerça funções executivas, o conselho de administração deve encontrar mecanismos eficientes de coordenação dos trabalhos dos membros não executivos, que designadamente assegurem que estes possam decidir de forma independente e informada, e deve proceder-se à devida explicitação desses mecanismos aos accionistas no âmbito do relatório sobre o governo da sociedade.	Não Aplicável	A presente recomendação não é aplicável face ao modelo de governo societário adoptado pela EDP.	
II.2.4 O relatório anual de gestão deve incluir uma descrição sobre a actividade desenvolvida pelos administradores não executivos referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.	Não Aplicável	A presente recomendação não é aplicável face ao modelo de governo societário adoptado pela EDP.	

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

Recomendação	Indicação sobre a adoção da Recomendação	Observações	Descrição no Relatório
<p>II.2.5 O órgão de administração deve promover uma rotação do membro com o pelouro financeiro, pelo menos no fim de cada dois mandatos.</p>	Não Aplicável	<p>A presente recomendação não é aplicável face ao modelo de governo societário adoptado pela EDP. Para além do argumento resultante da inserção sistemática, é entendimento da EDP que a adopção do modelo de governo dualista permite obter a tutela dos mesmos direitos na medida em que:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A contratação e o relacionamento com o auditor externo são da competência do Conselho Geral e de Supervisão e não do órgão de administração; • O Revisor Oficial de Contas é eleito pela Assembleia Geral, mediante proposta do Conselho Geral e de Supervisão, o qual acompanha em permanência a sua actividade; • A avaliação da independência do Revisor Oficial de Contas e do Auditor Externo, na sua relação com a Sociedade, são da competência do Conselho Geral e de Supervisão (suportada na actividade da Comissão de Auditoria, conforme resulta do regulamento deste). 	
<p>II.3 Administrador Delegado, Comissão Executiva e Conselho de Administração Executivo</p>			
<p>II.3.1 Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.</p>	Adoptada		2.3.3.
<p>II.3.2 O presidente da comissão executiva deve remeter, respectivamente, ao presidente do conselho de administração e, conforme aplicável, ao presidente do conselho fiscal ou da comissão de auditoria, as convocatórias e as actas das respectivas reuniões.</p>	Não Aplicável	A presente recomendação não é aplicável face ao modelo de governo societário adoptado pela EDP.	
<p>II.3.3 O presidente do conselho de administração executivo deve remeter ao presidente do conselho geral e de supervisão e ao presidente da comissão para as matérias financeiras, as convocatórias e as actas das respectivas reuniões.</p>	Adoptada		2.3.3.
<p>II.4. Conselho Geral e de Supervisão, Comissão para as Matérias Financeiras, Comissão de Auditoria e Conselho Fiscal</p>			
<p>II.4.1 O conselho geral e de supervisão, além do cumprimento das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve desempenhar um papel de aconselhamento, acompanhamento e avaliação contínua da gestão da sociedade por parte do conselho de administração executivo. Entre as matérias sobre as quais o conselho geral e de supervisão deve pronunciar-se incluem-se:</p> <p>i) o definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade;</p> <p>ii) a estrutura empresarial do grupo; e iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.</p>	Adoptada		2.3.2



GOVERNO DA SOCIEDADE

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

Recomendação	Indicação sobre a adopção da Recomendação	Observações	Descrição no Relatório
II.4.2 Os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal devem ser objecto de divulgação no sítio da Internet da sociedade, em conjunto com os documentos de prestação de contas.	Adoptada		2.3.2.
II.4.3 Os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal devem incluir a descrição sobre a actividade de fiscalização desenvolvida referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.	Adoptada		2.3.2.
II.4.4 A comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal, consoante o modelo aplicável, devem representar a sociedade, para todos os efeitos, junto do auditor externo, competindo-lhe, designadamente, propor o prestador destes serviços, a respectiva remuneração, zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços, bem assim como ser o interlocutor da empresa e o primeiro destinatário dos respectivos relatórios.	Adoptada		2.3.9.
II.4.5 A comissão para as matérias financeiras, comissão de auditoria e o conselho fiscal, consoante o modelo aplicável, devem anualmente avaliar o auditor externo e propor à assembleia geral a sua destituição sempre que se verifique justa causa para o efeito.	Adoptada		2.3.9.
II.5. Comissões Especializadas			
II.5.1 Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração e o conselho geral e de supervisão, consoante o modelo adoptado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para: i) assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e para a avaliação do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes; ii) reflectir sobre o sistema de governo adoptado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria.	Adoptada		2.3.9.
II.5.2 Os membros da comissão de remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração.	Adoptada		2.3.9.
II.5.3 Todas as comissões devem elaborar actas das reuniões que realizem.	Adoptada		2.3.9.
III. INFORMAÇÃO E AUDITORIA			
III.1 Deveres Gerais de Informação			
III.1.2 As sociedades devem assegurar a existência de um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos accionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores. Para tal deve a sociedade manter um gabinete de apoio ao investidor.	Adoptada		7.1. 7.2.

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

Recomendação	Indicação sobre a adopção da Recomendação	Observações	Descrição no Relatório
<p>III.1.3 A seguinte informação disponível no sítio da Internet da sociedade deve ser divulgada em inglês:</p> <p>a) A firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e os demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais;</p> <p>b) Estatutos;</p> <p>c) Identidade dos titulares dos órgãos sociais e do representante para as relações com o mercado;</p> <p>d) Gabinete de Apoio ao Investidor, respectivas funções e meios de acesso;</p> <p>e) Documentos de prestação de contas;</p> <p>f) Calendário semestral de eventos societários;</p> <p>g) Propostas apresentadas para discussão e votação em assembleia geral;</p> <p>h) Convocações para a realização de assembleia geral.</p>	Adoptada		7.3.

Atentos os critérios de aferição de independência previstos no artigo 9.º dos Estatutos da Sociedade, os membros do Conselho de Administração Executivo declararam, no início do mandato, o cumprimento na íntegra dos critérios de independência, designadamente por não terem relações directas ou indirectas com a sociedade ou órgão de gestão desta, com pessoas ou grupos de interesses específicos na sociedade susceptíveis de afectar a capacidade de isenção de análise e decisão, e de não serem titulares nem actuarem por conta de titulares de participação qualificada igual ou superior a 2% do capital da EDP, assim como a inexistência de qualquer incompatibilidade para o exercício do cargo, nos termos do artigo 10.º dos Estatutos, nomeadamente por não exercerem funções em empresas concorrentes nem actuarem em representação de nenhuma empresa concorrente ou pessoa colectiva relacionada com empresas concorrentes da EDP.

De igual modo, no início do mandato todos os membros do Conselho Geral e de Supervisão declararam, de acordo com os critérios de aferição de incompatibilidades para o exercício das respectivas funções que se encontram previstos no n.º 1 do artigo 414.º-A do Código das Sociedades Comerciais, a inexistência de qualquer incompatibilidade para o exercício do cargo, nomeadamente por não exercerem funções em empresas concorrentes nem actuarem em representação de nenhuma empresa concorrente ou pessoa colectiva relacionada com empresas concorrentes da EDP.

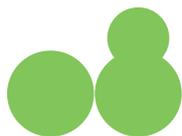
Na Assembleia Geral de 12 de Abril de 2007, foi autorizada a eleição da Sonatrach para membro do Conselho Geral e de Supervisão ao abrigo do disposto do n.º 4 do artigo 10.º dos Estatutos, na medida em que, nos termos

conjugados da alínea a) do número 1 do artigo 10.º e do número 7 do artigo 10.º dos Estatutos, a Sonatrach é uma pessoa colectiva concorrente da EDP.

Por outro lado, os membros identificados no número 2.3.2. declararam, de acordo com os critérios de aferição de independência que se encontram previstos no n.º 5 do artigo 414.º do aludido Código e no artigo 9.º dos Estatutos, o cumprimento na íntegra dos critérios de independência, designadamente por não terem relações directas ou indirectas com a sociedade ou órgão de gestão desta, com pessoas ou grupos de interesses específicos na sociedade susceptíveis de afectar a capacidade de isenção de análise e decisão, e de não serem titulares nem actuarem por conta de titulares de participação qualificada igual ou superior a 2% do capital da EDP.

Idênticas declarações de cumprimento dos critérios de aferição de independência e de incompatibilidade para o exercício das respectivas funções previstos no n.º 5 do artigo 414.º e no n.º 1 do artigo 414.º-A, ambos do Código das Sociedades Comerciais e nos artigos 9.º e 10.º dos Estatutos, foram efectuadas pelos Presidente e Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Durante o mandato em curso, não se verificou nenhuma circunstância que tivesse determinado a perda da independência ou o surgimento de alguma incompatibilidade dos membros do Conselho de Administração Executivo ou dos membros do Conselho Geral e de Supervisão, nem do Presidente e do Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral, de acordo com as declarações por referência a 31 de Dezembro de 2008.



GOVERNO DA SOCIEDADE

Em matéria de incompatibilidades e como forma de acautelar o interesse social e o interesse dos seus accionistas, a EDP estabeleceu estatutariamente a incompatibilidade de cumular o exercício de funções em qualquer corpo social da EDP com:

- A qualidade de pessoa, singular ou colectiva, relacionada com pessoa colectiva concorrente da EDP;
- O exercício de funções, de qualquer natureza ou a qualquer título, designadamente por investidura em cargo social, por contrato de trabalho ou por contrato de prestação de serviço, em pessoa colectiva concorrente ou em pessoa colectiva relacionada com pessoa colectiva da EDP;
- A indicação, ainda que apenas de facto, para membro de corpo social por pessoa colectiva concorrente ou pessoa, singular ou colectiva, relacionada com pessoa colectiva concorrente da EDP.

De acordo com os Estatutos, é considerada como pessoa relacionada com pessoa colectiva concorrente:

- Aquela cujos direitos de voto sejam imputáveis a esta última nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários ou disposição que o venha a modificar ou substituir;
- Aquela que, directamente ou indirectamente, detenha, em pessoa colectiva concorrente, em sociedade com ela em relação de domínio ou de grupo, tal como configurada no artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, ou em dependência, directa ou indirecta, da mesma sociedade, participação igual ou superior a 10% (dez por cento) dos direitos de voto correspondentes ao capital social da sociedade participada.

A incompatibilidade acima descrita não é aplicável às pessoas colectivas concorrentes em que a EDP detenha uma participação igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) do respectivo capital social ou direitos de voto ou às pessoas singulares que exerçam funções de qualquer natureza ou a qualquer título, ou que sejam indicadas, ainda que apenas de facto, nessas pessoas colectivas concorrentes, quando a investidura em cargo social de pessoa colectiva concorrente ou o contrato com pessoa colectiva concorrente hajam sido efectuados com base em indicação da EDP ou de sociedade por si dominada.

Também não são aplicáveis as incompatibilidades acima referidas no caso de exercício de funções como membro do Conselho Geral de Supervisão, na medida do permitido por lei, mediante autorização concedida por deliberação prévia e aprovada por maioria de dois terços dos votos

emitidos, da assembleia geral que proceder à eleição, devendo a relação de concorrência encontrar-se expressamente referida e precisamente identificada na proposta de designação e podendo a deliberação de autorização ser subordinada a condições, nomeadamente à verificação de uma presença no capital social da EDP de não mais de 10% (dez por cento).

Igualmente segundo os Estatutos, é considerada pessoa colectiva concorrente:

- A pessoa colectiva que exerça, directa ou indirectamente, actividade concorrente com actividade desenvolvida pela EDP, ou por sociedade na qual a EDP detenha participação igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) do respectivo capital social ou dos direitos de voto, em Portugal ou no estrangeiro, desde que, neste último caso, em mercado em que a EDP, ou sociedade dominada, exerça actividade através de um estabelecimento estável.

Finalmente, os Estatutos determinam que se considera pessoa que exerce indirectamente actividade concorrente com a EDP:

- A pessoa colectiva que, directa ou indirectamente, participe ou seja participada em, pelo menos, 10% (dez por cento) do capital ou dos direitos de voto de sociedade que exerça alguma das actividades desenvolvidas pela EDP, ou por sociedade dominada.

Os Estatutos da EDP estão disponíveis para consulta no seu "Website" (www.edp.pt).

Para mais desenvolvimentos sobre a aplicação do regime de incompatibilidade e de independência dos membros do Conselho Geral e de Supervisão, ver ponto 3.1.1 do Relatório Anual do referido órgão.





GOVERNO DA SOCIEDADE

2. ESTRUTURA DE GOVERNO SOCIETÁRIO

2.1. Modelo de Governo Societário

A EDP adoptou um modelo dualista, o qual compreende uma estrutura de administração que tem a seu cargo a actividade de gestão, o Conselho de Administração Executivo, e uma estrutura de fiscalização, o Conselho Geral e de Supervisão.

O modelo de governo da EDP visa assegurar, com transparência e rigor, a separação de funções e a especialização da supervisão. A referida estrutura de administração e fiscalização da EDP compreende três órgãos:

- O Conselho de Administração Executivo;
- O Conselho Geral e de Supervisão; e
- O Revisor Oficial de Contas.

Este modelo pretende também alinhar os interesses da EDP com os interesses dos seus accionistas. Nessa medida, cabe à Assembleia Geral da EDP eleger os membros do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão, bem como o Revisor Oficial de Contas, sob proposta do Conselho Geral e de Supervisão (ou por delegação deste, da Comissão de Auditoria). A Assembleia Geral elege ainda os membros do Conselho de Ambiente e Sustentabilidade.

A separação das funções de gestão e supervisão materializa-se no Conselho Geral e de Supervisão, enquanto órgão máximo responsável por esta última.

A opção por este modelo de gestão e fiscalização ocorreu no contexto das alterações introduzidas ao Código das Sociedades Comerciais pelo Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de Março, tendo começado a vigorar na data de entrada dos novos Estatutos da EDP, isto é, em 30 de Junho de 2006.

Para uma melhor compreensão do modo de funcionamento da EDP em matéria de governo societário, a EDP disponibiliza aos seus accionistas os Estatutos actualizados, tanto em português como em inglês, no "Website" (www.edp.pt) bem como os regulamentos internos do Conselho de Administração Executivo, Conselho Geral e de Supervisão e suas Comissões.

De acordo com os Estatutos da EDP, compete à Assembleia Geral eleger e destituir os membros do Conselho

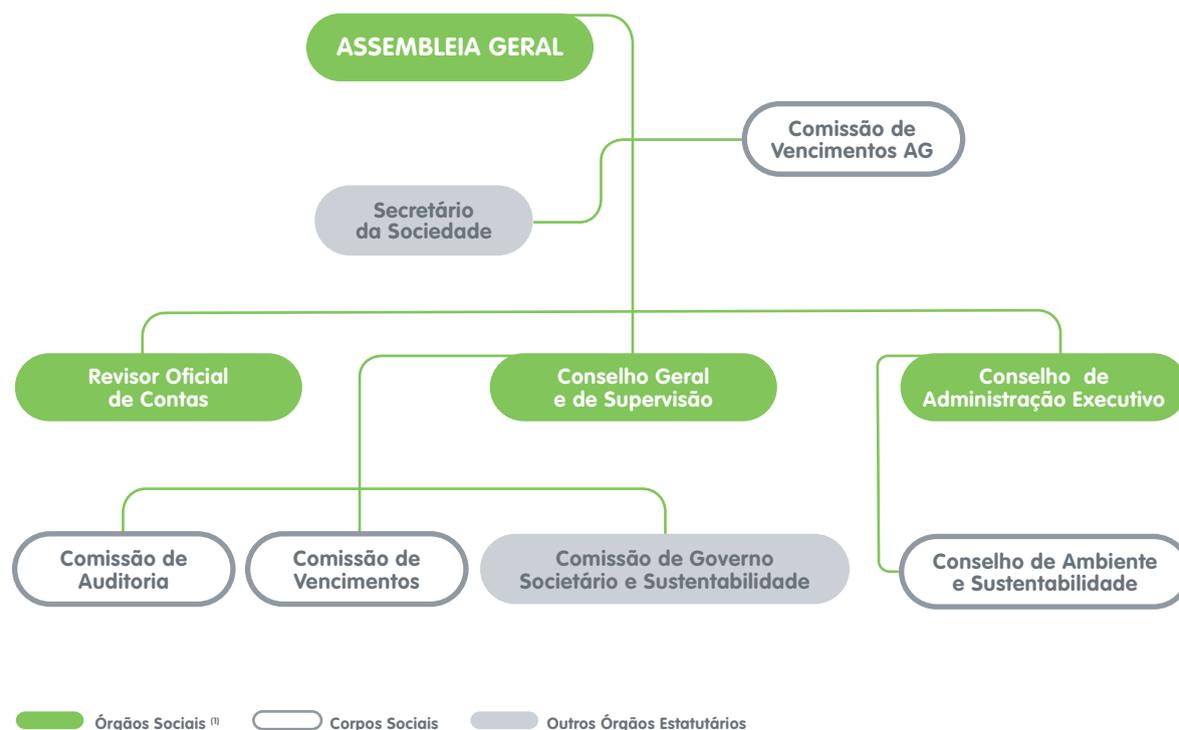
de Administração Executivo, do Conselho Geral e de Supervisão e do Revisor Oficial de Contas.

Relativamente à avaliação do modelo de governo societário, atentas as suas competências nesta matéria, o Conselho Geral e de Supervisão registou no respectivo Relatório Anual as suas conclusões, as quais podem ser sintetizadas nos seguintes tópicos:

- O modelo de governo adoptado pelos accionistas mostra-se adequado à organização corporativa da actividade da EDP, sobretudo por assegurar um justo equilíbrio entre a necessária flexibilidade e amplitude dos poderes da gestão e a efectividade da supervisão geral da Sociedade e específica em áreas verdadeiramente sensíveis;
- O relacionamento institucional e funcional entre o Conselho Geral e de Supervisão e o Conselho de Administração Executivo foi muito positivo e de apreciável eficácia na escolha das matérias abordadas, assim como de boa eficiência no modo como os assuntos foram desenvolvidos e tratados;
- O acompanhamento continuado pelo Conselho Geral e de Supervisão das actividades do Grupo, o escrutínio sempre muito próximo dos processos de decisão e, nalguns casos, a participação efectiva nestes, reforçam significativamente os padrões de exigência e responsabilidade funcional no universo EDP e salvaguardam melhor os interesses de todos os accionistas e "stakeholders";
- O empenho e a articulação institucional do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo são condições promotoras de níveis superiores de qualidade das práticas governativas, permitindo a optimização das virtualidades do modelo de governo, nomeadamente:
 - * Ao nível dos mecanismos de acesso à informação por parte do Conselho Geral e de Supervisão;
 - * Ao aprofundamento do exercício das funções do Conselho Geral e de Supervisão relativamente às Sociedades Dominadas;
 - * Ao nível da dotação de recursos humanos e técnicos adequados às competências do Conselho Geral e de Supervisão.

Para mais desenvolvimento sobre este tema ver ponto 2 do Relatório Anual do Conselho Geral e de Supervisão.

2.2. Estrutura Orgânica da Sociedade



⁽¹⁾ Os Órgãos sociais são também Corpos Sociais, de acordo com o n.º 4 de artigo 8.º dos Estatutos da EDP

2.3. Órgãos Sociais

2.3.1. Assembleia Geral

A Assembleia Geral de Accionistas é o órgão de representação dos accionistas e tem as seguintes funções:

- Apreciar o relatório do Conselho de Administração Executivo, discutir e votar o balanço, as contas e o parecer do revisor oficial de contas e os do Conselho Geral e de Supervisão e da Comissão de Auditoria e deliberar sobre a aplicação dos resultados do exercício;
- Eleger e destituir os membros da mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão, bem como os respectivos presidentes e vice-presidentes, se os houver, o Revisor Oficial de Contas, sob proposta do Conselho Geral e de Supervisão ou, por delegação deste, da Comissão de Auditoria, e ainda os membros do Conselho de Ambiente e Sustentabilidade;
- Deliberar sobre quaisquer alterações dos Estatutos, incluindo aumentos de capital;
- Nomear uma Comissão de Vencimentos com o encargo de fixar a remuneração dos membros dos órgãos sociais, cujos membros deverão ser, na sua maioria, independentes;
- Apreciar o relatório anual de actividade do Conselho Geral e de Supervisão;
- Tratar de qualquer outro assunto para que tenha sido convocada;
- Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas por lei.

Mesa da Assembleia Geral

Nos termos do disposto no artigo 12.º dos Estatutos da EDP, a Mesa da Assembleia Geral da EDP é composta por um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos pela Assembleia Geral, e pelo secretário da sociedade.

Mesa da Assembleia Geral	
Presidente	Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena
Vice-Presidente	António Bernardo de Menezes e Lorenas de Sêves
Secretário da Sociedade	Maria Teresa Isabel Pereira



GOVERNO DA SOCIEDADE

Sem prejuízo de poder ser redesignado, as funções do Secretário da Sociedade cessam com o termo das funções do Conselho de Administração Executivo que o designou, nos termos da alínea j) do artigo 17.º dos Estatutos da EDP.

De acordo com os Estatutos, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral é, por inerência, membro do Conselho Geral e de Supervisão. Os membros da mesa da Assembleia Geral foram eleitos em 30 de Junho de 2006 para um mandato de 3 anos, com excepção do Presidente da Mesa que foi designado na Assembleia Geral de 12 de Abril de 2007.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral dispõe de recursos humanos e logísticos internos adequados às suas necessidades, nomeadamente do apoio da Secretaria-Geral e Assessoria Jurídica, da Direcção de Relação com Investidores e da Direcção de Marca e Comunicação, bem como de apoio externo de uma entidade especializada, contratada pela EDP, no que respeita à recolha, tratamento e contagem de votos. Os meios logísticos e administrativos para a realização da Assembleia são disponibilizados pela Empresa, sendo a respectiva organização supervisionada pelo Presidente da Mesa.

2.3.2. Conselho Geral e de Supervisão

Nos termos dos Estatutos, o mandato do actual Conselho Geral e de Supervisão, que iniciou funções em 30 de Junho de 2006, tem uma duração de 3 anos. O Conselho é composto por 17 membros, na sua maioria independentes, que preenchem os requisitos de formação e competência previstos no Estatutos e nas normas legais aplicáveis à EDP. O funcionamento do Conselho Geral e de Supervisão é regido por um regulamento interno.

As qualificações profissionais dos membros do Conselho Geral e de Supervisão podem ser consultadas no capítulo Órgãos Sociais.

O Conselho Geral e de Supervisão da EDP é o órgão que fiscaliza a actividade de gestão da EDP e assegura em permanência o acompanhamento e a supervisão da actividade da administração da sociedade, cooperando com o Conselho de Administração Executivo e com os demais órgãos e corpos sociais na prossecução do interesse social, nos termos previsto no Código das Sociedades Comerciais e nos Estatutos:

- Acompanhar em permanência a actividade da administração da sociedade e sociedades dominadas e prestar, a respeito dela, aconselhamento e assistência ao Conselho de Administração Executivo, designadamente no que concerne à estratégia,

consecução de objectivos e cumprimento de normas legais aplicáveis;

- Emitir parecer sobre o relatório de gestão e contas do exercício;
- Proceder ao acompanhamento permanente da actividade do revisor oficial de contas e do auditor externo da sociedade e pronunciar-se, no que ao primeiro respeita, sobre a respectiva eleição ou designação, sobre a sua exoneração e sobre as suas condições de independência e outras relações com a sociedade;
- Acompanhar de forma permanente e avaliar os procedimentos internos relativos a matérias contabilísticas e auditoria, bem como a eficácia do sistema de gestão de risco, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna, incluindo a recepção e tratamento de queixas e dúvidas relacionadas, oriundas ou não de colaboradores;
- Propor à Assembleia Geral a destituição de qualquer membro do Conselho de Administração Executivo;
- Acompanhar a definição de critérios e competências necessários nas estruturas e órgãos internos da sociedade ou do grupo ou convenientes a observar e suas repercussões na respectiva composição, bem como a elaboração de planos de sucessão;
- Providenciar, nos termos da lei, a substituição de membros do conselho de administração executivo em caso de falta definitiva ou impedimento temporário;
- Emitir, por sua iniciativa ou quando lhe seja solicitado pelo presidente do conselho de administração executivo, parecer sobre o voto anual de confiança em administradores a que se refere o artigo 455.º do Código das Sociedades Comerciais;
- Acompanhar e apreciar questões relativas a governo societário, sustentabilidade, códigos internos de ética e conduta e respectivo cumprimento e sistemas de avaliação e resolução de conflitos de interesses, incluindo no que respeita a relações da sociedade com accionistas e emitir pareceres sobre estas matérias;
- Obter os meios, financeiros ou de outra natureza, que razoavelmente entender necessários à sua actividade e solicitar ao Conselho de Administração Executivo a adopção das medidas ou correcções que entenda pertinentes, podendo proceder a contratação dos meios necessários ao seu próprio aconselhamento independente, se necessário;

- Receber do Conselho de Administração Executivo informação periódica sobre relações comerciais significativas da sociedade ou sociedades dominadas com accionistas com participação qualificada e pessoas com eles relacionadas;
 - Nomear a Comissão de Vencimentos e a Comissão de Auditoria;
 - Representar a sociedade nas relações com os administradores;
 - Fiscalizar as actividades do Conselho de Administração Executivo;
 - Vigiar pela observância da lei e dos Estatutos;
 - Seleccionar e substituir o auditor externo da sociedade, dando ao Conselho de Administração Executivo indicações para este proceder à sua contratação e exoneração;
 - Verificar, quando o julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte, assim como a situação de quaisquer bens ou valores possuídos pela sociedade a qualquer título;
 - Fiscalizar o processo de preparação e divulgação de informação financeira;
 - Convocar a Assembleia Geral quando o entenda conveniente;
 - Aprovar o respectivo regulamento interno que incluirá as regras de relacionamento com os demais órgãos e corpos sociais;
 - Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas por lei ou pela Assembleia Geral.
- No âmbito do modelo de governo societário em vigor na EDP, encontra-se ainda atribuída ao Conselho Geral e de Supervisão uma competência de particular relevo, pois embora não disponha de poderes de gestão, nos termos do disposto no artigo 442.º, n.º 1 do Código das Sociedades Comerciais, os Estatutos estabelecem que a aprovação do plano estratégico da Sociedade e a realização, pela Sociedade ou sociedades dominadas pela EDP, das operações a seguir indicadas estão sujeitas a parecer prévio favorável deste órgão social:
- Aquisições e alienações de bens, direitos ou participações sociais de valor económico significativo;
 - Contratação de financiamentos de valor significativo;
 - Abertura ou encerramento de estabelecimentos ou partes importantes de estabelecimentos e extensões ou reduções importantes da actividade;
 - Outros negócios ou operações de valor económico ou estratégico significativo;
 - Estabelecimento ou cessação de parcerias estratégicas ou outras formas de cooperação duradoura;
 - Projectos de cisão, fusão ou transformação;
 - Alterações aos Estatutos, incluindo a mudança de sede e aumento de capital, quando sejam da iniciativa do Conselho de Administração Executivo.
- O Conselho Geral e de Supervisão reúne-se, ordinariamente, pelo menos uma vez por trimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu presidente, por iniciativa própria ou mediante solicitação de qualquer dos seus membros, do Conselho de Administração Executivo ou do respectivo presidente. Em 2008, o Conselho Geral e de Supervisão reuniu-se 10 vezes.
- O Conselho Geral e de Supervisão elabora, anualmente, um relatório sobre a sua actividade, organização, funcionamento e eventuais constrangimentos com os quais se tenha deparado no exercício agora findo. Este relatório encontra-se disponível no "Website" da EDP (www.edp.pt), juntamente com o relatório e contas.
- Ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão encontram-se atribuídas competências próprias, cabendo-lhe:
- Representar institucionalmente o Conselho Geral e de Supervisão;
 - Receber e solicitar informação ao Conselho de Administração Executivo sobre as actividades da Sociedade e das Sociedades Dominadas;
 - Coordenar a actividade do Conselho Geral e de Supervisão, bem como convocar e presidir às respectivas reuniões;
 - Zelar pela correcta execução das deliberações do Conselho Geral e de Supervisão.
- O Presidente do Conselho Geral e de Supervisão, um membro delegado designado por este órgão para o efeito e os membros da Comissão de Auditoria têm direito de assistir às reuniões do Conselho de Administração Executivo, sendo que, em relação às reuniões em que sejam apreciadas as contas



GOVERNO DA SOCIEDADE

do exercício, os membros da Comissão de Auditoria têm o dever de assistir.

Para mais desenvolvimentos sobre a actividade do Conselho Geral e de Supervisão durante o exercício, ver ponto 4 do Relatório Anual do referido órgão.

Conselho Geral e de Supervisão

Presidente	António de Almeida	
Vice-Presidente	Alberto João Coraceiro de Castro	Independente
	António Francisco Barroso de Sousa Gomes	Independente
	Carlos Jorge Ramalho Santos Ferreira	
	Diogo Campos Barradas de Lacerda Machado	Independente
	Eduardo de Almeida Catroga	Independente
	Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira	
	João Brandão de Brito (em representação da Cajastur Inversiones, S.A.)	
	José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi	
	Khalifa Adbulla Kamis Al Romaiti	
	Manuel Fernando de Macedo Alves Monteiro	Independente
	Mohamed Meziane (em representação da Sonatrach)	
	Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena	Independente
	Vasco Maria Guimarães José de Mello	
	Vital Martins Moreira	Independente
	Vítor Domingos Seabra Franco	Independente
	Vítor Fernando da Conceição Gonçalves	Independente

Durante o exercício de 2008, a sociedade de direito espanhol Cajastur Inversiones, S.A. indicou José Maria Brandão de Brito como seu representante no Conselho Geral e de Supervisão e Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira, Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira e Khalifa Al Romaiti foram eleitos para exercer funções como membros do Conselho Geral e de Supervisão na Assembleia Geral Anual de 10 de Abril de 2008, para o mandato de 2006-2008. Em 4 de Março de 2009, Vítor Domingos Seabra Franco renunciou às funções de membro do Conselho Geral e de Supervisão. Em consequência, cessaram igualmente as funções que desempenhava nas comissões de Auditoria e de Governo Societário e de Sustentabilidade.

Para mais desenvolvimentos sobre as alterações da composição do Conselho Geral e de Supervisão, ver ponto 3.1.2 do Relatório Anual do referido órgão.

2.3.3. Conselho de Administração Executivo

O Conselho de Administração Executivo é o órgão responsável pela gestão corrente das actividades da sociedade, nos termos previstos no Código das Sociedades Comerciais e nos Estatutos, sendo eleito pelos accionistas em Assembleia Geral. O Conselho de Administração Executivo é composto por 7 membros.

As qualificações profissionais dos membros do Conselho de Administração Executivo podem ser consultadas no capítulo Órgãos Sociais.

O Conselho de Administração Executivo reúne, em regra, semanalmente, sendo, no entanto, obrigatória uma reunião bimensal.

O Conselho de Administração Executivo não pode deliberar sem que esteja presente a maioria dos seus membros, não sendo permitida a representação por cada administrador de mais de um administrador ausente em cada reunião. Todos os Administradores possuem igual direito de voto, tendo o Presidente voto de qualidade.

O funcionamento do Conselho de Administração Executivo é disciplinado por um regulamento interno.

As atribuições do Conselho de Administração Executivo incluem, de acordo com os Estatutos:

- Fixar os objectivos e as políticas de gestão da EDP e do Grupo EDP;
- Elaborar os planos de actividades e financeiros anuais;
- Gerir os negócios sociais e praticar todos os actos e operações relativos ao objecto social que não caibam na competência atribuída a outros órgãos da sociedade;
- Representar a sociedade em juízo e fora dele, activa e passivamente, podendo desistir, transigir e confessar em quaisquer pleitos e, bem assim, celebrar convenções de arbitragem;
- Adquirir, vender ou por qualquer outra forma alienar ou onerar direitos ou bens imóveis;
- Constituir sociedades e subscrever, adquirir, onerar e alienar participações sociais;
- Deliberar sobre a emissão de obrigações e outros valores mobiliários nos termos da lei e dos Estatutos, devendo observar limites quantitativos anuais que sejam fixados pelo Conselho Geral e de Supervisão;
- Estabelecer a organização técnico administrativa da EDP e as normas de funcionamento interno, designadamente sobre pessoal e sua remuneração;
- Constituir mandatários com os poderes que julgue convenientes, incluindo os de substabelecer;
- Designar o Secretário da Sociedade e respectivo suplente;
- Contratar e exonerar o Auditor Externo sob indicação do Conselho Geral e de Supervisão;
- Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas por lei ou pela Assembleia Geral; e

- Estabelecer um regimento próprio que fixe as regras do seu funcionamento interno.

Ao Presidente do Conselho de Administração Executivo encontram-se atribuídas competências próprias, cabendo-lhe:

- Representar o Conselho de Administração Executivo;
- Coordenar a actividade do Conselho de Administração Executivo, bem como convocar e presidir às respectivas reuniões;
- Zelar pela correcta execução das deliberações do Conselho de Administração Executivo.

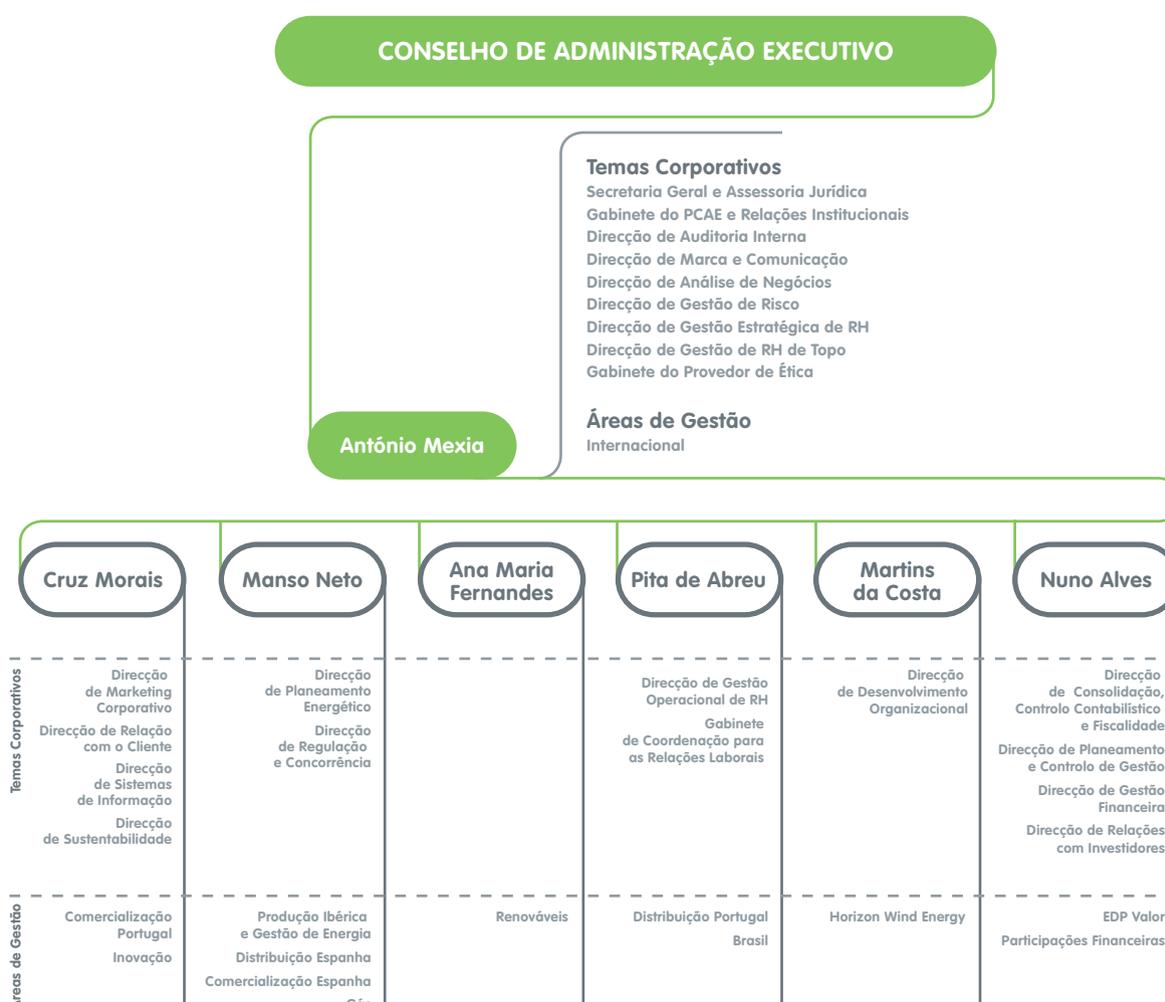
As propostas de alteração aos Estatutos em matéria de aumento de capital, apresentadas pelo Conselho de Administração Executivo, encontram-se sujeitas, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 17.º dos Estatutos da EDP, a parecer prévio do Conselho Geral e de Supervisão.

O Presidente do Conselho de Administração Executivo tem direito de assistir, sempre que o julgue conveniente, às reuniões do Conselho Geral e de Supervisão, salvo quando se trate da tomada de deliberações no âmbito da fiscalização das actividades do Conselho de Administração Executivo e, em geral, em quaisquer situações de conflito de interesses.

O Presidente do Conselho de Administração Executivo remete ao Gabinete de apoio do Conselho Geral e de Supervisão as convocatórias e as actas das respectivas reuniões e sempre que solicitado, presta, em tempo útil e de forma adequada, as informações que sejam requeridas.

O Conselho de Administração Executivo reuniu 46 vezes em 2008.

O Conselho de Administração Executivo está organizado de acordo com as seguintes áreas de gestão e temas corporativos:





GOVERNO DA SOCIEDADE

As funções exercidas em outras sociedades do Grupo pelos membros do Conselho de Administração Executivo são as seguintes:

Cargos desempenhados pelos Membros do Conselho de Administração Executivo

	António Mexia	Ana Maria Fernandes	António Martins da Costa	António Pita de Abreu	João Manso Neto	Jorge Cruz Morais	Nuno A. Alves
EDP – Energias de Portugal, S.A.	PCAE	A	A	A	A	A	A
Balwerk – Consultadoria Económica e Participações, S.U, Lda.	-	-	-	-	-	G	G
EDP – Estudos e Consultoria, S.A.	-	-	-	A	-	-	PCA
EDP – Gestão da Produção de Energia, S.A.	-	-	-	-	PCA	-	-
EDP – Investimentos, Gestão de Participações e Assistência Técnica, Lda.	-	-	-	PCA	-	A	A
EDP – Soluções Comerciais, S.A.	-	-	-	-	-	PCA	-
EDP Comercial – Comercialização de Energia, S.A.	-	-	-	-	-	PCA	-
EDP Energias do Brasil, S.A.	PCA	A	-	VPCA + DP	-	-	A
EDP Gás, S.G.P.S., S.A.	-	-	-	-	PCA	A	-
EDP Imobiliária e Participações, S.A.	-	-	-	-	-	-	PCA
EDP Powerline – Infraestruturas de Comunicação, S.A.	-	-	-	PCA	-	-	-
EDP Serviner – Serviços de Energia, S.A.	-	-	-	A	-	PCA	-
EDP Valor – Gestão Integrada de Serviços, S.A.	-	-	-	-	-	-	PCA
Energia RE, S.A.	-	-	-	-	-	-	A
Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A.	-	A	-	A	VP/CD	A	A
EDP Internacional, S.A.	-	-	-	-	-	PCA	-
MRH Mudança e Recursos Humanos, S.A.	-	-	-	-	-	-	PCA
Naturgás Energía, S.A.	-	-	-	-	VP2.º	A	-
EDP Gás III, SGPS, S.A. (ex NQF – Energia, S.G.P.S., S.A.)	-	-	-	-	PCA	-	A
EDP Gás II, S.G.P.S., S.A. (ex NQF Gás, S.G.P.S., S.A.)	-	-	-	-	PCA	-	-
EDP Investimentos, SGPS, S.A. (ex NQF – PTE, S.G.P.S., S.A.)	-	-	-	-	PCA	-	A
Nuevas Energias de Occidente, S.L.	-	PCA	-	-	-	-	-
Sávida – Medicina Apoçada, S.A.	-	-	-	-	-	-	PCA
SCS – Serviços Complementares de Saúde, S.A.	-	-	-	-	-	-	PCA
ENEOP – Eólicas de Portugal, S.A.	-	PCA	-	-	-	-	-
EDP Energias de Portugal, Sucursal en España, Sociedad Anonima	RP	RP	RP	-	RP	-	RP
EDP Renováveis, Sociedade Limitada, S.L.	PCA	VPCA	A	-	A	-	A
Horizon Wind Energy, LLC	-	A	PCA	-	-	-	A
EDP Gás.Com – Comércio de Gás Natural, S.A.	-	-	-	-	-	PCA	-
EDP Finance BV	R	R	R	R	R	R	R
Electricidade de Portugal Finance Company Ireland Lt.	-	-	-	-	-	-	D
EDP Gás GPL – Comércio de Gás de Petróleo Liquefeito, S.A.	-	-	-	-	PCA	-	-

A – Administrador

PCA – Presidente do Conselho de Administração

RP – Representantes Permanentes

D – Director

PCAE – Presidente do Conselho de Administração Executivo

VP2.º – Vice-Presidente Segundo

G – Gerente

R – Representante

VPCA – Vice-Presidente do Conselho de Administração

DP – Director-Presidente da Directoria (Comissão Executiva)

2.3.4. Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas é o órgão da Sociedade responsável pelo exame dos documentos de prestação de contas, sendo eleito pela Assembleia Geral.

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais e os Estatutos, compete ao Revisor Oficial de Contas, nomeadamente verificar:

- A regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
- Quando entenda conveniente e pela forma que entenda adequada, a extensão da caixa

e as existências de qualquer espécie dos bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;

- A exactidão dos documentos de prestação de contas;
- Se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pela sociedade conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados.

Revisor Oficial de Contas

Efectivo KPMG & Associados, SROC, S.A., representada por Jean-éric Gaign, ROC
 Suplente Vítor Manuel da Cunha Ribeirinho, ROC

2.3.5. Acções da EDP detidas por membros dos Órgãos Sociais

O quadro seguinte apresenta as acções detidas pelos membros dos Órgãos Sociais, assim como os movimentos ocorridos entre os exercícios 2007 e 2008, de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 447 do Código das Sociedades Comerciais:

	EDP – Energias de Portugal, S.A.				EDP Renováveis, S.A.		Energias do Brasil
	Movimentos em 2008	Preço Médio Aquisição/ Alienação (euros)	N.º Acções 31-12-2008	N.º Acções 31-12-2007	Preço Médio Aquis./Alien. (euros)	N.º Acções 31-12-2008	N.º Acções 31-12-2008
Mesa da Assembleia Geral							
Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena	-	-	1.445	1.445	8,00	380	-
António Bernardo de Menezes e Lorena de Sêves	-	-	0	0	-	-	-
Maria Teresa Isabel Pereira	3.065	3,065	9.257	6.192	-	0	0
Conselho Geral e de Supervisão							
António de Almeida	-	-	0	0	-	0	0
Alberto João Coraceiro de Castro	-	-	4.578	4.578	7,70	1.580	0
António Francisco Barroso de Sousa Gomes	-	-	4.135	4.135	-	0	0
Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira	15.600	2,710	40.000	24.400	-	0	0
Diogo Campos Barradas de Lacerda Machado	-	-	260	260	-	0	0
Eduardo de Almeida Catroga	-	-	1.375	1.375	-	0	0
Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira	-	-	0	0	-	0	0
Cajastur Inversiones, S.A.	-	-	0	0	-	-	-
José Maria Brandão de Brito (em rep. Cajastur Inv. S.A.)	-	-	0	0	0	0	0
José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi	-	-	0	0	-	0	0
Khalifa Adbulla Karnis Al Romaihi	-	-	0	0	-	0	0
Manuel Fernando de Macedo Alves Monteiro	-	-	0	0	6,82	2.750	-
Sonatrach	-	-	81.713.076	81.713.076	-	-	-
Mohammed Meziane (em representação da Sonatrach)	-	-	0	0	-	0	0
Vasco Maria Guimarães José de Mello	-	-	0	0	-	0	0
Vital Martins Moreira	5.212	2,420	27.082	21.870	-	0	0
Vitor Fernando da Conceição Gonçalves	-	-	3.465	3.465	8,00	680	0
Victor Domingos Seabra Franco	-	-	0	0	-	-	-
Conselho de Administração Executivo							
António Luís Guerra Nunes Mexia	-	-	1.000	1.000	7,79	4.200	1
Ana Maria Machado Fernandes	-	-	0	0	7,72	1.510	1
António Fernando Melo Martins da Costa	-	-	13.299	13.299	7,68	1.480	11
António Manuel Barreto Pita de Abreu ⁽¹⁾	-	-	34.549	34.549	7,60	1.810	1
João Manuel Manso Neto	-	-	1.268	1.268	-	0	0
Jorge Manuel Pragana da Cruz Morais	-	-	12.497	12.497	7,80	1.990	0
Nuno Maria Pestana de Almeida Alves	40.000	3,248	40.000	0	7,76	5.000	1

Notas: ⁽¹⁾ Inclui 475 acções detidas pelo cônjuge, Gilda Maria Pita de Abreu

2.3.6. Comissão de Vencimentos da AG

As remunerações dos órgãos sociais, à excepção dos membros do Conselho de Administração Executivo, são fixadas pela Comissão de Vencimentos eleita em Assembleia Geral que, actualmente, tem a composição seguinte:

Comissão de Vencimentos AG	
Presidente	José Manuel Archer Galvão Teles Parpública

Na Assembleia Geral de 10 de Abril de 2008, estiveram presentes membros da Comissão de Vencimentos da AG.

2.3.7. Conselho de Ambiente e Sustentabilidade

O Conselho de Ambiente foi instituído em 1991 como corpo social, tendo a sua denominação sido alterada para Conselho de Ambiente e Sustentabilidade na Assembleia Geral Anual de 30 de Março de 2006.

Ao Conselho de Ambiente e Sustentabilidade, enquanto corpo social, encontram-se atribuídas determinadas competências consultivas junto do Conselho de Administração Executivo em matéria ambiental e de sustentabilidade, em especial o aconselhamento e apoio deste na definição da estratégia societária de ambiente e sustentabilidade e a formulação de pareceres e recomendações sobre o impacto ambiental de projectos a promover pelo Grupo EDP.



GOVERNO DA SOCIEDADE

O Conselho de Ambiente e Sustentabilidade é actualmente composto por quatro personalidades de reconhecida competência na área da defesa do ambiente, eleitas pela Assembleia Geral:

Conselho de Ambiente e Sustentabilidade

Graça Martinho
João Ferreira do Amaral
Madalena Presumido
Miguel St. Abyn

2.3.8. Secretário da Sociedade

O Secretário da Sociedade e o respectivo suplente são designados pelo Conselho de Administração Executivo, dispondo das competências estabelecidas na lei e cessando as suas funções com o termo das funções do Conselho de Administração Executivo que os designou.

Secretário da Sociedade

Secretário Efectivo Maria Teresa Isabel Pereira
Secretário Suplente Maria Virgínia Bastos dos Santos

2.3.9. Comissões especializadas do Conselho Geral e de Supervisão

É entendimento da EDP que as comissões especializadas do Conselho Geral e de Supervisão são essenciais para o regular funcionamento da sociedade, quer porque permitem uma adequada reflexão sobre o sistema de governo adoptado quer porque asseguram uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores e, bem assim, a avaliação do seu desempenho global.

COMISSÃO DE AUDITORIA

Composição, competências e funcionamento

Por força da tradição da nomenclatura usada na EDP, os Estatutos permitem que a comissão para as matérias financeiras, cuja constituição pelo Conselho Geral e de Supervisão é obrigatória para as sociedades emittentes de valores mobiliários admitidos à negociação na NYSE Euronext Lisbon, de acordo com o n.º 2 do artigo 444.º do Código das Sociedades Comerciais, seja também designada de Comissão de Auditoria, embora esta não se confunda com o órgão de fiscalização previsto para o modelo monista.

A Comissão de Auditoria é composta por membros independentes, com qualificação e experiência adequadas, num mínimo de três, incluindo um membro que tenha curso superior adequado ao exercício das suas funções e conhecimentos de auditoria e contabilidade,

conforme resulta dos currículos do respectivo Presidente, o qual pode ser consultado no capítulo Órgãos Sociais.

Actualmente, a Comissão é composta pelos seguintes membros:

Comissão de Auditoria

Presidente Vítor Fernando da Conceição Gonçalves
António Francisco Barroso de Sousa Gomes
Manuel Fernando de Macedo Alves Monteiro
Vítor Domingos Seabra Franco

Encontram-se atribuídas à Comissão de Auditoria, de acordo com os Estatutos da EDP e por delegação do Conselho Geral e de Supervisão, as seguintes competências:

- Emitir parecer sobre o relatório de gestão e contas do exercício;
- Proceder ao acompanhamento permanente da actividade do revisor oficial de contas e do auditor externo da sociedade e pronunciar-se, no que ao primeiro respeita, sobre a respectiva eleição ou designação, sobre a sua exoneração e sobre as suas condições de independência e outras relações com a sociedade;
- Acompanhar de forma permanente e avaliar os procedimentos internos relativos a matérias contabilísticas e auditoria, bem como a eficácia do sistema de gestão de risco, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna, incluindo a recepção e tratamento de queixas e dúvidas relacionadas, oriundas ou não de colaboradores;
- Verificar, quando o julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte, assim como a situação de quaisquer bens ou valores possuídos pela sociedade a qualquer título;
- Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas por lei.

A Comissão de Auditoria, como comissão especializada do Conselho Geral e de Supervisão, apoia ainda o referido órgão no processo de selecção e substituição do auditor externo.

Os membros da Comissão de Auditoria preenchem os requisitos legais de independência e qualificação necessários ao exercício das suas funções, designadamente tendo em conta a inexistência de qualquer relação laboral ou vínculo contratual com a EDP e respectivas sociedades participadas, accionistas com participação igual ou superior a 2% ou entidades em relação de domínio ou de grupo com esses accionistas

e os cônjuges, parentes e afins na linha recta e até ao 3.º grau.

Em linha com a Recomendação da Comissão Europeia de 15 de Fevereiro de 2005, a composição da Comissão de Auditoria integra exclusivamente membros do Conselho Geral e de Supervisão cujo perfil de independência corresponde, em geral, àquele preconizado pela Comissão Europeia. De igual forma, as funções atribuídas à Comissão de Auditoria estão alinhadas com o papel proposto pela Comissão Europeia para o comité de auditoria das sociedades cotadas nas áreas dos procedimentos internos e da auditoria.

Durante o ano de 2008, a Comissão de Auditoria reuniu 18 vezes, tendo sido elaboradas as respectivas actas.

Política de comunicação de irregularidades

O Grupo EDP tem, desde sempre, pautado a sua actuação pela persistente implementação de medidas que assegurem o bom governo das suas empresas e, entre elas, a prevenção de práticas menos correctas, nomeadamente nos âmbitos contabilístico e financeiro.

A EDP disponibiliza aos colaboradores do Grupo um canal que lhes permite transmitir, de forma directa e confidencial, à Comissão de Auditoria do Conselho Geral e de Supervisão, qualquer prática presumivelmente ilícita ou uma alegada irregularidade contabilística e/ou financeira ocorrida na sua empresa, dando assim cumprimento às normas constantes do Regulamento da CMVM n.º 1/2007.

Com a criação deste canal para comunicação de práticas contabilísticas e financeiras irregulares, a EDP visa:

- Garantir a existência de condições que permitam a qualquer colaborador comunicar livremente as suas preocupações nestes domínios à Comissão de Auditoria;
- Facilitar a detecção precoce de situações irregulares que, se viessem a ser praticadas, poderiam causar graves danos ao Grupo EDP, aos seus colaboradores, clientes e accionistas.

O contacto com a Comissão de Auditoria é possível através de correio electrónico, fax e endereço postal, sendo reservado o acesso à informação recebida neste âmbito.

Qualquer reclamação ou denúncia dirigida à Comissão de Auditoria é tratada de forma estritamente confidencial, mantendo-se anónima a identidade do reclamante, desde que essa condição não inviabilize a investigação da reclamação.

De acordo com o regulamento instituído, a EDP garante que o colaborador que comunique uma irregularidade não será alvo de nenhuma acção retaliatória ou disciplinar no exercício do direito que lhe assiste de denunciar situações irregulares, de fornecer informações ou de assistência num processo de investigação.

COMISSÃO DE VENCIMENTOS

A Comissão de Vencimentos é a comissão que tem a função de, nos termos do artigo 27.º dos Estatutos da EDP e para além das estabelecidas no Regulamento da Comissão de Vencimentos, fixar a remuneração dos membros do Conselho de Administração Executivo, cujos membros deverão ser, na sua maioria, independentes, nos termos do n.º 1 do artigo 9.º dos Estatutos da EDP. Nessa medida, a Comissão de Vencimentos da EDP fixa as remunerações dos administradores, bem como os eventuais complementos, como complementos de pensão de reforma por velhice ou invalidez e submete, com carácter consultivo, nos anos em que seja estabelecida ou alterada a política de remunerações dos membros do Conselho de Administração Executivo, a referida política à Assembleia Geral Anual da EDP. O funcionamento da Comissão de Vencimentos é disciplinado por um regulamento interno.

Durante o ano de 2008, esta Comissão reuniu 3 vezes, tendo elaborado actas das respectivas reuniões.

A Comissão de Vencimentos é composta por membros do Conselho Geral e de Supervisão com qualificação e experiência adequadas, cuja maioria é independente.

Comissão de Vencimentos	
Presidente	Alberto João Coraceiro de Castro
	Eduardo de Almeida Catroga
	Vasco Maria Guimarães José de Mello

Os membros da Comissão de Vencimentos estiveram presentes na Assembleia Geral de 10 de Abril de 2008.

COMISSÃO DE GOVERNO SOCIETÁRIO E SUSTENTABILIDADE

A Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade constitui uma comissão especializada do Conselho Geral e de Supervisão, que tem como finalidade acompanhar e supervisionar de modo permanente as questões relativas às seguintes matérias:

- Governo societário;
- Sustentabilidade estratégica;
- Códigos internos de ética e conduta;



GOVERNO DA SOCIEDADE

- Sistemas de avaliação e resolução de conflitos de interesses, designadamente no que respeita às relações entre a EDP e os seus accionistas;
- Definição de critérios e competências convenientes a observar nas estruturas e órgãos internos da EDP e suas repercussões na respectiva composição;
- Elaboração de planos de sucessão.

Atentas as competências que se lhe encontram cometidas e a sua composição por uma maioria de membros independentes, a Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade procede igualmente à avaliação contínua da gestão, bem como à avaliação do desempenho do próprio Conselho Geral e de Supervisão. Estas avaliações são objecto de um relatório elaborado numa base anual, o qual é dirigido ao Conselho Geral e de Supervisão para apreciação.

A Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade é composta por membros do Conselho Geral e de Supervisão com qualificação e experiência adequadas. O funcionamento da Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade é disciplinado por um regulamento interno.

Durante o ano de 2008, esta Comissão reuniu 7 vezes, tendo elaborado actas das respectivas reuniões.

Comissão do Governo Societário e Sustentabilidade

Presidente	António de Almeida
	Alberto João Coraceiro de Castro
	Diogo Campos Barradas de Lacerda Machado
	José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi
	Manuel Fernando de Macedo Alves Monteiro
	Vital Martins Moreira
	Vitor Domingos Seabra Franco

2.4. Negócios entre a Sociedade e os membros dos órgãos de administração e fiscalização titulares de participações qualificadas e sociedades em relação de domínio ou de grupo

No exercício corrente da sua actividade, a EDP celebra negócios e efectua operações em condições normais de mercado para operações similares com diversas entidades, em particular com instituições financeiras, entre as quais se incluem titulares de participações qualificadas no capital da EDP e sociedades que se encontram em relação de domínio ou de grupo com a EDP, as quais não se afiguram relevantes pela natureza de que se revestem ou por não terem carácter significativo em termos económicos.

No âmbito do reforço qualitativo das práticas governativas, regista-se o facto de o Conselho Geral e de Supervisão ter aprovado o "Quadro referência do tratamento de conflitos de interesses", disponível no "Website" da EDP (www.edp.pt). Este conjunto de regras relativas à prevenção, à identificação e à resolução de potenciais conflitos de interesses corporativos relevantes, tem um âmbito de aplicação mais alargado do que aquele que resulta do Regulamento da CMVM n.º 1/2007.

A Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade é responsável pela supervisão da aplicação das referidas regras, reportando a sua actividade ao Conselho Geral e de Supervisão.

Relativamente ao exercício de 2008, a Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade concluiu que, relativamente aos casos analisados e face à informação prestada pelo Conselho de Administração Executivo, não foram detectadas evidências de que os potenciais conflitos de interesses subjacentes às operações tenham sido resolvidos de forma contrária aos interesses da sociedade.

Para mais desenvolvimentos sobre este assunto, ver ponto 4.5.1. do Relatório Anual do Conselho Geral e de Supervisão.

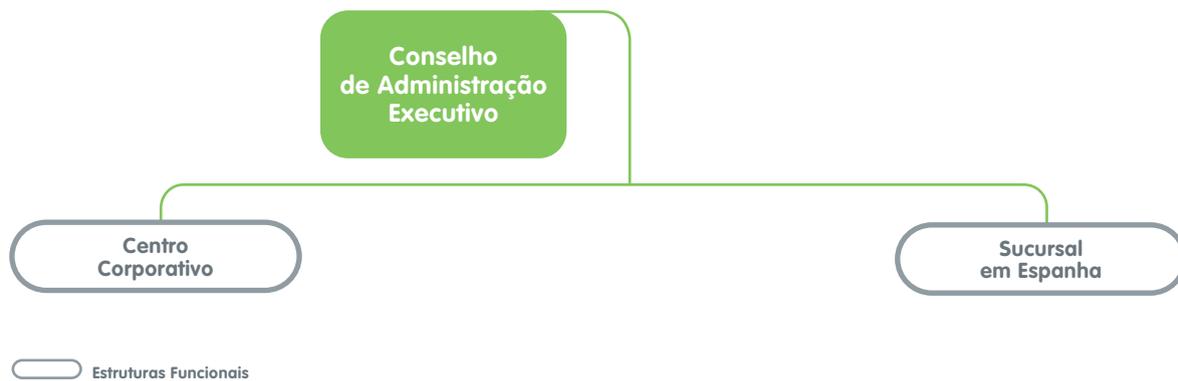




GOVERNO DA SOCIEDADE

3. ESTRUTURA FUNCIONAL DA EDP

3.1. Modelo organizativo do Grupo



Cabe ao Conselho de Administração Executivo a definição do modelo organizativo do Grupo e a repartição de funções entre as diferentes Unidades de Negócio, a Empresa de Serviços Partilhados – EDP Valor – e a estrutura central. Esta é constituída por um Centro Corporativo que assume uma função instrumental de apoio ao Conselho de Administração Executivo no âmbito da definição e do controlo da execução das estratégias, das políticas e dos objectivos definidos nas respectivas áreas de actuação.

O Centro Corporativo está organizado por direcções e unidades de negócio, permitindo assim uma maior optimização e eficiência da estrutura organizativa.

O Conselho de Administração Executivo é também apoiado por Comitês específicos que permitem um acompanhamento mais efectivo, eficaz e de apoio à gestão da sociedade.

3.2. Centro Corporativo

A actual configuração da estrutura central de apoio aos processos de decisão é a seguinte:

Conselho de Administração Executivo	
Centro Corporativo • Unidades de Negócio	
DIRECÇÕES	
APOIO AO GOVERNO SOCIETÁRIO	
Secretaria Geral e Assessoria Jurídica	Maria Teresa Pereira
Gabinete do PCAE e Relações Institucionais	João Paulo Mateus
Direcção de Auditoria Interna	Azucena Viñuela Hernández
Gabinete do Provedor de Ética	Carlos Alberto Loureiro
ÁREA DE ESTRATÉGIA	
Direcção de Planeamento Energético	Pedro Neves Ferreira
Direcção de Análise de Negócios	Miguel Stilwell de Andrade
Direcção de Gestão de Risco	José Allen Lima
ÁREA DE FINANÇAS	
Direcção de Relações com Investidores	Miguel Henriques Viana
Direcção de Consolidação Contabilística e Fiscalidade	Miguel Ribeiro Ferreira
Direcção de Planeamento e Controlo de Gestão	Nuno Miguel Chung
Direcção de Gestão Financeira	Paula Cristina Guerra
ÁREA DE MARKETING E COMUNICAÇÃO	
Direcção de Marketing Corporativo	Maria Inês Lima
Direcção de Marca e Comunicação	Paulo Campos Costa
Direcção de Relação com o Cliente	Paula Pinto da Fonseca
ÁREA DE ORGANIZAÇÃO E SISTEMAS	
Direcção de Sistemas de Informação	José Salas Orta
Direcção de Desenvolvimento Organizacional	Rui Ferin Cunha
ÁREA DE RECURSOS HUMANOS	
Direcção de Gestão Estratégica de Recursos Humanos	Nuno Manuel Brito
Direcção de Gestão de Recursos Humanos de Topo	Maria Adília Pina Pereira
Direcção de Gestão Operacional de Recursos Humanos e de Relações Laborais	Isabel Ramires Ramos
ÁREA DE REGULAÇÃO E SUSTENTABILIDADE	
Direcção de Regulação e Concorrência	Maria Joana Simões
Direcção de Sustentabilidade e Ambiente	António Neves de Carvalho
UNIDADES DE NEGÓCIO	
Unidade de Negócio de Gestão de Energia	Carlos Alves Pereira

As competências e funções das **Direcções** actualmente existentes são as seguintes:

A **Secretaria-Geral e Assessoria Jurídica** apoia a actividade do Conselho de Administração Executivo nas vertentes administrativa e logística, assegurando o funcionamento eficaz do Centro Corporativo, presta assessoria jurídica ao Grupo com o objectivo de garantir a conformidade com a legislação aplicável. Assegura

também o suporte administrativo às reuniões do Conselho de Administração Executivo incluindo a divulgação das suas deliberações.

O **Gabinete do Presidente do Conselho de Administração Executivo e Relações Institucionais** apoia o Presidente do Conselho de Administração Executivo em todas as matérias por este definidas, assegurando a capacidade de representação institucional e participando,



GOVERNO DA SOCIEDADE

em representação do Presidente, em projectos ou iniciativas internas. Coordena, ainda, a gestão da agenda e o trabalho de suporte do Gabinete e representa o presidente em eventos e reuniões, sempre que necessário.

A **Direcção de Auditoria Interna (DAI)** tem como principal função a avaliação sistemática e independente das actividades do Grupo, com o objectivo de garantir a eficácia dos sistemas e processos de gestão e do sistema de controlo interno. A DAI tem como principais responsabilidades o estabelecimento e a gestão do planeamento sistemático de auditorias internas ao nível do Grupo nas matérias financeira, informática, operacional e de gestão, o acompanhamento da definição e implementação das acções correctivas e de melhoria decorrentes das auditorias realizadas. Compete-lhe ainda promover e monitorizar a implementação e manutenção do Sistema de Controlo Interno, assegurando o apoio metodológico e garantindo a sua consistência e coerência interna, bem como garantir o reporte do seu desempenho.

Ao **Gabinete do Provedor de Ética (GPE)** compete, conforme disposto no Código de Ética, a recepção, retenção e tratamento de informações e de reclamações recebidas pela EDP, reportando alegadas infracções ao estipulado no referido código em matéria de legislação e ética, conduta no ambiente de trabalho, direitos humanos e igualdade de oportunidades, integridade, relações com clientes e fornecedores, ambiente e sustentabilidade. O GPE deverá acompanhar, até ao seu encerramento, cada um dos processos de infracção por si instruídos, estabelecendo, sempre que necessário e apropriado, a ligação com o reclamante.

À **Direcção de Planeamento Energético (DPE)** compete apoiar o Conselho de Administração Executivo nos processos de alteração do “portfolio” energético do Grupo, contribuindo para uma visão integrada do mesmo e para o planeamento do seu desenvolvimento nas várias geografias de actuação da EDP. Neste sentido, a DPE constituiu-se como uma plataforma organizativa de articulação entre as várias áreas de negócio de electricidade e gás do Grupo para a concretização da necessária visão integrada do mercado e da actuação do Grupo EDP.

A **Direcção de Análise de Negócios (DAN)** tem como missão concorrer para a definição e desenvolvimento da estratégia do Grupo promovendo e realizando análises, estudos e concretização de novas oportunidades de negócio e optimização do “portfolio” de negócios da EDP. As principais áreas de actuação respeitam à avaliação de projectos, identificação de oportunidades de negócio, análise e execução de operações de fusão, aquisição ou venda de activos e de opções de alianças estratégicas, bem como concorrer com análises e estudos

para a concretização do processo de planeamento estratégico do Grupo.

A missão da **Direcção de Gestão de Risco (DGR)** consiste no apoio ao Conselho de Administração Executivo na modelação e acompanhamento da identificação dos riscos do Grupo, com o objectivo de garantir o seu controlo e mitigação. A utilização do Sistema de Gestão Integrado de Risco representa uma fonte de vantagens comparativas para a EDP ao possibilitar a inclusão da dimensão risco nas decisões estratégicas e operacionais do Grupo. Com efeito, às oportunidades que permanentemente se apresentam a um Grupo com a dimensão da EDP estão associadas incertezas cuja quantificação, através da determinação do risco que lhes corresponde, constitui um contributo decisivo para a correcta tomada de decisões.

Direcção de Relações com Investidores (DRI)
(ver ponto 7.2)

A **Direcção de Consolidação, Controlo Contabilístico e Fiscalidade (DCF)** está organizada em três áreas de actuação: (i) a área de Consolidação, que tem como principal função a consolidação das contas do Grupo e reporte contabilístico; (ii) a área de Normalização Contabilística Corporativa (nacional, internacional e ambiental); e (iii) a área de Fiscalidade do Grupo. A sua missão consiste em assegurar a prestação de contas do Grupo, definindo, implementando, monitorizando e coordenando regras, directrizes, políticas e procedimentos para todas as empresas do Grupo em Portugal, Espanha, Brasil e outros países, seja a nível contabilístico, controlo interno, fiscal, consolidação e reporte, em base local e internacional (IFRS-IAS) de uma forma normalizada e consistente.

A **Direcção de Planeamento e Controlo de Gestão (DCG)** tem como principais funções apoiar o Conselho de Administração Executivo no processo de Planeamento Corporativo do Grupo e desafiar a performance das Unidades de Negócio, assegurando o seu alinhamento com os objectivos estratégicos do Grupo. É responsável pela coordenação do plano de negócios e orçamento do Grupo EDP e pelo processo de controlo de gestão corporativo.

A **Direcção de Gestão Financeira (DFN)** tem como missão a optimização da função financeira consolidada do Grupo e assegurar o controlo das responsabilidades financeiras de acordo com as políticas aprovadas. À DFN compete propor a política de gestão financeira do Grupo e prosseguir a sua implementação. Tem como principais responsabilidades: i) Negociar, gerir e controlar financiamentos, linhas de crédito, produtos e serviços bancários e financeiros; ii) Optimizar a gestão de tesouraria do grupo; iii) Propor a política de gestão

de riscos financeiros, designadamente nas vertentes de taxa de juro e de câmbio e executá-la em mercado; iv) Assegurar o relacionamento com os mercados de capitais de dívida e bancários e com as agências de “rating”; e v) Gerir o Fundo de Pensões da EDP.

À **Direcção de Marketing Corporativo (DMK)** compete planear, desenvolver e controlar a estratégia de “Marketing” do Grupo, com o objectivo de construir um posicionamento de mercado competitivo e de maximizar os resultados comerciais dos negócios.

A **Direcção de Marca e Comunicação (DMC)** desenvolve a sua actuação no planeamento, desenvolvimento e controlo da estratégia de comunicação do Grupo, com os objectivos de maximizar o valor das marcas, de criar “goodwill” perante todos os “stakeholders” e de promover a comunicação interna.

A missão da **Direcção de Relação com o Cliente (DRE)** consiste em planear, desenvolver e controlar a estratégia de relacionamento com o cliente, aprofundando o conhecimento e promovendo uma cultura orientada para o mercado, com o objectivo de melhorar os níveis de satisfação e lealdade dos Clientes.

A **Direcção de Regulação e Concorrência (DRC)** tem como missão apoiar o Conselho de Administração Executivo na tomada de decisões no âmbito da regulação e concorrência e no relacionamento com as diversas entidades supervisoras do sector. A DRC acompanha o desenvolvimento e a implementação das novas directivas europeias do mercado interno e da concorrência relativas aos sectores da electricidade e do gás natural e estudar os impactos decorrentes da concretização do MIBEL. Acompanha as alterações ao nível legislativo, regulamentar e organizativo dos sectores energéticos com implicações na rentabilidade nas empresas, através, nomeadamente, do desenvolvimento de modelos económico-financeiros e de estudos tarifários.

À **Direcção de Sistemas de Informação (DSI)** compete promover o alinhamento dos Sistemas de Informação do Grupo com a estratégia dos negócios, criando valor através da disponibilização de soluções que promovam a eficácia, eficiência e inovação do Grupo. A DSI é responsável por propor a estratégia de Sistemas de Informação do Grupo e efectuar o seu planeamento a médio e longo prazos, garantindo as suas revisões periódicas, estudar e propor a arquitectura de Sistemas de Informação do Grupo para um adequado suporte aos Negócios.

À **Direcção de Desenvolvimento Organizacional (DDO)** compete assegurar a definição e implementação de uma organização em permanente coerência com a estratégia do Grupo, suportada por adequadas práticas de “business

process management”, e coordenar projectos transformacionais que visem a excelência do desempenho do Centro Corporativo e dos Negócios.

A **Direcção Operacional de Recursos Humanos (DORH)** tem por finalidade coordenar a gestão operacional dos Recursos Humanos do Grupo, garantindo o cumprimento de políticas, modelos e práticas de RH definidos. Tem como principais responsabilidades: i) garantir o alinhamento das Unidades de Negócio com as políticas de RH definidas, através do desenvolvimento integrado dos colaboradores (à excepção dos colaboradores da macroestrutura, quadros de elevado potencial e “performers” com potencial), promovendo a unidade no Grupo; ii) coordenar a gestão operacional de RH do Grupo, em Portugal, e garantir o suporte administrativo da função RH do Grupo; iii) acompanhar a negociação e assegurar a implementação (ou o seu acompanhamento quando fora de Portugal) dos Acordos Colectivos de Trabalho celebrados neste âmbito; e iv) acompanhar a execução do orçamento de Pessoal do Grupo, em Portugal, e monitorizar nas restantes geografias.

O **Gabinete de Coordenação para as Relações Laborais (GCRL)** assegura a negociação (ou o seu acompanhamento quando fora de Portugal) dos Acordos Colectivos de Trabalho, a gestão das relações com o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e os organismos oficiais que dele dependam, Comissão de Trabalhadores, Sindicatos, Clube de Pessoal, Associação de Reformados e outras instituições congêneres de trabalhadores, reformados e pensionistas. As principais atribuições deste gabinete são: i) elaborar e propor os instrumentos de regulamentação colectiva do Grupo e efectuar a respectiva negociação em Portugal; ii) garantir o domínio sobre a legislação laboral em todas as geografias em que o Grupo opera, assegurando o seu cumprimento; iii) propor as estratégias de relacionamento com os parceiros sociais e implementá-las; iv) acompanhar a gestão do Fundo de Pensões da EDP na perspectiva RH, nomeadamente as responsabilidades actuárias; e v) desenvolver o Plano EDP Flex e acompanhar a sua gestão.

A **Direcção de Gestão Recursos Humanos de Topo (DRHT)** foi constituída com a missão de colaborar na definição e implementação da estratégia de RH do Grupo e no desenho das políticas de Avaliação de Potencial e Desempenho, Compensação, Desenvolvimento de Competências e Gestão de Carreiras e Mobilidade, sobretudo aplicáveis à Alta Direcção, Quadros e Jovens de Elevado Potencial. A DRHT tem ainda como missão a coordenação do processo de identificação e desenvolvimento da “pool” de Talentos do Grupo nas diferentes geografias.



GOVERNO DA SOCIEDADE

As principais competências da **Direcção de Sustentabilidade e Ambiente (DSA)** consistem em apoiar o Conselho de Administração Executivo na definição da política e dos objectivos da sustentabilidade e do ambiente, e cooperar com os Negócios no sentido de potenciar complementaridades e sinergias nestes domínios e de concorrer, em particular, para a operacionalização das políticas e das iniciativas no domínio da gestão ambiental do Grupo.

A **Unidade de Negócio de Gestão de Energia (UNGE)** é responsável pela negociação da compra física e a prazo de combustíveis e contratação do seu transporte marítimo, em nome e por conta das empresas do Grupo EDP relevantes. Compete-lhe realizar negócios a prazo e à vista de compra e venda de electricidade em mercado, de tipo físico ou financeiro, nomeadamente de produtos derivados de energia e de operações de câmbio. Cabe-lhe ainda decidir sobre os programas de exploração e despacho dos centros electroprodutores do Grupo EDP cuja gestão de energia esteja sob a sua responsabilidade com vista à optimização do “portfolio” e à satisfação do abastecimento de energia aos clientes das comercializadoras do Grupo EDP. Estão ainda sob a sua gestão as operações relacionadas com “licenças de emissão de CO₂” e de “certificados verdes” do Grupo EDP.

3.3. Comitês específicos da EDP (Estruturas Funcionais)

Com vista a um acompanhamento mais efectivo, eficaz e de apoio à gestão da sociedade, foram criados os seguintes comitês:

Comité de Ética

A EDP desenvolveu, desde sempre, a sua actividade num quadro de valores éticos, explícitos ou implícitos na sua agenda empresarial, nas relações profissionais e obrigações com os accionistas, bem como na Visão, Compromissos e Cultura definidos pelo Conselho de Administração Executivo e nos Princípios de Desenvolvimento Sustentável.

A Empresa dispõe de um Código de Ética – existindo ainda documentos autónomos no Brasil e em Espanha que constituem adaptações locais dos mesmos princípios – que traduz a forma como todos os colaboradores se devem apresentar na condução dos negócios e em todas as actividades do Grupo EDP.

Em 2008, a Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade do Conselho Geral e de Supervisão, procedeu à nomeação do Provedor de Ética da EDP.

No seguimento da aprovação do Código de Ética do Grupo EDP foi criado um Comité especializado que deverá funcionar em articulação com a Comissão de Governo

Societário e Sustentabilidade do Conselho Geral de Supervisão, com o objectivo de:

- Apoiar a definição da política do Grupo EDP em matéria de código de conduta, de adopção de boas práticas e de cumprimento dos mais elevados padrões de ética;
- Estabelecer orientações para a regulamentação das matérias da sua responsabilidade; e
- Zelar pela correcta aplicação regulamentar das matérias de ética nas empresas do Grupo.

Até ao fim de 2008, foram reportadas 195 reclamações éticas, tendo sido resolvidas 34, por serem consideradas elegíveis em termos de abrangência ética. Estas reclamações foram recebidas através dos canais de comunicação próprios para o efeito disponibilizados nas diferentes geografias do Grupo. A sua apreciação e tratamento foram realizados pelas estruturas competentes, nos termos do estipulado no Regulamento do Código de Ética da EDP. As reclamações éticas são classificadas de acordo com os princípios e valores constantes do referido Código, nomeadamente nas áreas de Legislação e Ética, Conduta no Ambiente de Trabalho, Direitos Humanos e Igualdade de Oportunidades, Integridade, Relações com Clientes e Fornecedores e ainda Ambiente e Sustentabilidade.

Em 2008, verificou-se que do total das reclamações identificadas e resolvidas, 65% das mesmas respeitavam à área de conduta no Ambiente de Trabalho, 23% à área dos Direitos Humanos e Igualdade de Oportunidades e 6% às áreas de Relações com os Clientes e Fornecedores e Ambiente e Sustentabilidade. Da totalidade de reclamações recebidas, cerca de 59% teve origem em Portugal e 41% no Brasil, não tendo sido registadas reclamações éticas nas restantes geografias.

Em 2008, este comité reuniu 2 vezes e contou com a presença do presidente do Conselho de Administração Executivo.

Comité de Inovação

O Comité de Inovação tem as seguintes competências:

- Definir as áreas estratégicas de Inovação, no Grupo EDP, a submeter à aprovação do Conselho de Administração Executivo;
- Identificar o conjunto de projectos a implementar na área de Inovação, a submeter ao Conselho de Administração Executivo;

- Acompanhar as iniciativas e projectos do Grupo EDP em curso na área de Inovação, propondo acções correctivas, sempre que tal se justifique;
- Analisar as conclusões das acções de vigilância tecnológica;
- Apoiar o Comité de Planeamento Energético na análise de novas opções tecnológicas; e
- Preparar as reuniões do Conselho de Inovação.

O Comité de Inovação é presidido pelo Presidente do Conselho de Administração Executivo e é composto por administradores das áreas de negócio de produção, distribuição e serviços de suporte, bem como pelos responsáveis pelas Direcções de Análise de Negócios, Marca e Comunicação, Planeamento Energético, Sistemas de Informação e Desenvolvimento Organizacional, os quais reúnem semestralmente.

O Comité de Inovação realizou 3 reuniões em 2008, nas quais esteve presente o Presidente do Conselho de Administração Executivo.

Comité de Controlo e Procedimentos de Divulgação de Informação

O Comité de Controlo e Procedimentos de Divulgação de Informação tem a seu cargo três funções primordiais:

- Identificar e analisar os factos informativos que devam ser periodicamente tornados públicos pela Empresa;
- Participar na revisão da informação prestada periodicamente pela EDP, no âmbito da preparação dos relatórios e outros comunicados ao mercado; e
- Avaliar trimestralmente os mecanismos de controlo e divulgação da informação da EDP.

Este comité constitui uma estrutura organizativa responsável pelo acompanhamento e avaliação dos mecanismos de controlo e procedimentos de divulgação de informação, compreendendo-se no Projecto de Certificação da Informação do Grupo EDP de que fazem igualmente parte um Grupo de Trabalho do Projecto, liderado pela Direcção de Auditoria Interna em ligação estreita com o Conselho de Administração Executivo e Equipas das Áreas de Negócio responsáveis pelos procedimentos de controlo de cada sector de actividade. Esta comissão reúne-se trimestralmente.

O CDI é composto pelo Administrador do Conselho de Administração Executivo com o pelouro da área financeira e pelos responsáveis pelas Direcções de Relações com Investidores, Auditoria Interna, Planeamento

e Controlo de Gestão, Consolidação e Fiscalidade, Marca e Comunicação e Secretaria Geral e Assessoria Jurídica com intervenção na preparação de informação.

Em 2008, o Comité realizou uma reunião estando presente o membro do Conselho de Administração Executivo, com o pelouro da área financeira.

Comité de Risco

O Comité de Risco é presidido pelo Presidente do Conselho de Administração Executivo, e composto por membros do Conselho de Administração Executivo, Directores das Direcções de Gestão de Risco, Financeira e Planeamento Energético e da Unidade de Gestão de Energia.

O Comité de Risco tem como atribuições:

- Monitorizar os riscos significativos e o perfil de risco do Grupo EDP;
- Aprovar o modelo de Relatórios Periódicos a apresentar pelas unidades de negócio ou pela Direcção de Gestão de Risco, bem como o de outros mecanismos de reporte e monitorização dos riscos da EDP;
- Aprovar ou definir recomendações sobre riscos significativos do Grupo EDP e sobre situações extraordinárias em termos de risco para apreciação pelo Conselho de Administração Executivo; e
- Aprovar ou definir recomendações sobre políticas, procedimentos e limites de risco para o Grupo EDP, para apreciação e aprovação pelo Conselho de Administração Executivo.

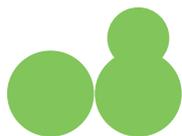
Participam membros não permanentes convocados de acordo com a respectiva agenda da reunião, para além de reunir sempre que uma situação de risco inesperada o aconselhe.

Este Comité reuniu duas vezes em 2008, tendo estado presente o Presidente do Conselho de Administração Executivo.

Comité de Prevenção e Segurança

O Comité de Prevenção e Segurança tem como principais competências:

- Apoio ao Conselho de Administração Executivo na elaboração de propostas para a definição dos objectivos estratégicos do Grupo EDP em matéria de prevenção e segurança no trabalho, a avaliação do seu grau de aplicação e eficácia e o reporte do respectivo progresso;



GOVERNO DA SOCIEDADE

- Análise crítica do Relatório Anual de Actividades e dar parecer sobre o Plano de Actividades de Prevenção e Segurança da EDP;
- Acompanhamento da evolução dos principais indicadores de segurança no trabalho e a elaboração de propostas de acções de melhoria; e
- Apreciar e homologar os documentos normativos do sistema de gestão da segurança que tenham âmbito geral no Grupo EDP ou incidência transversal a vários sectores de actividade.

Este comité é presidido pelo membro do Conselho de Administração Executivo com o pelouro da área financeira e pelos administradores das áreas de negócio de produção, comercialização e actividade de suporte.

Durante 2008, o Comité realizou uma reunião presidida pelo administrador do Conselho de Administração Executivo com o pelouro da área financeira.

Comité de Planeamento Energético

O Comité de Planeamento Energético tem como principais competências:

- Perspectivar a evolução estrutural do mercado num horizonte de 5 anos;
- Definir um cenário base para efeitos de Plano de Negócios;
- Identificar o “portfolio” de produção a adoptar num horizonte de 5 anos;
- Propor uma visão integrada do “portfolio” de quantidades, entre a produção, o gás e o mercado de retalho, para o Grupo;
- Identificar as necessidades de gás e CO₂ para os próximos 5 anos;
- Analisar as prioridades de actuação em novas tecnologias/Inovação, em articulação com o Comité de Inovação; e
- Identificar áreas atractivas de negócio ao longo da cadeia de valor e nas diversas geografias.

Este Comité é composto pelos administradores das áreas de negócio de produção, comercialização, gás e energias renováveis e também pelos directores das áreas de Planeamento Energético, Gestão de Risco, Regulação e Concorrência e Planeamento e Controlo de Gestão.

Este Comité não realizou nenhuma reunião em 2008, na medida em que grande parte das matérias da sua responsabilidade foram abordadas no âmbito do Comité de Preços e Volumes e do processo anual “Energy Outlook”.

Comité de Investimentos

O Comité de Investimentos tem as seguintes competências:

- Analisar, desafiar, filtrar e emitir parecer sobre projectos de investimento de crescimento orgânico, orçamentados ou que configurem alterações ao orçamento, em função dos montantes e rentabilidades associados.

Este Comité é composto pelo administrador do Conselho de Administração Executivo com o pelouro da área financeira, administradores das áreas de negócio e pelos responsáveis pelas direcções de Análise de Negócios, Planeamento e Controlo de Gestão e Planeamento Energético.

Em 2008, este Comité reuniu 24 vezes na presença do administrador do Conselho de Administração Executivo com o pelouro da área financeira.

Comité de Carreiras, Mobilidade e Formação

O Comité de Carreiras, Mobilidade e Formação tem como principais competências:

- Aprovar medidas para promover a evolução e/ou mobilidade dos quadros, nomeadamente dos colaboradores da Macroestrutura, Quadros de Elevado Potencial e “Performers” com Potencial;
- Garantir a implementação de Planos de Sucessão para as posições críticas do Grupo EDP;
- Monitorizar o desenvolvimento da carreira dos Quadros da Macroestrutura, Quadros de Elevado Potencial e “Performers” com Potencial, analisando expectativas e eventuais estrangimentos; e
- Aprovar o Plano de Formação do Grupo EDP e monitorizar a sua implementação.

Este Comité é composto por todos os membros do Conselho de Administração Executivo, administradores das áreas de negócio e pelos responsáveis pelas Direcções de Gestão Estratégica de Recursos Humanos, Gestão de Recursos Humanos de Topo e Gestão Operacional de Recursos Humanos e de Relações Laborais.

Este Comité realizou uma reunião em 2008, na qual estiveram presentes todos os membros do Conselho de Administração Executivo.

Comité de Remunerações

O Comité de Remunerações tem as seguintes competências:

- Aprovar o modelo de compensação (fixa, variável e incentivos) para todos os colaboradores do Grupo EDP, a propor pela Direcção de Gestão Estratégica de RH;
- Aprovar os valores de referência para os indicadores de avaliação de desempenho (KPI's – gestão por objectivos) dos colaboradores da Macroestrutura, Quadros de Elevado Potencial e "Performers" com Potencial, bem como o correspondente cálculo de performance anual;
- Fomentar periodicamente o desenvolvimento e análises comparativas ("benchmarks"), a nível nacional e internacional, de forma a determinar níveis adequados de remuneração (fixa e variável) e benefícios adicionais para todos os colaboradores da Macroestrutura, quadros de Elevado Potencial e "Performers" com Potencial, nomeadamente a estrutura do "pacote remuneratório" da Macroestrutura, e enquadrar a estratégia de compensação de todos os colaboradores; e
- Reportar a política de remuneração às partes interessadas ("stakeholders").

Este Comité é composto por todos os membros do Conselho de Administração Executivo e pelos responsáveis pelas Direcções de Gestão Estratégica de Recursos Humanos, Gestão de Recursos Humanos de Topo e Gestão Operacional de Recursos Humanos e de Relações Laborais.

Este Comité realizou uma reunião em 2008 na qual estiveram presentes todos os membros do Conselho de Administração Executivo.

Comité de Tecnologias de Informação

O Comité de Tecnologias de Informação tem as seguintes atribuições:

- Desenvolver directrizes para o planeamento estratégico de Sistemas de Informação;
- Aprovar o plano e orçamento anual para os Sistemas de Informação (projectos aplicativos e infra-estruturas), a submeter à aprovação do Conselho de Administração Executivo;
- Atribuir fundos e recursos para as iniciativas de maior dimensão;
- Definir as prioridades no que diz respeito a projectos estratégicos;

- Prever dotações orçamentais para projectos não planeados; e
- Resolver conflitos tais como distribuição de recursos escassos ou relacionados com requisitos não planeados para projectos estratégicos.

Este Comité é composto pelo administrador com o pelouro da área de sistemas de informação, pelos administradores das empresas com o mesmo pelouro e pelo responsável da Direcção de Sistemas de Informação.

Em 2008, o Comité realizou uma reunião que foi presidida pelo membro do Conselho de Administração Executivo com o pelouro da área de sistemas de informação.

Comité de Regulação

O Comité de Regulação tem como principais competências:

- Acompanhar o desenvolvimento da estratégia e política energéticas da Comissão Europeia e a implementação das directivas do mercado interno e da concorrência relativas aos sectores da electricidade e do gás natural, e estudar os impactos decorrentes da sua concretização ao nível do Mercado Ibérico;
- Acompanhar as alterações ao nível de políticas, legislativo, regulamentar e organizativo dos sectores energéticos em Portugal e Espanha (designadamente no âmbito do Mercado Ibérico), antecipando as implicações estruturais dos sectores, nos preços e nas tarifas energéticas, na rentabilidade das empresas e eventuais necessidades ou obrigações de alterações a nível organizativo, designadamente através da identificação e monitorização dos riscos regulatórios mais significativos;
- Apoiar o Conselho de Administração Executivo na elaboração de propostas conducentes à definição das posições a defender pelo Grupo EDP no âmbito do Mercado Ibérico e Europeu, aos níveis da regulação e concorrência;
- Promover a troca de experiência sobre as práticas regulatórias ao nível europeu ou ibérico, e as aplicadas no Brasil; e
- Acompanhar a evolução de preços e as implicações subsequentes das políticas e decisões tarifárias (de "per se" e de forma comparada) das actividades reguladas.

Este Comité é composto pelo administrador com o pelouro da área de regulação e pelos administradores das



GOVERNO DA SOCIEDADE

empresas com o mesmo pelouro e pelo responsável pela Direcção de Regulação e Concorrência.

Em 2008, este Comité reuniu 7 vezes, tendo estado presente o membro do Conselho de Administração Executivo com o pelouro da área de regulação.

Comité de Ambiente e Sustentabilidade

O Comité de Ambiente e Sustentabilidade tem as seguintes atribuições:

- Elaborar e actualizar anualmente o Plano Estratégico de Sustentabilidade e Ambiente de médio/longo prazo do Grupo EDP, a submeter à aprovação do Conselho de Administração Executivo;
- Propor os planos de acção anuais, definindo os objectivos e metas a atingir pelo Grupo, a submeter à aprovação do Conselho de Administração Executivo;
- Acompanhar o desenvolvimento dos planos de acção aprovados; e
- Acompanhar as actividades das Estruturas de Gestão de Sustentabilidade e Ambiente das Empresas do Grupo.

Este Comité integra o administrador com o pelouro do ambiente e sustentabilidade, os administradores das áreas de negócio da produção, distribuição, gás e energias renováveis, o responsável pelo ambiente da HC Energia, um representante da EDP Brasil, bem como os responsáveis pelas Direcções de Recursos Humanos, Relações com Investidores, Gestão do Risco e Marca e Comunicação.

Considerando as responsabilidades específicas desta Comissão, o Presidente do Conselho de Administração Executivo acompanha os trabalhos e assiste às respectivas reuniões sempre que entenda conveniente. Esta Comissão reúne, no mínimo, trimestralmente.

Em 2008, este Comité reuniu quatro vezes tendo o Administrador do Conselho de Administração Executivo com o pelouro da área de Ambiente e Sustentabilidade presidido a 2 reuniões.

Comité de Compras

O Comité de Compras tem como principais competências:

- Apoiar o Conselho de Administração Executivo na coordenação estratégica das compras do grupo;
- Assegurar a articulação de topo das actuações dos diversos negócios relativamente à função compras;

- Dinamizar e analisar em contínuo a “performance” das estruturas envolvidas;
- Acompanhar os principais indicadores das compras do grupo designadamente quanto a volumes concretizados e poupanças obtidas; e
- Seguir em específico as negociações mais importantes a cargo das estruturas de compras do grupo.

Este Comité é composto pelo administrador com o pelouro da área financeira, pelo administrador da EDP Valor com a área de compras e pelos directores associados a esta área.

Em 2008, este Comité realizou 6 reuniões que foram presididas pelo administrador com o pelouro da área financeira.

Comité de Preços e Volumes

O objectivo primordial do Comité de Preços e Volumes é garantir que o Grupo disponha da melhor informação e perspectiva de evolução do mercado a cada momento. Na sequência, encontra-se a cargo deste Comité:

- Partilhar informação relevante e actualizada de mercado;
- Decidir sobre o que considerar como informação relevante acerca da evolução das variáveis chave a disponibilizar para o Grupo;
- Definir a curva “forward” que represente a melhor estimativa do Grupo relativamente à evolução do mercado;
- Dispor de uma base de dados actualizada, que contenha dados históricos e previsões sobre as variáveis chave do mercado;
- Garantir o alinhamento entre as áreas de negócio no que diz respeito à informação partilhada; e
- Constituir-se como um fórum de discussão permanente de partilha e alinhamento de perspectivas e conhecimentos sobre o mercado.

Este Comité é composto pelo administrador com o pelouro de planeamento energético, pelos administradores das áreas de negócio da produção, gás e energias renováveis e pelos responsáveis pelas áreas de planeamento e área comercial da HC Energia.

Em 2008, este comité realizou 4 reuniões que foram presididas pelo membro do Conselho de Administração Executivo com o pelouro da área de planeamento

energético. Em 3 reuniões, estiveram ainda presentes outros membros do Conselho de Administração Executivo.

Comité de Produção

O Comité de Produção tem como principal competência a articulação ibérica da gestão do negócio da produção, assegurando a coordenação e uniformização entre as actividades da EDP Produção e a HC Energía (Produção), nomeadamente quanto a:

- Troca de informação relativa à evolução do negócio em cada geografia, incluindo a respectiva envolvente regulatória;
- Divulgação de melhores práticas, nomeadamente no âmbito da exploração do parque electroprodutor, visando a identificação e a captura de sinergias;
- Tomada conjunta de decisões, nomeadamente no âmbito da definição de objectivos (com destaque para o desenvolvimento do parque electroprodutor); e
- Alargar, quando necessário, a actuação do Comité às restantes geografias.

Este Comité integra o administrador com o pelouro da área de produção e os administradores e directores das empresas da área de negócio de produção de energia

Este Comité reuniu 2 vezes em 2008 na presença do administrador do Conselho de Administração Executivo com o pelouro da área de produção.

Comité de Distribuição

O Comité de Distribuição tem como principal competência a articulação ibérica da distribuição, assegurando a coordenação e uniformização entre as actividades da EDP Distribuição, a HC Energía (Distribuição) e a EDP Brasil, nomeadamente quanto a:

- Articular propostas conjuntas no âmbito dos objectivos estratégicos da actividade de distribuição do Grupo EDP, avaliar o seu grau de aplicação, eficácia e reporte do respectivo progresso;
- Acompanhar a evolução dos principais indicadores de actividade e propor acções de melhoria;
- Rever o modelo de Relatórios Periódicos, bem como o de outros mecanismos de reporte, controlo e divulgação da informação;
- Fomentar periodicamente o desenvolvimento e análises comparativas "benchmarks", a nível nacional e internacional;

- Promover a troca de experiência sobre as envolventes e práticas regulatórias ao nível das diferentes geografias; estabelecer orientações para a regulamentação das matérias da sua responsabilidade e acompanhar e estudar os impactos decorrentes das alterações ao nível de políticas, legislativo, regulamentar e organizativo dos sectores energéticos;
- Divulgar e partilhar a informação relativa à evolução da actividade de distribuição em cada geografia e de melhores práticas com vista à identificação de projectos de interesse comum, visando a melhoria da eficiência e eficácia das operações e a identificação de sinergias;
- Partilhar informação relativa à gestão de acontecimentos de elevado impacto;
- Analisar e emitir parecer sobre critérios de avaliação de projectos de investimento e modelos de Planeamento; e
- Assegurar a articulação relativamente à normalização de Projectos e equipamentos de maior consumo e à análise de novas opções tecnológicas e identificar as prioridades de actuação em novas tecnologias / inovação.

Este Comité integra o administrador com o pelouro da área de distribuição e os administradores das empresas da área de negócio de distribuição de energia.

Em 2008, este Comité realizou uma reunião que foi presidido pelo membro do Conselho de Administração Executivo com o pelouro da área de distribuição.

Comité Comercial

O Comité Comercial tem como principal competência a articulação ibérica da área comercial, assegurando a coordenação e uniformização entre as actividades da EDP Comercial, a HC Energía (Marketing e Comercial), nomeadamente:

- Troca de informação relativa à evolução do negócio em cada geografia, incluindo a respectiva envolvente regulatória;
- Divulgação de melhores práticas, nomeadamente no âmbito da comercialização de serviços de energia, visando a identificação e a captura de sinergias; e
- Tomada conjunta de decisões no âmbito do negócio com impacto a nível ibérico nomeadamente no que se refere ao estabelecimento de objectivos, à operacionalização do plano de marketing e às condições de aquisição de energia.



GOVERNO DA SOCIEDADE

Este Comité integra o administrador com o pelouro da área comercial e os administradores das empresas da área de negócio de comercialização de energia.

Este Comité reuniu 2 vezes em 2008 e contou com a presença do membro do Conselho de Administração Executivo com o pelouro da área comercial.

Comité do Plano e do Fundo de Pensões

O Comité do Plano e do Fundo de Pensões tem como principais competências estabelecer a estratégia do Plano e do Fundo de Pensões e assegurar o seu alinhamento com a estratégia do Grupo EDP, assumindo responsabilidades de decisão estratégica ao nível de:

- Plano de pensões;
- Orçamento de riscos do plano de pensões; e
- Estrutura de gestão do fundo de pensões.

Este Comité é composto pelo presidente do Conselho de Administração Executivo, pelos administradores com

os pelouros das áreas financeira e de recursos humanos, bem como pelos responsáveis pelas direcções de Gestão Financeira e de Gestão de Risco.

Em 2008, este Comité reuniu 4 vezes, tendo estado presente o membro do Conselho de Administração Executivo com o pelouro da área financeira.

3.4. Sucursal em Espanha

A EDP – Energias de Portugal, Sociedade Anónima, Sucursal em Espanha tem como missão a direcção e coordenação dos interesses energéticos das filiais dependentes do Grupo EDP em Espanha, organizada através das suas estruturas de direcção e coordenação com vista a assegurar o máximo de sinergias e criação de valor nas operações e actividades em Espanha, assumindo-se igualmente como a plataforma organizacional para liderar a integração ibérica de serviços de suporte. Neste sentido, encontra-se alocada directamente ao património da Sucursal a totalidade das participações financeiras maioritárias na EDP Renováveis S.A. e na HC Energia (Hidroeléctrica del Cantábrico S.A.), bem como indirectamente na NG Energia

Conselho de Administração Executivo

EDP Energias de Portugal S.A. • Sucursal em Espanha

ESTRUTURA DE DIRECÇÃO, COORDENAÇÃO, GESTÃO E REPRESENTAÇÃO DA SUCURSAL EDP ESPANHA

COMISSÃO EXECUTIVA

Representante Permanente da EDP

António Mexia – Presidente

Representante Permanente da EDP

Ana Maria Fernandes

Representante Permanente da EDP

António Martins da Costa

Representante Permanente da EDP

João Manso Neto

Representante Permanente da EDP

Nuno Alves

Presidente do Conselho de Administração da HC Energia

Manuel Menéndez Menéndez

Director Geral Corporativo – Actividades Espanha

Miguel Ribeiro Ferreira

Responsável de 1.ª Linha da HC Energia

Javier Sáenz de Jubera

Responsável de 1.ª Linha da EDP Renováveis

João Paulo Costeira

Responsável de 1.ª Linha da NG Energia

João Pedro Summavielle

COMITÉ DIRECTIVO

Director Geral Corporativo – Actividades Espanha

Miguel Ribeiro Ferreira – Presidente

Direcção de Análise de Negócios

Duarte Bello

Direcção de Assessoria Jurídica

Emílio Garcia-Conde

Direcção de Auditoria

Azucena Viñuela

Direcção de Fiscalidade Espanha

Ramon Ortea Garcia

Direcção de Gestão Financeira

Nuno Gonçalves

Direcção de Serviços Partilhados

Félix Arribas

Direcção de Sistemas de Informação

Josê Salas

COMITÉ DE COORDENAÇÃO DE GERAÇÃO

João Manso Neto

COMITÉ DE COORDENAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO

António Pita de Abreu

COMITÉ DE COORDENAÇÃO DA COMERCIALIZAÇÃO

Jorge Cruz de Morais

COMITÉ DE COORDENAÇÃO DO GÁS

João Manso Neto

(Naturgas Energia Grupo S.A.) por via do controlo maioritário daquela última.

A Sucursal tem escritórios em Madrid e Oviedo. A representação da Sucursal perante terceiros é realizada por via dos Representantes Permanentes, os quais são membros do Conselho de Administração Executivo da EDP nomeados para o efeito.

A estrutura de direcção, coordenação, gestão e representação da Sucursal EDP Espanha é composta pela Comissão Executiva, pelo Comité Directivo e pelos Comités de Coordenação. A Comissão Executiva é composta por cinco Representantes Permanentes da EDP, por um Director Geral Corporativo ("Group Controller" para as actividades em Espanha) e por responsáveis de primeira linha das unidades de negócio em Espanha, desempenhando, fundamentalmente, o papel de órgão de coordenação das actividades próprias dos representantes permanentes. O Comité Directivo é presidido pelo Director Geral Corporativo e composto pela extensão natural das Direcções do Centro Corporativo da EDP, nomeadamente, Direcção de Análise de Negócios, Direcção de Assessoria Jurídica, Direcção de Auditoria, Direcção de Fiscalidade Espanhola, Direcção de Gestão financeira, Direcção de Serviços Partilhados e Direcção de Sistemas de Informação, assegurando e agrupando homogeneizadamente as funções destas transversalmente em Espanha. Por último, os Comités de Coordenação relativos a Geração, Distribuição, Comercialização e Gás são presididos pelos membros do Conselho de Administração Executivo da EDP responsáveis pelas correspondentes áreas de gestão, visando o aproveitamento de sinergias com Espanha e eliminando ineficácias e redundâncias.

3.5. Sistema de Controlo e de Gestão de Risco

3.5.1. Controlo Interno de Reporte Financeiro

O Grupo EDP decidiu assegurar um adequado sistema de controlo interno e relato financeiro, elaborado de acordo com as normas internacionais e garantir os meios necessários para manter a sua operacionalidade e eficácia, em quatro localizações onde está a desenvolver actividades, Portugal, Espanha, Brasil e EUA.

Neste sentido, durante o ciclo de 2008, foram efectuadas as seguintes iniciativas;

- Optimização, revisão, avaliação e testes de eficácia promovido com o apoio de uma entidade externa internacional;
- Desenvolvimento e optimização do modelo de âmbito de acordo com os normativos internacionais;

- Aprovação da estrutura formal de responsabilidade; e
- Desenvolvimento de uma ferramenta informática de suporte ao acompanhamento e monitorização do SCIRF.

Adicionalmente, e na sequência dos investimentos efectuados na Horizon Wind Energy dos EUA, o Grupo EDP promoveu a implementação da primeira fase do SCIRF, utilizando para o efeito uma equipa de consultoria local, com o apoio da equipa da EDP Renováveis. Os trabalhos efectuados consistiram no levantamento de processos identificados no âmbito, documentação dos "entity level controls", controlos aplicativos e TI – tecnologias de informação.

O próximo ciclo será marcado pela implementação da ferramenta e expansão do SCIRF a outras localizações e áreas de negócio da Europa, nomeadamente França, Bélgica e Polónia em linha com a internacionalização do Grupo.

3.5.2. Estrutura de Gestão de Risco

3.5.2.1. Mandato e estrutura de gestão de risco

O exercício ficou marcado por importantes avanços na avaliação integrada de risco e no aprofundamento da integração da sua gestão nos processos de negócio.

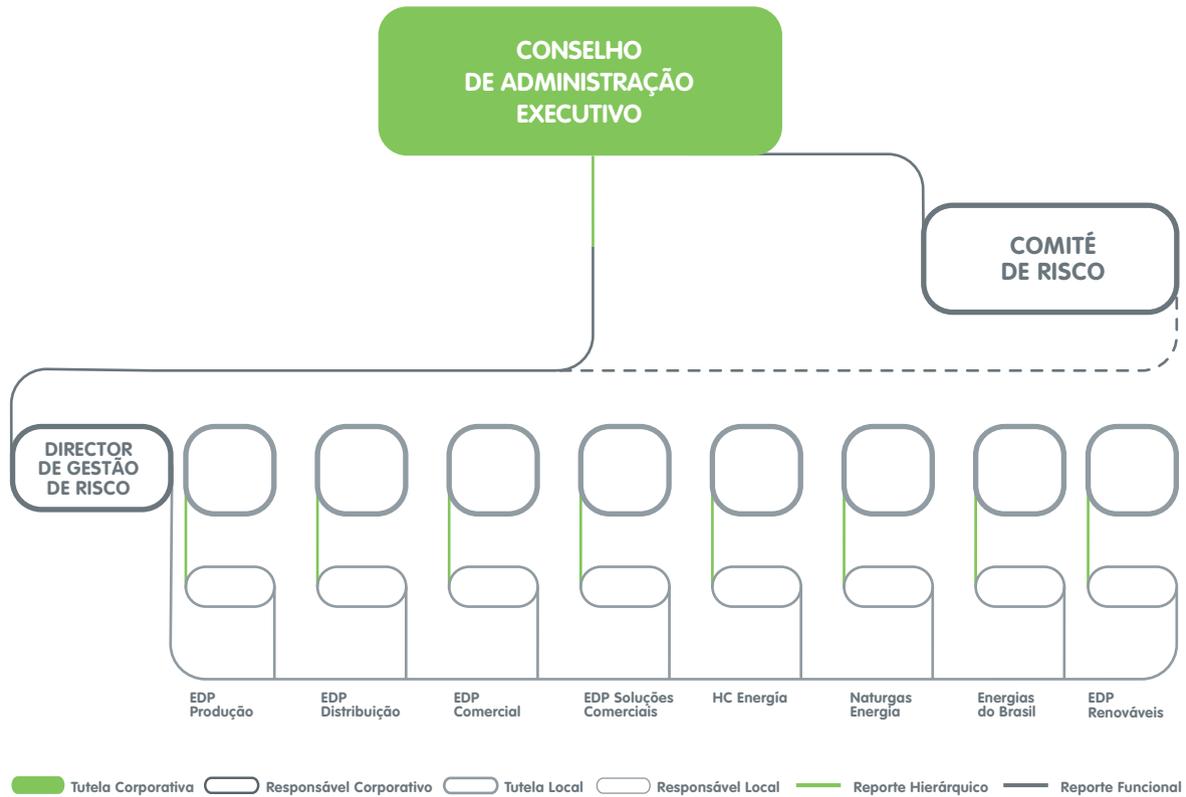
Efectivamente, considerar o risco é inerente ao acto de gestão, não sendo possível efectuar boa gestão sem incluir a gestão de risco. Sempre assim se fez e a novidade da evolução centra-se na avaliação sistematizada, na medição do risco e no benefício decorrente de saber melhor o contributo relativo dos factores críticos, tanto em termos do seu "down side" como do seu "up side", e também na avaliação de possibilidades de optimização "R2R – Return to Risk" que apenas uma avaliação agregada de risco permite concretizar.

A organização e o processo de gestão de risco em prática no Grupo baseiam-se nas seguintes componentes:

- **Identificação e priorização de riscos.** Ao nível do Grupo EDP é utilizado o Portal de Risco, instrumento desenvolvido internamente para recolha consistente de informação sobre cada risco relevante, com avaliação qualitativa e, tanto quanto possível, quantitativa de impacto global, probabilidade de ocorrência e nível de controlo, bem como para elaboração de matrizes de prioridade para actuação ou controlo;
- **Estratégia de risco.** Por esta via procura-se, para cada um dos riscos prioritários, identificar as medidas chave que podem ser utilizadas para evitar ou mitigar o risco



GOVERNO DA SOCIEDADE



(registo de plano de acção no Portal de Risco), decidir sobre a transferência do risco para outra entidade (seguro, “hedging”) e definir o perfil de risco – retorno pretendido; e

- **Governo e controlo.** Baseia-se na Política Corporativa de Gestão Empresarial de Risco definida pelo Conselho de Administração Executivo e na estrutura estabelecida para o efeito.

O Conselho de Administração Executivo, apoiado por um Comité de Risco, decide qual o nível de exposição assumido pelo Grupo EDP nas suas diferentes actividades e, para além dos mandatos correspondentes a delegação de funções e responsabilidades, define limites globais de risco e assegura que as políticas e procedimentos de gestão de risco são seguidas. A montante encontra-se a definição do apetite pelo risco do Grupo, a qual resulta, por um lado, da sua estrutura de negócios há muito estabelecida e, por outro, dos critérios acordados entre o Conselho de Administração Executivo e o Conselho Geral e de Supervisão. De facto e na prática, o apetite pelo risco centra-se na forma como o Grupo:

- Se posiciona em termos de “rating” da sua dívida;
- Pretende crescer (política de investimento orgânico e em aquisições/alienações); e

- Implementa uma política de pagamento de dividendos (e eventualmente de aquisição de acções próprias).

No exercício decorrido, a Direcção de Gestão de Risco desenvolveu estudos próprios, contribuindo activamente, numa lógica de “business intelligence”, na avaliação de questões importantes e muito actuais de “R2R – Return to Risk” para o Grupo, nomeadamente:

- Projecto “Cash-flow at Risk”, por meio do qual se procura avaliar o risco integrado do Grupo de forma “bottom up”, isto é a sua capacidade para suportar perdas inesperadas, quer pela via da avaliação da liquidez financeira – capacidade do Grupo satisfazer, no curto prazo, as necessidades de “cash” – quer pelo valor económico – capacidade do Grupo, no longo prazo, para satisfazer o seu plano de negócios, criando valor. Esta metodologia foi já aplicada na análise aprofundada das unidades de negócio mais relevantes e para os valores consolidados;
- Projecto “Cash-flow at Risk” de forma “top down”, o qual permite efectuar uma avaliação simplificada de risco e a comparação rápida com outras empresas do sector, bem como com a metodologia “bottom up”, tomando por base dados públicos;
- Aplicação da metodologia “ALM – Asset Liability Management” à análise de risco dos activos e das

responsabilidades do Fundo de Pensões, bem como para as responsabilidades cobertas por provisões;

- Análise de risco operacional aplicada à avaliação da criação (ou não) de valor económico em soluções de seguro de perda de receitas para centrais de produção, comparativamente à situação vigente de auto-seguro;
- Aplicação da metodologia “LOLP – Loss of Load Probability” à avaliação do Índice de Cobertura (potência garantida disponível/ponta de consumo) do sistema espanhol, português e conjunta, tendo em vista contribuir para a avaliação de risco de sobre-investimento em produção e ainda de incapacidade de apoio mútuo via interligação;
- Contributo para o aprofundamento da optimização da política de “hedging” no MIBEL, numa óptica R2R e de níveis de aversão ao risco, nomeadamente por integração completa da variabilidade em mercado, incluindo a de receitas de eólicas em função dos preços de mercado – parques mais recentes em Espanha;
- Reanálise da problemática do risco de crédito comercial, designadamente pela colaboração com a HC Energia no alargamento de modelo aí desenvolvido para “scoring” da qualidade creditícia de clientes B2B, o qual revela maior aderência ao que se regista no sector energético, em relação a outros classificadores externos;

- Aplicação da metodologia “DEA – Data Envelopment Analysis” para comparação da eficiência relativa das redes de distribuição de electricidade geridas pelo Grupo (Portugal, Espanha e Brasil), tendo em vista a análise de risco regulatório;
- Participação activa em projectos de gestão de risco coordenados pela EURELECTRIC, designadamente:
 - * Projecto “Risk Measurement and Value Creation” para estabelecimento das melhores práticas para medida de risco, com o apoio da Mercer Oliver Wyman.

As unidades de negócio gerem os seus próprios riscos, dentro dos critérios e delegações estabelecidas. Existe uma solução de duplo reporte entre o “Risk Officer” de cada unidade de negócio e o Director da Direcção de Gestão de Risco, assegurando o alinhamento das práticas de actuação, de relato e controlo.

3.5.2.2. Factores de risco

Os principais factores de risco identificados pelo Grupo EDP estruturam-se da seguinte forma:

O Risco de Negócio representa a componente mais importante, seguido do Risco de Mercado, Risco Operacional e Risco de Crédito. É esta a relação típica para as “Utilities” do sector.





GOVERNO DA SOCIEDADE

3.5.2.3. Gestão de risco ao longo da cadeia de valor – MIBEL

Para além da gestão dos riscos que são transversais a todas as unidades de negócio, a gestão dos factores de risco atrás enunciados, é realizada pelo Grupo EDP tendencialmente em função da cadeia de valor das actividades nos seguintes termos:

Produção de electricidade e Gestão de Energia:

Gestão da posição grossista integrada ibérica. A gestão da posição grossista do Grupo na Península Ibérica é feita no âmbito do Processo HEDGE, envolvendo todas as áreas com exposição ao mercado (UNGE, Comercial e Gás), e tem como objectivo gerir de forma integrada os riscos de preço e volume detalhados de seguida.

Em conformidade com o nível de apetite de risco definido pela Empresa, e em particular para as unidades de negócio em questão, são definidos os objectivos de cobertura por tecnologia que simultaneamente maximizem a margem através das diferentes possibilidades de “hedging” (mercados a prazo vs retalho de gás ou electricidade, em Portugal ou Espanha). A UNGE tem a responsabilidade de implementar as coberturas, fazendo-se um seguimento periódico do cumprimento dos objectivos a nível diário (UNGE), mensal e trimestral (em sede de Comité de Preços e Volumes), bem como uma revisão da estratégia de cobertura sempre que as alterações de mercado o justificarem.

Risco de preço da electricidade. As receitas da produção podem ser influenciadas por alterações no preço de electricidade nos mercados grossistas. Apenas as centrais que actuam em mercado livre (Espanha e Central do Ribatejo e pequenas Hídricas em Portugal) encontram-se expostas a este risco, uma vez que a maioria das centrais está sujeita ao mecanismo de ajuste dos CMEC's – Custos para a Manutenção do Equilíbrio Contratual (centrais que dispunham de Contratos de Aquisição de Energia com a REN e que passaram a actuar em mercado, a partir de 1 de Julho de 2007). De referir também a exposição a mercado (preço da OMEL) da grande maioria das centrais eólicas da EDP Renováveis em Espanha. Por outro lado, o Grupo procura activamente proteger a margem, actuando de forma integrada no âmbito da Gestão de Energia e da Comercialização. No MIBEL, a UNGE possui mandato para actuar no mercado grossista, tanto para optimização da oferta de produção no mercado “spot” da OMEL, como para tirar partido do mercado a prazo, OMIP, OTC e arbitragem na interligação Espanha-França. O risco de preço de mercado mais elevado em Portugal do que em Espanha, resultante de “market splitting”, após esgotamento da capacidade de interligação e necessidade de recurso, em Portugal, a meios de produção mais cara, não é relevante para o Grupo,

dado a comercialização no mercado livre português não estar dependente de importações de Espanha. A UNGE simula o comportamento do sistema ibérico e utiliza o programa MUR para o cálculo periódico da MaR – “Margin at Risk”.

Risco de preço de combustível e de CO₂. Este risco é também mais importante para as centrais em mercado livre, estando delegado na UNGE efectuar a sua gestão, actuando na compra de carvão e fuelóleo, na gestão dos contratos de aquisição de gás para produção de electricidade e de direitos de emissão de CO₂, como ainda no estabelecimento de soluções de “hedging” para o preço dos combustíveis e câmbio do dólar (este último, em coordenação com a Direcção Financeira). Relativamente aos fornecimentos de gás, compete à EDP Gás proceder à negociação de novos contratos, como também efectuar a gestão de posições momentâneas de excesso/carência entre empresas do Grupo e com o exterior. É também utilizado o MUR na avaliação de risco, utilizando as suas capacidades de avaliação de tendência na evolução dos preços dos combustíveis e de CO₂.

Risco operacional na exploração das centrais e parques eólicos. As centrais e parques eólicos enfrentam avarias e incidentes, o que pode acarretar perda de receitas devido às indisponibilidades daí resultantes. Este risco é mitigado por meio da aplicação de métodos de condução, manutenção e de procedimentos de segurança do melhor nível. Por outro lado, os riscos seguráveis mais importantes estão associados à produção, a qual está protegida por seguros, geridos pelo Gabinete Gestão de Riscos Seguráveis da EDP Valor.

Risco ambiental. Os meios de produção são os mais sujeitos a este risco, quer pela utilização de recursos naturais, quer pelas emissões e resíduos que a produção térmica sempre origina. O Grupo segue uma Política de Ambiente muito rigorosa, procurando satisfazer plenamente os parâmetros de licenciamento das instalações e introduzir medidas adicionais que mitiguem eventuais responsabilidades neste domínio.

Risco de crédito. Nas actuações em mercado organizado este risco não é significativo e para as operações em mercado OTC e na compra de combustíveis a UNGE minimiza-o por intermédio da aplicação de limites de exposição, conforme os limites aprovados internamente de acordo com o “rating” (definido por entidade externa, ou internamente, caso não exista informação externa) das contrapartes. Será, contudo, de referir que a crise internacional não deixou de fazer sentir os seus efeitos, originando uma revisão de critérios dado algumas das contrapartes estarem ligadas a grupos internacionais com reconhecidos problemas.

Comercialização em mercado:

Risco de preço de electricidade. Este risco é assumido pela UNGE, uma vez definidos os volumes de venda a clientes finais pela EDP Comercial e HC Energia, salvo nas situações em que é possível efectuar contratações indexadas ao preço de mercado.

Risco de volume. Quer devido a condições climatéricas e económicas, quer como resultado da migração de clientes entre o mercado livre e o serviço público de tarifa regulada, o volume de energia a vender a clientes finais tem sempre um certo grau de incerteza. Como princípio, este risco é assumido pela comercialização, pois terá que efectuar os acertos de excessos ou carências com a UNGE a preço de mercado. Contudo, a fase de transição em que o MIBEL se encontra, que provoca oscilação importante na quota de consumo em mercado livre, face à maior ou menor atractividade da tarifa pública, implica uma gestão dinâmica deste risco por meio de uma intervenção integrada e periódica pela via do Comité de Preços e Volumes, instituído para o efeito.

Risco operacional de qualidade comercial. Em mercado livre os critérios para a qualidade de serviço comercial são da inteira responsabilidade do Grupo, o qual tem colocado grande ênfase na sua boa gestão.

Risco de crédito. A gestão deste risco, associado à comercialização, é efectuada, em primeira linha, pelos critérios contratuais aplicados e, em segunda linha, pela EDP Soluções Comerciais, unidade que tem delegado efectuar o ciclo de leitura – facturação – cobrança (em Espanha, HC Energia).

Comercialização de último recurso:

Conforme o definido na legislação europeia, os consumidores que optem por tarifa regulada, são clientes do designado Comercializador de Último Recurso, o qual é totalmente regulamentado (quota de compra de electricidade em leilões, em mercado a prazo, etc.).

Risco regulatório. O exercício desta actividade é de baixo risco, contudo o acréscimo registado na acumulação de défices tarifários no sector levanta preocupação quanto à consistência futura de um sistema híbrido com arbitragem sistemática entre a tarifa regulada do serviço público e os contratos livres de mercado, esperando-se que o progressivo desaparecimento das tarifas reguladas para a venda de electricidade possibilitem um aprofundamento dos mecanismos de equilíbrio competitivo e um seguimento mais próximo da realidade da evolução dos custos internacionais das matérias primas necessárias para a produção de electricidade.

Risco operacional de qualidade comercial.

Independentemente dos critérios regulamentados para a qualidade de serviço comercial (tempo médio de resposta na prestação de serviços prestados aos clientes, percentagem de leituras de contadores de baixa tensão, etc.), o Grupo tem colocado grande ênfase na gestão deste risco, pois não são negligenciáveis os impactos daí decorrentes para a gestão do risco de erosão da marca.

Risco de crédito. A gestão deste risco está delegada na EDP Soluções Comerciais e é efectuada nos termos da regulamentação definida para os clientes do serviço público (ciclo de corte de consumo, após vencimento de prazos de pagamento).

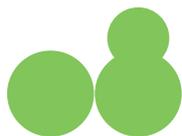
Distribuição de electricidade:

Risco regulatório. As alterações das regras de remuneração desta actividade podem afectar as receitas da EDP Distribuição e da HC Energia. Para além da justa defesa dos critérios valorimétricos da actividade, o Grupo procura aplicar as melhores práticas de planeamento, construção, exploração e manutenção de redes de forma a procurar atingir, e mesmo ultrapassar, os ganhos de eficiência implícitos nos objectivos regulatórios.

Risco operacional de qualidade técnica de serviço e de perdas. Independentemente dos critérios regulamentados para a qualidade de serviço técnica (duração e número de interrupções de serviço, tempos de reposição do serviço, etc.) e os incentivos para a redução de perdas físicas na rede, o Grupo tem colocado grande ênfase na gestão deste risco, pois não são negligenciáveis os impactos daí decorrentes para a gestão do risco de erosão da marca e da política de gestão eficiente de energia.

Risco operacional na exploração de redes. A existência de infra-estruturas no domínio público (linhas, cabos, postos de transformação, etc.) pode agravar o impacto resultante de avarias e incidentes. Este risco é mitigado por meio da aplicação de métodos de condução, manutenção e de procedimentos de segurança do melhor nível. Por outro lado, os riscos seguráveis estão transferidos para seguros.

Risco ambiental. Embora de menor expressão do que na Produção, merece referência a problemática da convivência das linhas aéreas com o impacto visual e com trajectórias seguidas por aves, aspectos a que é dada atenção cuidada na fase de projecto, como ainda em relação a medidas adicionais que ajudem a compatibilizá-las com aves que as procuram como poiso ou local para feitura de ninhos.



GOVERNO DA SOCIEDADE

3.5.2.4. Gestão de risco noutras geografias e actividades

Embora as condições de mercado e regulatórias possam ser diferentes, os princípios e metodologias atrás enumeradas aplicam-se às unidades de negócio de transporte, distribuição e comercialização de gás, como também à Energias do Brasil e EDP Renováveis.

Relativamente ao gás, a parceria estratégica com a Sonatrach introduz um contributo significativo para o crescimento rentável e com risco controlado, neste âmbito de actividade, graças a proporcionar um aumento significativo dos níveis de flexibilidade e de "hedging".

A colocação em mercado da EDP Renováveis confirma claramente a alteração do perfil de produção do Grupo, como também marca a sua aposta no mercado americano, com enormes possibilidades de crescimento e risco de país reduzido, afirmando o Grupo como um dos grandes "players" mundiais em energias renováveis e, portanto, de baixa exposição aos riscos relativos à emissão de gases de efeito de estufa.

3.5.2.5. Gestão de riscos transversais

Risco associado ao investimento. O processo de avaliação e decisão de investimento estabelece uma uniformização de critérios para a definição das taxas de desconto a utilizar para a avaliação dos "cash-flows" esperados e para a modelação de cenários (que incorporam diferentes sensibilidades, como por exemplo, risco de preço, de volume de energia, regulatório). Estes critérios ajudam a balizar o apetite pelo risco do Grupo, sendo o custo de capital de cada unidade de negócio – geografia revisto periodicamente. Os Comitês de Investimento (nas unidades de negócio e ao nível corporativo) permitem uma implementação efectiva destes mecanismos na fase de avaliação e de acompanhamento da execução dos investimentos, monitorizando riscos operacionais nesta fase e o seu impacto potencial no valor esperado.

Risco financeiro. Os riscos financeiros do Grupo são principalmente geridos pela Direcção Financeira, a qual efectua a gestão da tesouraria do Grupo em Portugal, da carteira de dívida e dos riscos de taxa de juro e cambial através de instrumentos financeiros em mercado (no Brasil, a Energias do Brasil segue, coordenadamente, princípios e metodologias semelhantes e a EDP Renováveis utiliza procedimentos idênticos, quer para as posições que detém na Europa, quer nos Estados Unidos da América).

O risco de liquidez tem merecido uma atenção redobrada, dada a presente situação de crise internacional. Espera-se que estas condições não prejudiquem a necessidade de captação de fundos para o "roll out" habitual de dívida

e para a capacidade planeada de crescimento do Grupo, uma vez que o Grupo e os seus activos dispõem de um perfil de risco baixo. O risco de liquidez encontra-se mitigado devido à política de gestão da dívida e de contratação de novo financiamento e ainda pela disponibilidade de linhas de crédito contratadas (com tomada firme) e não utilizadas.

Face às políticas de gestão financeira seguidas pelo Grupo, continua a observar-se um nível baixo de risco de mercado e um risco de contraparte diversificado e envolvendo entidades financeiras com "rating" adequado.

As responsabilidades decorrentes do Plano de Pensões de Benefício Definido do Grupo EDP e dos benefícios de saúde em Portugal encontram-se integralmente cobertas pelos activos do Fundo de Pensões e por provisões específicas no balanço da EDP. O cálculo destas responsabilidades é efectuado anualmente por Actuário Independente, com base em pressupostos previstos nas IFRS-IAS, tendo em conta vários aspectos incluindo, entre outros, a performance do Fundo, os aspectos demográficos, variáveis económicas e os requisitos aplicáveis.

Risco operacional. São consideradas neste grupo as perdas potenciais resultantes de acontecimentos causados por falha ou inadequação nos processos, pessoas, equipamento ou sistemas ou resultantes de ocorrências externas (inclui o risco de incumprimento de legislação e de padrões éticos; a perda operacional inclui efeitos económicos, não económicos e de reputação).

Para as Tecnologias de Informação, a Direcção de Sistemas de Informação tem vindo a aprofundar todo o processo de gestão de risco, neste domínio, havendo a registar que já foram estabelecidos critérios para estabelecer as redundâncias necessárias para o CPD – Centro de Processamento de Dados, o que consolida a política de "Disaster Recovery" encetada.

Os riscos mais importantes, transferíveis para o mercado segurador, referem-se às instalações industriais. Tanto para estes como para os riscos resultantes de reclamações de terceiros por danos materiais ou pessoais e suas consequências, que possam ser ocasionados pela própria actividade das empresas do Grupo, o Gabinete Gestão de Riscos Seguráveis da EDP Valor tem vindo a aplicar o Plano Estratégico de Seguros 2007/2008, baseado no estabelecimento de programas conjuntos para todas as empresas do Grupo, em Portugal e Espanha, na contratação directa com o mercado segurador e na potenciação do papel da cativa de resseguro do Grupo – Energia RE. Esta política conjugada tem permitido otimizar os custos do seguro e melhorar o seu controlo.

Para os riscos legais, quer ao nível de litigação ou arbitragem ligados às operações, quer em relação a processos de licenciamento de novas instalações, quer no que se refere ao necessário cumprimento das obrigações fiscais e contabilísticas, o Grupo não espera qualquer repercussão negativa relevante.



GOVERNO DA SOCIEDADE

4. ESTRUTURA ACCIONISTA E EXERCÍCIO DAS POSIÇÕES ACCIONISTAS

4.1. Estrutura de Capital

O capital social da EDP, no valor 3.656.537.715 euros, é representado por 3.656.537.715 acções, sendo 2.936.222.980 acções da categoria A, que são ordinárias, e 720.314.735 acções da categoria B, com o valor nominal de 1 euro cada. As acções da categoria A correspondem a 80,30% do capital social e as de categoria B correspondem a 19,70%.

Embora não existam limitações à transmissibilidade das acções EDP, dado que, nos termos do Código dos Valores Mobiliários, as acções transaccionadas em mercado são livremente transmissíveis, os Estatutos da EDP contêm regras relativas à limitação do exercício de direito de voto aplicáveis às acções ordinárias (ou de categoria A).

Segundo os Estatutos da EDP, não são considerados os votos inerentes às acções de categoria A, emitidos por um accionista, em nome próprio ou como representante de outro, que excedam 5% da totalidade dos votos correspondentes ao capital social.

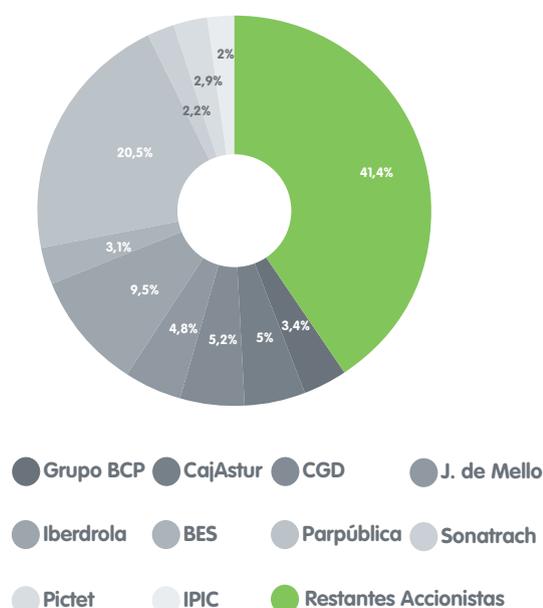
As acções de categoria B são as acções a reprivatizar e têm como único privilégio a não sujeição dos accionistas que sejam seus titulares, ou que as representem, à limitação de voto prevista nos números 3 e seguintes do artigo 14.º dos Estatutos, por referência às mesmas acções.

Acresce que os accionistas que passem a deter uma participação igual ou superior a 5% dos direitos de voto ou do capital social, devem comunicar esse facto ao Conselho de Administração Executivo, no prazo de cinco dias úteis contados da data em que se tenha verificado a referida detenção, não podendo exercer os respectivos direitos de voto enquanto não houverem procedido a essa comunicação.

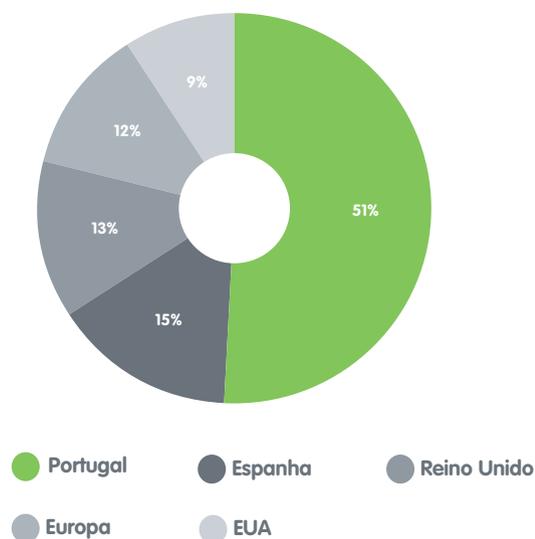
4.2. Estrutura Accionista

A repartição geográfica e por tipo de investidor da estrutura accionista da EDP era, em 2008, a seguinte:

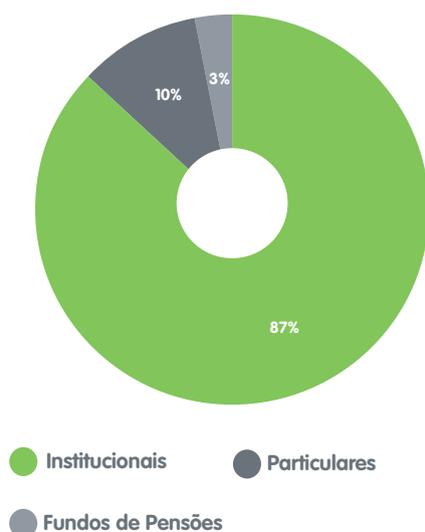
Estrutura Accionista



Repartição Geográfica da Estrutura Accionista



Repartição da Estrutura Accionista por Tipo de Investidor



4.3. Participações Qualificadas

De acordo com o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 8.º do Regulamento da CMVM n.º 5/2008, presta-se a seguinte informação respeitante às participações qualificadas detidas por accionistas no capital social da EDP, em 2008:

Imputação de direitos de voto, nos termos do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários

Estrutura Accionista da EDP

Accionistas	N.º acções	% Capital	% Voto
PARPÚBLICA – Participações Públicas, SGPS, S.A.	749.323.856	20,49%	20,69%
IBERDROLA – Participações, SGPS, SA	347.371.083	9,50%	5,00%
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.	191.172.634	5,23%	5,00%
CAJA DE AHORROS DE ASTURIAS (CajAstur)	183.257.513	5,01%	5,00%
José de Mello – Soc. Gestora de Participações Sociais, S.A.	176.291.567	4,82%	4,87%
Grupo Millennium BCP + FUNDO DE PENSÕES	124.198.519	3,39%	3,43%
BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A.	111.566.342	3,05%	3,08%
Pictet Asset Management	104.396.422	2,86%	2,88%
Sonatrach	81.713.076	2,23%	2,26% ⁽¹⁾
International Petroleum Investment Company (IPIC)	73.130.755	2,00%	2,02%
EDP (Acções próprias)	35.703.591	0,98%	-
Restantes Accionistas	1.478.412.357	40,44%	
Total	3.656.537.715	100,00%	

Nota: De acordo com o disposto no n.º 3 do Art. 14.º do Contrato de Sociedade da EDP não serão considerados os votos inerentes às acções de categoria A, emitidos por um accionista, em nome próprio ou como representante de outro, que excedam 5% da totalidade dos votos correspondentes ao capital social.

A percentagem de direitos de voto foi determinada deduzindo as 35.703.591 acções próprias detidas pela empresa.

(1) Em conformidade com o entendimento que foi comunicado pela CMVM à Sonatrach, em relação aos efeitos de um acordo parassocial celebrado com as accionistas Parpública – Participações Públicas, (SGPS), S.A. e Caixa Geral de Depósitos, S.A. passaram, nos termos do n.º 1 do artigo 20 do Código dos Valores Mobiliários, a ser imputáveis à Sonatrach, desde 11 de Abril de 2007, os direitos de voto correspondentes às participações sociais detidas por aqueles dois accionistas.



GOVERNO DA SOCIEDADE

4.4. Titulares de Direitos Especiais

Accionistas	N.º acções	% Capital	% Voto
PARPÚBLICA – Participações Públicas, SGPS, S.A.			
Acções Privatizadas – Categoria A	29.009.121	0,79%	0,80%
Acções Não Privatizadas – Categoria B	720.314.735	19,70%	19,89%
Capitalpor – Participações Portuguesas, SGPS, S.A.	408.797.735	11,18%	11,29%
PARPÚBLICA – Participações Públicas, SGPS, S.A.	311.517.000	8,52%	8,60%
Total	749.323.856	20,49%	20,69%

A sociedade Capitalpor – Participações Portuguesas, SGPS, S.A. é totalmente detida pela PARPÚBLICA – Participações Públicas, SGPS, S.A.

GRUPO CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

Caixa Geral de Depósitos	186.385.039	5,10%	-
Fundo de Pensões da CGD	1.791.871	0,05%	-
Companhia de Seguros Fidelidade Mundial, S.A.	2.793.233	0,08%	-
Império Bonança – Companhia de Seguros, S.A.	178.318	0,00%	-
Via Directa – Companhia de Seguros, S.A.	13.490	0,00%	-
Multicare – Seguros de Saúde, S.A.	10.683	0,00%	-
Total	191.172.634	5,23%	5,00%

A CGD detém 100% do capital social e dos direitos de voto da Caixa Seguros, SGPS, S.A. que, por sua vez, detém: i) 100% do capital social e dos direitos de voto da Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A. que, por sua vez, detém 100% do capital e dos direitos de voto da Via Directa – Companhia de Seguros, S.A.; ii) 70% do capital social e dos direitos de voto da Império Bonança, SGPS, S.A., que por sua vez detém 100% do capital social e dos direitos de voto da Império Bonança – Companhia de Seguros, S.A.; iii) 100% do capital e dos direitos de voto da Multicare – Seguros de Saúde, S.A.

CAJA DE AHORROS DE ASTURIAS (CajAstur)

Cantabrica de Inversiones de Cartera, S.L.	128.409.447	3,51%	-
Caja de Ahorros de Asturias (CajAstur)	54.848.066	1,50%	-
Total	183.257.513	5,01%	5,00%

A sociedade Cantabrica de Inversiones de Cartera, S.L. é totalmente detida pela Caja de Ahorros de Asturias (CajAstur)

JOSÉ DE MELLO – SOC. GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

José de Mello Energia, SGPS, S.A.	176.283.526	4,82%	4,87%
Órgãos de Administração e Fiscalização	8.041	0,00%	0,00%
Total	176.291.567	4,82%	4,87%

A sociedade José de Mello Energia, SGPS, S.A. (anteriormente designada por Baltic, SGPS, S.A.) é totalmente detida pela José de Mello Participações II, SGPS, S.A., cuja totalidade do capital social é detida pela José de Mello – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

Grupo Millennium BCP + FUNDO DE PENSÕES

Órgãos Sociais	233.126	0,01%	0,01%
Fundação Banco Comercial Português	350.000	0,01%	0,01%
Banco Millennium BCP Investimento, S.A.	84.664	0,00%	0,00%
Banco Comercial Português, S.A. (Gestão descrecionária)	77.950	0,00%	0,00%
Banco Comercial Português, S.A.	1.116.185	0,03%	0,03%
Fundo de Pensões do Grupo Millennium BCP	122.336.594	3,35%	3,38%
Total	124.198.519	3,40%	3,43%

BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A.

Banco Espírito Santo, S.A.	111.553.128	3,05%	3,08%
Elementos dos Órgãos Sociais	13.214	0,00%	0,00%
Total	111.566.342	3,05%	3,08%

INTERNATIONAL PETROLEUM INVESTMENT COMPANY (IPIC)

Senhora SARL	73.130.755	2,00%	2,01%
Total	73.130.755	2,00%	2,01%

A sociedade Senhora SARL, empresa do Luxemburgo, é detida na totalidade pela IPIC, uma empresa detida na globalidade pelo Governo de Abu Dhabi.

Nota: A percentagem de direitos de voto foi determinada deduzindo as 35.703.591 acções próprias detidas pela empresa

De acordo com o disposto no n.º 3 e no n.º 4 do artigo 4.º dos Estatutos da EDP, as acções de categoria B são as acções a reprivatizar, não estando os seus titulares ou representantes sujeitos à limitação de voto prevista para as acções de categoria A, ou seja, a não consideração dos votos inerentes às acções de categoria A, emitidos por um accionista, em nome próprio ou como representante de outro, que excedam 5% (cinco por cento) da totalidade dos votos correspondentes ao capital social (nos termos do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários).

As acções em reprivatização são as acções de categoria B enquanto se mantiverem na titularidade de entes públicos, determinando a sua transmissão para entes não públicos a respectiva conversão em acções de categoria A, não carecendo tal conversão da aprovação dos respectivos titulares ou deliberação de qualquer órgão social da EDP.

4.5. Restrições à Transmissibilidade das Acções

Nos termos estatutários (n.º 3 do artigo 5.º) as acções de categoria B só podem ser detidas por entes públicos enquanto não forem objecto de privatização.

As acções de categoria A não estão sujeitas a restrições à sua transmissibilidade.

4.6. Acordos Parassociais

De acordo com o disposto no artigo 7.º dos Estatutos da EDP, os acordos parassociais respeitantes à sociedade devem, nos 30 (trinta) dias posteriores à sua celebração, ser comunicados, na íntegra, ao Conselho de Administração Executivo e ao Conselho Geral e de Supervisão, pelos accionistas que os tenham subscrito.

Atendendo à informação fornecida pelos accionistas à Sociedade, o Conselho de Administração Executivo tem conhecimento da existência de um único acordo parassocial, o qual foi estabelecido, em 11 de Abril de 2007, entre a Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A. (“Parpública”), a Caixa Geral de Depósitos, S.A. (“CGD”) e a Société Nationale pour la Recherche, la Production, le Transport, la Transformation et la Commercialisation des Hydrocarbures (“Sonatrach”).

De acordo com os termos do referido Acordo Parassocial, que foram objecto de divulgação pública, a Parpública e a CGD assumiram os seguintes compromissos:

- c.** Apoiar a eleição da Sonatrach (ou de pessoa por si indicada) como membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP, na reunião da Assembleia Geral do dia 12 de Abril de 2007, sob condição de ser

iniciada uma parceria estratégica entre a EDP e a Sonatrach;

- b.** Apoiar a permanência da Sonatrach (ou de pessoa por si indicada) como membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP, desde que a Sonatrach mantenha uma participação correspondente a, pelo menos, 2% do capital social da EDP e a aludida parceria estratégica se mantenha eficaz; e
- c.** A absterem-se de promover, apoiar e/ou votar favoravelmente qualquer alteração aos Estatutos da EDP que tenha por efeito impedir a permanência da Sonatrach (ou de pessoa por si designada) como membro do Conselho Geral e de Supervisão.

4.7. Assembleia Geral e Participação na Assembleia

As reuniões da Assembleia Geral devem ser convocadas com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, fazendo-se menção expressa dos assuntos a tratar. Só podem assistir accionistas com direito de voto, bem como as demais pessoas cuja presença nessas reuniões, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral considere como justificada.

Os accionistas da EDP, de acordo com o disposto no n.º 10 do artigo 11.º dos Estatutos da EDP, só podem participar na Assembleia Geral se forem titulares de acções desde, pelo menos, o quinto dia útil anterior à data da realização da Assembleia Geral e desde que mantenham essa qualidade até à data da sua realização.

A prova da titularidade das acções é feita através do envio ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral com pelo menos 5 (cinco) dias úteis de antecedência em relação à data da realização da Assembleia Geral, de declaração emitida e autenticada pelo intermediário financeiro a quem estiver cometido o serviço de registo em conta das acções.

Da declaração do referido intermediário financeiro deve constar que as acções em causa se encontram registadas na respectiva conta desde, pelo menos, o quinto dia útil anterior ao da data da realização da referida Assembleia Geral, e que foi efectuado o bloqueio em conta dessas acções até à data em que a Assembleia Geral terá lugar.

Em caso de suspensão da reunião da Assembleia Geral, a EDP adopta a Recomendação I.2.2 do Código de Governo das Sociedades. Nesta medida e para efeitos de clarificação, passará a constar da convocatória da Assembleia Geral uma referência expressa à aplicação da recomendação acima referida.

Os accionistas podem ser representados por pessoas com capacidade jurídica plena, devendo tal designação ser comunicada ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral,



GOVERNO DA SOCIEDADE

até às 17 horas do penúltimo dia anterior ao fixado para a reunião da Assembleia Geral.

4.8. Voto e Exercício do Direito de Voto

Nos termos do n.º 2 do artigo 14.º dos Estatutos da EDP e de acordo com a Recomendação I.3.3. do Código de Governo das Sociedades, a cada acção corresponde um voto.

Não serão considerados os votos inerentes às acções de categoria A, emitidos por um accionista, em nome próprio ou como representante de outro, que excedam 5% (cinco por cento) da totalidade dos votos correspondentes ao capital social. Esta limitação aplica-se em todas as deliberações, incluindo aquelas para as quais a lei ou os Estatutos da EDP exigem uma maioria qualificada determinada sobre o capital da sociedade.

De acordo com o n.º 4 do artigo 14.º dos Estatutos da EDP, consideram-se emitidos pelo mesmo accionista os direitos de voto inerentes às acções de categoria A, que, nos termos do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, ou de norma legal que o venha a modificar ou a substituir, lhe sejam imputáveis.

Os accionistas da EDP têm o dever de prestar ao Conselho de Administração Executivo, por escrito e de forma completa, objectiva, clara e verídica, e de forma satisfatória para este, todas as informações que o mesmo lhe solicite sobre factos que lhes digam respeito e estejam relacionados com o n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, sendo que o incumprimento deste dever determina a inibição do exercício dos direitos de voto inerentes às acções detidas pelo accionista inadimplente.

No caso de a limitação de contagem de votos afectar vários accionistas, a referida limitação opera proporcionalmente às acções ordinárias por cada um detidas.

O n.º 1 do artigo 15.º dos Estatutos da EDP estabelece que os accionistas que, nos termos do referido n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, ou de previsão legal que o venha a modificar ou a substituir, passem a ser detentores, ou a ter imputação de, uma participação igual ou superior a 5% (cinco por cento) dos direitos de voto ou do capital social, devem comunicar esse facto ao Conselho de Administração Executivo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que se tenha verificado a referida detenção, não podendo exercer os respectivos direitos de voto enquanto não houverem precedido a essa comunicação.

A EDP tem adoptado medidas que visam incentivar o exercício do direito de voto pelos accionistas, através da eliminação de obstáculos, designadamente de ordem

financeira, susceptível de afectar o exercício deste direito. Entre essas medidas incluem-se:

- Divulgação generalizada da convocatória da AG, com indicação expressa dos meios disponíveis para o exercício do direito de voto, nomeadamente através de publicações periódicas e do envio de "mailings" aos accionistas;
- O pagamento dos custos associados à emissão das declarações de titularidade e bloqueio das acções para a totalidade dos accionistas que participem (directamente ou por correspondência) na AG; e
- O pagamento dos custos associados ao exercício do voto por correspondência, incluindo os meios de envio postal do voto.

4.9. Voto por Correspondência/por Meios Electrónicos

Os accionistas da EDP podem exercer o seu direito de voto por correspondência sobre cada um dos pontos da ordem do dia, mediante carta, com assinatura idêntica à do bilhete de identidade, dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral por correio registado com aviso de recepção e enviada para a sede social, que deverá ser entregue com pelo menos 3 (três) dias úteis de antecedência em relação à data da Assembleia, salvo se prazo superior constar da convocatória, remetendo ainda fotografia legível do bilhete de identidade de quem assina a carta.

Cabe ao Presidente da Mesa verificar a autenticidade e regularidade dos votos exercidos por correspondência, bem como assegurar a sua confidencialidade até ao momento da votação, considerando-se que esses votos valem como votos negativos em relação a propostas de deliberação apresentadas posteriormente à data em que esses mesmos votos tenham sido emitidos. No "Website" da EDP (www.edp.pt) os accionistas podem encontrar um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência.

Nos termos do n.º 7 do artigo 14.º dos Estatutos da EDP, o direito de voto pode igualmente ser exercido por via electrónica, de acordo com requisitos que assegurem a sua autenticidade, os quais devem ser definidos pelo Presidente da Mesa na convocatória da respectiva Assembleia Geral.

4.10. Quórum e Deliberações

As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos emitidos, salvo disposição legal ou estatutária que exija maioria qualificada.

Os Estatutos da EDP não consagram qualquer quórum constitutivo em relação à Assembleia Geral (adoptando a regra do Código das Sociedades Comerciais).

Relativamente ao quórum deliberativo, regra adoptada nos Estatutos da EDP é que a Assembleia Geral pode deliberar, em primeira ou segunda convocação, qualquer que seja o número de accionistas presentes ou representados, incluindo as deliberações sobre alteração dos estatutos, fusão, cisão ou transformação da Sociedade (pelo que, nestas matérias é inferior ao previsto na Lei, isto é, a necessidade de estarem presentes ou representados accionistas que detenham, pelo menos acções correspondentes a um terço do capital social).

Nos demais casos, aplica-se o quórum deliberativo previsto na Lei, nomeadamente o art. 383.º, n.º 2 do Código das Sociedades Comerciais.

4.11. Actas e Informação sobre Deliberações Adoptadas

Tendo em consideração que a Assembleia Geral é o órgão máximo da sociedade, a EDP disponibiliza para consulta, no prazo de 5 (cinco) dias, no seu "Website" (www.edp.pt) extractos das actas das Assembleias Gerais da EDP e, bem assim, a respectiva convocatória, ordem do dia, propostas apresentadas à Assembleia Geral de Accionistas e formas de participação.

A EDP considera que a informação materialmente relevante para os investidores não abrange a totalidade do conteúdo das actas, cuja disponibilização integral seria, aliás, susceptível de utilização para finalidades não relacionadas com o interesse social dos accionistas, dos investidores e do mercado em geral. Nesta medida, a EDP disponibiliza no seu "Website" um extracto das actas das Assembleias Gerais com toda a informação relevante relacionada com a constituição da Assembleia Geral e com as deliberações tomadas no seu decurso, incluindo as propostas apresentadas e eventuais declarações de voto.

No referido "Website" é disponibilizada aos accionistas da EDP informação relativa: i) aos requisitos de participação na Assembleia Geral; ii) ao exercício de direito de voto por correspondência; e iii) os elementos informativos disponíveis na sede social.

A isto acresce o facto de a EDP clarificar os seus accionistas sobre as formas de participação na Assembleia Geral com a apresentação de modelo de carta de representação, de boletim de voto e das instruções necessárias para o exercício do voto via correio electrónico.

No referido "Website", os accionistas da EDP podem consultar todos estes elementos, bem como o acervo

histórico da informação relativa às Assembleias Gerais Anuais e Extraordinárias realizadas desde 2004.

Do acervo histórico não constam as listas de presença nas Assembleias Gerais realizadas dada a natureza pessoal dos dados envolvidos.

4.12. Medidas relativas ao Controlo e Mudança do Controlo da Sociedade

A EDP não adoptou medidas com vista a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição que pusessem em causa os interesses da sociedade e dos seus accionistas.

Apesar de os Estatutos da EDP preverem uma limitação quanto ao exercício de direitos de voto relativos a acções da categoria A, de acordo com a qual não são considerados os votos inerentes a acções da categoria A emitidos por um mesmo accionista (nos termos da imputação de direitos de voto estabelecida no artigo 20.º, n.º 1 do Código dos Valores Mobiliários) que excedam 5% da totalidade dos votos correspondentes ao capital social, esta limitação não constitui uma medida adoptada com vista a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição.

Com efeito, a insusceptibilidade de a limitação de direitos de voto impedir o êxito de uma oferta pública de aquisição resulta da actual estrutura de capital da EDP e do peso relativo das acções de categoria A nesse capital, bem como da conformidade do quórum deliberativo de dois terços dos votos emitidos que se encontra previsto nos Estatutos da EDP para a alteração do contrato de sociedade nesta matéria com o disposto no número 2 do artigo 182.º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Tão pouco foram adoptadas medidas defensivas com o intuito de, ou que tivessem como consequência, provocar uma erosão grave no património da EDP em caso de transição de controlo ou de mudança de composição do Conselho de Administração Executivo, prejudicando a livre transmissibilidade das acções e uma livre apreciação por parte dos seus accionistas do desempenho dos titulares do Conselho de Administração Executivo.

Tanto quanto é do conhecimento do Conselho de Administração Executivo, a EDP não é parte de acordos significativos que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição (exceptuando a prática normal em matéria de emissão de dívida), nem é parte de acordos com titulares do órgão de administração e dirigentes, na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimentos sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma oferta pública de aquisição.



GOVERNO DA SOCIEDADE

5. REMUNERAÇÕES

5.1. Remuneração dos Órgãos Sociais

De acordo com os Estatutos, as remunerações dos membros dos órgãos sociais são fixadas por uma Comissão de Vencimentos nomeada pela Assembleia Geral, com excepção das remunerações dos membros do Conselho de Administração Executivo, que são fixadas por uma Comissão de Vencimentos nomeada pelo Conselho Geral e de Supervisão.

Em linha com os interesses que a recomendação II.1.5.2 do Código do Governo das Sociedades Cotadas da CMVM visa tutelar, a Comissão de Vencimentos da Assembleia Geral toma em consideração para a fixação das remunerações dos membros do Conselho Geral e de Supervisão e do Revisor Oficial de Contas, designadamente, o seu carácter fixo, bem como as regras imperativas sobre a respectiva determinação, em particular o disposto no n.º 2 do art. 440.º do Código das Sociedades Comerciais, o qual explicita os critérios de determinação da remuneração do Conselho Geral e de Supervisão; art. 374.º-A do Código das Sociedades Comerciais, sobre a remuneração dos Membros da Mesa da Assembleia Geral e no art. 60.º do Decreto-Lei n.º 224/2008, de 20 de Novembro, sobre a remuneração do Revisor Oficial de Contas.

Os montantes globais das remunerações atribuídas, no exercício de 2008, aos membros dos Órgãos Sociais da EDP foram os seguintes:

	Euros
Mesa da Assembleia Geral	0,00
Revisor Oficial de Contas	161.663,00
Conselho Geral e de Supervisão	1.409.940,31
Conselho de Administração Executivo ⁽¹⁾	7.670.981,74
Total	9.242.585,05

(1) Inclui montantes pagos a Administradores (por sociedades maioritariamente detidas pela EDP), exclusivamente durante o período de residência no estrangeiro.

5.2. Remuneração da Mesa da Assembleia Geral

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral não recebe remuneração nessa qualidade, na medida em que é remunerado como membro do Conselho Geral e de Supervisão.

A remuneração do Vice-Presidente da Mesa é realizada através de senhas de presença. A senha relativa à sua presença na Assembleia Geral realizada em 10 de Abril de 2008, no valor de 1.000 euros, foi paga em 2009.

5.3. Remuneração dos Membros do Conselho de Administração Executivo

A definição da política de compensação dos membros do Órgão de Administração compete à Comissão

de Vencimentos nomeada pelo Conselho Geral e de Supervisão. Esta comissão definiu a remuneração a atribuir aos administradores, procurando que a mesma reflecta o desempenho de cada um dos membros do Conselho de Administração Executivo em cada ano do mandato (remuneração variável anual), bem como o seu desempenho durante o mandato mediante a fixação de uma componente variável que seja consistente com a maximização da "performance" de longo prazo da Empresa (remuneração variável plurianual).

A Comissão de Vencimentos do Conselho Geral e de Supervisão submeteu, à Assembleia Geral de 12 de Abril de 2007, uma declaração sobre a política de remuneração mantendo-se actualmente em vigor (sem ter sofrido qualquer alteração), nos termos seguintes:

- **Remuneração Fixa** – para o Presidente do Conselho de Administração Executivo, corresponde a 600.000 euros brutos anuais e para os restantes membros do Conselho de Administração Executivo a 80% desse montante;
- **Remuneração Variável Anual** – para cada um dos membros do Conselho de Administração Executivo o seu valor poderá oscilar entre 0 e 100% da remuneração bruta fixa anual, sendo a determinação do respectivo montante efectuada com base nos seguintes indicadores em relação a cada ano do mandato: "performance" relativa do "Total Shareholder Return" do Grupo EDP vs Eurostoxx Utilities e PSI-20, capacidade real de criação de valor accionista, crescimento de Margem Bruta, crescimento do Resultado Líquido e crescimento do EBITDA;
- **Remuneração Variável Plurianual** – igualmente para cada um dos membros do Conselho de Administração Executivo esta componente pode ser estabelecida num montante compreendido entre 0 e 100% da remuneração bruta anual, em função da avaliação anual acumulada da "performance" dos administradores na materialização da sustentabilidade económica do Grupo EDP. A atribuição desta remuneração plurianual, embora calculada anualmente, só se torna efectiva se no final do mandato tiverem sido atingidos, pelo menos, 90% dos objectivos estratégicos fixados, que serão avaliados em função da "performance" e da comparação com os universos estratégicos de referência. Em concreto a fixação desta componente remuneratória é efectuada com base nos seguintes elementos: "performance" relativa do EBITDA do Grupo EDP vs Eurostoxx Utilities e PSI-20 no mandato, capacidade de criação de valor do Grupo EDP no mandato, "performance" relativa de capitalização bolsista do Grupo vs Eurostoxx Utilities e PSI-20 no mandato, "performance" do Índice de sustentabilidade aplicado ao Grupo EDP (metodologia DJSI), imagem do Grupo EDP nos

mercados nacional e internacional, capacidade de mudança e adaptação a novas exigências do mercado e cumprimentos de metas estratégicas fixadas para o Grupo EDP.

O período temporal considerado para a determinação do valor da componente variável plurianual da remuneração (de 3 anos), a utilização de critérios qualitativos orientados para uma perspectiva estratégica e de médio prazo no desenvolvimento da Empresa, a existência de um limite máximo ("cap") para a remuneração variável e o peso relativo desta componente no valor global da remuneração constituem elementos determinantes para fomentar um desempenho da gestão da Empresa que não se focalize apenas em objectivos de curto prazo, mas que integre na sua performance os interesses da Sociedade e dos accionistas no médio e longo prazo.

Os valores remuneratórios dos membros do Conselho de Administração Executivo atribuídos em relação ao exercício de 2008 são os seguintes, identificados de forma segregada em relação ao Presidente do Conselho de Administração Executivo e aos demais administradores:

	Fixo	Variável	Remunerações pagas a administradores destacados internacionalmente	Total
Presidente do CAE	686.714,12	570.863,00	0	1.256.577,12
Vogais do CAE	3.261.332,62	2.673.072,00	480.000,00 ⁽¹⁾	6.414.404,62
Total	3.947.046,74	3.243.935,00	480.000,00	7.670.981,74

(1) Montantes pagos (por sociedades maioritariamente detidas pela EDP), exclusivamente durante o período de residência no estrangeiro.
Nota: As remunerações do Presidente do CAE e dos vogais do CAE incluem os montantes relativos ao Plano Poupança Reforma.

O Plano Poupança Reforma dos membros do Conselho Administração Executivo funciona como complemento efectivo de reforma e corresponde a 10% do valor do vencimento anual.

Os administradores não auferem, a título de remuneração, qualquer benefício não pecuniário relevante.

5.4. Remuneração dos Membros do Conselho Geral e de Supervisão

A remuneração dos membros do Conselho Geral e de Supervisão reveste uma natureza fixa atendendo às funções desempenhadas.

A remuneração do Presidente do Conselho Geral e de Supervisão foi fixada tendo em consideração, nomeadamente, o desempenho das suas funções em regime de dedicação a tempo inteiro.

	Fixo	Variável	Total
Presidente do CGS	622.856,92	0,00	622.856,92
Membros do CGS	787.083,39	0,00	787.083,39
Total	1.409.940,31	0,00	1.409.940,31

Nota: A remuneração do Presidente do CGS inclui o montante relativo ao Plano Poupança Reforma.

5.5. Remuneração dos demais Dirigentes

A remuneração dos dirigentes, na acepção do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, com excepção dos membros dos órgãos sociais, coincide com o regime aplicável aos trabalhadores em geral. Tal remuneração consiste numa quantia fixa mensal, podendo ainda ser-lhes atribuído um prémio anual em função do desempenho corporativo e "performance" individual, de acordo com critérios previamente definidos, nomeadamente o cumprimento de resultados previamente fixados, absentismo e de equidade.

5.6. Acordos relativos à cessação do vínculo de administração ou de trabalho

Não existem quaisquer acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração, de fiscalização ou trabalhadores que prevejam indemnizações em caso de renúncia ou destituição de administrador, nem em caso de pedido de demissão do trabalhador, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma oferta pública de aquisição.

5.7. Planos de Atribuição de Acções e/ou de Opções de Aquisição de Acções ou com base nas Variações do Preço das Acções

5.7.1. Aplicável ao Órgão de Administração nos exercícios de 2006/2008

Na fixação dos parâmetros para determinação da remuneração variável dos membros do Conselho de Administração Executivo – política de compensação definida pela Comissão de Vencimentos nomeada pelo Conselho Geral e de Supervisão – não foi considerado qualquer Plano de Atribuição de Opção de Compra de Acções ou de Atribuição de Acções para o período do mandato.

5.7.2. Aplicável ao Órgão de Administração nos exercícios de 2003/2005

Como elemento da remuneração variável do Presidente do Conselho de Administração, do Presidente da Comissão Executiva e dos vogais da Comissão Executiva que exerceram funções no triénio 2003 a 2005 foi previsto pela Comissão de Vencimentos em funcionamento ao tempo a atribuição de opções



GOVERNO DA SOCIEDADE

relativas a cada ano de acordo com a avaliação qualitativa e quantitativa de cada exercício. De acordo com este plano cada opção de compra pode ser exercida até um máximo de 1/3 em cada um dos primeiros aniversários a contar da data de atribuição. As opções não exercidas no final dos 8 aniversários da data de atribuição caducam.

Data de Atribuição	N.º de Benef.	N.º de opções atribuídas	Preço de exercício (euros)	Data início exercício	Data de caducidade	N.º opções exercidas	
						Em 2008	Total
30-Abr-04	6	760.482	2,29	30-Abr-05	29-Abr-12	40.133	722.206
30-Jun-05	6	932.328	2,21	30-Jun-06	29-Jun-13	116.240	641.666
02-Mai-06	6	1.461.497	2,21	02-Mai-07	01-Mai-14	336.475	672.950

Em 2008 foram exercidas 492.848 opções, conforme o quadro seguinte, o qual detalha também a totalidade de atribuições relativas aos exercícios de 2003 a 2005.

5.8. Remuneração do Auditor

A KPMG tem a incumbência de realizar a auditoria externa de todas as empresas que integram o Grupo EDP designadamente em Portugal, Espanha, Brasil, EUA e nos outros países em que o Grupo se encontra presente.

Em 2008 os custos reconhecidos e especializados com honorários da KPMG relativos a auditoria e revisão legal de contas, serviços de garantia e fiabilidade, de consultoria fiscal e outros serviços que não de revisão legal de contas para Portugal, Espanha, Brasil, EUA e outros países foram os seguintes:

Euros	Auditoria e Revisão Legal de Contas	Serviços de garantia e fiabilidade	Serviços de Consultoria fiscal	Outros serviços que não de revisão legal de contas	Total
Portugal	2.417.100	1.402.027	589.765	196.285	4.605.177
Espanha	1.485.047	348.930	120.000	314.900	2.268.877
Brasil	934.267	41.862	41.930	163.530	1.181.589
Estados Unidos da América	562.116	410.772	687.360	0	1.660.248
Outros Países	205.550	11.400	40.840	0	257.790
Total	5.604.080	2.214.991	1.479.895	674.715	9.973.681

Os serviços de auditoria e de revisão legal de contas correspondem aos serviços necessários para a emissão dos pareceres sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da empresa-mãe e das suas filiais em Portugal e no estrangeiro. Estes montantes não incluem os serviços prestados a associadas e a entidades conjuntamente controladas.

Atendendo ao âmbito de serviços prestados pelas empresas de auditoria, a EDP passou a adoptar, a partir de 2004, medidas especificamente destinadas a salvaguardar a independência do auditor externo, tendo como referência as regras emitidas pela Securities Exchange Commission para as sociedades cotadas no mercado americano na sequência do Sarbanes-Oxley Act de Julho de 2002.

Estas medidas compreendem, nomeadamente, a definição do âmbito permitido dos serviços "non-audit" a serem eventualmente prestados pelo auditor independente, do qual se excluem, em especial, os serviços de contabilidade, de desenvolvimento de sistemas de informação financeira, de avaliação e bem assim os serviços jurídicos e em matéria actuarial, que não podem ser objecto de prestação pelo auditor externo independente

Por outro lado, essas medidas prevêm que a prestação de serviços "non-audit" pelo auditor externo independente a empresas do Grupo EDP, situadas em Portugal ou no estrangeiro, esteja sujeita a prévia aprovação pela Comissão de Auditoria.





GOVERNO DA SOCIEDADE

6. ACÇÃO E POLÍTICA DE DIVIDENDOS

6.1. EDP no Mercado de Capitais

As acções representativas do capital social da EDP foram inicialmente admitidas à negociação no mercado de cotações oficiais da NYSE Euronext Lisbon (então denominada Bolsa de Valores de Lisboa) em 16 de Junho de 1997. Desde então foram admitidas mais acções à negociação na NYSE Euronext Lisbon, na sequência de fases posteriores de reprivatização:

Fases de Admissão à Negociação da EDP

Fase de Admissão	Data
1.ª Fase de Privatização/IPO	16 de Junho de 1997
2.ª Fase de Reprivatização	26 de Maio de 1998
3.ª Fase de Reprivatização	28 de Junho de 1998
4.ª Fase de Reprivatização	23 de Outubro de 2000
5.ª Fase de Reprivatização/Aumento de capital	7 de Dezembro de 2004
6.ª Fase de Reprivatização	27 de Dezembro de 2005

A EDP tem 2.936.222.980 acções ordinárias admitidas à negociação na NYSE Euronext Lisbon, com o valor nominal de 1 euro, representativas de 80,30% do seu capital social. O "free float" em 2008 situava-se nos 60%.

EDP – Energias de Portugal, S.A.

Acções

Capital Social	€ 3.656.537.715
Valor Nominal	€ 1,00
N.º de Acções	3.656.537.715
Data de entrada em bolsa	16 de Junho de 1997

NYSE Euronext Lisboa

Acções	
Reuters RIC	EDPLS
Bloomberg	EDP PL
ISIN	EDPOAM0009

As acções EDP constituem também activo subjacente a contratos de futuros e "warrants" transaccionados na praça de Lisboa.

Encontram-se ainda admitidos à negociação os seguintes empréstimos obrigacionistas da EDP:

Emissão / ISIN	Data		Cupão	Bolsa	Montante	
	Emissão	Maturidade			Emissão	Outstanding ⁽²⁾
26.ª Emissão PTEDPAOE0002	26-03-2003	26-03-2013	Semestral Euribor 6m + 50,0bp	Não listada	150.000.000	150.000.000
1.ª Emissão EMTN ⁽¹⁾ XS0103383286	29-10-1999	29-10-2009	Anual Taxa fixa EUR 6,400%	Londres, Suíça, Euronext Paris	1.000.000.000	1.000.000.000
2.ª Emissão EMTN ⁽¹⁾ XS0126990778	28-03-2001	28-03-2011	Anual Taxa fixa EUR 5,875%	Londres, Frankfurt	1.000.000.000	747.352.000
4.ª Emissão EMTN ⁽¹⁾ XS0139081763	26-11-2001	27-11-2009	Cupão Zero – EUR	Londres	22.455.000	22.455.000
6.ª Emissão EMTN ⁽¹⁾ XS0152784715	09-08-2002	09-08-2017	Anual Taxa fixa GBP 6,625%	Londres	200.000.000 ⁽³⁾	200.000.000 ⁽³⁾
8.ª Emissão EMTN ⁽¹⁾ XS0160258280	23-12-2002	23-02-2022	Anual Taxa fixa EUR 2,661%	Não listada	93.357.000	93.357.000
9.ª Emissão EMTN ⁽¹⁾ XS0221295628	22-06-2005	22-06-2015	Anual Taxa fixa EUR 3,75%	Londres	500.000.000	500.000.000
10.ª Emissão EMTN ⁽¹⁾ XS0223447227	29-06-2005	29-06-2020	Anual Taxa fixa EUR 4,125%	Londres	300.000.000	300.000.000
11.ª Emissão EMTN ⁽¹⁾ XS0256997932	12-06-2006	14-06-2010	Trimestral Euribor 3m + 15,0bp	Londres	500.000.000	500.000.000
12.ª Emissão EMTN ⁽¹⁾ XS0256996538	12-06-2006	12-06-2012	Anual Taxa fixa EUR 4,25%	Londres	500.000.000	500.000.000
13.ª Emissão EMTN ⁽¹⁾ XS0256997007	12-06-2006	13-06-2016	Anual Taxa fixa EUR 4,625%	Londres	500.000.000	500.000.000
14.ª Emissão EMTN (1) XS0397015537	08-11-2004	04-01-2024	Anual Taxa fixa GBP 8,625%	Londres	325.000.000 ⁽³⁾	325.000.000 ⁽³⁾
1.ª Emissão 144A/REGS US26835PAA84	02-11-2007	02-11-2012	Anual Taxa fixa USD 5,375%	Londres	1.000.000.000 ⁽⁴⁾	1.000.000.000 ⁽⁴⁾
2.ª Emissão 144A/REGS US26835PAB67	02-11-2007	02-02-2018	Anual Taxa fixa USD 6,000%	Londres	1.000.000.000 ⁽⁴⁾	1.000.000.000 ⁽⁴⁾

(1) EMTN – Euro Medium Term Notes (2) Outstanding – Valor em Dívida em 31 Dez 2008 (3) Montante em GBP (4) Montante em USD

Em 2008, a EDP foi a empresa com maior capitalização bolsista e maior peso relativo no PSI-20, índice de referência da NYSE Euronext Lisbon, representando cerca de 19,83% do mesmo. A EDP é uma das sete empresas portuguesas com representatividade no índice Euronext 100 com um peso na ordem dos 0,878%. A acção EDP constitui também uma referência em vários índices europeus, tais como o Dow Jones Eurostoxx Utilities, calculados com base na performance bolsista das principais e mais representativas empresas europeias do sector de "Utilities".

Em 2008, as acções EDP desvalorizaram 40%, de 4,47 euros para 2,695 euros. A referida desvalorização adicionada ao dividendo bruto no valor de 0,125 euros por acção, (pago em 8 de Maio de 2008), resultou num retorno total bruto de -37% no período em referência. Esta "performance" ficou em linha com os retornos proporcionados pelos principais índices de referência, nomeadamente o Dow Jones Europe STOXX Utilities, que teve uma "performance" negativa de 38% no período e acima do PSI-20 que desvalorizou 51% em 2008.

O valor de mercado do Grupo EDP, calculado com base na sua capitalização bolsista (n.º de acções emitidas x preço por acção), ascendia, em 2008, a 9.854 milhões de euros, o equivalente a 21% da capitalização total de acções do índice PSI-20 que ascendia a 46.039 milhões de euros. Em 2008, a EDP foi uma das acções mais transaccionadas na NYSE Euronext Lisbon. Foram transaccionadas, neste mercado de cotações oficiais, cerca de 2.761 milhões de acções EDP, o que corresponde a uma média diária de 37,9 milhões de acções, a um preço médio de 3,47 euros e a cerca de 94% do total de acções da EDP admitidas à negociação. Em termos de volume de negócios, as acções EDP representaram o equivalente a 8,5% (9.710 milhões de euros) do volume global de acções transaccionadas no mercado regulamentado lisboeta (113.524 milhões de euros).

Os gráficos seguintes representam a variação diária e intra diária da acção EDP na NYSE Euronext Lisbon e permite-nos concluir que, apesar do comportamento volátil das bolsas em 2008, a EDP exibiu uma volatilidade mais reduzida.

Histograma de Variação Diária 52 semanas (Jan08-Dez08)

Nº Dias



Fonte: Bloomberg

Histograma de Variação Intradiaária 52 semanas (Jan08-Dez08)

Nº Dias



Fonte: Bloomberg

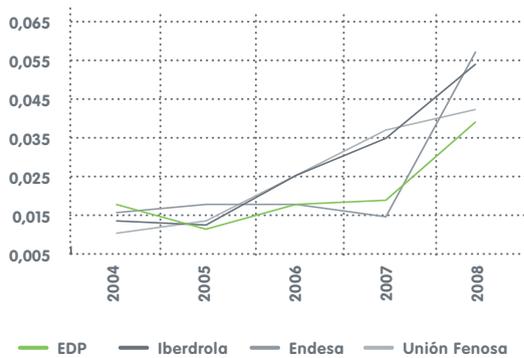
Apesar da crise financeira internacional, o Grupo EDP apresenta um nível relativamente baixo de risco do seu negócio, dada a sua menor exposição estrutural a risco de mercado. É expectável uma redução dessa vantagem no futuro, devido à substituição, a médio prazo, de centrais térmicas em fim de vida e protegidas pelos mecanismos de CMEC por centrais em mercado e ainda por uma naturalmente maior exposição ao risco cambial, resultante do crescimento de negócios em áreas fora do euro, nomeadamente Brasil e Estados Unidos da América.

Através dos gráficos seguidamente apresentados e recorrendo a uma avaliação "top down" do "RaR – Return at Risk" semanal dos activos da EDP e dos parceiros ibéricos (95% de probabilidade de não ser excedida – abordagem desalavancada) conclui-se que o Grupo EDP apresenta um perfil de risco de negócio mais reduzido e também que os seus activos têm um peso menor no valor do risco global.

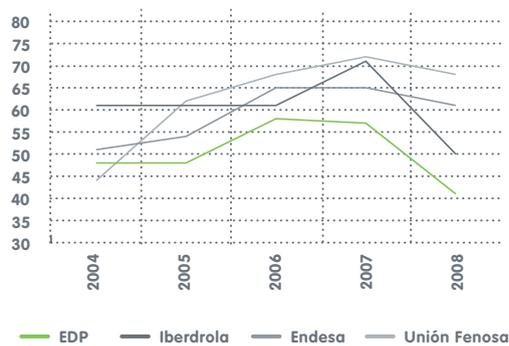


GOVERNO DA SOCIEDADE

RaR – Activos



Peso do Risco dos Activos no Risco Global



6.2. Factores que influenciaram a evolução da cotação das acções EDP

O ano de 2008 foi um dos anos mais difíceis para os mercados accionistas. Relativamente aos principais índices mundiais, o Índice Dow Jones, nos EUA, sofreu uma queda de cerca de 33,8%, enquanto na Europa o DJ Stoxx 600 recuou 45,6%. No Reino Unido, o FTSE 100, teve uma rentabilidade negativa de 31,3% e, na Alemanha, o DAX caiu 40,4%.

Foi neste contexto que as acções da EDP em bolsa apresentaram uma desvalorização de 39,7% durante 2008, o que tendo em conta o pagamento de dividendos que teve lugar a 8 de Maio de 2008 de 0,125 euros por acção, representa uma rentabilidade total negativa para o accionista de 36,9% no período. Este desempenho esteve em linha com o índice europeu de "Utilities" SX6P, que apresentou uma queda de 38,1% no período e no qual a Unión Fenosa foi a única acção a apresentar um desempenho positivo (+15,2%) no seguimento da OPA de que foi alvo pela Gás Natural no final do mês de Julho. O índice de referência do mercado accionista português, o PSI-20, apresentou, no período referido, uma desvalorização de 51,3%, tendo sido penalizado pela performance negativa do sector bancário. O melhor desempenho por acção coube à REN (-21,7%), tendo

a Sonae Indústria apresentado a variação mais negativa (-77,1%).

EDP vs PSI20 vs DJ Euro Stoxx Utilities



Fonte: Bloomberg

A evolução na crise financeira mundial e do desempenho dos mercados accionistas, não foi homogénea ao longo do ano. Até meados de Maio de 2008, os principais índices bolsistas apresentavam perdas acumuladas, face ao início de 2008 na generalidade ainda inferiores a 15%, resultantes do aumento dos níveis de incerteza, nomeadamente após a compra, em Março, pela JP Morgan do, quinto maior banco americano, Bear Stearns, quando este se encontrava já em graves dificuldades financeiras.

O elevado interesse por parte de investidores no mercado accionista pelo sector das energias renováveis, e as elevadas necessidades de capital desta actividade, conduziram à realização de diversas ofertas públicas iniciais ("IPO") na segunda metade de 2007, entre as quais se destacou o "IPO" da Iberdrola Renováveis em Dezembro 2007. Foi neste contexto que a EDP anunciou no "Investor Day" sobre energias renováveis (eólica e hídrica), o qual decorreu no Porto, no dia 31 de Janeiro, o início do estudo e a preparação do potencial "IPO" da EDP Renováveis, "sub-holding" para a actividade de desenvolvimento, investimento e operação de parques eólicos, com os objectivos de financiar o esforço financeiro do aumento de capacidade instalada, aumentar a visibilidade desta área de negócio e possibilitar acesso directo do negócio de produção de energia eólica ao mercado accionista para fazer face a eventuais futuras oportunidades de crescimento adicionais.

No dia 9 de Abril, a IPIC, uma empresa detida na globalidade pelo Governo de Abu Dhabi, anunciou que detinha uma participação de 2% no capital da EDP, tendo igualmente nesta data estabelecido um acordo de princípios com a EDP relativo ao desenvolvimento

de uma potencial cooperação empresarial nos sectores da electricidade e do gás. A Assembleia Geral da EDP, a qual teve lugar a 10 de Abril de 2008, aprovou a eleição do Sr. Khalifa Al Romaihi, representante da IPIC para membro do Conselho Geral e de Supervisão para o exercício de funções até ao final do triénio em curso de 2006-2008.

Em 29 de Abril, a EDP realizou um contrato de financiamento no valor de 925 milhões de euros com o prazo de cinco anos. O contrato prevê, para o actual "rating" da EDP, uma taxa de juro base Euribor + 45 pontos base, à qual acresce 10 pontos base, caso a utilização exceda 50% do montante e comissões à cabeça entre 25 e 35 pontos base conforme o nível de participação.

No dia 8 de Maio, a EDP pagou um dividendo bruto no valor de 0,125 euros por acção, em linha com a proposta apresentada pela equipa de gestão e aprovada pelos accionistas em Assembleia Geral.

Em 15 de Maio, a CMVM aprovou o prospecto da Oferta Pública de Subscrição, ficando criadas as condições para uma oferta combinada de até 25% do capital social EDP Renováveis, tendo sido fixado o intervalo do preço de subscrição entre 7,40 e 8,90 euros por acção.

A equipa de gestão da EDP Renováveis realizou um "roadshow" durante 2 semanas, visitando mais de 400 investidores institucionais nas principais praças financeiras internacionais.

Em 2 de Junho, o preço final do "IPO" foi fixado em 8,00 euros por acção. A procura efectiva na OPS correspondeu a cerca de 87,9 vezes o montante total das 45.085.590 acções oferecidas. Relativamente ao preço final fixado, a venda institucional apresentou uma procura de 6,1 vezes o número total das 180.342.362 acções que a compunha. O encaixe total da oferta, para 22.5% do capital social da EDP Renováveis ("greenhoe" de 2.5% do capital social não foi exercido), ascendeu a 1.568 milhões de euros, tendo as acções ofertadas sido admitidas à negociação na NYSE Euronext Lisbon a 4 de Junho de 2008.

O "IPO" da EDP Renováveis foi o maior "IPO" realizado na Europa Ocidental em 2008.

Ainda nesta primeira metade do ano, assistiu-se a uma transferência de fundos dos mercados accionistas para os mercados das "commodities" (produtos alimentares e matérias primas) que apresentaram subidas extremamente elevadas no início do ano e tendo atingido máximos históricos em Julho de 2008. Esta subida dos mercados das "commodities" foi favorável para o desempenho no mercado accionista de alguns sectores cíclicos como a mineração e outros produtores de produtos básicos. Os combustíveis fósseis como o petróleo, gás e carvão,

e ainda as licenças de emissão de CO₂, acompanharam também esta tendência, com impacto na subida dos preços nos mercados grossistas de electricidade, o que beneficiou o desempenho bolsista de algumas "Utilities" com maior exposição a mercados energéticos. Esta subida dos preços energéticos, embora favorável para o "IPO" da EDP Renováveis, penalizou o desempenho bolsista da EDP face às suas congéneres europeias neste período, devido ao reduzido peso no "mix" de negócios do Grupo das actividades de produção e comercialização de energia em mercado, sobretudo nos dois meses posteriores à concretização do "IPO" da EDP Renováveis.

A subida dos preços das "commodities" ao longo da primeira metade de 2008, criou tensões inf accionistas nas principais economias mundiais, facto que levou o Banco Central Europeu a aumentar a sua taxa de referência de 4.0% para 4.25% em Julho. Este aumento contribuiu ainda mais para a tendência de subida, verificada desde Março de 2008, nas taxas do mercado interbancário Euribor, (utilizadas como referência na concessão de crédito da banca às empresas e famílias) que, por sua vez, contribuiu para uma queda acentuada dos mercados accionistas em geral, incluindo o do sector das "Utilities" e, conseqüentemente, da cotação da acção EDP entre o final de Maio e o início de Julho.

Nesta fase, a 3 de Julho, a agência de "rating" S&P anuncia a revisão do "Outlook" da EDP de negativo para estável, mantendo a notação de longo prazo para a EDP em "A-", no seguimento da concretização do "IPO" da EDP Renováveis.

Em 28 de Julho, é anunciada a operação de consolidação mais relevante do ano ao nível do sector Ibérico de "Utilities", a Gás Natural anuncia o lançamento de uma OPA amigável sobre a Union Fenosa, a um preço de 18,33 euros por acção em dinheiro e um prémio de 15% sobre a cotação de fecho da Union Fenosa no dia anterior.

O mercado primário de emissão de obrigações para empresas não financeiras foi inexistente na Europa desde a falência da Lehman Brothers até meados de Outubro. Em Espanha, no dia 30 de Setembro, o leilão para a securitização de até 3.825 milhões de euros do deficit tarifário ficou deserto não recebendo qualquer oferta. O sector de "Utilities", pelo seu perfil de risco de defensivo, liderou a reabertura do mercado de capitais de crédito na Europa ainda no final da fase mais aguda desta crise, tendo a GDF Suez (com uma notação A/AA3/AA pelas 3 principais agências de "rating") liderado a reabertura do mercado obrigacionista a 17 de Outubro. A EDP liderou a reabertura do mercado obrigacionista na Europa para empresas com notação de "rating" A-/A-/A2 pelas 3 principais agências de "rating", tendo realizado a 28 de Outubro uma emissão de obrigações a 15 anos num montante de 325 milhões de libras (425 milhões de euros),



GOVERNO DA SOCIEDADE

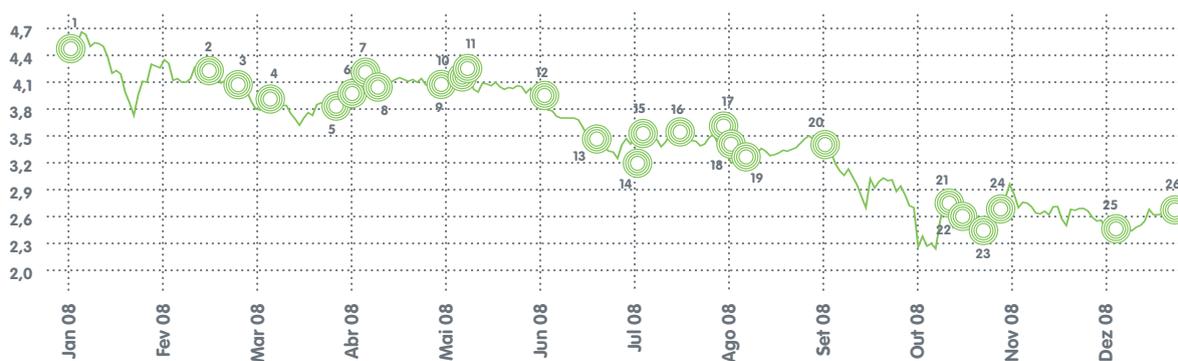
que demonstrou a capacidade da EDP em aceder a crédito de longo prazo no mercado de capitais, mesmo em fases agudas de aumento do risco de crédito.

No entanto, embora os investidores de crédito estivessem de novo dispostos a ceder fundos a algumas empresas, os "spreads" sobre as taxas de referência apresentaram uma subida abrupta, e os volumes de liquidez disponíveis eram ainda reduzidos, o que teve repercussões extremamente negativas em todo o mercado accionista incluindo na performance das acções da EDP.

A 6 de Novembro a EDP realizou em Lisboa um "Investor Day" com o objectivo de apresentar a estratégia da EDP para o período 2009-2012. O mercado accionista reagiu de forma positiva ao "Investor Day" e à estratégia apresentada pela EDP, valorizando os elevados níveis de abertura, transparência e compromisso da Empresa num período de elevada incerteza no mercado de capitais.

Em 15 de Dezembro, a ERSE anunciou um aumento médio das tarifas de energia eléctrica em Portugal de 4,9% para 2009, tendo fixado os principais parâmetros de regulação para o período 2009-2011, que reforçou as expectativas de estabilidade regulatória para este período.

Principais marcos na evolução da cotação da acção EDP em 2008



Data	Descrição
1	2/Jan Horizon acorda transacção de 600 milhões de dólares com investidores institucionais
2	19/Fev EDP adquire 1.050 MW de capacidade de produção a instalar nos Estados Unidos da América
3	26/Fev EDP exerce opção de venda sobre participação de 40% da Edinfor
4	6/Mar Apresentação ao mercado dos resultados financeiros relativos ao ano de 2007
5	31/Mar EDP transmite direito a receber défice tarifário português relativo a 2006 e 2007
6	1/Abr Construção e exploração hidroeléctrica de Foz Tua adjudicada à EDP
7	8/Abr EDP adquire os activos eólicos da EOLE 76 em França
8	11/Abr ANEEL aprova revisão tarifária da Enersul
8	11/Abr Celebração pela Portgás de contrato de concessão de distribuição regional da Portgás
9	29/Abr EDP contrai empréstimo de 925 milhões de euros
10	6/Mai EDP aliena as suas participações Turbogás e na Portugalgen
11	8/Mai Pagamento de dividendo bruto de 0,12 euros por acção relativo ao exercício de 2007 (dividendo líquido de 0,10 euros)
11	8/Mai Apresentação ao mercado dos resultados financeiros relativos ao 1.º trimestre de 2008
12	2/Jun EDP Renováveis fixa preço de subscrição do IPO em 8 euros por acção
13	19/Jun Energias do Brasil e Grupo Rede acordam permuta de activos destinada a reforçar a posição do Grupo EDP na produção de energia eléctrica no Brasil
13	19/Jun Autoridade da Concorrência autoriza a exploração de Alqueva e a aquisição de mini-hídricas pela EDP
14	1/Jul EDP inicia a construção do Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor e do Reforço de Potência de Alqueva
15	3/Jul Standard & Poor revê "outlook" da EDP de negativo para estável
16	17/Jul EDP vence concurso para construção de centrais hidroeléctricas de Fridão e Alvíto
17	31/Jul Apresentação ao mercado dos resultados financeiros relativos ao 1.º semestre de 2008
18	1/Ago EDP adjudica construção de nova CCGT em Espanha (Soto V)
19	8/Ago ANEEL aprova reajustamento tarifário anual da Escelsa em 12,17%
20	1/Set Energia do Brasil aliena participação na empresa de telecomunicações ESC90
21	15/Out ERSE comunica proposta de tarifas para a energia eléctrica em 2009 e parâmetros para o período 2009-11
22	17/Out EDP Renováveis entra no mercado romeno através da aquisição de 736MW de projectos eólicos
23	22/Out ANEEL aprova reajustamento tarifário anual da Bandeirante em 14,48%
24	28/Out EDP emite obrigações no montante de 325 milhões de libras, a 15 anos a taxa fixa
25	3/Dez BNDES aprova linha de crédito de 900 milhões de reais para investimentos da Energias do Brasil
26	29/Dez EDP Renováveis estabelece transacção com investidores institucionais para investimento em projectos eólicos de 2008 nos EUA

Indicadores – Mercado de Capitais					
	2008	2007	2006	2005	2004
Acções da EDP na NYSE Euronext Lisboa (euros)					
Cotação de início	4,470	3,84	2,60	2,22	2,01
Cotação de fecho	2,695	4,47	3,84	2,60	2,23
Cotação máxima	4,760	5,00	3,86	2,68	2,42
Cotação mínima	2,062	3,79	2,58	2,04	1,93
Variação da cotação e de índices de referência					
Acções EDP ⁽¹⁾	(39,7%)	16%	48%	17%	11%
PSI20	(51,3%)	16%	30%	13%	13%
Dow Jones Eurostoxx Utilities	(38,1%)	18%	36%	26%	25%
Euronext 100	(45,2%)	3%	19%	23%	8%
Liquidez das acções da EDP nos mercados					
Volume na NYSE Euronext Lisboa (M. euros)	9.710,1	21.256,5	12.812,5	5.639,4	5.470,9
Volume médio diário (M. euros)	37,9	83,4	50,2	21,9	21,1
Número de Acções Transaccionadas (M.) ⁽²⁾	2.761,1	5.079,7	4.080,9	2.505,2	2.477,2
Número Total de Acções Emitidas (M.)	3.656,5	3.656,5	3.656,5	3.656,5	3.656,5
Acções privatizadas no final do ano (M.)	2.936,2	3.096,2	3.096,2	3.096,2	2.936,2
% do Capital já privatizado	80%	85%	85%	85%	80%
Número de Acções Próprias a 31 Dez (M.)	35,7	15,5	7,1	17,3	14,3
Rotação anualizada do Capital (acções privatizadas)	94,0%	164,1%	131,8%	85,0%	84,4%
Valor de Mercado da EDP (M. euros)					
Capitalização bolsista no final do período	9.854,4	16.344,7	14.041,1	9.507,0	8.154,1
Rendibilidade total do Accionista					
Variação anual da cotação ⁽¹⁾	(1,78)	0,63	1,24	0,37	0,22
Dividendo Bruto por Acção distribuído no ano	0,125	0,110	0,100	0,092	0,090
Rendibilidade total do Accionista	-36,9%	19%	52%	21%	16%
Dividendos					
Dividendo por acção	0,14	0,125	0,11	0,10	0,092
"Dividend yield"	5,2%	2,8%	2,9%	3,8%	4,1%

⁽¹⁾ De forma a garantir a comparabilidade, as cotações das acções da EDP anteriores a 9 de Novembro de 2004 foram ajustadas pelo destaque dos direitos ao aumento de capital da EDP 2004.

⁽²⁾ O Número de acções transaccionadas foi ajustado de forma a manter inalterado o Volume de Negócios diário, após o ajustamento à cotação referido em ⁽¹⁾



GOVERNO DA SOCIEDADE

6.3. Política de Distribuição de Dividendos

Desde o início da admissão à cotação das acções EDP na Bolsa de Valores de Lisboa (actual NYSE Euronext Lisbon), a EDP tem anualmente procedido a uma criteriosa e fundamentada distribuição de dividendos, segundo regras de prudência e de criação de valor para os seus accionistas. Em consonância com essas regras, os valores dos dividendos distribuídos pela EDP, desde 1997, são os seguintes:

Exercício	Data de aprovação	Data de pagamento	Dividendo bruto	Dividendo líquido	
				Residentes	Não Resid.
1997 (1)	98/04/17	98/05/18	€ 0,648	€ 0,534	€ 0,534
1998 (1)	99/05/11	99/05/28	€ 0,698	€ 0,620	€ 0,620
1999 (1)	00/05/12	00/05/31	€ 0,698	€ 0,611	€ 0,611
2000 (2)	01/05/10	01/05/31	€ 0,140	€ 0,119	€ 0,119
2001 (2)	02/05/10	02/06/06	€ 0,113	€ 0,099	€ 0,093
2002 (2)	03/05/22	03/06/18	€ 0,090	€ 0,079	€ 0,074
2003 (2)	04/03/31	04/04/30	€ 0,090	€ 0,083	€ 0,079
2004 (2)	05/03/31	05/04/29	€ 0,09243	€ 0,085	€ 0,081
2005 (2)	06/03/30	06/04/28	€ 0,10000	€ 0,090	€ 0,090
2006 (2)	07/04/12	07/05/04	€ 0,11000	€ 0,099	€ 0,099
2007 (2)	08/04/10	08/05/08	€ 0,12500	€ 0,100	€ 0,100

⁽¹⁾ Valores convertidos de escudos para euros aproximados à terceira casa decimal. O valor bruto por acção referenciado na moeda em circulação à data do pagamento do dividendo foi de 129587 em 1997, 140500 em 1998 e 140500 em 1999

⁽²⁾ Após "stock split" em que cada acção foi substituída por cinco acções com o valor nominal igual a um quinto do seu valor antes do "stock split".

Em relação ao exercício de 2007, o Conselho de Administração Executivo da EDP submeteu à aprovação da Assembleia Geral de Accionistas, realizada em 10 de Abril de 2008, uma proposta de aplicação do resultado líquido (POC) de 502,2 milhões de euros, do qual 457,1 milhões de euros se destinavam à distribuição aos accionistas sob a forma de dividendos. A proposta foi aprovada por unanimidade na Assembleia Geral, tendo sido colocado a pagamento, em 8 de Maio de 2008, um dividendo bruto de 0,125 euros por cada acção.

Os Estatutos da EDP, em conformidade com as disposições legais vigentes, prevêem que os resultados do exercício sejam aplicados, nomeadamente, para:

- Cobertura dos prejuízos de exercícios anteriores;
- Constituição ou eventual reintegração da reserva legal e de outras reservas determinadas por lei;
- Constituição ou reforço de outras reservas constituídas pela Assembleia Geral;
- Distribuição de dividendos a accionistas;
- Atribuição de gratificação aos administradores e colaboradores, a título de participação nos lucros, segundo critérios definidos pela Assembleia Geral; e

- Atribuição à Fundação EDP de uma dotação para acções de mecenato de reconhecido mérito de acordo com programa a submeter ao Conselho Geral e de Supervisão no âmbito da política de cidadania empresarial e de desenvolvimento sustentável do Grupo EDP, no valor correspondente a até 0,1% do volume consolidado de negócios.

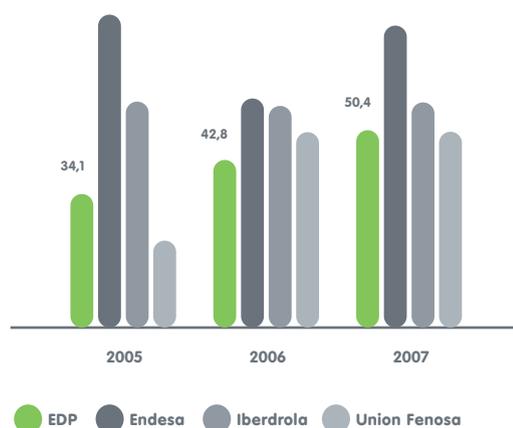
De acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, consideram-se resultados distribuíveis sob a forma de dividendos aqueles que resultam após a dedução dos prejuízos transitados de exercícios anteriores e a dotação de 5% para reforço da reserva legal, até perfazer a quinta parte do capital social e consideradas todas as outras limitações legais e estatutárias aplicáveis.

"Dividend Payout"

A EDP tem seguido uma política sustentada de distribuição de dividendos que procura conciliar, por um lado, a estrita observância das disposições legais e estatutárias relevantes, e, por outro lado, a partilha com todos os seus accionistas de uma parcela relevante do valor criado pelo Grupo em harmonia com as condições concretas da empresa e do mercado. A prossecução desta política visa permitir a obtenção, pelos accionistas, de um adequado retorno sobre o seu investimento, sem comprometer a conservação de valor da empresa, conforme fica evidenciado pela comparação com a distribuição de dividendos realizada pelas suas congéneres ibéricas:

Dividend Payout (%)

Dividendo distribuído / Resultado líquido



Nota: Resultado Líquido de acordo com os Princípios Contabilísticos Nacionais de cada país.

Conforme disposto no prospecto do aumento de capital da EDP realizado em Novembro de 2004, o valor global dos dividendos distribuídos pela empresa em relação ao exercício de 2004 foi ajustado pelo efeito técnico decorrente daquele aumento, considerando-se para tal a cotação de fecho da acção EDP na NYSE Euronext Lisbon, no último dia de negociação, com direitos de subscrição.

Assim sendo, o montante global de dividendos distribuídos pela EDP e a respectiva variação futura deverá ser determinado com base na proporção correspondente ao efeito do aumento de capital sobre a capitalização bolsista da EDP registada antes do mesmo.

A Assembleia Geral realizada em 10 de Abril de 2008, aprovou a proposta de aplicação de resultados que consiste na distribuição de um dividendo bruto por acção, em relação ao exercício de 2007, correspondente a 12,50 cêntimos de euro.

Perspectivas

A EDP entende que uma relação transparente com os investidores e com o mercado envolve a definição de critérios claros e objectivos razoáveis quanto à política de distribuição de dividendos, conforme tem sido salientado pela crescente exigência por parte da comunidade de investidores face à instabilidade dos mercados de capitais que se tem feito sentir nos últimos anos.

Neste sentido, no último evento “Investor Day”, realizado no dia 6 de Novembro de 2008, com investidores e analistas, tanto nacionais como estrangeiros, foi reforçado o objectivo de propor à Assembleia Geral anual a realizar em 2009 um aumento do dividendo anual bruto por acção de 1,5 cêntimos de euro face ao valor distribuído no exercício anterior.



GOVERNO DA SOCIEDADE

7. RELAÇÃO DA EMPRESA COM O MERCADO

7.1. Deveres Gerais de Informação

A possibilidade de acesso pelos investidores (potenciais e efectivos) a informação relativa à actividade da Sociedade constitui um pilar da política e actuação da EDP. De facto, a correcta percepção da estratégia, da situação financeira, contabilística e patrimonial e dos eventos significativos relacionados com a empresa, só é possível através da promoção da transparência informativa e do fácil acesso a informação de qualidade.

Neste contexto, a EDP instituiu em 1997 uma direcção de apoio ao investidor com o objectivo assegurar um adequado relacionamento entre a sociedade e os seus accionistas, a Direcção de Relações com Investidores (DRI). A DRI assegura um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos accionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores.

Desta forma, a EDP pretende, de modo continuado e transparente, assegurar a manutenção de uma relação próxima com todos os agentes do mercado, proporcionando, nomeadamente aos investidores, um conjunto de informações que os possam auxiliar na tomada de decisões de investimento (ou desinvestimento), de uma forma esclarecido, clara e concreta.

7.2. Direcção de Relações com Investidores da EDP

A função primordial da Direcção de Relações com Investidores consiste em actuar como interlocutor entre o Conselho de Administração Executivo da EDP e os investidores e os mercados financeiros em geral, sendo responsável, no âmbito da sua actividade normal, por toda a informação disponibilizada pelo Grupo EDP, quer no que se refere à divulgação de informação privilegiada e de outras comunicações ao mercado, quer no que respeita à publicação das demonstrações financeiras periódicas.

Para o desempenho das suas funções, esta Direcção mantém um fluxo de comunicação constante com investidores e analistas financeiros, disponibilizando toda a informação necessária para, com observância das disposições legais e regulamentares aplicáveis, satisfazer as solicitações de informação que lhe são dirigidas por estas entidades.

O representante para as relações com o mercado é o Administrador Eng. Nuno Alves, membro do Conselho de Administração Executivo. A Direcção de Relações com

Investidores da EDP é coordenada pelo Dr. Miguel Viana e encontra-se localizada no edifício da sede da Empresa em:

Praça Marquês de Pombal, n.º 12, 3.º Piso
 1250-162 Lisboa
 Telefone: +351 21 001 2834
 Fax +351 21 001 2899
 Email: ir@edp.pt
 "Website": www.edp.pt

No quadro seguinte apresenta-se uma síntese dos canais de comunicação que a EDP coloca à disposição dos seus accionistas para divulgação de informação respeitante a cada um dos tipos de documentação assinalada.

CANAIS	Presencialmente ¹	www.edp.pt	E-mail	Linha telefónica DRI ⁵	Correio postal ²	www.cmvm.pt	Media
Elementos obrigatórios por lei ou regulamento³							
Convocatória	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Propostas do Conselho de Administração	✓	✓	-	✓	-	-	-
Alteração dos Estatutos	✓	✓	-	✓	-	✓	-
Outras Propostas	✓	✓	-	✓	-	-	-
Relatório e Contas referente ao exercício de 2007 ⁴	✓	✓	✓	-	✓	✓	✓
Cargos de administração e fiscalização desempenhados em outras sociedades pelos membros dos órgãos sociais	✓	-	-	✓	-	-	-
Elementos adicionais disponibilizados pela EDP							
Minutas para o exercício de voto por representação	✓	✓	✓	✓	✓	-	-
Boletins de voto para o exercício de voto por correspondência postal	✓	✓	✓	✓	✓	-	-
Minutas para o exercício de voto por correspondência electrónica	✓	-	✓	✓	✓	-	-
Esclarecimento de questões	✓	✓	✓	✓	✓	-	-
Estatutos e regulamentos da EDP	✓	✓	✓	✓	✓	✓	-
Resultados das votações das propostas	✓	-	-	✓	✓	✓	-

¹ Na sede da EDP.

² Adicionalmente, por iniciativa da EDP: Informação do Presidente do C.A. relativa à participação nas Assembleias Gerais de Accionistas de 2005, 2006, 2007 e 2008, Comunicação do Presidente da C.E. dando conhecimento da actividade e indicadores económico-financeiros no final de cada exercício e Comunicações sempre que ocorram factos de relevância para a sociedade.

³ Código das Sociedades Comerciais (artigo 289.º) e Regulamento da CMVM n.º 7/2001 com as alterações introduzidas pelos Regulamentos da CMVM n.º 10/2005 e n.º 3/2006.

⁴ Relatório de gestão, contas individuais e consolidadas, certificação legal das contas e parecer do Fiscal Único

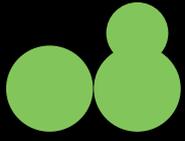
⁵ Linha telefónica Relação com Investidores: +351 21 001 28 34

7.3. Informação da Sociedade no "Website" da Internet da Sociedade

Para além da existência da Direcção de Relações com Investidores e, em cumprimento das exigências regulamentares da CMVM, a EDP disponibiliza, através do seu "Website" ("www.edp.pt"), toda a informação de carácter legal ou respeitante ao governo da sociedade, actualizações acerca do desenvolvimento da actividade do Grupo, bem como um completo conjunto de dados financeiros e operacionais da empresa, de modo a facilitar

a consulta e o acesso à informação por parte dos seus accionistas, analistas financeiros e outros interessados.

A informação disponibilizada por este meio, em língua portuguesa e inglesa, inclui os dados da sociedade, relatórios de prestação de contas, os comunicados de informação privilegiada, os Estatutos e os regulamentos internos dos corpos sociais, a estrutura accionista do Grupo, a documentação preparatória de cada Assembleia Geral, a evolução histórica da cotação da acção EDP, o calendário de eventos societários, a identidade dos titulares dos Órgãos Sociais e do representante para as relações com o mercado, contactos da Direcção de Relação com Investidores, para além de outras informações de potencial interesse sobre o Grupo. O "Website" da EDP na Internet possibilita ainda a todos os interessados consultar ou requerer o envio dos documentos de prestação de contas referentes a qualquer exercício contabilístico desde 1999.



ÍNDICE

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	178
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	182
PERSPECTIVAS PARA 2009	183
REFERÊNCIAS FINAIS	185
ANEXOS – AVALIAÇÃO GRI	186
CARTA DE CERTIFICAÇÃO	190
EXTRACTO DA ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL	192



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstração dos Resultados Consolidados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

	Notas	2008			2007
		Operações em continuação (Milhares de Euros)	Operações em descontinuação (Milhares de Euros)	Total (Milhares de Euros)	Total (Milhares de Euros)
Volume de negócios	6	13.671.204	222.859	13.894.063	11.010.778
Custos com aquisição de electricidade	6	-6.558.250	-69.023	-6.627.273	-4.748.100
Custos com aquisição de gás	6	-823.200	-	-823.200	-585.227
Variação nos inventários e custo das matérias primas e consumíveis	6	-1.544.024	-2.381	-1.546.405	-1.123.983
		4.745.730	151.455	4.897.185	4.553.468
Outros proveitos / (custos) de exploração					
Outros proveitos de exploração	7	226.242	2.431	228.673	160.397
Fornecimentos e serviços externos	8	-707.783	-27.985	-735.768	-684.187
Custos com o pessoal	9	-557.676	-15.998	-573.674	-576.963
Custos com benefícios aos empregados	9	-159.400	-1.800	-161.200	-289.370
Outros custos de exploração	10	-454.918	-45.362	-500.280	-535.070
		-1.653.535	-88.714	-1.742.249	-1.925.193
		3.092.195	62.741	3.154.936	2.628.275
Provisões do exercício	11	-27.994	-4.077	-32.071	-42.095
Amortizações do exercício	12	-1.276.581	-29.009	-1.305.590	-1.130.858
Compensações de amortizações	12	110.712	2.885	113.597	105.007
		1.898.332	32.540	1.930.872	1.560.329
Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros	13	481.732	-	481.732	262.561
Outros proveitos financeiros	14	1.175.092	11.005	1.186.097	623.602
Outros custos financeiros	14	-2.112.605	-16.194	-2.128.799	-1.169.421
Ganhos / (perdas) em associadas	20	34.687	-	34.687	23.708
Resultado antes de impostos		1.477.238	27.351	1.504.589	1.300.779
Impostos sobre lucros	15	-274.474	-9.325	-283.799	-280.848
Resultado depois de impostos e antes de alienação de operações em descontinuação		1.202.764	18.026	1.220.790	1.019.931
Ganhos / (perdas) na alienação de operações em descontinuação	45	-	-8.448	-8.448	-
Resultado líquido do exercício		1.202.764	9.578	1.212.342	1.019.931
Atribuível a:					
Accionistas da EDP		1.089.569	2.297	1.091.866	907.252
Interesses minoritários	32	113.195	7.281	120.476	112.679
Resultado líquido do exercício		1.202.764	9.578	1.212.342	1.019.931
Resultado por acção (Básico e Diluído) – Euros	29	0,30	0,00	0,30	0,25

Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

	Notas	2008 (Milhares de Euros)	2007 (Milhares de Euros)
Activo			
Activos fixos tangíveis	16	21.125.562	18.756.295
Activos intangíveis	17	2.649.816	2.173.141
Goodwill	18	3.192.484	3.004.783
Investimentos financeiros em empresas associadas	20	172.754	251.807
Activos financeiros disponíveis para venda	21	350.887	705.260
Activos por impostos diferidos	22	539.878	687.265
Clientes	24	112.044	136.748
Devedores e outros activos	25	2.637.703	1.447.033
Total dos Activos Não Correntes		30.781.128	27.162.332
Inventários	23	276.800	282.595
Clientes	24	1.646.613	1.622.428
Devedores e outros activos	25	1.632.172	669.102
Impostos a receber	26	544.740	834.129
Activos financeiros ao justo valor através dos resultados	27	83.227	49.034
Caixa e equivalentes de caixa	28	713.587	864.711
Activos detidos para venda	39	30.828	42.386
Total dos Activos Correntes		4.927.967	4.364.385
Total do Activo		35.709.095	31.526.717
Capitais Próprios			
Capital	29	3.656.538	3.656.538
Acções próprias	30	-126.532	-65.741
Prémios de emissão de acções	29	501.992	501.992
Reservas e resultados acumulados	31	1.241.316	1.264.105
Resultado líquido atribuível aos accionistas da EDP		1.091.866	907.252
Capitais Próprios atribuíveis aos accionistas da EDP		6.365.180	6.264.146
Interesses minoritários	32	2.181.729	1.014.612
Total dos Capitais Próprios		8.546.909	7.278.758
Passivo			
Dívida financeira	34	10.874.311	10.064.346
Benefícios aos empregados	35	1.833.887	1.715.377
Provisões para riscos e encargos	36	323.719	376.041
Conta de hidraulicidade	33	237.822	227.686
Passivos por impostos diferidos	22	655.947	632.479
Credores e outros passivos	37	4.867.083	4.464.517
Total dos Passivos Não Correntes		18.792.769	17.480.446
Dívida financeira	34	3.812.014	2.541.646
Credores e outros passivos	37	4.153.100	3.649.890
Impostos a pagar	38	388.462	575.977
Passivos detidos para venda	39	15.841	-
Total dos Passivos Correntes		8.369.417	6.767.513
Total do Passivo		27.162.186	24.247.959
Total dos Capitais Próprios e Passivo		35.709.095	31.526.717



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstração dos Resultados Individual para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

	Notas	2008 (Milhares de Euros)	2007 (Milhares de Euros)
Volume de negócios	6	2.322.526	1.240.047
Custos com aquisição de electricidade	6	-1.830.374	-878.792
Variação nos inventários e custo das matérias primas e consumíveis	6	-400.351	-249.214
		91.801	112.041
Outros proveitos / (custos) de exploração			
Outros proveitos de exploração	7	20.764	19.294
Fornecimentos e serviços externos	8	-107.347	-101.784
Custos com o pessoal	9	-10.003	-14.186
Custos com benefícios aos empregados	9	-177	-103
Outros custos de exploração	10	-11.447	-57.995
		-108.210	-154.774
		-16.409	-42.733
Provisões do exercício	11	-1.519	-12.026
Amortizações do exercício	12	-5.805	-5.716
		-23.733	-60.475
Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros	13	15.164	231.985
Outros proveitos financeiros	14	2.282.728	1.193.152
Outros custos financeiros	14	-1.796.055	-870.519
Ganhos / (perdas) em associadas		-	113
Resultado antes de impostos		478.104	494.256
Impostos sobre lucros	15	72.874	7.902
Resultado líquido do exercício		550.978	502.158

Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

	Notas	2008 (Milhares de Euros)	2007 (Milhares de Euros)
Activo			
Activos fixos tangíveis	16	107.038	82.450
Activos intangíveis	17	41	56
Investimentos financeiros em empresas filiais	19	9.506.408	8.347.450
Investimentos financeiros em empresas associadas	20	49.773	66.988
Activos financeiros disponíveis para venda	21	134.159	198.857
Activos por impostos diferidos	22	60.716	–
Devedores e outros activos	25	5.911.157	5.939.598
Total dos Activos Não Correntes		15.769.292	14.635.399
Inventários	23	27.744	–
Clientes	24	18.390	40.458
Devedores e outros activos	25	2.830.973	1.645.801
Impostos a receber	26	95.437	88.334
Activos financeiros ao justo valor através dos resultados	27	232	3
Caixa e equivalentes de caixa	28	182.879	119.609
Activos detidos para venda	39	–	44.500
Total dos Activos Correntes		3.155.655	1.938.705
Total do Activo		18.924.947	16.574.104
Capitais Próprios			
Capital	29	3.656.538	3.656.538
Acções próprias	30	-120.437	-65.741
Prémios de emissão de acções	29	501.992	501.992
Reservas e resultados acumulados	31	1.681.607	1.668.108
Resultado líquido do exercício		550.978	502.158
Total dos Capitais Próprios		6.270.678	6.263.055
Passivo			
Dívida financeira	34	2.859.631	3.178.922
Provisões para riscos e encargos	36	79.014	29.580
Conta de hidraulicidade	33	237.822	227.686
Passivos por impostos diferidos	22	–	53.253
Credores e outros passivos	37	2.401.840	3.155.911
Total dos Passivos Não Correntes		5.578.307	6.645.352
Dívida financeira	34	5.360.236	2.945.367
Credores e outros passivos	37	1.704.896	709.719
Impostos a pagar	38	10.830	10.611
Total dos Passivos Correntes		7.075.962	3.665.697
Total do Passivo		12.654.269	10.311.049
Total dos Capitais Próprios e Passivo		18.924.947	16.574.104



PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Nos termos do artigo 30.º do contrato de sociedade, o Conselho de Administração Executivo propõe que o Resultado Líquido tenha a seguinte aplicação:

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS ESTATUTÁRIOS INDIVIDUAIS 2008

Reserva Legal	27.548.881,70 €
Dividendos	511.915.280,10 €
Dotação para a Fundação EDP	6.000.000,00 €
Resultados Transitados	5.513.472,13 €
Resultado Líquido	550.977.633,93 €

O dividendo proposto é de 0,14 euros por acção.

PERSPECTIVAS PARA 2009

Em termos perceptivos e ao nível da conjuntura económica mundial, o ano de 2009 deverá continuar a ser marcado por elevados níveis de incerteza e volatilidade, traduzindo-se num forte abrandamento da actividade económica, sem que seja clara a extensão do seu impacto nos níveis de procura global ou inf ação. Apesar dos programas de recuperação económica anunciados por diversos governos, os efeitos da actual crise estendem-se a vários sectores da economia. Em Portugal, de acordo com as estimativas do Banco de Portugal, o PIB deverá contrair 0,8% em 2009 e a inf ação deverá situar-se em 1%. Ainda sem data definida, deverão decorrer no segundo semestre de 2009 eleições legislativas e autárquicas em Portugal. Em Espanha, o PIB poderá contrair 2% em 2009, enquanto a inf ação poderá situar-se em 0,6%, segundo a previsão da Comissão Europeia. No Brasil, estima-se que o PIB cresça cerca de 3% e a inf ação se situe nos 4,7%. As próximas eleições presidenciais no Brasil terão lugar em 2010.

Em 2009, prevê-se que o consumo de electricidade e gás apresente níveis inferiores aos verificados em 2008 nos principais mercados em que o Grupo EDP actua, embora se espere que estas quedas venham a ter dimensões diferenciadas em cada mercado. Em Portugal, estima-se que o consumo de electricidade venha a registar uma ligeira queda, em cerca de 1%, em resultado do reduzido peso da indústria pesada no consumo eléctrico português, comparativamente ao que acontece noutras economias mundiais, e da inexistência de uma queda brusca da actividade do sector da construção em Portugal, o qual já vinha a apresentar níveis de actividade decrescentes ao longo dos últimos anos. Em Espanha, estima-se que o consumo de electricidade e gás em 2009 sofra reduções mais significativas, em resultado não só do maior peso da indústria pesada no consumo de electricidade e gás - tais como a indústria automóvel e do aço, que enfrentam reduções muito significativas dos seus níveis de actividade - mas também da redução brusca da actividade de construção, após vários anos consecutivos de expansão da actividade. No Brasil, o consumo de electricidade deverá sofrer também uma redução em relação a 2008, penalizado essencialmente por níveis menos elevados de consumo do sector industrial, nomeadamente do sector exportador.

O elevado peso das actividades reguladas do Grupo EDP, com modelos de remuneração estáveis baseados essencialmente em taxas de retorno fixas sobre o capital investido, e a prudente gestão de riscos em mercados energéticos efectuada quer ao nível consolidado quer ao nível de cada uma das actividades do Grupo EDP, serão, sem dúvida, factores críticos que ganharão ainda maior relevo neste enquadramento de instabilidade e incerteza, garantindo as condições adequadas para que o Grupo EDP continue a satisfazer aos seus clientes, a necessidade básica de acesso à energia.

Ao nível da gestão de risco em mercados energéticos, a prudente política de "hedging", adoptada pelo Grupo EDP para as suas actividades de produção e comercialização de electricidade e gás em mercado liberalizado na Península Ibérica, assegura já uma redução muito significativa dos níveis de risco de rentabilidade desta actividade para o ano 2009. Ao longo de 2009, a EDP focar-se-á sobretudo na definição da sua estratégia de gestão de risco em mercados energéticos para 2010.

Os aumentos verificados, no início de 2009, nas tarifas reguladas de electricidade para clientes finais em Portugal e Espanha, não serão suficientes para fazer face aos déficits tarifários acumulados pelas empresas eléctricas em anos anteriores, fruto da manutenção da estabilidade ou do crescimento moderado das tarifas ao longo dos últimos anos, mesmo em períodos de acentuado aumento dos custos de produção. Em Portugal, a situação de déficit tarifário surgiu de forma mais crítica apenas em 2008, em resultado da conjugação de um ano extremamente seco com um período onde os custos dos combustíveis fósseis atingiram máximos históricos. Em Portugal, a ERSE anunciou que o deficit tarifário de €1.27bn criado em 2007 e 2008, começará a ser pago pelos consumidores portugueses apenas a partir de Janeiro de 2010, repartido ao longo de um período de 15 anos. Em Espanha, o governo e os operadores do sector eléctrico, estão actualmente a estudar uma solução para colocar um fim aos recorrentes défices tarifários, que se espera alcançar até 1 de Julho de 2009, data prevista para o fim da opção por tarifas eléctricas reguladas para os segmentos residencial e de grandes consumidores industriais (G4), dando assim um impulso ao volume de electricidade comercializada em mercado livre.

Em termos de revisões regulatórias, antecipa-se um ano sem grandes novidades, já que a actividade de distribuição de electricidade em Portugal iniciou, em Janeiro de 2009, um período regulatório de três anos e no Brasil, as distribuidoras Escelsa e Bandeirante estão sujeitas a novas revisões apenas em 2010 e 2011, respectivamente.

O plano de investimentos do Grupo EDP contempla um investimento médio anual de 3 mil milhões de euros para o período 2009-2012, em ritmo compatível com o compromisso de manutenção de uma notação de "rating" na região 'A'. Cerca de 80% do investimento planeado para 2009-2010 encontra-se comprometido, quer através de obras de construção já em curso, quer através de encomendadas de turbinas eólicas já efectuadas aos fornecedores. Em Portugal, o Grupo EDP deverá arrancar com operações em dois novos grupos de CCGT - Lares 1 e 2 - com 862MW de capacidade instalada, contribuindo assim para uma melhoria da margem de reserva do país.



PERSPECTIVAS PARA 2009

Adicionalmente, prosseguem os trabalhos de repotenciação de 3 barragens (Bemposta II, Picote II e Alqueva II) e de construção da nova barragem do Baixo Sabor. Estes projectos representam um acréscimo de capacidade de 862MW, com início de operações previsto para 2011 e 2013. No Brasil, a Energias do Brasil deverá prosseguir com a construção de central a carvão de Pecém (720MW, detidos em 50/50 pela Energias do Brasil e MPX), cujo arranque está previsto para Dezembro de 2011 e com PPA já contratado. Mais de 60% do plano de investimentos do Grupo EDP para o período 2009-2012, diz respeito à actividade de produção de energia eólica. Em Dezembro de 2008, a EDP Renováveis tinha em construção 762MW de novas instalações eólicas na Europa e nos EUA, tendo adjudicado aos seus fornecedores 1,8GW de turbinas eólicas a instalar nos mercados onde a EDP opera ao longo dos anos 2009-2011. No que diz respeito à clarificação das perspectivas de rentabilidade e risco do investimento a concretizar em novas centrais eólicas, é fundamental o acompanhamento da evolução de dois factores importantes: a rapidez de implementação, dimensão e estabilidade dos incentivos à construção de nova capacidade de produção eólica nos EUA, que faz parte integrante do programa de recuperação económica anunciado pela Administração Obama, e a evolução do preço de mercado das turbinas eólicas, o principal custo de produção desta actividade.

Apesar de uma envolvente actualmente mais exigente, o Grupo EDP está confiante que a sua solidez financeira e o seu perfil de baixo risco permitirão aceder, em condições competitivas, aos mercados de crédito, permitindo assim financiar as suas necessidades de financiamento para 2009.

Em conclusão, num ano que será marcado pela volatilidade e incerteza, o Grupo EDP continuará a orientar a sua estratégia em três pilares: Risco controlado, Eficiência superior e Crescimento orientado. Esta estratégia, conjugada com um peso superior a 85% de actividades de baixo risco no seu portfolio de negócios, deverá possibilitar à EDP enfrentar com sucesso os desafios exigentes do ano 2009.

REFERÊNCIAS FINAIS

Como referências finais, o Conselho de Administração Executivo pretende deixar uma palavra de agradecimento a todos aqueles que contribuíram e acompanharam a actividade do Grupo EDP ao longo de exercício de 2008.

Aos Senhores Accionistas, em primeiro lugar, agradecemos pela atenção e confiança depositada no actual Conselho de Administração Executivo, em particular na capacidade de executar a estratégia do Grupo EDP como forma de crescimento e criação de valor.

Aos Órgãos Sociais, a quem estão cometidas as funções de fiscalização e de supervisão do Grupo, uma palavra de apreço pelo trabalho desenvolvido ao longo do ano.

Em particular o apoio e orientação ao Conselho de Administração Executivo recebido por parte do Conselho Geral e de Supervisão. A consolidação deste modelo de governo tem sido um aspecto fundamental no funcionamento eficiente e eficaz da gestão, para a fiscalização da sua actividade e para a defesa do interesse de todos os “Stakeholders” do Grupo.

Uma palavra de agradecimento, pelo apoio prestado às actividades do Grupo ao longo do último exercício, aos membros dos Órgãos de Soberania dos países em que a EDP tem presença institucional e que acompanharam a EDP na sua acção em prol do desenvolvimento económico e social das respectivas populações.

Importa também assinalar, à imagem dos anos anteriores, a relação construtiva e de colaboração entre a EDP e as entidades reguladoras do sector energético. Em particular, realce para Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) e para a Direcção Geral de Energia e Geologia (DGEG), em Portugal, assim como para as entidades reguladoras dos países em que a actividade do grupo EDP assume maior expressão, designadamente a CNE, em Espanha, a ANEEL no Brasil e a FERC e a NERC nos EUA.

Os agradecimentos do Conselho de Administração Executivo são ainda extensivos a todas as outras entidades que ao longo de 2008 interagiram com a EDP, nomeadamente:

- CMVM, Euronext Lisbon, Interbolsa, CNMV, CVM e BOVESPA;
- Auditores Externos das Empresas do Grupo EDP;
- Instituições Financeiras, Obrigacionistas e Agências de Rating;
- Instituições de carácter científico, universitário e técnico;
- Associação Portuguesa das Empresas do Sector Eléctrico – ELECPOR;
- Asociacion Española de la Industria Eléctrica – UNESA;
- European Wind Energy Association – EWEA e American Wind Energy Association – AWEA;
- Associação Nacional de Municípios Portugueses e Câmaras Municipais;
- Organizações não governamentais de carácter ambiental e social.

Um agradecimento especial para todos os clientes das Empresas do Grupo EDP. A plena satisfação das suas necessidades, através do nosso empenho e prestação de um serviço de qualidade e excelência, é uma prioridade constante para nós.

O Conselho agradece aos vários órgãos de comunicação social, que, mais de perto, acompanharam a empresa ao longo de 2008. O rigor e a isenção da cobertura dos vários acontecimentos do Grupo EDP são um estímulo para continuar a elevar os parâmetros de profissionalismo e transparência da Gestão.

Por fim uma palavra especial a todos os colaboradores da EDP. O Conselho de Administração Executivo agradece o profissionalismo, empenho e competência no desempenho das suas funções e o contributo para tornar a EDP cada vez mais dinâmica, competitiva e global.

O Conselho de Administração Executivo

António Luís Guerra Nunes Mexia (Presidente)

Ana Maria Machado Fernandes

António Fernando Melo Martins da Costa

António Manuel Barreto Pita de Abreu

João Manuel Manso Neto

Jorge Manuel Pragana da Cruz Morais

Nuno Maria Pestana de Almeida Alves



ANEXOS – AVALIAÇÃO GRI

1. AVALIAÇÃO GRI

Os conteúdos do Relatório e Contas EDP 2009 foram elaborados considerando as orientações da “Global Reporting Initiative”. A tabela GRI apresentada sintetiza os indicadores GRI, podendo ser consultada uma tabela completa em www.edp.pt. > Sustentabilidade > Relatórios.

TABELA GRI EDP		Global Compact Princípios relacionados
	Fonte informação	
1. ESTRATÉGIA E ANÁLISE	Pág. 7-9, 42-43 ⁽¹⁾	
2. PERFIL ORGANIZACIONAL	Pág. 12, 13, 24, 25, 28, 29, 78, 79, 107, 126, 189, 196	
3. PARÂMETROS DO RELATÓRIO		
Perfil do Relatório	Pág 189; www.edp.pt > Sustentabilidade > Relatórios	
Âmbito e Limites do Relatório	Pág 189; www.edp.pt > Sustentabilidade > Relatórios	
Verificação	Pág 190; www.edp.pt > Sustentabilidade > Relatórios	
4. GOVERNAÇÃO	pág. 116-174; www.edp.pt > Governo Societário	
Compromissos com Iniciativas Externas	pág. 149-155; www.edp.pt > Comunidade > Participações	
Participação das Partes Interessadas	www.edp.pt > Sustentabilidade > Diálogo com as Partes Interessadas	
DESEMPENHO ECONÓMICO		
DESEMPENHO		
EC1	Pág. 15	
EC2	Pág. 107 e 108 e Carbon Disclosure Project Report. Caderno Financeiro, Nota 4	
EC3	Pág. 44; Caderno Financeiro, Políticas Contabilísticas, Nota 2, alínea n)	
EC4	Pág. 15	
PRESENÇA NO MERCADO		
EC5	Pág. 80	
EC6	Pág. 98	
EC7	Pág. 100-101; 95%	
IMPACTES ECONÓMICOS INDIRECTOS		
EC8	Pág. 100-104	
EC9	n.d.	
DESEMPENHO AMBIENTAL		
MATERIAIS		
EN1	Pág. 106, 111	7;8
EN2	não existem	
ENERGIA		
EN3	Pág. 106	
EN4	Pág. 106	
EN5	Pág. 106, 109	7;9
EN6	Pág. 94, 95	
EN7	www.eco.edp.pt	

 Indicadores essenciais
 Indicadores adicionais

	Fonte informação	Global Compact Princípios relacionados
ÁGUA		
EN8	Pág. 106	
EN9	n.d.	7;8
EN10	0%	
BIODIVERSIDADE		
EN11	Pág. 110	
EN12	Pág. 110, www.edp.pt > Sustentabilidade > Biodiversidade	
EN13	Pág. 109	7;8
EN14	Pág. 109, www.edp.pt > Sustentabilidade > Biodiversidade	
EN15	n.d.	
EMISSÕES, EFLUENTES, RESÍDUOS		
EN16	Pág. 14, 106 e Carbon Disclosure Project Report	
EN17	Pág. 106	
EN18	Pág. 108, 109	
EN19	⁽²⁾	
EN20	Pág. 106	
EN21	www.edp.pt > Sustentabilidade > Ambiente > Gestão e Desempenho	8
EN22	Pág. 106, 111	
EN23	não existiram derrames significativos	
EN24	n.d.	
EN25	n.d.	
PRODUTOS E SERVIÇOS		
EN26	www.eco.edp.pt ; www.edp.pt > Sustentabilidade > Ambiente > Avaliação de impacte	7
EN27	n.a. ⁽³⁾	
CONFORMIDADE		
EN28	Pág. 106	8
TRANSPORTE		
EN29	www.edp.pt > Sustentabilidade > Ambiente > Avaliação de impacte	7
INVESTIMENTOS AMBIENTAIS		
EN30	Pág. 111, Caderno Financeiro, Nota 50	7;8;9
DESEMPENHO SOCIAL		
EMPREGO		
LA1	Pág. 80	
LA2	Pág. 80	6
LA3	n.d.	
TRABALHO/RELAÇÕES DE GESTÃO		
LA4	Pág. 80	
LA5	Pág. 82	1;3
SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL		
LA6	Pág. 88	
LA7	Pág. 80	
LA8	Pág. 80, 87, 88	1
LA9	n.d.	
FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO		
LA10	Pág. 80	
LA11	Pág. 83, 84	6
LA12	Pág. 82, 83	
DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES		
LA13	Pág. 80	
LA14	Pág. 80, 81	2;6
INVESTIMENTO E PRÁTICAS DE "PROCUREMENT"		
HR1	100%, referidas nas condições gerais de compra do Grupo EDP, Pág. 98, 99	
HR2	10% ⁽⁴⁾	1
HR3	0% ⁽⁴⁾	

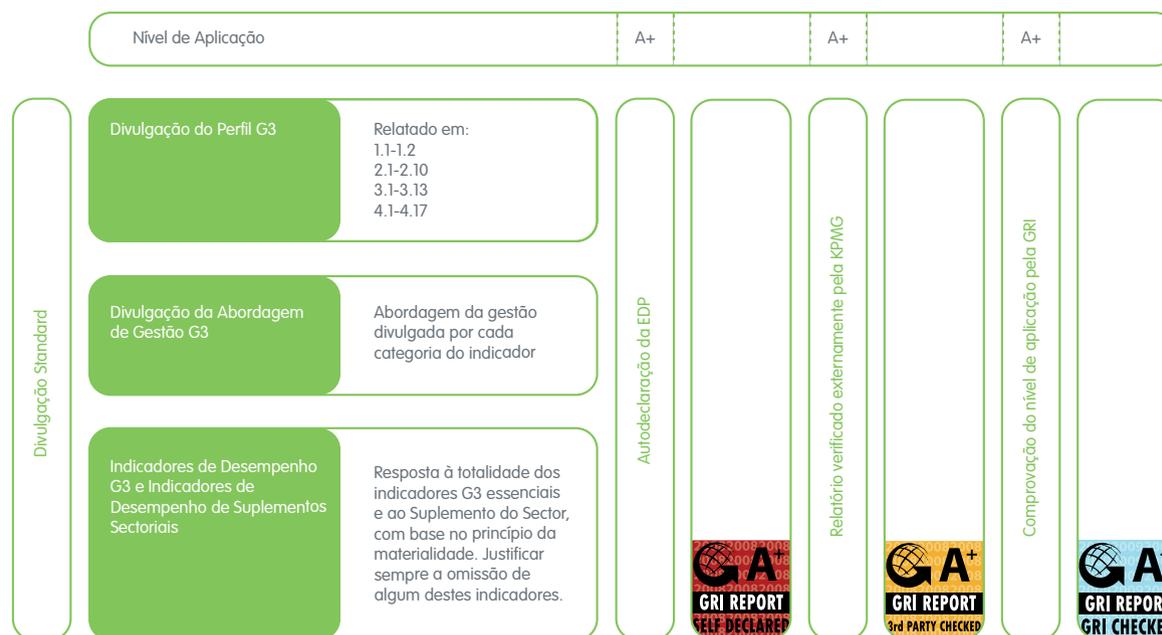


ANEXOS – AVALIAÇÃO GRI

	Fonte informação	Global Compact Princípios relacionados
NÃO DECRIMINAÇÃO		
HR4	Pág. 142	1,6
LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO E SINDICALIZAÇÃO		
HR5	www.edp.pt > Governo Societário > Código de Ética (Cláusula 2.2.2 e 3.1.1), pág. 82	1,3
TRABALHO INFANTIL		
HR6	www.edp.pt > Governo Societário > Código de Ética (Cláusula 3.1.2)	1,5
TRABALHO FORÇADO E COMPULSÓRIO		
HR7	www.edp.pt > Governo Societário > Código de Ética (Cláusula 3.1.2)	1,4
PRATICAS DE SEGURANÇA		
HR8	n.d.	1
HR9	0	
COMUNIDADE		
SO1	www.edp.pt > Sustentabilidade > Ambiente > Avaliação de Impacte, pág. 101	
CORRUPÇÃO		
SO2	Pág. 142. % é dada por região.	10
SO3	0%	
SO4	Pág. 142	
POLÍTICA PÚBLICA		
SO5	Pág. 102, www.edp.pt > Sustentabilidade > Relatórios	
SO6	www.edp.pt > Governo Societário > Código de Ética (Cláusula 4.1.2)	
CONCORRÊNCIA DESLEAL		
SO7	n.d.	10
CONCORDÂNCIA		
SO8	(5)	
SAÚDE E SEGURANÇA DO CONSUMIDOR		
PR1	Pág. 112	
PR2	0	
ROTULAGEM DE PRODUTOS E SERVIÇOS		
PR3	não implementado (7)	
PR4	n.d.	
PR5	Pág. 90, 91	
PUBLICIDADE		
PR6	não existe	
PR7	não existe	
PR8	n.d.	
PR9	(5)	

(1) Informação mais detalhada pode ser consultada no capítulo Enquadramento da Actividade, pág. 30-40
 (2) A única fonte de emissão de substâncias responsáveis pela depleção da camada de ozono identificada pela empresa é proveniente dos sistemas de ar condicionado mais antigos, existentes nos edifícios administrativos. A empresa tem um plano em curso de substituição destes sistemas, que já são uma minoria ao nível do Grupo.
 (3) O produto vendido pela Empresa (energia eléctrica e gás) não é embalado.
 (4) Se excluirmos acções de sensibilização em Prevenção e Segurança
 (5) O valor monetário de multas para o Grupo EDP não tem materialidade pelo que não se justifica a su desagregação por diferentes categorias
 (6) Valor correspondente ao mercado ibérico.
 (7) Apesar de existirem directivas europeias e legislação nacional para este fim (publicadas durante 2007), à escala nacional o processo ainda se encontra em fase final de operacionalização. A título voluntário, no âmbito da comercialização de energia verde, a EDP disponibiliza aos seus clientes informação da fonte de energia utilizada, que implica a não emissão de CO₂. O mesmo se aplica à componente de mercado liberalizado em Portugal.

O nível de relato alcançado foi de A+, comprovado pela KPMG e pela Global Reporting Initiative.



1.1. Conteúdos e organização do relato

Este é o primeiro ano em que a EDP publica um relatório integrando a componente institucional, sustentabilidade e governo da sociedade, num só Caderno, quebrando a tradição de um caderno de sustentabilidade autónomo, como até aqui acontecia. Informação complementar pode ainda ser encontrada no Caderno Financeiro, publicado conjuntamente.

Os conteúdos deste Caderno relatam o desempenho da empresa entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2008, mencionando-se também os factos relevantes para a empresa ocorridos durante o primeiro trimestre do ano seguinte. Para além deste relatório anual, a EDP comunica ao mercado os resultados trimestrais e disponibiliza em versão on-line o conjunto de indicadores de sustentabilidade considerados mais relevantes.

Este Caderno está organizado em três secções distintas: Síntese da actividade, onde são apresentados os diferentes negócios do Grupo organizado pelos países onde a EDP opera.

Para informação complementar associada aos conteúdos e organização do relato anual, consultar www.edp.pt > [Sustentabilidade > Relatórios](#)

1.1.1. Critérios de consolidação corporativos

Comparativamente ao ano de 2007, os critérios de consolidação utilizados mantêm-se. Foram adoptados os seguintes métodos de consolidação contabilística, do perímetro de consolidação de contas:

Integral: Relata-se o desempenho das empresas detidas as 100%, ou cujo controlo de gestão é detido pela EDP.

Controlo proporcional: Consolida apenas a percentagem que detém nas empresas, nomeadamente a:

- a. 50%: EDP Produção Bioelétrica; COGENERACION Y MATENIMIENTO AIE; PROENERCAM S.L.; BIOASTUR AIE; COGERACIÓN BERGARA AIE; Flat Rock Windpower LLC; Compañía Eólica Aragonesa, S.A.; e a,
- b. 40%: Desarrollos Energeticos Canarios S.A.; Evolución 2000, S.L.; Horta Medioambiente S.A.; Ibersol E. Solar Ibérica, SA; Murciasol-1 Solar Térmica, S.L; TEBAR EOLICA, S.A.

1.1.2. Glossário

De forma a melhorar a transparência do relato, pode ser consultado o Glossário on-line que inclui definição dos indicadores quantitativos apresentados ao longo do documento. www.edp.pt > [Sustentabilidade](#)



CARTA DE CERTIFICAÇÃO



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental
Av. Poço da Velha, 71 - A, 11.^o
1009-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO INDEPENDENTE

Introdução

1. Formos solicitados pelo Conselho de Administração Executivo da EDP – Energias de Portugal, S.A. (“EDP”) para procedermos à verificação independente da informação relativa aos indicadores económicos, ambientais e sociais incluídos no Caderno Institucional e de Sustentabilidade do Relatório e Contas 2008 (“Caderno”) do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008. O nosso trabalho foi circunscrito aos procedimentos de verificação documental e de conformidade com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas do Grupo, conforme descrito no parágrafo 5 abaixo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração Executivo da EDP, a preparação do Caderno Institucional e de Sustentabilidade do Relatório e Contas 2008, a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, bem como a definição, implementação e execução dos processos, procedimentos e critérios adequados para a recolha, tratamento e validação da informação nele relatada. A nossa responsabilidade consiste na emissão de um relatório independente de fiabilidade sobre a informação acima referida, com base nos procedimentos de verificação que efectuámos.

O nosso trabalho foi conduzido unicamente com o objectivo de relatar sobre informação relativa aos indicadores económicos, ambientais e sociais incluídos no Caderno e para mais nenhum propósito. Deste modo, não aceitamos ou assumimos qualquer responsabilidade perante qualquer pessoa, individual ou colectiva, para além da própria EDP, pelo nosso trabalho, por este Relatório ou pelas conclusões que formalizámos.

Âmbito

3. O âmbito da nossa verificação refere-se a informação relativa aos indicadores económicos, ambientais e sociais, da actividade da Empresa e das suas participadas, em Portugal, Espanha, Brasil e Estados Unidos da América, para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2008 incluídos no anexo “Avaliação GRF” com excepção dos dados referentes à qualidade do serviço técnico e comercial. O perímetro de empresas consideradas pelo Conselho de Administração Executivo é descrito no capítulo “Conteúdos e Organização do Relatório” do Caderno Institucional e de Sustentabilidade do Relatório e Contas 2008. O Caderno Institucional e de Sustentabilidade do Relatório e Contas 2008 deve ser lido em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas da EDP para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2008, a fim de se obter um melhor entendimento sobre o desempenho da EDP.

Metodologia de Verificação e Critérios

4. O nosso trabalho de revisão foi efectuado de acordo com a Norma Internacional sobre Trabalho de Garantia de Fiabilidade “ISAE 3000 – Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Exames Simplificados de Informação Financeira Histórica” emitida pelo International Auditing and Assurance Standards Board da International Federation of Accountants. De acordo com esta norma, o nosso trabalho de verificação foi planeado e executado com o objectivo de obter um nível de garantia limitada de fiabilidade sobre se a informação quantitativa objecto da nossa revisão está isenta de distorções materialmente relevantes.

O nosso trabalho não teve como objectivo a emissão de uma opinião de auditoria pelo que tal opinião não é emitida.



Dado que não existem normas geralmente aceites, que sejam aplicáveis à preparação de relatórios de sustentabilidade, a EDP aplica critérios internos, definidos pelo Conselho de Administração Executivo e critérios externos, resultantes da utilização do Standard AA1000AS e das Directrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade do *Global Reporting Initiative* (GRI) de acordo com o nível de critérios escolhido pela EDP (nível de aplicação *GRI A-*) conforme descrito no anexo "Avaliação GRI" do Caderno.

Trabalho Realizado

- 5 O nosso trabalho de verificação consistiu na realização dos seguintes procedimentos:
- Realização de entrevistas com colaboradores e responsáveis, ao nível operacional e corporativo, pela preparação e consolidação dos dados quantitativos e qualitativos sobre os processos de recolha e preparação da informação;
 - Verificação da informação referente aos indicadores económicos, ambientais e sociais através da realização de testes e obtenção de evidência documental para uma amostra de dados;
 - Análise da coerência da informação quantitativa referente aos indicadores económicos com as demonstrações financeiras consolidadas da EDP para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008;
 - Realização de visitas a instalações operativas representativas da actividade da EDP em Portugal, Espanha e Brasil para verificação dos processos de geração e recolha de dados assim como a verificação da qualidade dos mesmos;
 - Comparação do conteúdo e indicadores do Relatório de Sustentabilidade com os requisitos das Directrizes GRI.

Conclusão

- 6 Com base no trabalho descrito acima, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma garantia de fiabilidade limitada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação relativa aos indicadores económicos, ambientais e sociais, incluídos no Caderno Institucional e de Sustentabilidade do Relatório e Contas 2008, não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a fiabilidade dos dados apresentados com base nos critérios adoptados pela EDP.

Outros Assuntos

- 7 Sem afectar a conclusão expressa no parágrafo anterior, salientamos que a informação relativa a 2007 apresentada para efeitos comparativos aos indicadores económicos, ambientais e sociais objecto do nosso trabalho foi verificada por outra entidade que emita um parecer datado de 25 de Março de 2008.

Lisboa, 18 de Maio de 2009.


 KPMG & Associados
 Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
 representada por
 Jean-Éric Gaigne (ROC n.º 1013)



EXTRACTO DA ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL

----- Extracto da Acta n.º 1/2009 da Assembleia Geral da EDP -----

--- No dia quinze de Abril do ano de dois mil e nove, pelas quinze horas, reuniu no Auditório I do Centro de Reuniões da FIL, na Rua do Bojador, Parque das Nações, em Lisboa, a Assembleia Geral da EDP – Energias de Portugal, S.A., sociedade aberta (doravante simplesmente designada por “EDP” ou “Sociedade”), com sede na Praça Marquês de Pombal, 12, em Lisboa, com o capital social de € 3 656 537 715, pessoa colectiva e matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa número 500 697 256. A reunião realizou-se fora da sede da Sociedade dado que as instalações da sede não permitiriam que a reunião aí se efectuasse em condições satisfatórias, tendo em conta que, por ser uma sociedade aberta, é sempre elevado o número de accionistas presentes. -----

--- O Presidente da Mesa, Dr. Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena, começou por explicar as regras de participação na presente Assembleia Geral e o respectivo funcionamento, tendo, de seguida, manifestado o seu agradecimento à Orquestra Geração, patrocinada pela Fundação EDP e pela Fundação Gulbenkian, pelo agradável momento musical proporcionado antes do início da Assembleia Geral. -----

--- Seguidamente, o Presidente da Mesa, coadjuvado pelo Vice-Presidente da Mesa, Dr. António Bernardo de Menezes e Lorena de Sêves, e pelo Secretário da Sociedade, Dra. Maria Teresa Isabel Pereira, verificou a regularidade da convocatória pelas publicações obrigatórias efectuadas nos sítios da Internet do Ministério da Justiça, da CMVM, da NYSE Euronext Lisbon e da própria EDP (para além de terem sido efectuadas publicações no Boletim de Cotações da Euronext Lisbon de 19 de Março de 2009, no Jornal Correio da Manhã de 16 de Março de 2009 e no Jornal de Notícias da mesma data). -----

O Presidente da Mesa e o Secretário da Sociedade verificaram ainda que a lista de presenças se encontrava devidamente organizada e que existiam cartas de representação para os accionistas que fossem pessoas colectivas ou que não se encontrassem fisicamente presentes. -----

De seguida, o Presidente da Mesa e o Secretário da Sociedade verificaram a percentagem do capital social que se encontrava presente ou representada na Assembleia Geral – a qual correspondia a 64.4713% do capital social e 65.0781% dos direitos de voto correspondentes ao capital social –, com base nas declarações de registo e bloqueio de acções emitidas pelos intermediários financeiros responsáveis pelo registo individualizado das acções de cada accionista, tendo o Presidente da Mesa declarado que se encontrava reunido o quórum constitutivo e deliberativo necessário para a realização da Assembleia Geral. -----

O Presidente da Mesa declarou ainda que, nos termos do disposto no artigo 14º, nº 3 dos estatutos da EDP, não serão considerados votos inerentes às acções de categoria A, emitidos por um accionista em nome próprio ou como representante de outro, que excedam 5% da totalidade dos votos, bem como que, uma vez que tal limitação não se aplica às acções de categoria B, as accionistas Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A. e Capitalpor – Participações Portuguesas, SGPS, S.A., podiam votar com mais de 5% dos direitos de voto correspondentes ao capital social. -----

O Presidente da Mesa e o Secretário da Sociedade verificaram ainda que foram respeitadas as demais formalidades prévias à realização da Assembleia Geral, designadamente que as propostas e demais informação relativa aos pontos da ordem do dia haviam sido disponibilizadas aos accionistas, na sede social e nos sítios da Internet da CMVM e da EDP, dentro dos prazos legais aplicáveis. -----

(...)

--- O Dr. Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena, dando início aos trabalhos da Assembleia Geral, colocou à discussão o Ponto Um da ordem do dia com o seguinte teor: “*Ratificar as deliberações tomadas na reunião do Conselho Geral e de Supervisão efectuada no dia 5 de Março de 2009*”. Em seguida, o Presidente da Mesa procedeu à leitura da proposta do Conselho Geral e de Supervisão, nos termos seguintes:-----

“Tendo em consideração que:-----

a) De acordo com o artigo 21º, nº 4 dos Estatutos da EDP, “os membros eleitos do Conselho Geral e de Supervisão deverão ser, na sua maioria, independentes, devendo ainda preencher os demais requisitos, designadamente de formação e competência, previstos nas normas legais ou regulamentares em cada momento aplicáveis à EDP”;-----

b) Dado não existirem suplentes, o único mecanismo legal de substituição de membros do Conselho Geral e de Supervisão consiste na sua eleição em Assembleia Geral;-----

c) O Prof. Vítor Domingos Seabra Franco, membro independente do Conselho Geral e de Supervisão, renunciou ao seu cargo, o que, nos termos legais, produziu efeitos a partir do dia 4 de Março;-----

d) Consequentemente, o Conselho Geral e de Supervisão deixou de ser composto por uma maioria de membros independentes, passando a uma situação de paridade, dado que, dos 16 membros em funções, oito mantêm o estatuto de membros independentes;-----

e) A presente Assembleia Geral deverá eleger os membros dos órgãos sociais para o triénio 2009/2011, pelo que, do ponto de vista funcional e do interesse da Sociedade, não seria razoável proceder à convocação de uma Assembleia Geral apenas para substituir um membro, que exerceria funções durante este curto espaço de tempo;-----

f) No dia 5 de Março de 2009, foi realizada uma reunião do Conselho Geral e de Supervisão, na qual foram tomadas diversas deliberações nomeadamente tendo em vista a realização da Assembleia Geral Anual;-----

g) O interesse da Sociedade justifica que se afastem quaisquer dúvidas sobre a validade das deliberações tomadas na referida reunião, o Conselho Geral e de Supervisão entendeu ser adequado submeter essas mesmas deliberações a ratificação da Assembleia Geral;-----

O Conselho Geral e de Supervisão propõe à Assembleia Geral a ratificação das deliberações tomadas na sua reunião de 5 de Março de 2009, as quais se indicam seguidamente:-----

1. Emissão de parecer favorável às Contas anuais, individuais e consolidadas, da EDP, relativas ao exercício de 2008;-----
 2. Emissão de parecer favorável ao Relatório Único de Gestão da EDP relativo ao exercício de 2008;-----
 3. Emissão de parecer favorável a uma dotação para a Fundação EDP no montante de 6 milhões de euros;-----
 4. Apreciação da ausência de incompatibilidades e da verificação da independência dos membros do Conselho Geral e de Supervisão com esse estatuto;-----
 5. Aprovação do relatório anual do Conselho Geral e de Supervisão de 2008;-----
 6. Aprovação do plano anual de actividades e orçamento do Conselho Geral e de Supervisão para 2009;-----
 7. Aprovação do mandato a favor do Presidente do Conselho Geral e de Supervisão, do Presidente da Comissão de Auditoria e do Dr. Vasco de Mello para definirem a proposta a apresentar na Assembleia Geral relativamente à eleição do Revisor Oficial de Contas.”
- Após leitura da proposta, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão, Dr. António de Almeida, que (...) apresentou uma breve exposição sobre os fundamentos associados ao teor da proposta formulada no âmbito do Ponto Um da ordem do dia.-----

(...)

Terminado o debate e não havendo mais quem se quisesse pronunciar, o Presidente da Mesa colocou à votação a proposta constante do Ponto Um da ordem do dia, tendo a mesma sido aprovada por maioria dos votos emitidos (com 8.0929% de votos contra e 0.1624% de abstenções).-----

--- O Presidente da Mesa prosseguiu os trabalhos, tendo procedido à leitura do Ponto Dois da ordem do dia com o seguinte teor: *“Deliberar sobre os documentos de prestação de contas individuais e consolidadas do exercício de 2008, incluindo o relatório único de gestão (que integra um capítulo referente ao governo societário), as contas individuais e consolidadas, o relatório anual e o parecer do Conselho Geral e de Supervisão e a certificação legal das contas individuais e consolidadas”*.-----

O Presidente da Mesa solicitou ao Presidente do Conselho de Administração Executivo e ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão que apresentassem os documentos de prestação de contas, tendo começado por dar a palavra ao Dr. António Luís Guerra Nunes Mexia.-----

(...)

Terminado o debate e não havendo mais quem se quisesse pronunciar, o Presidente da Mesa colocou a proposta à votação, tendo, em consequência, sido aprovados por maioria dos votos emitidos (com 3.7474% de votos contra e 0.8419% de abstenções) o relatório único de gestão, os demais documentos de prestação de contas do exercício de 2008 e o Relatório do Conselho Geral e de Supervisão. -

--- O Presidente da Mesa prosseguiu os trabalhos, tendo procedido à leitura do Ponto Três da ordem do dia com o seguinte teor: *“Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados do exercício de 2008”* e concedido a palavra ao Presidente do Conselho de Administração Executivo, Dr. António Luís Guerra Nunes Mexia, que apresentou a proposta do Conselho de Administração Executivo, nos termos seguintes:-----

“Em conformidade com o disposto no número 1 do artigo 30º do Contrato de Sociedade, o Conselho de Administração Executivo propõe aos Senhores Accionistas que os resultados do exercício tenham a seguinte aplicação:-----

<i>Reserva legal</i>	<i>€ 27.548.881,70</i>
<i>Dividendos (o dividendo proposto é de 0,14€ por acção)</i>	<i>€ 511.915.280,10</i>
<i>Dotação para a Fundação EDP</i>	<i>€ 6.000.000,00</i>
<i>Resultados Transitados</i>	<i>€ 5.513.472,13”</i>

O Presidente da Mesa agradeceu ao Presidente do Conselho de Administração Executivo e concedeu a palavra ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão que (...) centrou o seu discurso na dotação para a Fundação EDP, relativa a acções de mecenato de reconhecido mérito, que consta da proposta de aplicação de resultados, tendo salientado que o Conselho Geral e de Supervisão, na sua reunião de 5 de Março de 2008, emitiu parecer favorável a que essa dotação fosse no montante de 6 milhões de euros, atento o contexto económico actual e a diversidade de projectos prosseguidos pela Fundação EDP.-----

(...)

Na sequência, o Presidente da Mesa colocou à votação o Ponto Três da ordem do dia, tendo a proposta de aplicação de resultados sido aprovada por maioria dos votos emitidos (com 3.7168% de votos contra e 0.1468% de abstenções).-----

--- Entrando no Ponto Quatro da ordem do dia, o Presidente da Mesa passou a ler o respectivo teor, a saber, *“Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade, nos termos do disposto no artigo 455.º do Código das Sociedades Comerciais”*. Seguidamente, o Presidente da Mesa leu a proposta apresentada pelas accionistas Parpública – Participações Públicas (SGPS), S. A., Caixa Geral de Depósitos, S.A., Caja de Ahorros de Asturias, José de Mello, SGPS, S.A., Banco Comercial Português, S.A., Banco Espírito Santo, S.A. e Société Nationale pour la Recherche, la Production, le Transport, la Transformation et la Commercialisation des Hydrocarbures (“Sonatrach”), com o seguinte teor:-----

“Considerando o disposto no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais,-----



EXTRACTO DA ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL

Propõe-se:-----

1º - Um voto de confiança e louvor ao Conselho de Administração Executivo e a cada um dos seus membros pelo desempenho das suas funções durante o exercício de 2008.-----

2º - Um voto de confiança e louvor ao Conselho Geral e de Supervisão e a cada um dos seus membros pelo desempenho das suas funções durante o exercício de 2008.-----

3º - Um voto de confiança e louvor ao Revisor Oficial de Contas pelo desempenho das suas funções durante o exercício de 2008".

Seguidamente, o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão, o qual apresentou o parecer deste órgão sobre a administração da Sociedade, tendo salientado que o Conselho Geral e de Supervisão, por unanimidade, deliberou emitir e transmitir aos accionistas o seu parecer favorável a um voto de confiança e louvor ao Conselho de Administração Executivo, ao seu Presidente, Dr. António Luís Guerra Nunes Mexia, e a cada um dos seus membros.-----

Na sequência, pediram a palavra os accionistas Senhor Domingos Sá e Senhor António França de Oliveira que declararam aderir à proposta (...).-----

Não havendo mais quem se quisesse pronunciar, o Presidente da Mesa colocou à votação a proposta constante do Ponto Quatro da ordem do dia, tendo a mesma sido aprovada por maioria dos votos emitidos (com 3.9308% de votos contra e 0.7416% de abstenções).-----

--- Entrou-se de seguida no Ponto Cinco da ordem do dia, tendo o Dr. Rui Eduardo Rodrigues Ferreira Pena procedido à leitura do respectivo teor, a saber, "Deliberar sobre a eleição dos membros dos órgãos e corpos sociais para o triénio 2009/2011", e explicado que lhe tinham sido apresentadas três propostas relativas a este ponto, as quais seriam apreciadas e votadas separadamente. O Presidente da Mesa (...) procedeu à leitura da proposta apresentada pelos accionistas Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A., Capitalpor – Participações Portuguesas, SGPS, S.A. e Caixa Geral de Depósitos, S.A., cujo teor é o seguidamente descrito, tendo salientado a necessidade de a deliberação relativa à mesma ter de ser tomada por maioria de dois terços dos votos emitidos, atendendo ao disposto no número 4 do artigo 10º dos Estatutos da EDP.-----

"Considerando que:-----

a) Em 31 de Abril de 2007, a EDP – Energias de Portugal, S.A. ("EDP") e a Société Nationale pour la Recherche, la Production, le Transport, la Transformation et la Commercialisation des Hydrocarbures ("Sonatrach") celebraram um conjunto de acordos destinados à criação de uma parceria empresarial para determinadas áreas de negócios do gás natural e da produção de energia eléctrica ("Parceria Estratégica"), na sequência do acordo de princípios assinado em 11 de Abril do mesmo ano;-----

b) Existe um entendimento no sentido da manutenção da designação da Sonatrach como membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP enquanto esta mantiver uma participação social de, pelo menos, 2% do capital social da EDP e a Parceria Estratégica se encontrar em vigor – eventos que actualmente se verificam;-----

c) A Sonatrach se encontra indicada por um conjunto de accionistas para membro do Conselho Geral e de Supervisão, a submeter a deliberação desta Assembleia no âmbito do presente ponto da ordem do dia, sendo, para esse efeito, necessário obter a autorização prevista no número 4 do artigo 10º do Contrato de Sociedade da EDP ("Estatutos");-----

A Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A., a Capitalpor – Participações Portuguesas, SGPS, S.A. e a Caixa Geral de Depósitos, S.A. propõem que se delibere:-----

Autorizar a deliberação da eleição da Société Nationale pour la Recherche, la Production, le Transport, la Transformation et la Commercialisation des Hydrocarbures ("Sonatrach") como membro do Conselho Geral e de Supervisão, nos termos do número 4 do artigo 10º dos Estatutos, uma vez que, nos termos conjugados da alínea a) do número 1 do artigo 10º e do número 7 do artigo 10º dos Estatutos, a Sonatrach é uma pessoa colectiva concorrente da EDP no domínio específico da comercialização do gás natural em Espanha – devido, nomeadamente, ao facto de deter a totalidade do capital da Sonatrach Gas Comercializadora, S.A. e uma participação de 30% no capital da Cepsa Gas Comercializadora, S.A., as quais desenvolvem actividades de comercialização de gás natural no mercado espanhol que concorrem, de forma limitada, com o negócio de gás natural da EDP nesse mercado – e, bem assim perspectiva-se que também o seja em Portugal, tendo especialmente em vista assegurar o futuro fornecimento de gás natural à Central Térmica de Lares no âmbito da Parceria Estratégica, encontrando-se como tal aqui expressamente referida e identificada a relação de concorrência, de acordo com o referido no número 4 do artigo 10º dos Estatutos."-----

Não havendo quem se quisesse pronunciar sobre a primeira proposta apresentada no âmbito do Ponto Cinco da ordem do dia, o Presidente da Mesa colocou à votação a proposta (...) tendo a mesma sido aprovada por maioria dos votos emitidos (com 8.3455% de votos contra e 0.0069% de abstenções). Terminada a votação, o Presidente da Mesa e o Secretário da Sociedade verificaram que, existindo uma maioria qualificada de dois terços dos votos emitidos, a primeira proposta apresentada no âmbito do Ponto Cinco da ordem do dia foi validamente aprovada.-----

Seguidamente, o Presidente da Mesa procedeu à leitura da proposta apresentada pelos accionistas Parpública – Participações Públicas (SGPS), S. A., Caixa Geral de Depósitos, S.A., Caja de Ahorros de Asturias, José de Mello, SGPS, S.A., Banco Comercial Português, S.A., Banco Espírito Santo, S.A. e Société Nationale pour la Recherche, la Production, le Transport, la Transformation et la Commercialisation des Hydrocarbures ("Sonatrach") para eleição dos membros dos órgãos e corpos sociais (...) para o mandato do triénio 2009/2011, cujo teor é o seguinte:-----

"Considerando que o mandato dos órgãos e corpos sociais terminou em 31 de Dezembro de 2008, os subscritores, accionistas da EDP – Energias de Portugal, S.A., apresentam a seguinte proposta para o mandato do triénio 2009/2011:-----

1. Mesa da Assembleia Geral:-----

- Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena, Presidente;-----
- António Bernardo de Menezes e Lorena de Sêves, Vice-Presidente.-----

2. Comissão de Vencimentos-----

- José Manuel Archer Galvão Teles, Presidente;-----
- Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A.;-----
- Carlos Alberto Veiga Anjos.-----

3. Conselho Geral e de Supervisão (CGS)-----

- António de Almeida, Presidente;-----
- Alberto João Coraceiro de Castro, Vice-presidente;-----
- António Sarmento Gomes Mota;-----
- Cajastur Inversiones, S.A.;-----
- Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira;-----
- Diogo Campos Barradas de Lacerda Machado;-----
- Eduardo de Almeida Catroga;-----
- Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira;-----
- José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi;-----
- José Manuel dos Santos Fernandes;-----
- Khalifa Abdulla Khamis Al Romaiithi;-----
- Manuel Fernando de Macedo Alves Monteiro;-----
- Ricardo José Minotti da Cruz Filipe;-----
- Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena (Presidente da Mesa da Assembleia Geral);-----
- Société Nationale pour la Recherche, la Production, le Transport, la Transformation et la Commercialisation des Hydrocarbures (Sonatrach);-----
- Vasco Maria Guimarães José de Mello;-----
- Vítor Fernando da Conceição Gonçalves.-----

4. Conselho de Administração Executivo (CAE)-----

- António Luís Guerra Nunes Mexia, Presidente;-----
- Ana Maria Machado Fernandes;-----
- António Fernando Melo Martins da Costa;-----
- António Manuel Barreto Pita de Abreu;-----
- João Manuel Manso Neto;-----
- Jorge Manuel Pragana da Cruz Morais;-----
- Nuno Maria Pestana de Almeida Alves.-----

5. Conselho de Ambiente e Sustentabilidade:-----

- João Martins Ferreira do Amaral, Presidente;-----
- Miguel Pedro Brito St. Aubyn;-----
- Maria Madalena Monteiro Garcia Presumido;-----
- Maria da Graça Madeira Martinho;-----
- José de Sousa Cunhal Sendim.”-----

Não havendo quem se quisesse pronunciar sobre a segunda proposta apresentada no âmbito do Ponto Cinco da ordem do dia, o Presidente da Mesa colocou à votação a proposta de eleição dos membros dos órgãos e corpos sociais para o triénio 2009/2011, tendo a mesma sido aprovada por maioria dos votos emitidos (com 8.2937% de votos contra e 0.1524% de abstenções). Seguidamente, o Presidente da Mesa procedeu à leitura da proposta apresentada pelo Conselho Geral e de Supervisão para eleição do Revisor Oficial de Contas e do seu Suplente para o mandato do triénio 2009/2011, cujo teor é o seguinte:-----

“Tendo em consideração que:-----

- a) De acordo com o artigo 11º, nº 2, al. b) e artigo 22º, nº 1, al. c) dos Estatutos da EDP, compete à Assembleia Geral a eleição do Revisor Oficial de Contas, mediante proposta do Conselho Geral e de Supervisão;-----
- b) O mandato do actual Revisor Oficial de Contas atingiu o seu termo em 31 de Dezembro de 2008;-----
- c) Na sua reunião de 5 de Março de 2009, o Conselho Geral e de Supervisão mandatou o seu Presidente, o Presidente da Comissão de Auditoria e o Dr. Vasco de Mello para definirem a proposta a apresentar à Assembleia Geral;-----
- d) No dia 19 de Março de 2009, tendo em conta o mandato conferido pelo Conselho Geral e de Supervisão, a referida comissão “ad-hoc” seleccionou um candidato.-----

O Conselho Geral e de Supervisão propõe à Assembleia Geral que se delibere:-----

- 1. A eleição da KPMG & Associados, SROC, S.A. (SROC nº 189), representada por Jean-éric Gaign (ROC nº 1013), para Revisor Oficial de Contas, para exercer funções no triénio 2009/2011;-----
- 2. A eleição de Vítor Manuel da Cunha Ribeirinho, ROC nº 1081, como Suplente do Revisor Oficial de Contas, para exercer funções no



EXTRACTO DA ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL

tríénio 2009/2011.”-----

Não havendo quem se quisesse pronunciar sobre a terceira proposta apresentada no âmbito do Ponto Cinco da ordem do dia, o Presidente da Mesa colocou à votação a proposta de eleição do Revisor Oficial de Contas para o triénio 2009/2011, tendo a mesma sido aprovada por maioria dos votos emitidos (com 8.4964% de votos contra e 0.1539% de abstenções).-----

(...) o Presidente da Mesa passou a ler o teor do Ponto Seis da ordem do dia – “*Conferir autorização ao Conselho de Administração Executivo para a aquisição e alienação de acções próprias pela EDP e sociedades participadas*” – e questionou os accionistas presentes sobre a dispensa da leitura da proposta apresentada pelo Conselho de Administração Executivo (...). Tendo os accionistas dispensado a leitura da proposta, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Conselho de Administração Executivo para apresentação da mesma. (...)-----

Terminada a exposição e não havendo mais ninguém que se quisesse pronunciar sobre este ponto, o Presidente da Mesa colocou à votação a proposta constante do Ponto Seis, tendo a mesma sido aprovada por maioria dos votos emitidos (com 4.3571% de votos contra e 0.0011% de abstenções).-----

--- Relativamente ao Ponto Sete da ordem do dia, o Presidente da Mesa procedeu à leitura do referido ponto – “*Conferir autorização ao Conselho de Administração Executivo para a aquisição e alienação de obrigações próprias pela EDP e sociedades participadas*” – e, à semelhança do que havia acontecido no âmbito do ponto anterior, questionou os accionistas presentes sobre a dispensa da leitura da proposta (...). Dispensada a leitura da proposta e não havendo quem se quisesse pronunciar, o Presidente da Mesa colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria dos votos emitidos (com 0.5943% de votos contra e 0.0013% de abstenções).-----

--- O Presidente da Mesa prosseguiu os trabalhos, tendo passado ao Ponto Oito da ordem do dia – “*Proceder à apreciação, com carácter consultivo, da política de remuneração dos membros dos órgãos sociais*” – e advertido todos os presentes de que este ponto tinha apenas carácter consultivo.-----

Na sequência, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Dr. José Manuel Archer Galvão Teles, Presidente da Comissão de Vencimentos eleita em Assembleia Geral, que começou por cumprimentar os accionistas presentes (...) tendo descrito, sumariamente, as principais funções do corpo social a que presidiu, no período compreendido entre 30 de Março de 2006 e 30 de Junho de 2006 e no período subsequente, bem como os critérios gerais e específicos que pautaram a actividade desenvolvida pela Comissão de Vencimentos, conforme segue:-----

“ (...) os órgãos sociais eleitos para o triénio 2006-2008 ficaram sujeitos, durante o respectivo mandato, a 2 regimes societários diferentes, com implicações directas nas atribuições e competências desta Comissão: desde a sua eleição, em 30 de Março de 2006, até 30 de Junho desse ano, continuou a existir um Conselho de Administração, com a sua Comissão Executiva e um Fiscal Único; e a partir de 30 de Junho seguinte os órgãos de gestão passaram a ser um Conselho de Administração Executivo, um Conselho Geral e de Supervisão e um Revisor Oficial de Contas.-----

Deste modo, considerando as disposições legais e estatutárias aplicáveis, quer para um período quer para outro, esta Comissão de Vencimentos tinha a seguinte competência:-----

a) Relativamente a todo o mandato dos órgãos sociais (2006-2008):-----

- Fixar a remuneração dos membros da Mesa da Assembleia Geral;-----
- Fixar a remuneração do Fiscal Único/Revisor Oficial de Contas;-----

b) Relativamente ao período que vai desde a eleição dos órgãos sociais em 30 de Março, até 30 de Junho de 2006:-----

- Fixar a remuneração dos membros do Conselho de Administração e da sua Comissão Executiva;-----

c) Relativamente ao período que se iniciou em 30 de Junho de 2006, data de entrada em vigor do novo Contrato de Sociedade e se prolongará até ao fim do mandato:-----

- Fixar a remuneração dos membros do Conselho Geral e de Supervisão, tendo em conta as Comissões de que fazem parte. Por sua vez, à Comissão de Vencimentos, designada ao abrigo do artigo 27º do Contrato de Sociedade, que entrou em vigor em 30 de Junho de 2006, cabia a tarefa de fixar a remuneração - fixa e variável - dos membros do Conselho de Administração Executivo desde a sua entrada em funções até ao termo do mandato.-----

Na prossecução das suas atribuições e tendo em conta as circunstâncias especiais atrás expostas, esta Comissão guiou-se por padrões de ordem geral e de carácter específico.-----

No que diz respeito aos aspectos de ordem geral teve-se em atenção principalmente o seguinte:-----

- A exigência de uma política de remunerações baseada, tanto quanto possível, na avaliação e estímulo de uma criteriosa gestão por objectivos em que o mérito é devidamente recompensado.-----
- Os exemplos nacionais e internacionais de comparação das remunerações dos diversos membros dos órgãos sociais (benchmarking).-----
- A posição relativa da EDP no índice PSI-20 e a evolução da inflação e dos demais indicadores económicos.-----

No que se refere em particular à EDP, a Comissão teve uma especial preocupação em ouvir os accionistas de referência da Sociedade e teve particularmente em conta os seguintes aspectos:-----

- A influência na política de remunerações do momento de vida do Grupo EDP, em notória diversificação e expansão, bem como a situação económica do país;-----
- Uma natural e sã moderação na definição da política salarial, sem prejuízo de uma justa remuneração baseada essencialmente

no mérito; -----

- Em virtude das alterações de organização resultantes do novo modelo de “corporate governance” adoptado pela EDP, procurou-se esclarecimento sobre as efectivas funções exercidas pelos diversos membros do CGS e, designadamente, pelo respectivo Presidente; -----

- No âmbito desta análise, a Comissão entendeu dever dedicar uma especial atenção à fixação do valor da retribuição a atribuir ao Presidente do CGS, tendo em conta, por um lado, tratar-se de um cargo novo resultante do modelo dualista entretanto instituído na Companhia e considerando, por outro lado, a situação histórica no que diz respeito à relação remuneratória entre o Presidente Executivo e o Chairman. -----

Além disso, foi entendimento da Comissão que as alterações de fundo que se revelavam necessárias, em virtude do novo modelo de governo de sociedade, não deveriam ser introduzidas, na sua totalidade, já no mandato em curso. -----

Neste enquadramento estabelecidos os critérios que presidem à política de remunerações da Sociedade e ponderados os diversos factores em causa, esta Comissão tomou, em linhas gerais, as seguintes decisões: -----

- Atribuir as remunerações dos membros do Conselho de Administração e da sua Comissão Executiva enquanto estiveram em vigor os estatutos antigos. -----

- Fixar a remuneração do Presidente do Conselho Geral e de Supervisão em valores sensivelmente inferiores aos do Presidente do CAE, designadamente quanto à não atribuição de uma componente de remuneração variável. -----

- Relativamente ao Presidente Mesa da Assembleia-Geral foi decidido que a sua remuneração enquanto membro do Conselho Geral e de Supervisão abrangia também a retribuição correspondente ao desempenho daquele cargo. -----

- Foi decidido ainda ao vencimento do Revisor Oficial de Contas aceitar e confirmar os termos do contrato celebrado entre a Sociedade e o mesmo. -----

Para terminar, cumpre-me agradecer a colaboração sempre prestada à Comissão pelos restantes corpos sociais e pelo Secretário da Sociedade, e bem assim reconhecer que a EDP tem vindo a cumprir exemplarmente as suas obrigações no que respeita a matéria tão sensível – e infelizmente tão mediática – como a das remunerações dos órgãos sociais da empresa. -----

Devo igualmente assinalar que a EDP tem vindo a dar publico conhecimento através do seu Relatório e Contas das remunerações atribuídas aos seus órgãos sociais de uma forma transparente, sem dúvida excepcional no panorama das sociedades cotadas portuguesas.” -----

O Presidente da Mesa agradeceu a intervenção do Dr. José Manuel Archer Galvão Teles e, na medida em que existem duas Comissões de Vencimentos na EDP, concedeu a palavra ao Prof. Alberto João Coraceiro de Castro, Presidente da Comissão de Vencimentos do Conselho Geral e de Supervisão, que, após cumprimentar os accionistas presentes, referiu que iria centrar a sua intervenção em duas partes distintas, a saber, aspectos mais relevantes relacionados com a política de remuneração dos membros do Conselho de Administração Executivo e resultados associados a essa mesma política. O Prof. Alberto João Coraceiro de Castro começou por salientar que a Comissão de Vencimentos a que preside foi eleita pelo Conselho Geral e de Supervisão, sendo composta por dois membros independentes e por um representante dos accionistas de referência. Após a sua eleição, e de forma a definir a política de remuneração dos membros do Conselho de Administração Executivo, a Comissão de Vencimentos do Conselho Geral e de Supervisão começou por realizar um exercício de *benchmarking* estratégico, para alinhamento com as melhores práticas internacionais, e operacional, tendo em vista o estudo comparativo das empresas de referência nacionais (integradas no PSI-20) e das principais empresas concorrentes (*utilities*), designadamente ibéricas. Realizado este exercício, foi estabelecido um esquema de compensação baseado em três componentes, a saber, fixa, anual e plurianual, tendo o Prof. Alberto João Coraceiro de Castro apresentado as linhas gerais associadas a cada uma destas componentes. O Presidente da Comissão de Vencimentos do Conselho Geral e de Supervisão salientou que, relativamente à componente fixa, foi alcançado um equilíbrio que possibilitou a definição de uma remuneração competitiva que, simultaneamente, garantisse a excelência e estabilidade necessárias ao exercício do cargo por parte dos membros do Conselho de Administração Executivo. Quanto à componente variável, para além de estarem associados à atribuição da mesma uma série de factores quantitativos e qualitativos, o facto de esta remuneração ter um peso semelhante ao da componente fixa, revela uma lógica de incentivos que permitiu alinhar interesses dos accionistas com os dos membros do Conselho de Administração Executivo, sendo certo que só uma equipa de gestão com grande excelência e autoconfiança poderia aceitar uma política de remuneração como a preconizada para os membros do Conselho de Administração Executivo da EDP. Ainda neste âmbito, o Prof. Alberto João Coraceiro de Castro destacou a total consonância de posições entre a Comissão de Vencimentos a que preside o Conselho de Administração Executivo para se proceder à divulgação da remuneração do Presidente deste órgão, sendo certo que só existem duas empresas em Portugal a fazê-lo. -----

Como principais resultados, e como nota final o Presidente da Comissão de Vencimentos do Conselho Geral e de Supervisão salientou que o desenho de incentivos definido, a que acresce o mérito e competência dos membros do Conselho de Administração Executivo, permitiu a obtenção de um elevado nível de eficácia para os accionistas, sendo a EDP a empresa que apresenta melhores resultados por euro pago a título de remuneração aos seus Administradores (mais do dobro da segunda melhor empresa do PSI-20), o que demonstra que a equipa de gestão em exercício de funções é capaz de entregar resultados muitos satisfatórios aos accionistas e à própria Sociedade. -----

(...)



EXTRACTO DA ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL

--- Não havendo quem se quisesse pronunciar sobre este ponto, e concluída a discussão e deliberação sobre todos os pontos da ordem do dia, o Presidente da Mesa proferiu as seguintes palavras: -----

“Senhoras e Senhores Accionistas,-----

Terminaram os nossos trabalhos. Agradeço a cooperação de V. Exas. que foi decisiva para a boa marcha desta Assembleia Geral. Agradeço o apoio de toda a equipa da EDP, a assessoria do BPI no controlo das votações e a simpatia das assistentes. Creio que estamos todos de parabéns. Ficou mais uma vez demonstrado que a EDP sabe o que quer e para onde vai. Tem um percurso bem definido e timoneiros à altura, que nos habituaram a ver cumpridas as metas e objectivos propostos. A confiança massivamente expressa por V. Exas. aos órgãos sociais não só reforça a sua legitimidade para os desafios dos próximos três anos do mandato, como também os incentiva e estimula no seu desempenho. Julgo interpretar o sentimento de todos os seus membros no sentido de agradecer às Senhoras e Senhores Accionistas a confiança que neles depositaram. -----

É estranho – mas infelizmente não nos causa surpresa – que a EDP seja criticada pelos resultados económicos e financeiros dos exercícios findos. Estamos já habituados a situações contraditórias como esta. Não temos de nos envergonhar mas de nos orgulhar por este êxito. Felicito vivamente o Conselho de Administração Executivo pelos resultados conseguidos e muito naturalmente o seu Presidente. Com o apoio solidário do Conselho Geral e de Supervisão e do seu Presidente, soube gizar uma estratégia vencedora de diversificação, de inovação e de internacionalização. Soube assim escudar-se e antecipar-se aos tempos de crise. Uma parte muito importante dos lucros do exercício foi obtida fora da geografia pátria. Internamente, prevaleceu a disciplina objectiva da regulação que não tem deixado de atender e de responder à competitividade da nossa economia e à debilidade económica das famílias nestes tempos conturbados. Aliás, a EDP tem também compreendido e sabido desempenhar a contento uma função social e de cidadania consciente através da sua fundação – a Fundação EDP – que aproveito para saudar na pessoa dos seus dirigentes – contribuindo não só para o desenvolvimento das artes e da cultura, mas também para um conjunto de acções de solidariedade social um pouco por todo o país, política esta que vai seguramente desenvolver, no futuro, a irradiar dos próprios centros electroprodutores.-----

Não posso deixar de referir, por último, o modelo de governo da sociedade que foi em boa hora adoptado pelas Senhoras e Senhores Accionistas, cuja transparência não é demais sublinhar, e que se tem revelado da maior importância nos êxitos conseguidos. Não existe apenas uma divisão de poderes, mas uma verdadeira solidariedade institucional que tem gerado consensos e sabido evitar bloqueios. Em todo o caso não posso deixar de referir que a melhor garantia de um bom governo da sociedade é o activismo de V. Exas., Senhoras e Senhores Accionistas. Ficou hoje, aqui, bem demonstrado nesta Assembleia Geral. Não podemos ainda esquecer o papel relevante que os accionistas de referência têm continuamente desempenhado em benefício da empresa, no seio do Conselho Geral e de Supervisão. -----

Olhando com optimismo para o futuro da nossa empresa, nestes tempos de incerteza, e reiterando os meus agradecimentos às Senhoras e Senhores accionistas pela cooperação que dispensaram ao Presidente da Mesa, declaro encerrada esta reunião da Assembleia Geral.” -----

--- Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pelas dezanove horas e quarenta minutos, lavrando se a presente acta que vai ser assinada pelo Presidente da Mesa e pelo Secretário da Sociedade.-----

Lisboa, 21 de Abril de 2009

O Secretário da Sociedade
Maria Teresa Isabel Pereira



CONTACTOS

INFORMAÇÕES ÚTEIS

Sede

EDP – Energias de Portugal, S.A.
Praça Marquês de Pombal, 12
1250-162 Lisboa
Portugal
Tel.: +351 21 001 2500
Fax: +351 21 002 1403
contactos online: www.edp.pt

Investidores

Direcção de Relação com Investidores
Tel.: +351 21 001 2834
Fax: +351 21 001 2899
Praça Marquês de Pombal, 12
1250-162 Lisboa
Portugal
contactos online: www.edp.pt

Clientes

Linhas EDP
Atendimento comercial 808 505 505
Leituras do contador 800 507 507
Assistência técnica 800 506 506
EDP conforto 800 501 501
Contactos online: www.edp.pt/clientes

Serviço ao cliente

- linhas EDP
- gestor de cliente
- lojas e agentes
- áreas de rede
- reclamações

Ajuda edp online

- problemas no registo
- reenvio da chave de activação
- utilizador inactivo
- esqueci-me da password

DRE – Direcção de Relação com o Cliente

Praça Marquês de Pombal, 13
1252-162 Lisboa
Portugal
Fax: +351 21 002 1520

Fornecedores

EDP Valor
PGC – Plataforma Contratual de Aprovisionamentos
Técnicos
Fax: 21 001 5310
Rua Camilo Castelo Branco, 46, 4.º
1050-045 Lisboa
Portugal
contactos online: www.edp.pt/parceiros/fornecedores

EDP Valor
PNC – Plataforma de Negociação e Compras
Fax: 21 001 5349
Rua Camilo Castelo Branco, 46
1050-045 Lisboa
Portugal
contactos online: www.edp.pt/parceiros/fornecedores

Órgãos de Comunicação Social

Direcção de Marca e Comunicação
Tel.: +351 21 001 2680
Fax: +351 21 001 2910
Praça Marquês de Pombal, 12
1250-162 Lisboa
Portugal
contactos online: www.edp.pt

Comunidade

Canal ONG: www.edp.pt/sustentabilidade/canal_ONG

gabinete.ambiente@edp.pt

Fundação EDP
Av. de Brasília, Central Tejo
1300-598 Lisboa
Portugal
Tel.: +351 21 002 8190
Fax: +351 21 002 8104 / 39

fundacaoedp@edp.pt

www.fundacao.edp.pt



